



Universidade do Estado do Rio De Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

Tatiane Hilgemberg Figueiredo

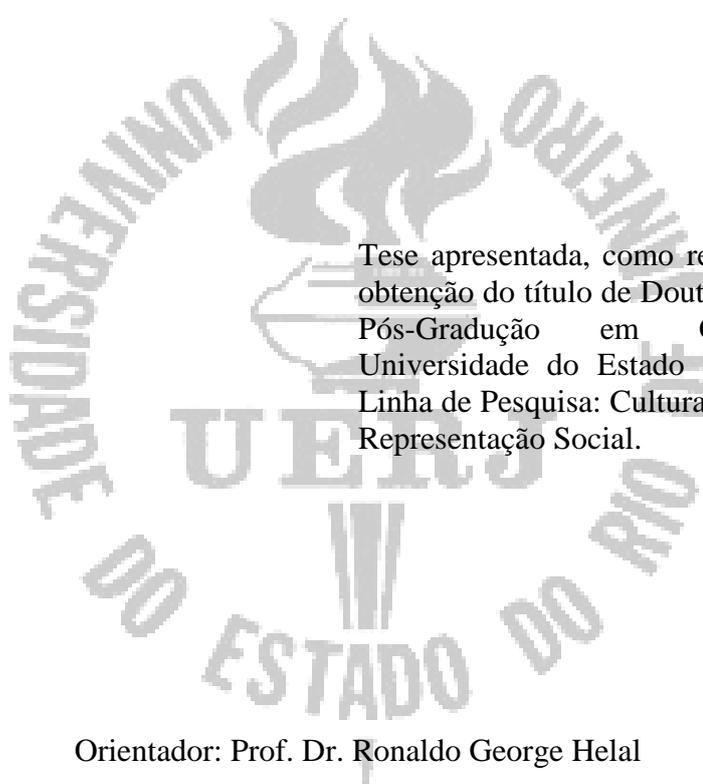
**Atleta Real x Atleta de Papel: A perspectiva individual dos atletas
paralímpicos e sua representação na mídia impressa**

Rio de Janeiro

2017

Tatiane Hilgemberg Figueiredo

**Atleta Real x Atleta de Papel: A perspectiva individual dos atletas paralímpicos e sua
representação na mídia impressa**



Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora, ao Programa de
Pós-Graduação em Comunicação da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Linha de Pesquisa: Cultura de Massa, Cidade e
Representação Social.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo George Helal

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

F475 Figueiredo, Tatiane Hilgemberg.
Atleta Real x Atleta de Papel: A perspectiva individual dos atletas
paralímpicos e sua representação na mídia impressa / Tatiane Hilgemberg
Figueiredo. – 2017.
221 f.

Orientador: Ronaldo George Helal.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de
Comunicação Social.

1. Comunicação Social – Teses. 2. Representação – Teses. 3. Atletas
Paralímpicos – Teses. I. Helal, Ronaldo George. II. Universidade do Estado do
Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social. III. Título.

es

CDU 659

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Tatiane Hilgemberg Figueiredo

Atleta Real x Atleta de Papel: A perspectiva individual dos atletas paralímpicos e sua representação na mídia impressa

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de Pesquisa: Cultura de Massa, Cidade e Representação Social.

Aprovada em 14 de Fevereiro de 2017.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ronaldo George Helal (Orientador)

Faculdade de Comunicação – UERJ

Prof.^a Dra. Cíntia Sanmartin Fernandes

Faculdade de Comunicação – UERJ

Prof.^a Dra. Leticia Matheus

Faculdade de Comunicação – UERJ

Prof.^a Dra. Liv Rebecca Sovik

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Victor Andrade de Melo

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2017

AGRADECIMENTOS

O caminho para o título de doutora foi árduo, longo, solitário. As dúvidas se acumulam, os questionamentos sufocam, e foram as pessoas que têm aqui nesse cantinho meu profundo e sincero agradecimento que evitaram que essa pesquisadora abraçasse a insanidade.

A minha mãe, Rose, por ser o maior exemplo de mulher guerreira, por todos os bolos de sorvete que adoçaram o caminho. Ao meu pai, Gerson, pelos ensinamentos e por pelo apoio total e irrestrito sempre. Aos meus irmãos, Diego e Diogo, companheiros de jornada, por me encherem de orgulho.

Ao marido, Alessandro Pedretti, pelo companheirismo, pelas longas conversas, pelo apoio mesmo quando eu estava do outro lado do mundo. Sem seu apoio esse trabalho não teria se concretizado.

Aos familiares que torceram e vibraram a cada conquista.

Aos amigos Ana Luisa Arbex, Guilherme Arêas, Luciana Grillo, como é bom saber que posso contar com vocês. Em especial, Thalita Bastos, que me acolheu no Rio de Janeiro, me aconselhou, me ouviu e partilhou comigo a insanidade do doutorado. Aos queridos e queridas do LEME, Chico Brinati, Filipe Mostaro, Camila Augusta, Fábio Aguiar, Fausto Amaro, Juan Silvera, e a todos os colegas do PPGCOM/UERJ Jacqueline Deolindo, Rosane Feijão, Flávio Lins, Ramon Bezerra, Letícia Perani, Fernanda Sanglard, Emerson Scada, Helena Carmo, e tantos outros que enfrentaram comigo os desafios da vida acadêmica.

Aos professores do PPGCOM pelos ensinamentos e aos funcionários da secretaria, Amanda, Eliana, Celestino e do DCARH/SR2, Mere, Amanda e Magda pelo carinho e atenção.

Ao meu orientador, Ronaldo Helal, pela paciência e estímulos intelectuais.

À Prof.^a Katie Ellis, co-orientadora na Austrália, pelo carinho com que me recebeu durante o período do doutorado sanduíche na Curtin University, compartilhando gentilmente seus conhecimentos. Agradecimento que estendo aos professores do Internet Studies Department, e ao pessoal administrativo pela simpatia e receptividade. À Lynette Wood e Darren Fanchi pelas risadas e amizade.

Aos atletas paralímpicos que gentilmente cederam de seu tempo para participarem dessa pesquisa; e aos seus empresários e assessores, bem como a equipe de Comunicação do Comitê Paralímpico Brasileiro que facilitaram o contato.

A todos aqueles que de alguma forma cruzaram meu caminho e que, com certeza, deixaram um pouquinho de si, não só na minha vida como também nesse trabalho.

À Capes pelo apoio financeiro durante o doutorado e pela concessão da bolsa-sanduíche que permitiu a ampliação dos horizontes da pesquisa em Perth.

RESUMO

FIGUEIREDO, Tatiane Hilgemberg. “*Atleta Real x Atleta de Papel*”: A perspectiva individual dos atletas paralímpicos e sua representação na mídia impressa 2017. 221 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

O contato com conteúdo dos meios de comunicação oferece uma forma de diálogo que abre portas invisíveis para o mundo, auxiliando o indivíduo em seu sentimento de pertença, fortalecendo sua conexão a diversos grupos. Ou seja, os meios desempenham um papel importante no processo de socialização. Podemos afirmar que a mídia transmite valores, ideologias e crenças das quais emergem representações sociais acerca de determinados grupos. Como elemento na formação da opinião pública, a mídia também tem um importante efeito em como o esporte se desenvolve e é praticado. Atualmente é impossível pensar em um grande evento esportivo sem a presença dos meios de comunicação. Assim é fácil notarmos que “o que” a mídia cobre e “como” realiza essa cobertura, e trata os participantes em cada esporte, podem ser questões que criam barreiras devido a estereótipos, trivialização e sub-representação. Portanto, este estudo visa analisar a construção da figura do atleta paralímpico na mídia, através da análise de conteúdo, e sua recepção pelos atletas representados. Para isso analisamos a cobertura midiática – incluindo a análise de elementos estruturais do jornal, fotografias, terminologias e estereótipos/slogans – dos Jogos Paralímpicos de 2012 em quatro jornais – O Globo, Folha de S. Paulo, Zero Hora e Estado de Minas – e entrevistamos seis atletas. Em linhas gerais, nossos resultados apontam que em termos de imagem o atleta com maior visibilidade é do sexo masculino com deficiência física – amputado, cadeirante ou com deficiência visual –, que não foi escondida nas imagens; as terminologias genéricas – como o nome, nacionalidade e idade do atleta – e esportivas – como os termos “atletas”, “competidores”, “campeão”, etc. – foram mais utilizadas; e os slogans esportivos também apareceram em maior número. Ou seja, as habilidades, ou identidade, esportivas do atleta foram mais enquadradas com mais frequência do que sua deficiência. Nas entrevistas percebemos que alguns atletas preferem ser representados exclusivamente como atletas de alto nível, enquanto outros como exemplo de superação, no entanto, o tema mais forte apresentou-se como a indissociabilidade das características do ser em sua apresentação; os entrevistados querem que o esporte e a deficiência sejam representados como partes importantes que compõe sua identidade.

Palavras-chave: Representação. Atletas Paralímpicos. Cobertura da Mídia Impressa.

ABSTRACT

FIGUEIREDO, Tatiane Hilgemberg. *“Real Athlete x Paper Athlete”*: individual perspectives of Paralympic athletes and their representation by the press. 2017. 221 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

The contact with media content offers a dialogue form that opens invisible doors to the world, helping individuals with their sense of belonging, strengthening their connections with several groups. That is, media play an important role in the socialization process. One could assert that the media transmits values, ideologies and beliefs from which social representations about certain groups emerge. As an element in the public opinion formation, the media also has an important effect in how sport is practiced and develops. Nowadays is impossible to think of a major sports event without the media presence. In this sense, is easy to notice that “what” the media covers and “how” performs that coverage, and frame the participants in each sport, can be issues that create barriers due to stereotypes, trivialization and underrepresentation. Therefore, this study aims to analyse how the Paralympic athletes were portrayed by the media, through content analysis, and the reception os these representations by the athletes. We analyse the media coverage – including the analysis of the newspapers’ structural elements, photographs, terminologies and stereotypes/slogans – of the 2012 Paralympic Games in four Brazilian newspapers – O Globo, Folha de S. Paulo, Zero Hora e Estado de Minas – and interviewed six athletes. In general, our results show that in terms of images the athlete with major visibility is male with a physical disability – amputee, wheelchair user, visual disability – which is not hidden by the papers, the generic– such as the athletes’ names, nationality and age – and sportive – such the terms “athletes”, “competitors”, “champion”, etc. – terminologies were more used, as well as sportive slogans. Meaning, that athletes’ sportive abilities, or identity, were more frequently framed than their disability. At the interviews we noticed that some athletes prefer to be portrayed exclusively as high level athletes, although others as an example of overcoming. However the strongest theme was the indissociability of the characteristics of the being in its presentation. The interviewees want sport and disability to be portrayed as important parts of their identity.

Key-words: Representation. Paralympic Athletes. Press Coverage.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comparação entre o número total de notícias e notícias com foto em cada	141
Gráfico 2 – Participação brasileira nos Jogos Paralímpicos.....	143
Gráfico 3 – Ângulo da Fotografia.....	145
Gráfico 4 – Subcategorias da terminologia genérica.....	161
Gráfico 5 – Atletas mais associados a estereótipos	187

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Figura 1 – Fotografia em Plano Geral	146
Figura 2 – Fotografia em Plano Médio.....	146
Figura 3 – Fotografia em Plano Americano	147
Figura 4 – Fotografia em Close	147
Figura 5 – Uniforme com ação	154
Figura 6 – Uniforme sem ação	154
Figura 7 – Pose	155
Figura 8 – Sem uniforme sem ação	155

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da terminologia.....	20
Tabela 3 – Eixos temáticos das entrevistas	108
Tabela 4 – Número de notícias analisadas em cada periódico	113
Tabela 5 – Disposição das notícias no jornal	118
Tabela 6 – Localização das notícias na página.....	119
Tabela 7 – Tamanho das notícias	120
Tabela 8 – Número de Fotos	121
Tabela 9 – Fonte da notícia.....	121
Tabela 10 – Tipo de esporte	124
Tabela 11 – Tema	126
Tabela 12 – Foco da notícia.....	133
Tabela 13 – Gênero dos atletas.....	136
Tabela 14 – Identificação dos atletas representados.....	138
Tabela 15 – Gênero do atleta representado nas fotografias.....	143
Tabela 16 – Identificação dos atletas retratados em fotografia	145
Tabela 17 – Apresentação da deficiência	147
Tabela 18 – Tipo de deficiência	151
Tabela 19 – Composição da fotografia.....	154
Tabela 20 – Fonte de informação	158
Tabela 21 – Terminologia.....	161
Tabela 22 – Slogans.....	168
Tabela 23 – Atletas x Slogans	188

SUMÁRIO

	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
	INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA	14
1	“EU” E O “OUTRO”	28
1.1	Histórico da deficiência	28
1.2	O Corpo	35
1.2.1	<u>Múltiplos olhares</u>	36
1.2.2	<u>O corpo deficiente</u>	41
1.2.3	<u>Corpo esportivo</u>	48
1.3	Modelos que Explicam a Deficiência	51
1.3.1	<u>Modelo Médico ou Individual</u>	52
1.3.2	<u>Modelo Social</u>	54
1.3.3	<u>Críticas ao modelo social e o futuro do <i>Critical Disability Studies</i></u>	56
1.4	Os caminhos do estereótipo	68
1.4.1	<u>Os estereótipos da deficiência</u>	73
1.4.2	<u>Mídia e Estereótipos na televisão</u>	79
1.4.3	<u>Personagens com deficiência na indústria fílmica</u>	81
1.4.4	<u>A pessoa com deficiência nas páginas dos jornais e a visão da publicidade</u>	86
1.4.5	<u>Representações midiáticas do atleta paralímpico</u>	88
2	METODOLOGIA	94
2.1	Primeira fase	95
2.1.1	<u>Corpus do estudo</u>	96
2.1.2	<u>Objetivos e hipóteses</u>	97
2.1.3	<u>Codificação</u>	97
2.1.3.1	Sistema de categorias	99
2.1.3.1.1	Estrutura	100
2.1.3.1.2	Conteúdo	101
2.2	Segunda fase	105
3	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	110
3.1	Os Sujeitos	110
3.2	Estrutura dos jornais	112
3.2.1	<u>Os números</u>	112

3.2.2	<u>Elementos estruturais</u>	118
3.3	Conteúdo	122
3.3.1	<u>Tipo de esporte e tema</u>	122
3.3.2	<u>O preferido pela imprensa</u>	132
3.3.3	<u>Diga Xis: análise das fotografias</u>	141
3.3.4	<u>As vozes dos/nos jornais</u>	157
3.3.5	<u>Enquadramentos do atleta paralímpico</u>	159
3.3.6	<u>São todos iguais?</u>	186
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
	REFERÊNCIAS	201
	ANEXO A – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética	222
	ANEXO B – Roteiro para as entrevistas semiestruturadas	223

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Foi em 2004, ainda no início da graduação em Comunicação Social, que comecei a me interessar pelos Jogos Paralímpicos. Em casa, por conta da greve nas Universidades Federais, e apaixonada pelo esporte, me agarrei ao controle remoto e acompanhei avidamente os Jogos Olímpicos. Após o término dessa competição, ouvi o anúncio de que os Jogos Paralímpicos iriam se seguir. Esperei ansiosamente por mais quinze dias de cobertura esportiva, mas, para minha surpresa, tive de me contentar com boletins diários e a transmissão de algumas finais.

Ao final do período dos Jogos constatei que havia inúmeras e profundas diferenças na quantidade e na qualidade da cobertura midiática dos eventos. Durante os Jogos Olímpicos a Rede Globo e Band, detentoras dos direitos de transmissão na televisão aberta, alteraram sua programação a fim de transmitir ao vivo alguns esportes, e o Sportv, na televisão a cabo, que originalmente possuía dois canais (Sportv1 e Sportv2), alterou não só sua grade de programação, mas transmitiu o evento em quatro canais (Sportv1, Sportv2, Sportv3 e Sportv4), além de um canal mosaico com as imagens dos outros quatro canais. O evento foi transmitido ao vivo, foi tema de quase todos os programas regulares, e foram revisitados constantemente. Já para as Paralimpíadas os canais de televisão aberta reservaram apenas *flashes* na programação, e notas sobre medalhas nacionais nos telejornais. O Sportv voltou aos seus dois canais originais, bem como a sua grade de programação habitual. Senti-me frustrada: a maratona esportiva havia acabado antes do fim. Essa frustração inicial deu lugar à curiosidade: Por que a mídia fazia essa diferenciação? A curiosidade virou pesquisa de iniciação científica na graduação, que impulsionou o trabalho de conclusão de curso, que gerou novos questionamentos para o Mestrado, que, por fim, iluminou o caminho para o Doutorado.

Durante esse percurso acadêmico fui algumas vezes criticada por minha proximidade e apego ao tema. Concordo que este vínculo forte com o estudo pode cegar o pesquisador, e contei, por isso, com o auxílio de meus orientadores que ajudaram a me distanciar e observar o objeto com olhar crítico. Mas quando se trabalha com grupos minoritários, os estereótipos associados, seu histórico de luta, e todo o preconceito sofrido, torna-se difícil não se envolver. As pesquisas em torno da deficiência ainda são incipientes no Brasil, principalmente na área da Comunicação, talvez seja por isso que diversas vezes ouvi a seguinte pergunta: Você tem alguém na família com deficiência? Tal questionamento era motivado pela necessidade de se tentar entender o que me movia ao estudo. No entanto, os estudiosos que focam em grupos

minoritários como negros, indígenas e homossexuais, talvez não ouçam esse tipo de pergunta com tamanha frequência. Claro, que entendo que os afetos estão sempre envolvidos em nossas escolhas, olhamos para o objeto e o tema tentando planejar nosso futuro como profissionais, mas sempre buscamos o prazer na pesquisa, por isso a pergunta recorrente me preocupa e incomoda, principalmente quando vem de renomados e experientes pesquisadores, pois a motivação pessoal não pode ser a primeira explicação para o meu interesse. O que pretendo é trazer novos olhares e delinear novas posições frente ao tema, ao tentar traçar um novo direcionamento para a cobertura jornalística dos Jogos Paralímpicos e ao trazer os holofotes para o atleta com deficiência. Não desejo apenas o título de Doutora ao final desse trabalho, almejo mais. Quero que ao fim desse trabalho os resultados possam servir de base para novas pesquisas, e para mudanças na situação do jornalismo esportivo atual. Quero que o leitor passe a perceber as pessoas e atletas com deficiência com nova visão, impulsionando o processo de mudança de olhar da sociedade em direção a uma dimensão mais plural.

INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA

Muitos, tentados pela força dos meios de comunicação, tendem a crer que a mídia domina o mundo, no entanto ela apenas sugere e gera, sim, uma grande influência sobre sua audiência. Os meios são um sistema que se insere entre a opinião do público e o calendário midiático.

Vislumbramos daí as funções sociais da imprensa como serviço: informação, entretenimento, psicoterapia e inclusão social. O contato com conteúdo dos meios de comunicação oferece uma forma de diálogo que abre portas invisíveis para o mundo, auxiliando o indivíduo em seu sentimento de pertença, fortalecendo sua conexão a diversos grupos. Ou seja, os meios desempenham um papel importante no processo de socialização, considerando o conceito de socialização como o processo pelo qual o indivíduo adquire a cultura e interioriza normas sociais do grupo ao qual pertence, comportando-se de acordo com as expectativas sociais (HIAS, 2003). Podemos afirmar que a mídia transmite valores, ideologias e crenças das quais emergem representações sociais acerca de determinados grupos.

Como elemento na formação da opinião pública, a mídia também tem um importante efeito em como o esporte se desenvolve e é praticado (vide as mudanças de regras em alguns esportes por conta das transmissões televisivas). Atualmente é impossível pensar em um grande evento esportivo sem a presença dos meios de comunicação. Assim é fácil notarmos que ‘o que’ a mídia cobre e ‘como’ realiza essa cobertura, e trata os participantes em cada esporte, podem ser questões que criam barreiras devido a estereótipos, trivialização e sub-representação. Essas barreiras nos meios tendem a ser resultado de dois aspectos: a quantidade de cobertura e a representação de esportes e atletas (BERNSTEIN, 2002; PEDERSEN, 2002).

Os atletas com deficiência, por exemplo, são retratados de forma diferente, e, muitas vezes, são ignorados, e o jornalismo esportivo geralmente age como se o esporte adaptado não fosse legitimado e competitivo. Os Jogos Paralímpicos assumiram-se como corolário e expoente máximo do desporto adaptado com um número crescente tanto de países como de atletas participantes em cada edição. Tais competições voltadas às pessoas com deficiência, até pela sua dimensão, têm conseqüentemente, vindo a merecer um incremento em termos da atenção midiática. Sendo inegável nesse respeito o contributo da mídia para a divulgação e

promoção dos eventos esportivos, transformando as grandes competições em verdadeiros espetáculos.

Não obstante o seu potencial, o histórico de atuação da mídia em termos das representações e discursos adotados referentes à pessoa com deficiência, não raro, apenas replica os preconceitos e estereótipos sociais.

Assim, o objetivo dessa pesquisa é analisar a construção da figura do atleta paralímpico na mídia durante os Jogos de 2012, especificamente na imprensa – representada aqui pelos jornais Folha de S. Paulo, O Globo, Estado de Minas e Zero Hora – e sua recepção pelos atletas representados. Ou seja, tentar compreender de que forma é construída a representação do atleta paralímpico pela imprensa, levando-se em consideração o contexto histórico-social deste grupo de indivíduos, e de que forma esta representação é recebida, entendida e interpretada pelos próprios atletas representados.

Para isso começaremos, ainda na introdução, com algumas considerações sobre a questão da deficiência, bem como algumas ideias gerais sobre o esporte paralímpico. Acreditamos ser importante dar a conhecer a história do movimento paralímpico, sua inserção no Brasil, e sua posição atual, para que se possa entender melhor o contexto histórico-social no qual está inserido o atleta paralímpico.

No primeiro capítulo, intitulado ““Eu” e o “Outro””, desenvolveremos a ideia de que os corpos são formas de identificar incluídos e excluídos, e são usados como marcadores de distinção. Por isso os múltiplos olhares e disciplinas que se debruçam sobre o corpo serão aqui apresentados, bem como a construção da ideia de corpo deficiente/diferente. Da mesma forma, sendo o corpo de fundamental importância em nossas relações, como nos relacionamos com esse corpo diferente, como esse corpo se apresenta e como é percebido, serão as questões pertinentes nesse capítulo. Como tratamos de esporte em nosso trabalho, o corpo atlético também será discutido. Qual é o corpo atlético, quais suas diferenças com o não atlético e quais as diferenças entre o corpo atlético com e sem deficiência. O *Critical Disability Studies*, anteriormente *Disability Studies*, engendrou modelos para a análise da deficiência que se utilizam das mesmas disciplinas que se debruçam sobre o corpo. A forma como o corpo é, e foi, visto, entendido, interpretado e estudado pelas diversas disciplinas influenciou sobremaneira na forma com que a deficiência é, e foi, vista, entendida, interpretada e estudada. Assim, a apresentação dos diversos modelos existentes para o entendimento da deficiência, bem como uma análise mais aprofundada dos dois modelos clássicos (médico e social) são fundamentais para o nosso estudo.

Ainda nesse capítulo tentaremos desvendar os caminhos do estereótipo, apresentando suas nuances, principalmente baseado nas ideias de Lippmann (1922), Goffman (1988) e Hall (1997), desenvolvendo a diferença entre o “eu” e o “outro”, especificamente entre a pessoa com e sem deficiência. Também aqui apresentaremos a história do estereótipo associado à pessoa com deficiência e sua propagação pelos meios de comunicação, terminando com elucidações sobre a representação midiática do atleta paralímpico.

No segundo capítulo apontamos nossas escolhas empíricas e metodológicas, bem como detalhamos como se deu a escolha pela amostra da pesquisa e como foi feita a codificação do material. Ressaltamos os desafios encontrados e algumas críticas aos trabalhos que envolvem mídia e representação do atleta paralímpico. Por fim, o capítulo três apresentará, de forma detalhada, os resultados encontrados e a discussão e implicações dos mesmos. Para finalizar, concluiremos o estudo apontando caminhos para pesquisas futuras.

De quem estamos falando?

O conceito de deficiência é abrangente. De um lado, os estudiosos da área têm conceituado a deficiência como algum atributo inerente à pessoa, como algo que a caracteriza. De outro, a delimitação da conceituação tem sido baseada em áreas supostamente específicas de comprometimento (OMOTE, 1996). Assim, de acordo com a Organização das Nações Unidas (1981) a pessoa com deficiência é toda aquela cujas capacidades impossibilita-a de prover por si, no todo ou em partes, as necessidades de uma vida pessoal ou social “normal”, em consequência de uma deficiência, congênita ou não, das suas capacidades físicas ou mentais. Já a Organização Mundial de Saúde (OMS), através da *International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease (ICIDH)*, cuja tradução é *Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens: um manual de classificação das consequências das doenças (CIDID)*, versa que a “Deficiência, representa qualquer perda ou alteração de uma estrutura ou de uma função psicológica, fisiológica ou anatômica” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 1989, p. 56). Esse manual também define o que seria a incapacidade e a desvantagem. A incapacidade, segundo a CIDID (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 1989), reflete as consequências, resultantes de uma deficiência, em termos de capacidade de um indivíduo em realizar uma atividade, como por exemplo “incapacidade para andar”, “de

falar”, “de ouvir”. Já a desvantagem diz respeito aos prejuízos que o indivíduo vivencia devido a sua deficiência e incapacidade.

Santos (2008) relaciona a deficiência aos fenômenos sociais, sendo que este conceito percorreu um longo caminho nas diferentes sociedades e passou por significados distintos. Ainda segundo este autor, há duas formas diferentes de compreender a deficiência: como uma manifestação da diversidade humana que demanda adequação social para ampliar os ambientes às diversidades corporais, tornando-os inclusivos; e como uma restrição corporal que necessita de avanços na área da Medicina, para oferecer tratamento adequado para a melhoria do bem-estar das pessoas.

Aqui é interessante trazer à baila a dificuldade linguística do pesquisador na área da deficiência. Como grande parte dos estudos advém dos Estados Unidos e Inglaterra, e como a própria OMS utiliza o inglês como língua oficial em seu manual, esbarramos com a necessidade de tradução de alguns termos. O que se encontra é um verdadeiro caleidoscópio nas diversas produções, como nos afirma Amaral (1992, p. 41)

(...) *impairment* como impedimento, como deficiência, como incapacidade; *disability* como deficiência, incapacidade; *handicap* como incapacidade, invalidez, desvantagem... Naturalmente, quando uma das palavras em português estava numa dada posição as outras ‘movimentavam-se’ nesse pseudo caleidoscópio. Acrescenta-se a isso a constatação de que obras editadas no Brasil ou em Portugal apresentavam (e continuam apresentando) também escolhas diferentes de termos.

A tradução oficial do manual da OMS para o português, que foi realizada por um grupo de especialistas portugueses, nos traz: *impairment* como deficiência; *disability* como incapacidade; e *handicap* como desvantagem. No entanto, percebemos, ao longo de nossa trajetória acadêmica, que tal tradução não pode ser simplesmente utilizada para todas as produções de todos os países. Iremos, portanto, confiar em nosso conhecimento sobre o tema – adquirido com a pesquisa de Mestrado –, e da língua inglesa para buscar nos originais os conceitos dentro dos contextos usados para melhor apreender suas designações.

Para clarificar essas conceitualizações buscamos no Comitê Paralímpico Internacional (IPC) o conceito de deficiência utilizado para a elegibilidade de um atleta para os Jogos Paralímpicos. De acordo com o *IPC Classification Code and International Standards* (2007), para participar do Movimento Paralímpico o atleta deve ter uma limitação que leve a uma restrição de atividade permanente e verificável, sendo essa limitação de atividade uma dificuldade que o indivíduo possui em executar tarefas. Tendo de possuir uma das dez seguintes categorias de deficiência: deficiência na potência muscular; deficiência na

amplitude do movimento; deficiência nos membros; diferença no comprimento das pernas; baixa estatura; hipertonia (aumento na tensão muscular e resistência ao alongamento); ataxia (falta de coordenação dos movimentos musculares); atetose (disfunção motora); deficiência visual; deficiência intelectual (caracterizada como limitação significativa tanto das funções intelectuais e no comportamento).

Como falamos

A linguagem, muitas vezes, é utilizada para separarmos o mundo em que vivemos, e no caso do nosso estudo, para separar as pessoas sem deficiência daquelas com deficiência. Assim, a linguagem desempenha um papel fundamental em construir a pessoa com deficiência como “outro”. Por exemplo, o vocabulário utilizado para se referir a uma deficiência é frequentemente usado na forma de termo de abuso, como a pessoa que não consegue perceber algo em seu ambiente, ou que deixou de notar algo importante é chamada de “cega”, ou aquele que não consegue entender alguma coisa sofre escárnio e é taxado de “retardado” (MARKS, 1999). Da mesma forma, a linguagem não se constitui em um sistema referencial transparente, ou seja, ela não se refere direta e objetivamente aos objetos. Como nos afirma Hall (1997) a linguagem é um dos principais sistemas que influenciam na constituição de nossas percepções.

Amaral (1994, p.7) afirma que

A abordagem e a terminologia utilizada pelos meios de comunicação de massa (...) refletem na interpretação da sociedade sobre os principais temas de interesse coletivo. Se a informação não é cuidada, acaba reforçando estigmas e posturas preconceituosas transmitidas culturalmente, que podem significar, no mínimo, um empecilho à evolução e ao desenvolvimento social.

Ao mesmo tempo em que a linguagem adequada auxilia na mudança de estigmas, as referências negativas podem servir para perpetuar mitos e estereótipos negativos. De acordo com Auslander e Gold (1999b) se por um lado as terminologias servem para uniformizar o vocabulário e facilitar a comunicação, por outro serve para separar e rotular um determinado grupo da sociedade. Dessa forma, o uso de termos inadequados pode resultar na transmissão de uma ideia estereotipada e prejudicial ao grupo rotulado. De acordo com Marques (2001b)

às vezes o uso de certos termos, muito difundidos e aparentemente inocentes, reforça preconceitos.

Segundo Vivarta (2003) e Sasaki (2003) o termo “deficiente” é considerado pejorativo uma vez que considera que a pessoa é imperfeita no seu todo, o que não contribui para a mudança da representação social das pessoas e atletas com deficiência. Contudo, Haller e colaboradores (2006) afirmam que a palavra “deficiente” encaixa perfeitamente nas normas do jornalismo, por exemplo, pelo fato de ser de menor extensão do que “pessoas com deficiência”. Levando em conta as restrições espaciais do jornalismo impresso podemos perceber que o uso do termo “deficiente” torna-se mais adequado ao jornal. Marks (1999), por sua vez, tece alguns comentários acerca do termo “pessoas com deficiência”. De acordo com a autora se não chamamos uma mulher de “pessoa com cromossomo x”, ou um idoso de “pessoa que viveu uma vida longa”, por que deveríamos nos referir ao deficiente como “pessoa com deficiência”?

All these examples indicate an attempt to appeal to the authentic and core person, underlying what are presumed to be ‘superficial’ aspects associated with physical or intellectual appearance or functioning. An attempt is made to put the ‘person first’, because it is assumed that the impairment is so negative that it eclipses personhood¹(MARKS, 1999, p. 146).

Ainda de acordo com Marks (1999) a terminologia “positiva” oferece conforto temporário, isso porque a atualização constante da linguagem utilizada (inflação da linguagem) é uma das formas que os profissionais ligados à questão da deficiência utilizam para se distinguir de seus antecessores. Mudando a terminologia e designando a nova como a mais correta ou mais adequada, as pessoas evitam olhar criticamente para si e para a complexidade das funções da linguagem. Além disso, aqueles que utilizam a terminologia considerada adequada são vistos como pessoas que atingiram a “iluminação”. Havia um professor com deficiência visual da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, que costumava dizer que a intenção valia muito mais do que as palavras. Em um exemplo divertido dizia que havia duas formas de alertá-lo sobre um buraco no meio do caminho, “Pessoa com deficiência visual... (caí no buraco)”, por isso preferia “Ceguinho, olha o buraco!”.

¹ Todos esses exemplos indicam uma tentativa de se clamar pela pessoa autêntica e essencial, que está sob o que se presume ser aspectos ‘superficiais’ associados às características e funções física e intelectual. Tenta-se colocar ‘a pessoa em primeiro plano’, porque assume-se que a deficiência é tão negativa que obscurece a individualidade (Tradução livre da autora).

Outro exemplo é o caso do workshop de subnormalidade (*subnormality workshop*). Alguns professores foram convidados a lecionar no curso que já existia há algum tempo, mas o nome não agradou a esses novos professores que o consideravam ofensivo e decidiram por alterá-lo para workshop sobre a deficiência mental (*mental handicap workshop*). Alguns anos mais tarde o termo caiu em desuso, sendo substituído por dificuldade de aprendizado (*learning disability*), assim aqueles que mantinham o termo anterior passaram a ser considerados politicamente incorretos, e mais ainda, opressores. Nesse momento, os professores perceberam que as mudanças na terminologia podem refletir um processo de eufemização ao invés de efetivamente mudar premissas (MARKS, 1999).

Sinason (1992) chega a sugerir que, ao nível do inconsciente, as mudanças constantes da terminologia expressam o desejo de que a deficiência desapareça; assim a terminologia positiva pode servir como negação e não como aceitação da deficiência. Não se pode ser ingênuo em acreditar que apenas mudanças na terminologia podem efetivamente alterar comportamentos. No caso da deficiência, tudo isso se complica quando temos, além das mudanças constantes, grupos diferentes com manuais diversos. Usamos como referência para nossos estudos o quadro *People First Language* da *American Red Cross* (2006), que também é utilizada pelo Comitê Paralímpico Internacional, e os artigos do consultor de inclusão social Romeu Sasaki (2002a, 2002b, 2003).

Este último autor afirma que não existe apenas um termo correto ou válido em todas as épocas e lugares, “A razão disto reside no fato de que a cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade enquanto esta evolui em seu relacionamento com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência” (SASSAKI, 2003, p. 01).

Tabela 1 - Evolução da terminologia

Época	Termos	Valor e Significados
No começo da história	“os inválidos”	Indivíduo sem valor, socialmente inútil.
Século XX até meados de 1960	“os incapacitados”	Indivíduo sem capacidade ou com capacidade residual, reduzida.
De meados de 1960 a 1980	“os defeituosos”, “os deficientes”, “os excepcionais”	Defeituosos – indivíduos com deformidades, Deficientes – indivíduos com deficiências, Excepcionais – indivíduos

		com deficiência intelectual, e também superdotados.
De 1981 a 1987	“pessoas deficientes”	Valorização da pessoa, com ampliação dos direitos.
De 1988 a 1993	“pessoas portadoras de deficiência”	A pessoa passa a portar uma deficiência, sendo essa um detalhe.
De 1990 até hoje (ainda é usado)	“pessoas com necessidades especiais”, “portadores de necessidades especiais”, “pessoas especiais”, “pessoas com necessidades educacionais especiais”	Necessidades especiais – valor agregado tanto à pessoa com deficiência quanto a outras pessoas. Especiais – não é exclusivo de pessoas com deficiência. Termos reduzido de “pessoas com necessidades especiais” Pessoas com necessidades educacionais especiais – Utilizado na área da educação.
Junho de 1994 – Declaração de Salamanca	“pessoa com deficiência”	Empodera as pessoas, exigindo sua inclusão em todos os aspectos da vida em sociedade. Termo preferido por diversos autores.
Mai de 2002 – Frei Betto em artigo para O Estado de S. Paulo	“portadores de direitos especiais”	Não há agregação de valor.

Fonte: Adaptação de Sasaki (2005).

Como veremos no próximo capítulo, um dos debates trazidos pelo modelo social da deficiência e pelo *Disability Studies* está relacionado à linguagem. Foi consenso entre os pesquisadores que a linguagem advinda do modelo médico estava carregada de preconceitos e violência, termos como “aleijado”, “manco”, “retardado”, “pessoas com necessidades especiais” foram abolidos, e os termos “pessoa deficiente”, “pessoa com deficiência”, e “deficiente” surgiram. De acordo com Diniz (2007, p. 10) as expressões apontam que a deficiência é uma “(...) característica individual na interação social”, e completa afirmando que mais recentemente a escolha da palavra “deficiente” está ligada à aproximação do campo aos estudos culturais e de identidade, e que “Assim como os estudos sobre raça não mais adotam o conceito de “pessoa de cor”, mas “negro” ou “indígena”, os estudos sobre deficiência assumiram a categoria “deficiente”” (DINZ, 2007, p. 10). O termo “deficiente”

gera discussão, uma vez que foi, e ainda é, considerado por algumas Organizações não Governamentais (ONG) e pesquisadores como uma palavra que carrega em si uma carga negativa e depreciativa, como já dito anteriormente. Porém não há um consenso sobre o uso ou não do termo, ou ainda sobre qual o melhor termo a ser usado. Entre os teóricos do modelo social de vertente britânica, a preferência é pelos termos “deficiente” e “pessoa deficiente”, pois denotam identidade, ao contrário de “pessoa com deficiência” que sugere que a deficiência é propriedade da pessoa. Oliver (1990), precursor do modelo social, por exemplo, critica o uso de “pessoa com deficiência”.

Em nosso estudo consultamos todo o material citado e decidimos por utilizar os seguintes termos: pessoa/atleta com deficiência, atleta paralímpico, paratleta, deficiente. Apesar de concordarmos que há estigma associado ao termo “deficiente”, o utilizaremos aqui no sentido substantivado (pessoa que possui deficiência) e não adjetivado (incapaz, ineficiente). Atualmente esta palavra está voltando a ser utilizada, portanto a empregaremos sem sentido pejorativo, significando apenas indivíduos com deficiência física, intelectual, auditiva, visual ou múltipla.

Breves Considerações sobre o Esporte Paralímpico

Os Jogos Paralímpicos são indubitavelmente o evento paradesportivo mais importante do mundo. Além de ser o segundo maior evento esportivo em número de participantes e países.

As Paralimpíadas têm sido fundamentais para a mudança de atitudes da sociedade em relação às pessoas com deficiência; além disso, também é fator fundamental para a inclusão do tema na pauta das discussões políticas, promovendo o conceito de uma sociedade sem barreiras. Contudo é interessante ressaltar que os estudos acadêmicos sobre a história do evento ainda dão os primeiros passos. Não há arquivo ou biblioteca que documente essa história, e os registros sobre os Jogos, principalmente os anteriores à edição de 1988, foram perdidos, jogados fora ou destruídos por incêndio no caso dos Jogos de Roma/1960 (BRITAIN, 2010). Percebemos, também, que os autores que se debruçaram sobre o tema divergem em alguns números e datas. Para evitar entrar em tal conflito, uma vez que não realizamos uma pesquisa histórica dos Jogos iremos apenas delinear alguns fatos importantes a fim de contextualizar o evento no qual nosso objeto está inserido.

A História

Depois da Segunda Guerra Mundial, por conta do vasto conhecimento médico e desenvolvimento de novas tecnologias, a expectativa de vida de pessoas com lesões medulares aumentou significativamente. Fato que gerou necessidade de melhorar e enfatizar a reabilitação. Assim foram lançadas as primeiras sementes do que viriam a ser os Jogos Paralímpicos (LEGG; STEADWARD, 2011). O governo Britânico, preocupado com essas questões, e com o aumento do número de lesionados no pós Guerra, criou, em 1944, o *Spinal Injuries Centre* (Centro de Lesionados Medulares) no Hospital de Stoke Mandeville.

Ludwing Guttmann, então diretor do centro, introduziu as práticas esportivas como parte da reabilitação dos pacientes e é visto por muitos como o Barão de Coubertin dos Jogos Paralímpicos (GOLD; GOLD, 2007).

O esporte como reabilitação e recreação cresceu e Guttmann promoveu em 1948 o primeiro Stoke Mandeville Games que aconteceu nos jardins do hospital reunindo 16 atletas (14 homens e duas mulheres) com lesão medular que competiram em tiro com arco. A partir dessa primeira edição o evento passou a ter periodicidade anual. Em 1949 reuniu um número ainda maior de competidores e já nessa edição Guttmann expressou o desejo de que os jogos se internacionalizassem e adquirissem fama semelhante à dos Jogos Olímpicos (GOLD; GOLD, 2007). A internacionalização veio logo a seguir, em 1952 ao receber atletas holandeses competindo em sinuca, dardo, tênis de mesa, além do tiro com arco (LEGG; STEADWARD, 2011). Em 1953 Finlândia, França, Israel e Canadá também enviaram equipes para o evento; em 1955 os Estados Unidos tiveram sua primeira participação, seguidos pela Austrália em 1957. Gradualmente o evento deixou de ser voltado para os pacientes ou pessoas que passavam por processo de reabilitação. Em 1959 como resposta à demanda por maior financiamento e organização internacional foi criado o *International Stoke Mandeville Games Committee* (Comitê Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville), que ficou responsável pela organização dos Jogos até 1972 (GOLD; GOLD, 2007).

Com o crescimento do evento esportivo, a edição de 1960 aconteceu em Roma, mesma sede dos Jogos Olímpicos e reuniu 400 atletas cadeirantes de 23 países. Quatro anos depois de sua edição inaugural, os Jogos Paralímpicos (que só receberam esse nome nessa edição de 1964) aconteceram em Tóquio, novamente na mesma sede dos Jogos Olímpicos.

Assim a expectativa era a de que a edição seguinte teria lugar na Cidade do México. Porém não foi o que aconteceu e os jogos foram transferidos para Tel Aviv, pois além do

temor de que as pessoas com lesão medular não sobreviveriam à altitude, a cidade mexicana carecia de assistência e serviços para pessoas com deficiência. Em 1972 Heidelberg, na Alemanha, foi sede das Paralimpíadas, enquanto Munique recebeu os Jogos Olímpicos. Algo semelhante aconteceu em 1976, enquanto a cidade canadense de Montreal foi a sede das Olimpíadas, Toronto sediou os Jogos que pela primeira vez incluíram pessoas com deficiência visual e amputados. Em Arnhem/1980 foi a vez dos atletas com paralisia cerebral debutarem. O evento paradesportivo aconteceu na Holanda ao contrário dos Jogos Olímpicos que tiveram sede em Moscou, porque o governo soviético considerou que por não oferecer esporte para pessoas com deficiência seria inapropriado receber os Jogos (LEGG e STEADWARD, 2011).

Em 1984 o evento deveria ser sediado pela *University of Illinois*, no entanto, o comitê organizador havia se preparado para receber apenas as modalidades que envolviam cadeirantes. Assim os eventos que incluíam atletas com paralisia cerebral, amputação e deficiência visual foram transferidos para Nova York. Mesmo com a mudança, os organizadores oficiais (*University of Illinois*) alegando problemas financeiros e dificuldades na organização, acabaram por cancelar os Jogos. Com pouco tempo para resolver a questão, as competições com atletas cadeirantes foram então transferidas para Stoke Mandeville que já possuía a estrutura necessária. Assim a edição de 1984 teve duas sedes, Nova York e Stoke Mandeville. Esses foram os primeiros Jogos oficialmente reconhecidos pelo Comitê Olímpico Internacional como Paralímpicos (GOLD; GOLD, 2007).

Tabela 2 – Participação nos Jogos Paralímpicos

Ano	Sede	Número de Países	Número de Atletas
1960	Roma	23	400
1964	Tóquio	21	375
1968	Tel Aviv	29	750
1972	Heildelberg	43	984
1976	Toronto	40	1657
1980	Arnhem	43	1973
1984	Stoke Mandeville e Nova York	86	2900
1988	Seoul	61	3057
1992	Barcelona	83	3001
1996	Atlanta	104	3259

2000	Sydney	122	3881
2004	Atenas	135	3808
2008	Pequim	146	3951
2012	Londres	164	4237
2016	Rio de Janeiro	159	4316

Fonte: Comitê Paralímpico Internacional.

O paradesporto se expandiu gerando a necessidade da criação de novas organizações internacionais. Assim, em 1982 foi criado o *International Coordinating Committee* (ICC – Comitê Coordenador Internacional) que reuniu outras instituições e deu, pela primeira vez, uma voz única ao esporte para pessoas com deficiência, além de ter sido capaz de desenvolver uma relação mais clara e direta com o Comitê Olímpico Internacional e Comitês Organizadores dos Jogos Olímpicos.

Os Jogos de Seul/1988 são considerados como o marco dos Jogos Paralímpicos modernos (LEGG; STEADWARD, 2011), e foram os primeiros sob a coordenação do ICC. O evento além de ter tido a mesma sede dos Jogos Olímpicos, utilizou os mesmos locais de competição, o que representou a linha divisória entre o esporte como reabilitação e o esporte de alto rendimento. A partir dessa data comissão técnica e atletas se profissionalizaram ainda mais, houve maior atenção midiática e ampliação de patrocínios.

Em 1989 os Jogos entraram em sua última fase evolutiva com a instituição do Comitê Paralímpico Internacional que agregou 162 Comitês Paralímpicos Nacionais, cinco organizações regionais e quatro federações internacionais especializadas em um tipo de deficiência, sendo desde 1992 a única coordenadora dos Jogos Paralímpicos reconhecida pelo Comitê Olímpico Internacional (GOLD; GOLD, 2007).

Em 1996 Atlanta recebeu pela primeira vez os atletas com deficiência intelectual. Contudo, após a descoberta de que o time de basquete espanhol havia fraudado as Paralimpíadas de Sydney/2000, incluindo atletas sem a deficiência, as pessoas com deficiência intelectual foram suspensas e excluídas das Paralimpíadas, retornando apenas na edição de Londres/2012.

Entre 2000 e 2006 o Comitê Olímpico e o Comitê Paralímpico Internacional assinaram acordos que possibilitaram maior cooperação entre ambos, além de investimentos e apoio financeiro. Em Junho de 2001 foi decidido que ambos os eventos teriam a mesma cidade-sede e usariam as mesmas instalações esportivas. Outro importante acordo foi a integração dos dois eventos com único Comitê Organizador local.

O Esporte Paralímpico no Brasil

Em 1958, Robson de Almeida Sampaio, atleta com paraplegia, funda no Rio de Janeiro o Clube do Otimismo. No mesmo ano, Sérgio Serafim Del Grande que havia tido contato com o basquete em cadeira de rodas nos Estados Unidos onde realizava sua reabilitação, funda o Clube dos Paraplégicos em São Paulo, que já em 1960 participa do 1º Campeonato Mundial (de basquete em cadeira de rodas) em Roma (ARAÚJO, 1997). O primeiro confronto entre as equipes paulista e carioca aconteceu em 1959 no Maracanãzinho (ARAÚJO, 1997). Assim, o basquete foi o primeiro esporte paralímpico disputado no Brasil.

Com o tempo outras modalidades começaram a ser praticadas e o país participa dos Jogos Paralímpicos de Heidelberg/1972 pela primeira vez, mas sem medalhas. Assim, a fim de organizar o esporte paralímpico, é fundada em 1975 a Associação Nacional de Deporto para Deficientes (ANDE).

De forma mais organizada os brasileiros participam dos jogos seguintes em Toronto/1976 e conquistam seus primeiros bons resultados. Robson Sampaio Almeida e Luís Carlos Coutinho ficam em segundo lugar na bocha. Em Arnhem/1980 uma participação tímida da seleção brasileira apenas com o time masculino de basquete em cadeira de rodas, sem conquista de medalhas.

Na década de 1980 o número de atletas e o interesse pelo esporte paralímpico crescem, e em 1984, no mesmo ano em que o Brasil conquista 21 medalhas no evento de Stoke Mandeville e Nova York, são criadas a Associação Brasileira de Desporto para Cegos (ABDC) e a Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas (ABRADECAR). Seoul/1988 é a edição em que todos os recordes são batidos, 59 atletas e 28 medalhas. Em 1995 é fundado o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) que desde então é a entidade que organiza o esporte paralímpico no Brasil.

Sistema de Classificação

A classificação dos atletas paralímpicos é uma das áreas mais difíceis e mais controversas do esporte. Com a inclusão de outros tipos de deficiência nos Jogos Paralímpicos tornou-se necessário assegurar um nivelamento entre a capacidade física e competitiva dos

atletas, colocando deficiências, e níveis de deficiência, semelhantes em um determinado grupo; assim como acontece no esporte convencional que é dividido em categorias por idade, sexo, peso. As categorias precisam ser ao mesmo tempo atraentes para o público e justas para os atletas.

Atualmente o Movimento Paralímpico utiliza dois tipos de classificação: o sistema geral que leva em consideração o tipo e o nível de deficiência de um atleta, por exemplo, o nível de deficiência visual; e o sistema funcional que avalia os atletas em termos de suas habilidades em realizar certos movimentos requeridos pelo esporte.

Como cada modalidade requer diferentes habilidades, o sistema de classificação é também específico e desenvolvido pela Federação Internacional que coordena o esporte. Essas federações também são responsáveis por rever esse sistema periodicamente (INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 2015).

Quando começam a competir os atletas são alocados em uma categoria que pode ser revista (por pedido do próprio ou de terceiros) durante sua carreira, como, por exemplo, deficiências que são degenerativas e podem mudar com o decorrer do tempo. A equipe responsável pela classificação é composta por profissionais da área médica, da educação física e fisioterapia.

Na parte médica é feito um exame físico para verificar exatamente a patologia do atleta bem como sua inabilidade que afeta a função muscular necessária para um determinado movimento. Na avaliação funcional são realizados testes de força muscular, amplitude de movimento articular, mensuração de membros, coordenação motora, evidenciando os resíduos musculares utilizados para a performance na prova.

Por último vem a avaliação técnica que consiste na demonstração da prova realizada utilizando as adaptações necessárias. São observados os grupos musculares na realização do movimento, técnica utilizada, também são observadas a utilização de próteses e órteses durante a prática desportiva (CARDOSO; GAYA, 2014, p.140).

A partir da avaliação o atleta é alocado em uma das classes do sistema de classificação de acordo com o Comitê Paralímpico Internacional (para mais detalhes ver INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 2015), lembrando sempre que quanto menor o número maior o grau da deficiência.

1 “EU” E O “OUTRO”

1.1 Histórico da deficiência

Os antigos gregos foram os primeiros a questionar no que consiste a perfeição e ainda, que tipo de perfeição o ser humano pode atingir. Platão sugeriu que as formas ideais fornecem um padrão para a beleza estética. Seguindo as ideias de Platão, a arte Ocidental tem procurado representar o corpo humano perfeito. Essa representação tem se concentrado particularmente na masculinidade, na ação, na fisicalidade e na eficiência dos movimentos (MARKS, 1999). Entre os gregos o corpo era fundamental, principalmente pela importância dada à estética, aos ideais atléticos e às práticas bélicas, por este motivo, foi na Grécia Antiga que o termo estigma foi cunhado para designar “sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava” (GOFFMAN, 1988, p. 11). O costume era ou sacrificar aqueles que apresentavam deficiências, as crianças pertenciam ao Estado a quem cabia examiná-las ao nascer e julgar se poderiam trabalhar ou guerrear, assim aquelas consideradas disformes e “inaptas” eram jogadas do alto do abismo de Taigeto, localizado perto de Esparta; ou escondê-los em locais secretos (FIALHO, 2004). Em Roma o extermínio era visto como uma forma de evitar que as partes sadias da sociedade fossem corrompidas. Ou seja, na Antiguidade o “problema” da deficiência não existia, pois estes indivíduos eram exterminados ao nascer.

Na Idade Média, durante a Inquisição as diferenças corporais eram vistas como resultado da união entre a mulher e o demônio, levando tanto mães quanto filhos com deficiência à fogueira (MARKS, 1999). No período pós-Inquisição o homem passa a ser visto como manifestação de Deus, sendo, portanto, o extermínio das pessoas com deficiência uma prática inaceitável. A visão da deficiência se transforma, sendo agora atribuída ora a desígnios divinos, ora à possessão demoníaca, por uma razão ou por outra a principal atitude da sociedade em relação a tais indivíduos era de intolerância e punição e as iniciativas giravam em torno de maus tratos e torturas.

Ainda na Idade Média, quando as Cruzadas – operações religiosas e bélicas –, mutilaram muitos religiosos, a divinização passou a imperar (TONINI; LOPES, 2016). Essa visão diminuiu os maus tratos e torturas, e levou as pessoas com deficiência a serem acolhidas por instituições de caridade dando início ao sentimento de pena e ao estereótipo de

“coitadinho”. Entre os séculos XV e XVI, o comércio se expandiu, novas terras foram descobertas e o mundo ganhou novas fronteiras, com isso novas concepções de homem e sociedade surgiram. A diferença passou a estar vinculada com a concepção econômica e produtiva, e as pessoas improdutivas, dentro daquela noção, eram classificadas como incapazes e um fardo para a sociedade. Isto significa que a partir do século XV, a pessoa com deficiência passa a ser vista como um ser improdutivo (PEREIRA, 2006).

Nos séculos XVII e XVIII a discussão sobre a deficiência ganha certo fôlego, as atitudes vão desde a institucionalização até o ensino especial; representando, ainda, a incompatibilidade com a sociedade. Nessa época, a principal ideia cingia-se a evitar o contato com o “outro/estranho”. Nessa mesma época houve um avanço da medicina, associando a deficiência à ideia de doença e à necessidade de reabilitação (MARKS, 1999). As instituições que acolhiam esses indivíduos reforçavam a ideia de que eram sujeitos da caridade alheia, com todas as implicações sociais negativas produzidas por essa condição, que podem ser sentidas até hoje. No fim do século XVIII a ideia de invalidez e incapacidade já estava atrelada à ideia de deficiência (TONINI; LOPES, 2016). É importante notar que a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial, a noção de deficiência/eficiência passou a estar intimamente relacionada à produtividade. A deficiência começa a ser entendida como fator impeditivo para o trabalho, o que fez agravar ainda mais a marginalização desses indivíduos.

Nos séculos XIX e XX alguns governos começam a reconhecer sua responsabilidade no cuidado do bem-estar destes cidadãos. A partir daí o debate sobre o tema passa a ser mais amplo e novos direitos vão sendo conquistados.

Assim, como afirma Pontes, Naujorks e Sherer (2001), notamos que são os valores culturais que permitem categorizar as pessoas que fogem aos padrões de normalização, aferindo a essas, determinados rótulos sociais, que, como argumenta Lippman (1922), são demasiado vazios, abstratos e desumanos. De acordo com Maciel (2000) o estigma da deficiência é grave, uma vez que transforma essas pessoas em seres incapazes, improdutivos, indefesos, sempre deixados em segundo lugar na ordem das coisas. Ou seja, as pessoas com deficiência enfrentam duplamente os efeitos da vulnerabilidade social. Primeiro, por não serem reconhecidas socialmente como sujeitos produtivos, e com conseqüente dificuldade de inserção no mercado. E segundo, mesmo pela impossibilidade de garantirem sua autonomia econômica, social e simbólica, resultando em exclusão e isolamento ao não fazerem parte da sociedade produtiva (SANTOS, 2008). O sujeito com deficiência torna-se reduzido a essa deficiência, o que o impede de exercer seu papel social de indivíduo.

Atualmente as cirurgias estéticas, depilação, personal trainers, dietas e uma série de tratamentos de saúde e beleza, são caminhos utilizados pelo sujeito moderno para corrigir “falhas” em sua aparência. Na sociedade contemporânea atomizada, o corpo é, para muitas pessoas, uma das poucas áreas de controle e autoexpressão remanescentes, uma vez que se não se tem controle sobre a complexidade da sociedade, pelo menos se consegue controlar, em alguns casos, algumas características corporais como forma e tamanho. O corpo é, assim, cada vez mais, usado como marcador de distinção e como uma entidade que está em processo de tornar-se; um projeto que deve ser trabalhado e realizado como parte da identidade do indivíduo (SHILLING, 1993). Contudo, as pessoas com deficiência funcionam como um lembrete desconfortável de que nós podemos não estar totalmente no controle de nosso destino e que nossos corpos e mentes estão vulneráveis.

Diz Gil (1994, p. 10):

Nós exigimos mais dos monstros [diferentes], pedimo-lhes, justamente, que nos inquietem, que nos provoquem vertigens, que abalem permanentemente as nossas mais sólidas certezas; porque necessitamos de certezas sobre a nossa identidade humana ameaçada de indefinição. Os monstros, felizmente, existem não para nos mostrar o que não somos, mas o que poderíamos ser. Entre esses dois pólos, entre uma possibilidade negativa e um acaso possível, tentamos situar a nossa humanidade de homens.

Assim a deficiência funciona como constituinte da eficiência. É apenas definindo o “outro” – alguém que é fundamentalmente diferente – que a cultura sem deficiência é capaz de sustentar uma imagem de si mesmo como racional, no controle, autoritária e conhecedora. O rótulo de anormal tem dupla função: ao mesmo tempo em que serve como “(...) ingresso numerado indicando em que lugar o indivíduo deverá sentar no Teatro da Vida, também determina que papel ele deverá representar nesse Teatro!” (GLAT, 1991, p. 9). A pessoa estigmatizada passa a agir de acordo com os padrões de comportamento esperados, reforçando ainda mais essa situação. Como afirma Schneider (1985, p. 73) “(...) os outros não se relacionam com o indivíduo desviante em si, mas sim com o seu rótulo, criando uma relação de distância e despersonalização”.

Essas ideias sugerem que existe uma dificuldade em se identificar com corpos que possuem diferenças marcantes, e que passam a ser vistos, portanto, como patologias. “Ou seja, quando uma pessoa com características diferentes daquelas que se esperava encontrar em determinado ambiente é apresentada ou é vista fazendo parte dele, essa pessoa é considerada estranha” (SANTOS, 2008, p. 504). Esse desvio corporal, caracterizado pela falta ou excesso de algo, representa aquilo que foge ao esperado, ao eficiente, ao belo, ao capaz, etc.

A percepção dessas diferenças nos leva a atitudes e comportamentos relativamente ao “outro”. O desenvolvimento dessas atitudes perante as pessoas com deficiência, o “outro” em questão, atravessou diversos períodos remetendo-nos a diferentes perspectivas em relação a este grupo.

Como vimos desde os seus primórdios a sociedade tendeu a marginalizar e inabilitar as pessoas com deficiência impondo-lhes o estigma da diferença. Contudo, mesmo na atualidade, e apesar de vivermos numa sociedade dita inclusiva, o preconceito para com a pessoa com deficiência é ainda prevalecente; agora como não é possível desviar-se ou evitar o encontro, a melhor solução é a recusa desse encontro (BAUMAN, 1999). Todo o indivíduo que foge aos padrões de normalidade é considerado estereotipado. O discurso sobre a deficiência, ou pessoas com deficiência, não é um retrato de como ela é, mas como é interpretada através de parâmetros ideológicos.

Conforme entramos no terceiro milênio, as preocupações acerca das dimensões social e política da deficiência intensificaram-se consideravelmente. E a exclusão das pessoas com deficiência da vida econômica e social tornou-se objeto de protestos e mobilizações. E este novo foco sobre as questões da deficiência também fez com que houvesse um crescimento do chamado *Disability Studies*, e o amadurecimento da literatura sobre vários aspectos da deficiência, sendo este um fenômeno global.

Nos últimos anos, o *Disability Studies* mudou radicalmente, principalmente no Reino Unido e nos Estados Unidos, inclusive adotando nova terminologia, transformando os estudos sobre e da deficiência em *Critical Disability Studies*. Nos passados 30 anos o pensamento deslocou-se da concepção física da deficiência para a concepção social, levando em consideração a experiência da deficiência.

Na década de 1980, o pensamento dominante era conduzido pelo modelo médico que define a deficiência através da limitação individual que impedia que uma pessoa realizasse tarefas do dia a dia, o que resultava, geralmente, em deficiência social. Atualmente este modelo é visto de forma negativa e já se consegue perceber seus equívocos. A interpretação social da condição redireciona a questão do indivíduo para sociedade. Assim, a deficiência passa a ser vista como um problema social, e é definida como a perda ou limitação de oportunidades de participação na vida normal da sociedade, em mesmo nível de outros, devido a barreiras físicas ou sociais. A diferença entre os modelos médico e social foi articulada pela primeira vez na academia por Mike Oliver em 1983, e a partir de então vem se desenvolvendo. Todavia as discussões acerca dos modelos já vinham sendo feitas pelos

movimentos em defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Veremos esses modelos de forma mais detalhada mais adiante.

Segundo dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012) cerca de 45,6 milhões de brasileiros declaram possuir algum tipo de deficiência, isso corresponde a 23,9% da população. Apesar do número relativamente expressivo, não só essas pessoas como também o tema da deficiência fica relegado a segundo plano. Os indivíduos que não seguem as “normas” prescritas relativas à aparência ou comportamento são alvos de tratamentos distintos, que variam de acordo com o período histórico e valores culturais.

Ao analisarmos os estudos sobre grupos minoritários percebemos que grande parte deles trata o conceito de estereótipo atrelado à questão racial ou de gênero, com raríssimos trabalhos relacionados à questão da deficiência, isso evidencia a importância do tema. De fato, foram apenas nos últimos 200 anos que as políticas a favor das pessoas com deficiência apareceram.

Outra dicotomia relevante prende-se ao fato de para além de serem vistos como seres incapacitados que não conseguem solucionar seus problemas, há da mesma forma, a imagem do “super-herói”, com algumas capacidades mais desenvolvidas em detrimento de outras, acabando por reforçar estereótipos, estigmas e posturas preconceituosas. O estereótipo de “super-herói” demonstra claramente como o diferente/estranho/outro é desacreditado, uma vez que não se espera que uma pessoa com deficiência consiga atingir níveis altos de rendimento no campo esportivo, ou em outros campos sociais.

Como já citado em outro trabalho nosso (FIGUEIREDO; NOVAIS, 2009), um exemplo paradigmático da nova roupagem assumida pelos estereótipos relativos às pessoas com deficiência pode ser encontrado no, à primeira vista inofensivo, desenho animado “Dumbo” de Walt Disney, conforme enunciada por Amaral (1994). O personagem principal do desenho é o elefante Dumbo que nasce com uma deformidade física – suas orelhas são grandes demais. Dumbo é, então, alvo de humilhações e vítima de agressões físicas e morais. Porém, ao participar de uma atração no circo o pequeno elefante alça um longo voo, deixando todos maravilhados. Logo depois do fenômeno, Dumbo se transforma em herói, astro de cinema e investimento de grande porte. “Moral da história: só sendo herói, o diferente/deficiente tem o direito de ser feliz” (AMARAL, 1994, p.64). Fenômeno similar ocorre, por exemplo, com os atletas com deficiência. Quando apenas a deficiência está em evidência o indivíduo é visto como “coitadinho”, mas ao se transformar em atleta de alto nível, recordista mundial, medalhista paralímpico, o indivíduo com deficiência é o herói, que superou suas próprias dificuldades.

As pessoas sem deficiência raramente admitem nutrir sentimentos negativos relativamente à deficiência, ou ao sujeito com deficiência; as verbalizações públicas desse sentimento são veementemente rechaçadas. Contudo o preconceito está presente, na maioria das vezes, baseado em atitude comiserativa. O preconceito

refere-se a atitudes sociais ou crenças cognitivas depreciativas, à expressão dos afetos negativos, à manifestação de hostilidade ou comportamento discriminatório para com os membros de um grupo. Trata-se de uma atitude necessariamente negativa e injusta sobre uma categoria social ou um indivíduo que se supõe ser membro desta categoria (FIALHO, 2004, p. 17).

Diversos estudos tentam entender o preconceito, que refere-se a atitudes sociais negativas ou crenças depreciativas, focando em suas diferentes causas, nenhum, entretanto, oferece uma explicação completa sobre o conceito. Como resultado, vemos inúmeras tentativas de classificar e categorizar suas causas, estruturando-as em diferentes níveis de análise; por exemplo, Allport (1954) identificou seis níveis de causa: histórica, sócio-cultural, situacional, de personalidade, fenomenológica e de estímulo. Simpson e Yinger (1985) registram três categorias em termos de determinantes: culturais, grupais e individuais. Outros estudos apontaram dois tipos de teoria ou níveis de análise: teorias sociológicas (sociedade) e teorias psicológicas (indivíduo).

De acordo com Duckitt (1992) tais classificações são essencialmente descritivas e simplistas e não auxiliam a entender o fenômeno. Esse autor ainda aponta sete importantes estágios e mudanças na forma com que o preconceito é entendido pela psicologia. Nos primeiros dois estágios a principal preocupação girava em torno da natureza e conceitualização do preconceito, enquanto os outros cinco investigavam suas causas. Nesses últimos estágios, quatro processos causais foram apontados: 1) o ser humano é propenso ao preconceito; 2) as interações sociais e grupais dão condições para o aparecimento do preconceito; 3) existem mecanismos de transmissão do preconceito entre os membros de um mesmo grupo; 4) as diferenças individuais determinam a suscetibilidade do indivíduo ao preconceito.

A partir dos anos 1960 os estudos acerca do preconceito apontam uma aproximação entre o social e o psicológico, possibilitando as investigações que fundamentam a teoria dos conflitos reais. Essa teoria argumenta que as causas do preconceito situam-se na competição entre grupos pelos recursos limitados, ou seja, quanto mais competição haja por recursos, mais intenso será o preconceito, a discriminação e a hostilidade entre os grupos. Durante a década de 1970 surge a Teoria da Identidade Social de Tajfel (1972) que explica o

preconceito a partir de fatores motivacionais e cognitivos. E em 1980, as noções crescentes de desigualdade focam os estudos sobre a mobilidade social protagonizada por grupos desfavorecidos. Nas últimas décadas os estudos desenvolvidos nessa área incitam à ampliação das questões referentes aos processos psicológicos universais e a base do preconceito.

Como resultado do tratamento negativo, a pessoa com deficiência desenvolve uma opressão interna, que gera sentimentos de dúvida e inferioridade. De acordo com o modelo médico, esses sentimentos fazem parte de uma resposta psicológica do indivíduo à deficiência, entretanto o modelo social construtivista vê essa opressão como resultado da imposição de uma identidade marginalizada.

Em nossa sociedade somos, cada vez mais, impelidos a atingir o ideal corporal imposto, a atingir o sucesso em um ambiente educacional altamente competitivo, a acumular o máximo de saúde, status e independência nos locais de trabalho, e tornarmos-nos pessoas desejáveis através da imagem, vestuário, papéis desempenhados, e habilidades. Assim dentro dessa cultura narcisista, faz algum sentido que as partes de nós que não se enquadram nessas expectativas tornem-se inaceitáveis. E, de acordo com Watermeyer (2006) para que possamos rechaçar essas partes indesejáveis do self criamos cinco mecanismos de defesa, que servem também para exclusão das pessoas com deficiência:

- a) Divisão: tendência de separarmos o mundo em opostos binários como bem e mal, em categorias com fronteiras bem demarcadas (preto e branco, sem áreas em cinza). Assim criamos as categorias com deficiência e sem deficiência, e da mesma forma dentro da categoria de pessoas com deficiência separamo-las em “coitadinhos” dependentes e “super-heróis”. Na literatura, cinema ou mídia em geral a tendência é que as pessoas com deficiência sejam representadas como santas e puras ou vilões malignos;
- b) Idealização: É, normalmente, empregada junto com a divisão, e implica a atribuição de características excessivas, irreais e extremamente positivas. O que gera a necessidade de retratar a pessoa com deficiência como “super-herói”. Essa perspectiva gera duas visões. Primeiro reforça a ideia de que as pessoas com deficiência devem superar suas dificuldades, expressa pela retórica do “tudo é possível”, “não existe a expressão ‘não posso’”, entre outros. Segundo, essa visão gera um intenso desrespeito pela experiência vivida pelas pessoas com deficiência, lembrando-nos do modelo médico. Assim, é negado à pessoa com deficiência sua representação como um ser

humano complexo, com suas vulnerabilidades e forças, esperanças e perdas, competências e insuficiências;

c) **Projeção:** Atribui-se a outra pessoa, animal ou objeto as características, sentimentos, desejos, etc. que a própria pessoa recusa conhecer em si própria. Ou seja, o diferente é o outro, o mundo externo no qual projetamos ou conferimos nossas características indesejadas. Marks (1999, p. 23) afirma que a projeção é a chave para entendermos os mecanismos psíquicos do preconceito contra a pessoa com deficiência;

d) **Reação:** Nesse mecanismo de defesa evitamos qualquer sentimento e impulso evocado em nós pelas imagens da deficiência;

e) **Racionalização:** Os indivíduos constroem uma justificativa consciente para seus atos, mas os motivos que o levam a agir de determinada maneira ficam no inconsciente.

Goffman (1988) ainda nos revela duas formas do estigmatizado responder à estigmatização: o indivíduo pode tentar corrigir diretamente o que é visto como “defeito” ou “anormalidade”, e aqui se tem a predisposição à vitimização; ou o indivíduo pode tentar corrigir seu estado de forma indireta através de um esforço para ingressar em áreas de atividades vistas como fechadas a pessoas com deficiências, como, por exemplo, o esporte de alto rendimento.

1.2 O Corpo

Buttler (1993) começa o prefácio de *“Bodies that Matter: On discursive limits of “sex”*”, contando que começou a escrever o livro tentando considerar a materialidade do corpo e segue narrando a dificuldade que encontrou para disciplinar-se para não sair da temática. Contudo, percebeu que o estudo do corpo levava-a a outros domínios, e que o corpo não cessava em indicar um mundo além dele mesmo, um movimento que supera seus próprios limites.

Deparamo-nos com dificuldade semelhante. Ao nos debruçarmos sobre os estudos do corpo nos sentimos jogados de um lado para o outro entre estudos que abordam o tema sob os mais diversos olhares e mais variadas perspectivas. O objeto é rico e diverso. A definição de

corpo perpassa diversas disciplinas, por isso, torna-se difícil restringir seu significado e suas implicações.

As descobertas do corpo possuem uma história secular e vasta, pontuada pelos avanços e limites do conhecimento humano. Pois se o corpo não cessa de ser descoberto, é preciso não perder de vista a provisoriedade de cada conhecimento produzido a seu respeito: constantemente redescoberto, nunca, porém, completamente revelado! (SANT'ANNA, 2000, p. 237).

O conhecimento do corpo que vai da medicina dos humores à biotecnologia moderna, que passa pela Psicologia, Antropologia, Sociologia, não se restringe a um campo ou a outro, pertence a todos.

No início de nossa busca sobre o corpo fomos alertados: realizar uma historiografia das pesquisas sobre o tema seria arriscado, senão impossível. Por isso não é o que pretendemos fazer, o que fatalmente resultaria em um texto pouco profundo. A escassez de trabalhos que façam uma revisão sistemática das pesquisas acerca do corpo é outro desafio encontrado e corrobora o alerta inicial. Como afirma Lock (1993, p. 134), “Many researchers who have attempted to theorize and grapple with epistemology have become progressively eclectic in their efforts to portray the body in its infinite complexity while becoming increasingly aware that the "problem" of the body will not be settled”².

Não iremos desenvolver com profundidade as sugestões levantadas. O que faremos, portanto será apenas apontar alguns momentos, disciplinas e autores que considerados fundamentais para o entendimento das múltiplas visões sobre o corpo, que fazem com que o tema seja valorizado em nossa pesquisa.

1.2.1 Múltiplos olhares

Para a fisiognomonia – forma de psicologia arcaica com grande aceitação entre os séculos XVI e XVIII –, por exemplo, o significado do corpo poderia ser inferido através do exterior, ou seja, características como integridade moral, honestidade, criminalidade, cinismo estavam abertas para escrutínio em virtude das irregularidades que o corpo apresentava.

² Muitos pesquisadores que tentaram teorizar e lidar com a epistemologia tornaram-se, progressivamente, ecléticos em seus esforços de representar o corpo em sua infinita complexidade ficando cada vez mais conscientes de que o “problema” do corpo não será resolvido (Tradução livre da autora).

A fisiognomonia influenciou as artes plásticas, dramaturgia, literatura, publicidade e diversos outros meios de comunicação, assim como a área médica (cirurgia plástica, por exemplo). O estudo da face como tela da expressão de sentimentos, bem como de suas proporções, continua na contemporaneidade, mas também ela, por sua vez, influenciada por outras áreas como a Estética, Sociologia, etc.

Dominado pela astrologia, o pensamento fisiognomônico liga o reino da alma e o domínio do corpo (COURTINE, 2012a). Aos poucos as presenças mágicas se apagam do corpo e a fisiognomonia passa a ser contestada pela ciência no início do século XVII. Contudo

Se a fisiognomonia deixou de participar da racionalidade científica no fim do século XVIII, nem por isso ela deixa de ser um elemento essencial do conhecimento comum, dos saberes ordinários que informam as práticas de observação do outro, num momento em que as convulsões políticas e sociais se tornam mais do que nunca necessária a decifração de novas identidades (COURTINE, 2012a, p. 409).

De acordo com Porter e Vigarello (2012) a ciência, a partir do século XVII naturaliza e “desencanta” o corpo, referindo-se mais a si do que à ordem cósmica. A anatomia ocupou um lugar considerável na história do conhecimento do corpo, tornando-se o modelo do saber (MOULIN, 2011), e a partir do século XIX a medicina passa a exercer forte influência na gerência e estudo do corpo, o que não significa que anteriormente a esta data ele era visto unicamente sob o olhar metafórico ou mágico. Antes da concepção moderna de corpo a Teoria do Equilíbrio dos Humores, de Hipócrates (460-377 a.C) já atestava que o mesmo era composto por quatro humores – sangue, bÍlis, fleuma, e atrabÍlis ou bÍlis negra – que encontram-se em equilíbrio e cuja perturbação causa a doença. Galeno de Pérgano entre 130 e 200 d.C. desenvolveu o campo da anatomia concebendo um modelo que perdurou por quatorze séculos, mas também já evidencia que as ideias biológicas e naturais de corpo foram, na verdade, construídas historicamente (SEPARAVICH; CANESQUI, 2010).

O descobrimento do Novo Mundo, com suas novas espécies de plantas e animais, direcionaram médicos a um novo contexto científico que passa a seguir a botânica e a zoologia e converter-se à observação (FLAURE, 2012). Mas as técnicas terapêuticas fundadas na teoria humoral (como sangrias, purgantes, etc.) ainda foram utilizadas até finais do século XVIII (SEPARAVICH; CANESQUI, 2010). O surgimento da clínica e a transformação do hospital como local de observação, disciplinarização e constatação de patologias (FOUCAULT, 1989), no início do século XIX, foi fundamental para que a doença fosse fundada como categoria do saber.

De acordo com Moulin (2011, p. 15) “A história do corpo no século XX é a de uma medicalização sem equivalente”. As novas tecnologias médicas permitem alterações corporais através de cirurgia plástica estética e reconstrutiva, na tentativa de se inserir numa sociedade normativa, além de técnicas de reprodução e o Projeto Genoma, ambos formas de eugenia da normalidade (GARLAND-THOMSON, 2004).

Juntamente com o desenvolvido das ciências naturais (Química, Botânica, Biologia, Anatomia, etc.) a Antropologia também estruturou-se e firmou-se como ciência oferecendo referencial teórico para se discutir o corpo.

Almeida (2004) utiliza os sete tópicos abordados por Lock (1993), para mapear as áreas mais enfocadas pela antropologia em suas reflexões sobre o corpo. O primeiro diz respeito à incorporação; o segundo tema trata da construção do self e do Outro; o terceiro corresponde ao tema dos corpos dóceis e resistentes; o quarto aborda a doença como performance cultural; o quinto aborda a montagem, a *mimesis*, a alteridade e a agência; o sexto trata da epistemologia e política do corpo; e o sétimo, por fim, debruça-se sobre a normalização e reconstrução de corpos.

Pensava-se ser possível encontrar a origem do homem – o “homem original” – à medida que esse fosse despido de suas camadas culturais. Sem essas camadas acreditava-se chegar ao ser natural, desprovido de influência cultural, “(...) o que se buscava era o homem biologicamente pronto, sem as influências do meio ambiente e das dimensões socioculturais responsáveis pela diferenciação futura” (DAOLIO, 2007, p. 32). De acordo com Daolio (2007) com o desenvolvimento da Antropologia e da Arqueologia foi possível rechaçar essas ideias, uma vez que foram encontradas evidências de cultura em épocas anteriores ao *homo sapiens*. O mesmo autor conclui que o homem só se constitui como tal através da “(...) concorrência simultânea de fatores culturais e biológicos” (DAOLIO, 2007, p. 33).

Quando se fala de corpo nos estudos antropológicos o trabalho de Marcel Mauss é incontestável como legado para se pensar o corpo como instrumento sobre o qual incidem técnicas, sendo Mauss considerado, inclusive, um dos primeiros autores a estabelecer parâmetros teórico-metodológicos do que hoje é conhecido como sociologia do corpo. Em seu ensaio “As Técnicas Corporais”, Mauss (1984) afirma que não existe comportamento natural, ou seja, o corpo nunca poderia ser encontrado no suposto estado natural, e que cada ação carrega em si marcas do aprendizado e da cultura. Durkheim (1989), em “As Formas Elementares da Vida Religiosa”, de forma análoga, distingue o corpo físico universal do corpo social e afirma que o “homem é duplo”.

Mary Douglas (1996) desenvolve essas ideias ao afirmar que

The social body constrains the way the physical body is perceived. The physical experience of the body, always modified by the social categories through which it is known, sustains a particular view of society. There is a continual exchange of meanings between the two kinds of bodily experience so that each reinforces the categories of the other. As a result of this interaction the body itself is a highly restricted medium of expression³ (DOUGLAS, 1996, p. 69).

Segundo a autora o corpo é matriz de múltiplos significados e afirma que toda expressão “natural” é culturalmente determinada, mas ao mesmo tempo essas categorias também são utilizadas para legitimar hierarquias, diferenças e exclusões. O corpo é, indubitavelmente, espaço de hierarquia e poder. Sua docilidade e disciplinarização foram necessárias para que a produção capitalista alcançasse êxito. Foucault (1988) define biopoder como a força que constitui a materialidade do sujeito humano, ela forma, assegura e normaliza o ser através de processos de “sujeição” (estatística, demografia, eugenia, medicalização, esterilização). Mas biopoder não é apenas uma força política, ele determina a forma com que os seres experenciam a materialidade de seus corpos. O corpo, de acordo com Foucault é construído, moldado e remoldado pela intersecção de uma variedade de práticas discursivas disciplinares. A materialidade do corpo é indeterminada, seus limites negociáveis, ou seja, mais do que limites ele incorpora um conjunto de possibilidades.

Turner (1992) identifica quatro tarefas sociais fundamentais para a ordem social, referidas como os quatro “r”: reprodução; regulação dos corpos (principalmente médico e de criminalidade); restrição (controle dos desejos e paixões); e representação dos corpos (apresentação do corpo). As ideias de Turner têm como inspiração os escritos de Foucault, principalmente os que dizem respeito à normalização e vigilância.

Ao falar de corpo não podemos deixar de mencionar Merleau-Ponty (1962) que vê o corpo como um criador ativo de significado e o local de expressões significativas. O corpo não deve ser visto como matéria separada da subjetividade e do ambiente, mas como uma entidade intrinsecamente ligada ao contexto e significado criativo. Bourdieu (1987), por sua vez, analisa a forma com que o corpo adota uma maneira particular e habitual de se relacionar com o ambiente. As formas com que nos apresentamos e gerenciamos interações em um ambiente social familiar e material são parte do que Bourdieu (1998) chama de ‘*habitus*’. A construção social das ideias relacionadas ao corpo se dá pela natureza própria dos mesmos.

³ O corpo social limita a forma com que o corpo físico é percebido. A experiência física do corpo, constantemente modificado pelas categorias através das quais é conhecido, mantém uma visão particular de sociedade. Há constante troca de significado entre os dois tipos de experiência corporal de modo que uma reforça as categorias da outra. Como resultado dessas interações o corpo em si é um médio altamente restrito de expressão (Tradução livre da autora).

E como o corpo também é construído socialmente a Sociologia é um terreno fértil para o desenvolvimento de conceitos e ideias.

Etnólogos e antropólogos ampliaram e afinaram as questões sobre o corpo ao analisar culturas distintas e os trabalhos de Maurice Leenhardt, B. Malinowski, Roger Bastide, M. Mead, G. Bateson, C. Lévi-Strauss, entre outros, contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento da sociologia do corpo na Europa (SANT'ANNA, 2000, p. 238-239).

A sociologia do corpo tem como campo de investigação a compreensão da corporeidade humana através de abordagens diversas e alternativas, todavia Nettleton (2001) afirma que três são as principais: regulação social do corpo; ontologia do corpo; e experiências do corpo (*sociology of embodiment*).

Turner (1984/2008) afirma haver duas tradições dominantes na sociologia do corpo. Uma é a decodificação cultural do corpo como um sistema de significados que possui uma estrutura definida que existe separadamente das intenções e concepções dos indivíduos; e a outra é o estudo fenomenológico da incorporação (*embodiment*) que tenta entender as práticas humanas que são organizadas ao longo da vida. Os principais contornos dessa sociologia são: o corpo é simultaneamente um ambiente/local (parte da natureza) e o intermediário do self (parte da cultura); torna-se importante distinguir o corpo das populações do corpo dos indivíduos, o corpo do indivíduo é controlado e organizado de acordo com os interesses da população; o corpo está no centro de lutas políticas; e a diferenciação entre corpo e self.

Até recentemente a sociologia tendeu a tirar do corpo sua ideia de estrutura orgânica (desnaturalizar), parte disso como reação ao reducionismo biológico. Porém essa negligência começou a ser retificada nas últimas décadas. Turner (1984/2008) foi um dos autores que fez com que o corpo estabelece-se como um objeto de estudo respeitável. “While the body is an object with specific physiological characteristics and thus subject to natural processes of ageing and decay, it is never just a physical object. As embodied consciousness, the body is drenched with symbolic significance”⁴ (TURNER, 2008, p. 52).

Nossa intenção com esses parágrafos iniciais foi dar a conhecer as múltiplas visões acerca desse objeto de estudo rico, para, a seguir, discutir como as mudanças de pensamento sobre esse tema deixaram marcar profundas nos estudos das questões da deficiência.

⁴ Apesar de o corpo ser um objeto com características fisiológicas específicas, e portanto sujeito ao processo natural de envelhecimento e deterioração, ele nunca é apenas um objeto físico. Com consciência corporificada, o corpo está encharcado de significado simbólico (Tradução livre da autora).

1.2.2 O corpo deficiente

Formalmente articulada em 1832 pelo zoologista francês Isidore Geoffroy Saint-Hilaire, a teratologia articula os *freaks*/aberrações como uma espécie patológica da monstrosidade. As primícias da teratologia já se constituíam na Antiguidade, com as descrições dos monstros por Aristóteles e Plínio; o Cristianismo não modificou a natureza temível ou venerável das representações da diferença, apenas relacionava-as ao pecado ou ao milagre.

Eis o que é o monstro: uma presença repentina, uma exposição imprevista, uma perturbação perceptiva intensa, uma suspensão trêmula do olhar e da linguagem, algo de irrepresentável. Pois o monstro é, exatamente, no sentido mais pleno e mais antigo do termo, uma maravilha, isto é, um evento cujas raízes etimológicas (*mirabilis*) reatam antes de tudo ao campo do olhar (*mirror*), a uma subversão imprevisível dos quadros perceptivos, a um arregalar dos olhos, a uma aparição. Aparição do inumano, da negação do ser humano no espetáculo do ser humano vivo (...) (COURTINE, 2012b, p. 498).

O monstro deixa as margens do mundo e sua presença gera uma curiosidade febril. De 1840 a 1970 esses corpos monstruosos e disformes eram apresentados em formas de “curiosidades” humanas em show de horrores ou *freak shows*, que aconteciam em feiras e festas, e que tomaram o mundo de assalto (STIKER, 2012, p. 362). Paris é a capital mundial das “curiosidades” humanas, todos os “fenômenos” acabavam passando pela cidade, fortalecendo o comércio das monstrosidades nos famosos *entra e sai* (*Entre-sort*). Londres também não fica de fora do circuito das monstrosidades, bem como Nova York. Segundo Courtine (2011, p. 268) “(...) o espetáculo e o comércio dos monstros, muito longe de serem atividades ambíguas ou marginais, serviram de campo de experimentação para a indústria da diversão de massa na América do Norte – e em proporção menor na Europa – do final do século XIX”.

Garland-Thomson (1996) afirma que o *freak show* foi um elemento central em nosso projeto cultural coletivo para a representação do corpo. Indivíduos sem braços e pernas realizavam no palco o que se chamava de “performances”, desempenhando tarefas como tocar violino, escrever, costurar, ou até tomar chá, esses “feitos” eram detalhados e inflados de uma linguagem que tornava-os extraordinários e ao mesmo tempo provocam pena e admiração.

Progressivamente no decorrer do século XIX a cultura do voyeurismo entra em conflito com a cultura da observação científica (COURTINE, 2011). Essa racionalização

associada à criação de novos e variados estabelecimentos de entretenimento, aliados à educação como o *British Museum* afetaram a credulidade do público e em consequência o fluxo de curiosos no universo dos *freak shows*. Na mesma medida o monstro passa a ser percebido como humano e o espectador reconhece não mais apenas a diferença, mas a semelhança que desperta a solidariedade e compaixão. No início do século XX os *freak shows* passam a ser alvos da polícia do espetáculo que restringe a exibição das “curiosidades” humanas. Todavia alguns “fenômenos” como a mulher barbada e o homem tronco continuam a se apresentar com a defesa de que não eram apenas “curiosidades”, mas artistas.

Os monstros ou as “curiosidades” humanas deixam de dar lucro e a partir de 1940 esse tipo de espetáculo desaparece quase inteiramente. Mas a ideia do monstro como entretenimento permanece, renascendo no cinema. Courtine (2011) relata que a partir de 1920 os primeiros monstros cinematográficos começam a surgir, Frankenstein, Drácula, Doutor Jekyll, esses são, no entanto, personagens de filmes de horror considerados tranquilizantes.

Freaks, um filme norte-americano produzido em 1932 por Tod Browning, rompe com essa convenção, tornando-se “(...) um marco na história das representações do corpo anormal, um limiar na genealogia das percepções da deformidade humana” (COURTINE, 2011, p. 321). O filme conta a história da bela trapezista Cleópatra que planeja se casar e assassinar – com a ajuda de seu amante – o anão Hans a fim de herdar sua fortuna. Seus planos, no entanto, são descobertos e os culpados punidos. Ao mesmo tempo em que mostra sensibilidade ao retratar que corpos belos podem ser a morada de almas monstruosas e corpos monstruosos podem ser morada de almas belas, a cena final em que os fenômenos do circo arrastam-se na lama para mutilar a bela trapezista, a fim de que seu corpo reflita a escuridão de sua alma, mostra ambiguidade. O filme apresenta todas as contradições de um momento de transição, o olhar *voyuer* ainda está fortemente presente com a exposição de corpos monstruosos, mas choca pelo crescente olhar de compaixão. O filme foi um fracasso de bilheteria e um campeão de críticas, resultado, que juntamente com as vozes europeias que pedem o fim dos *freak shows*, atesta a mudança no cenário do entretenimento no que diz respeito à exposição de corpos. A mudança também veio em outras áreas, além do entretenimento.

Antes de ser visto como humano, ao monstro era negado os direitos básicos; o Tratado do direito criminal francês de Rauter em 1835 afirma que ““Não pode ser cometido homicídio nem sobre um morto nem sobre um monstro”(…). É isso que os códigos civis vão progressivamente corrigir no decorrer do século (...)” (COURTINE, 2011, p. 295).

A evolução da anatomia e da embriogenia leva à criação de uma teratologia científica que consistiu numa ruptura na história da exposição dos corpos diferentes/anormais que passam a ser exclusividade do olhar médico. O olhar médico/científico se fortalece e chega a adquirir força de lei.

É interessante aqui notar que anomalia e monstruosidade foram, por muito tempo, empregadas como sinônimos. Isidore Geoffroy Saint-Hilaire defende a distinção entre os termos. Para esse autor, monstruosidade é uma espécie de anomalia, podendo ser dividida em Variedades (leves que não causam deformidade ou não limitam função – exemplo: artéria renal dupla), Vícios de conformação (leves, porém produzem deformidade e/ou limitam função – exemplo: lábio leporino), Heterotaxias (complexas e graves, mas não limitam função ou produzem deformidade aparente – exemplo: transposição completa das vísceras) e Monstruosidades (complexas e graves, limitam função ou produzem deformidade – exemplo: ciclopia) (CANGUILHEM, 2009).

No século XIX o domínio da anomalia, de acordo com Foucault (2001), se constituiu a partir de três elementos. O primeiro é o “monstro humano”, que define sua existência como uma violação das leis da sociedade e das leis da natureza. “Digamos que o monstro é o que combina o impossível com o proibido” (FOUCAULT, 2001, p. 70). O segundo elemento é o “indivíduo a ser corrigido”, específico dos séculos XVII e XVIII, com taxa de aparecimento mais elevada do que o monstro e existente no contexto de referência familiar, ou seja, mais limitado do que o monstro cujo contexto era a natureza e a sociedade. É regular em sua regularidade e incorrigível em sua corrigibilidade, ou seja, mesmo sendo considerado incorrigível um número de intervenções são realizadas. “Monstro empalidecido e banalizado, o anormal do século XIX também é um incorrigível, um incorrigível que vai ser posto no centro de uma aparelhagem de correção. Eis o ancestral do anormal do século XIX” (FOUCAULT, 2001, p. 73). O terceiro elemento é o “masturbador”, figura nova do século XIX, seu contexto de referência é “(...) toda uma espécie de microcélula em torno do indivíduo e do seu corpo” (FOUCAULT, 2001, p. 74). O anormal seria então um descendente desses três indivíduos.

Por muito tempo “(...) o corpo disforme ou enfraquecido se achou aproximado do corpo monstruoso ao ponto de ser identificado com ele” (STIKER, 2012, p. 348), contudo, conforme já elucidado, com o fortalecimento da medicina e do olhar médico sobre o corpo o monstro passa a ser reconhecido como humano, e é feita a clara separação entre monstro e enfermo.

O direito romano já distinguia claramente a deformidade, enfermidade ou defeito do monstro propriamente dito. Segundo Foucault (2001) o monstro que perdura da Idade Média ao século XVIII é a mistura do reino humano com o animal. É o misto de espécies, misto de dois indivíduos (gêmeos siameses), misto de sexos (hermafrodita), de vida e morte (fetos), de formas (sem braços, pernas ou ambos); mistos que transgridem. “A enfermidade é, de fato, algo que também abala a ordem natural, mas não é uma monstruosidade, porque a enfermidade tem seu lugar no direito civil e no direito canônico” (FOUCAULT, 2001, p. 80).

No começo do século XX pessoas impotentes, dependentes de assistência, privada ou pública, eram sinônimos de enfermos. Castel (1995) ao falar de “handicapologia” refere-se àqueles que incapazes de prover às suas necessidades são dispensados do trabalho, é nessa categoria onde se encontra sistematicamente os enfermos, cujos corpos apresentam estigmas de toda sorte (STIKER, 2012). O dilema que se coloca então é “(...) como conferir uma normalidade ao corpo enfermo e fazer desaparecer sua aparência chocante ao mesmo tempo em que se sublinha a sua anormalidade?” (STIKER, 2012, p. 352).

Esse dilema e os conceitos de monstruosidade, anomalia e enfermo até aqui apenas pincelados, pois nos seria impossível trazer de forma aprofundada o histórico dos estudos sobre os mesmos, nos leva a perceber que para se entender o corpo deficiente/diferente precisamos nos voltar para o conceito de norma, ou de corpo normal.

Nos *freak shows*, a

(...) exibição do anormal tem precisamente por alvo a propagação de uma norma corporal. O monstro é sempre uma exceção que confirma a regra: é a normalidade do corpo urbanizado do cidadão que o desfile dos estigmatizados diante da objetiva convida a reconhecer no espelho deformador do anormal (COURTINE, 2011, p. 280).

Courtine (2011) afirma ainda que há um interesse pedagógico por trás da exibição da diferença, uma vez que a exposição do selvagem ensina a civilização, a visita ao necrotério reforça o medo do crime, os moldes anatômicos devastados pela sífilis e por outras doenças expostos nos museus ensina os perigos da promiscuidade sexual e a importância da higiene, enquanto que o monstro, na redoma do embriologista, ensina-nos a norma. O autor afirma ainda que essas exposições foram “(...) uma das formas essenciais da formação do poder de normalização na virada do século: a extensão do domínio da norma se realizou através de um conjunto de dispositivos de exibição do seu contrário, de apresentação da sua imagem” (COURTINE, 2011, p. 261).

Garland-Thomson (2004) afirma que a deficiência tem quatro aspectos: é um sistema através do qual interpreta-se e disciplina-se as variações corporais; é também uma relação entre corpos e o ambiente; é um conjunto de práticas que produzem corpo com e sem deficiência; e uma forma de descrever a instabilidade inerente do eu corporificado. E completa, que

Moreover, disability is a broad term within which cluster ideological categories as varied as sick, deformed, crazy, ugly, old, maimed, afflicted, mad, abnormal, or debilitated – all of which disadvantage people by devaluing bodies that do not conform to cultural standards. Thus, the disability system functions to preserve and validate such privileged designations as beautiful, healthy, normal, fit, competent, intelligent – all of which provide cultural capital to those who can claim such status (...)⁵ (GARLAND-THOMSON, 2004, p. 77).

Quando nos definimos como normais, simultaneamente definimos quem é anormal em comparação conosco. Contudo pelo fato de o conceito de normalidade ser histórica e culturalmente construído, um conceito de norma ou normalidade universal nos parece impossível. Canguilhem (2009) em seu livro “O Normal e o Patológico”, afirma

No science can prescriptively define a normal or healthy life. There are no “objective facts” about which bodily conditions are vital or normal and which are healthy or sick. There are no purely physical facts about the identity of the body’s functional parts or their norms of reaction, which cannot be established apart from how people are accustomed to reacting, feeling, or being able to perform⁶ (Canguilhem, 2009, p. 93).

Apesar de não ser universal e não poder ser baseada unicamente em fatos objetivos, provavelmente não há sequer uma área da vida que a norma ou média não tenha sido calculada (DAVIS, 2006). A inteligência é avaliada, os níveis de colesterol, altura, peso, dimensões corporais, tudo é medido e calculado para se chegar ao homem normal.

Nossa intrínseca necessidade, ou desejo, de comparar-nos uns aos outros pode levar à falsa ideia de que o conceito de norma sempre existiu. A ideia de norma está muito mais

⁵ Além disso, deficiência é um termo amplo no qual se inserem categorias ideológicas tão variadas quanto doente, deformado, louco, feio, velho, mutilado, aflito, demente, anormal, ou debilitado – os quais são pessoas desfavorecidas por seus corpos não conformarem-se aos padrões culturais. Assim, o sistema da deficiência funciona a fim de preservar e validar as designações privilegiadas tais como belo, saudável, normal, atlético, competente, inteligente – os quais fornecem capital cultural àqueles que não reivindicam tais status (...) (Tradução livre da autora).

⁶ Nenhuma ciência pode prescritivamente definir uma vida normal ou saudável. Não há “fatos objetivos” sobre quais condições corporais são vitais ou normais e quais são saudáveis ou não. Não existem fatos puramente físicos sobre a identidade de partes funcionais do corpo ou suas normas de reação, que não podem ser estabelecidas separadamente da forma com que as pessoas estão habituadas a reagir, sentir ou ser capaz de agir fisicamente (Tradução livre da autora).

associada a certos tipos de sociedade do que à natureza humana (DAVIS, 2006). Um outro conceito antecede o conceito de norma: o ideal. Por volta do século XVII o corpo ideal, exemplificado pela Vênus de Milo, é mitológico, atingido apenas pelos deuses e inacessível ao ser humano.

O conceito de norma entra na cultura europeia muito mais tarde, apenas no século XIX. Para entender o conceito de norma ou média (*average*) Davis (2006) volta-se para a estatística. Nessa época o estatístico francês Adolphe Quetelet percebeu que se podia aplicar a disciplina às características humanas, como peso e altura, formulando o conceito de homem médio. A burguesia, que buscava uma justificativa para sua ideologia e hegemonia, apoderou-se do conceito, e essa passou a ser a racionalidade através da qual a posição central da burguesia foi entendida. Com esse pensamento o homem médio torna-se o tipo ideal, a posição desejável. A principal contraposição dos conceitos de ideal e norma é a de que o primeiro é mais desejável do que atingível, ao contrário o segundo indica que a maior parte da população deve, de alguma forma, enquadrar-se nos padrões. É necessário situar-se dentro da curva da normalidade, todavia em uma população essa curva sempre tem seus extremos, e assim, seus desviantes; quando se pensa em corpo os extremos da curva são os anormais, ou onde as pessoas com deficiência se inserem.

Waldschmidt (2005) afirma que existem dois tipos de norma: a normas normativas ou normatividade e as normas normalísticas ou normalidade. Normatividade refere-se ao poder que as normas sociais e legais, que são impostas, possuem. Assim as normas normativas orientam as pessoas de acordo com regras externas que devem ser seguidas, e têm como objetivo a conformidade, estabilidade, prevenir o desvio e proteger a sociedade do caos. Normalidade consiste em comparar as pessoas umas com as outras de acordo com um padrão (WALDSCHMIDT, 2005).

De acordo com Davis (2006) quase todos os primeiros estatísticos eram também eugenistas. “Statistics is bound up with eugenics because the central insight of statistics is the idea that a population can be normed”⁷ (DAVIS, 2006, p.06). É, assim, que baseado no binômio saúde (progresso)/doença que o corpo-organismo, passível de ser invadido por doenças, sobrevive. O corpo com deficiência é então visto como o corpo doente que precisa ser tratado, e principalmente tornado produtivo. Deficiência e a doença constituem um papel social específico caracterizado pelo desvio da norma, e por esse motivo os indivíduos estão cada vez mais sendo chamados a monitorar e prevenir deficiências e doenças. Assim além do

⁷ A estatística está ligada à eugenia porque a principal visão da estatística é a ideia de que a população pode ser “normalizada” (Tradução livre da autora).

estado normal do corpo, a saúde também é buscada. A ideia de corpo saudável é herança da forte medicalização e higienização pela qual passou a sociedade.

Com as mudanças históricas e de pensamento o ideal contemporâneo passa a ser o da realização pessoal, e a saúde é, agora, sinônimo de boa forma física. A nova ideologia, baseada na adoração de si e na idolatria à forma física, tem raízes no sistema capitalista que produz indivíduos egocêntricos que buscam a satisfação própria (FONTES, 2006).

Pode-se dizer que, de modo panorâmico, ao longo do século XX, o corpo passa por três estatutos culturais básicos: **o corpo representado**, visto e descrito pelo olhar do outro, da igreja, do estado, do artista; **o corpo representante**, um corpo ativo, autônomo quanto às suas práticas, consciente do seu poder político e revolucionário, porta-voz do discurso de uma geração, contestador, sujeito desse próprio discurso e agente propositor e defensor de reformas que vão da sexualidade à política; finalmente, **o corpo apresentador de si** mesmo, aparentemente a serviço de uma cultura que se pauta pelo efêmero e pelo imediato, caracterizado como porta-voz de forma e não de conteúdos. Trata-se do corpo reconstruído à base de cirurgias plásticas e implantes de substâncias químicas e que busca incessantemente apagar da pele as marcas biológicas do tempo, ao mesmo tempo que inscreve na forma física os sinais da corporatria. Este corpo é, em si mesmo, o próprio espetáculo (FONTES, 2006, p. 124, destaque no original).

O corpo do século XXI não se contenta com os resultados da atividade física e nutrição adequada, o sem número de procedimentos estéticos inventam imperfeições novas à espera da restauração da norma e o apagamento das deformidades (COURTINE, 2011). Envelhecer com marcas do tempo é uma escolha, para aqueles que podem pagar por cirurgias cosméticas, seios fartos, “barrigas chapadas”, musculatura hipertrofiada. O novo século vê nascer as patologias da hipernormalidade. Fontes (2006) afirma que sinônimo desse modelo corporal marcado pelo culto à boa forma física, onipresente nos meios de comunicação, é o corpo canônico que emerge a partir do momento que o indivíduo aceita um conjunto de práticas que visa a sua reestruturação/reconstrução corporal, mas que tem suas origens no corpo medicalizado e higienizado do início do século XX.

No discurso médico e científico o corpo canônico deve ser saudável, no discurso midiático esse corpo deve ser belo, no entanto ambos têm o mesmo objetivo, retirar o corpo do domínio da natureza, e potencializa-lo através de técnicas e procedimentos. O corpo que não adere a esse projeto é considerado um corpo dissonante – velho, gordo, com deficiências – sobre o qual há um silenciamento discursivo (FONTES, 2006). Garland-Thomson (2004) argumenta que o discurso dominante refere-se ao corpo branco, masculino e sem deficiências, e completa afirmando que esse tipo de discurso funciona como disciplinador das diferenças corporais.

O discurso midiático propõe definições do que é certo, do que é belo, do que é bom. Braga (2009), por exemplo, ao analisar capas de revistas femininas percebeu que em 98% do material esse corpo era branco e em todos os casos a magreza era exposta, nenhum corpo diferente do discurso vigente. O corpo com deficiência, quando não ausente, é, geralmente, representado de forma estereotipada.

Apesar de termos realizado um percurso histórico a fim de trazer à luz a construção da ideia do corpo deficiente, percebe-se que os discursos não se extinguem, não há o fim de uma era, ou de um pensamento, para o início de outro. As ideias e construções se entrecruzam, se interpõem, se conjugam. O monstro de séculos passados ainda está presente em nossa sociedade contemporânea, de forma diferenciada, mas ainda presente. A medicalização não nos deixou completamente, e a palavra do médico ainda é proferida com autoridade.

1.2.3 Corpo esportivo

Na visão medicalizada, a imperfeição está associada à doença, e por isso o corpo doente é alvo de intervenções médicas a fim de voltar a ser saudável. O envelhecimento é outra face da imperfeição, e juntamente com a doença revela a fragilidade e temporalidade do corpo; a medicina, pode então aprimorar o corpo, retardar os sinais do tempo e eliminar os aspectos considerados negativos. A atividade física entra nesse contexto associada à saúde corporal, e como forma de inculcar em seus praticantes benefícios físicos e psicológicos. Além da preocupação com a aquisição de um corpo forte e saudável, o esporte também objetiva o desenvolvimento de hábitos de disciplina. A capacidade atlética era utilizada para separar grupos dominantes de subordinados (HARGREAVES, 1985).

A prática de atividade esportiva pela classe operária era a celebração da masculinidade, portanto o tipo corporal ideal era o mais afastado possível das características femininas tanto físicas quanto comportamentais. “The body may be subjected to rigorous discipline in the interests of efficient performance and of being a ‘proper man’, but the regimen may be relaxed and the body may be even considerably abused in the interests of enjoyment”⁸ (HARGREAVES, 1985, p. 147).

⁸ O corpo pode até ser submetido a uma disciplina rigorosa em nome do desempenho eficiente e do ser realmente um homem, contudo o regime pode ser flexibilizado e pode-se abusar consideravelmente do corpo em nome do prazer (Tradução livre da autora).

Em torno de 1960 o amadorismo reinante vai minando até desaparecer por completo, e o esporte passa a se articular com os novos padrões de consumo da indústria do entretenimento em uma sociedade capitalista moderna. O principal elo entre esporte e sociedade do consumo, de acordo com Hargreaves (1985) é a preocupação de ambos em acomodar o corpo na constituição do sujeito normal.

Sports culture's stress on play, contest, strength, energy, movement, speed, skill, etc., allows such themes to be given a particularly vivid, dramatic, aesthetically-pleasing and emotionally-gratifying expression, so that almost by definition to be sportive is to be desirable, fit, young and happy⁹ (HARGREAVES, 1985, p. 151).

Ainda de acordo com Hargreaves (1985) ao tornar as pessoas visíveis – tornando os espaços cada vez mais públicos – o sistema de vigilância e disciplina é expandido como forma de produzir pessoas normais. Ou seja, os corpos expostos em público – nas ruas, praias, academias, na mídia, etc. – constituem por si um sistema mútuo e completo de vigilância e disciplina, a autoridade implacável que julga os corpos no espaço social de acordo com as normas. Assim, na sociedade contemporânea o esporte tem importância fundamental não só na manutenção da saúde, mas também na busca por uma forma corporal que respeite os padrões vigentes.

Podemos encontrar uma diversidade morfológica de corpos desportivos. Lacerda (2007) afirma que o olhar amplia e expressa as potencialidades estéticas desse corpo, que muitas vezes vai de encontro a algumas representações de corpos que circulam pela cultura do consumo, como, por exemplo, a magreza das *top models*. Entretanto tanto esporte quanto todas as outras indústrias dessa sociedade do consumo têm o objetivo comum de rejeitar o corpo velho, fraco, doente, incapaz, ou deficiente. Ou seja, o esporte apresenta silhuetas variadas, muitas vezes antagônicas dependendo da modalidade praticada, porém a ideologia e simbologia do corpo ideal permanecem. Segundo Hargreaves (1985) quando idosos e pessoas com deficiência eram representadas pela rede de televisão britânica BBC, na cobertura da Maratona de Londres, havia um tom paternalista ao se retratar os idosos. Aos cadeirantes era destinado um tratamento *voyeur*, o que, segundo o autor, mostra que ambos são corpos indesejados, ameaças ao modelo ideal e desvios da norma. Apesar de não serem considerados ameaças ou desvios, os corpos de mulheres em esportes considerados masculinos – como futebol e levantamento de peso, por exemplo – e, muitas vezes, de negros (HARGREAVES,

⁹ A cultura esportiva enfatiza o jogo, competição, energia, movimento, velocidade, habilidade, etc., permite que sejam dados a tais temas uma expressão particularmente vívida, dramática, esteticamente gratificante – prazerosa ou emocionalmente –, de modo que quase por definição ser esportivo é ser desejável, atlético, jovem e feliz (Tradução livre da autora).

1985) são também negligenciados pela mídia, o que nos leva a concluir que o corpo esportivo ideal para além das características acima citadas é também masculino e branco. As mulheres e pessoas com deficiência foram inicialmente excluídas das práticas esportivas em decorrência da fragilidade de seus corpos.

A sociedade espera que o atleta de alto rendimento cumpra o mote olímpico *Citius, Altius, Fortius*, ou seja, que ele, ou ela, seja o mais rápido, o mais alto e o mais forte. Portanto, pode-se dizer que o esporte paralímpico é, muitas vezes, visto como menos importante, pois o atleta com deficiência não consegue atingir os mesmos resultados de atletas olímpicos. Apesar dessa ideia prevalecer temos alguns exemplos de atletas com deficiência com desempenho melhor do que o de atletas sem deficiência. Na prova dos 1500 metros da classe T13 (para atletas com baixa visão), da Paralimpíada do Rio de Janeiro, o argelino Abdellati Baka conquistou o ouro com o tempo de 3m48s29, marca que também lhe daria o ouro nas Olimpíadas do Rio; não só ele, mas os quatro primeiros colocados dessa prova fizeram marcas melhores do que o primeiro colocado olímpico. No Mundial de Atletismo Paralímpico de 2015, em Doha, no Catar, o alemão Markus Rehm venceu a prova de salto em distância classe T44 (atletas com amputação dos membros inferiores) com uma marca que lhe teria garantido o ouro nas Olimpíadas de Londres/2012. Cada vez mais os atletas com deficiência superam tempos, marcas, recordes, contudo a associação histórica entre deficiência e inabilidade, passividade e incompetência ainda fortes na sociedade também é estendida para o campo esportivo.

O esporte mudou ao longo do tempo. Uma mudança lenta e gradual que não aconteceu, nem acontece, de forma linear, mas sim flutuante e em confluência com outras forças. Como parte dessas mudanças vemos o esporte tanto como lugar de conformidade com valores sociais dominantes, reproduzindo desigualdades, quanto local de resistência e mudanças desses mesmos valores (DEPAUW, 1997).

Inicialmente o corpo da pessoa com deficiência só foi aceito no esporte na vertente de reabilitação. A pessoa com deficiência colocada na arena esportiva é inesperada uma vez que o esporte se apresenta como local onde a eficiência e habilidade são valorizadas. O corpo deficiente ativo e eficiente em comparação com a ideia de corpo passivo e inativo, pode, assim, reinventar o conceito de corpo deficiente.

Como é no corpo que está inscrita a diferença, muitos pesquisadores acreditam que a materialidade oprime as pessoas com deficiência. Dessa forma, sendo o corpo de fundamental importância para a prática esportiva, concordamos com Howe (2012) que afirma ser esse um

dos motivos pelo qual o esporte é um campo pouco explorado por aqueles que se dedicam à pesquisa das questões que envolvem a deficiência.

1.3 Modelos que Explicam a Deficiência

A forma como o corpo é, e foi, visto, entendido, interpretado e estudado pelas diversas disciplinas influenciou sobremaneira na forma com que a deficiência é, e foi, vista, entendida, interpretada e estudada. O *Critical Disability Studies*, anteriormente *Disability Studies*, engendrou modelos para a análise da deficiência que se utilizam das mesmas disciplinas que se debruçam sobre o corpo. A deficiência passa por um processo de disputas epistemológicas, historicamente marcadas, que vão possibilitar a emergência desses saberes críticos sobre o tema. Existem diversos modelos que visam entender a deficiência.

Segundo Pfeiffer (2002), até recentemente o paradigma dominante no estudo da e sobre a deficiência era o modelo do déficit. Este modelo não existe dentro do *Critical Disability Studies*, ou de seu predecessor *Disability Studies*, mas ainda é encontrado em pesquisas fora dele. Este paradigma compreende três tipos de modelo: o modelo médico, o modelo da reabilitação relacionado ao mercado de trabalho, e o modelo da educação especial. Cada um desses modelos aponta um déficit – doença, condição de emprego, e condição de aprendizagem – que precisa ser corrigido a fim de que a pessoa com deficiência volte a ser “normal”.

O autor afirma que ainda no campo do *Disability Studies* há no mínimo nove interpretações ou versões do paradigma da deficiência:

- a) Construcionismo social: a identidade das pessoas com deficiência é construída socialmente com base em sua diferença;
- b) Modelo social: afirma que a estrutura organizacional da sociedade é excludente;
- c) Limitação/incapacidade: acredita que a limitação/incapacidade é uma importante variável, pois é ela que diferencia os grupos; o modelo é pouco desenvolvido;
- d) Minoria oprimida: o grupo de pessoas com deficiência é visto como cidadãos de segunda classe e assemelha-se a outras minorias oprimidas;

- e) Vida independente: afirma que as pessoas com deficiência têm direito de fazer suas próprias escolhas, e que não há déficit a ser corrigido;
- f) Pós-moderna: a deficiência é construída política e culturalmente, e precisa ser decodificada e desconstruída;
- g) Continuum: todos, em algum momento, vão se tornar deficientes. Perspectiva pouco desenvolvida;
- h) Variação humana: diferencia as dificuldades enfrentadas pela comunidade com deficiência e outras minorias, pelo fato de o grupo ser heterogêneo;
- i) Versão discriminatória: a pessoa só se sente deficiente quando discriminada (PFEIFFER, 2002).

Apesar da existência de diversos modelos e perspectivas, o médico ou individual (que existe apenas fora do *Critical Disability Studies*) e o social são, no entanto, considerados os modelos clássicos e os mais discutidos na literatura. Iremos analisá-los a seguir, apontando algumas de suas implicações, críticas e desafios.

1.3.1 Modelo Médico ou Individual

Com dito anteriormente, na Idade Moderna as mudanças associadas à industrialização levaram a uma crescente ênfase no individualismo. Os séculos XVII e XVIII assistem à intensificação da comercialização e ao crescimento da industrialização e urbanização, o consequente impacto destas mudanças na vida em comunidade e em família influenciaram as redes e as relações sociais existentes (BARNES et al., 1999). As pessoas que apresentavam problemas de comportamento e baixos níveis de produtividade econômica eram consideradas fardos para a sociedade, e por isso passaram a ser institucionalizadas (WALL, 2007).

Nas sociedades ocidentais a confluência entre medicina e ciência teve um profundo efeito sobre a forma com que as diferenças são aceitas e entendidas. Isto se dá devido à autoridade científica fundamentada na tecnologia da medicina que oferece um senso de legitimidade, confiança e previsibilidade. Aqueles que possuem o domínio sobre o conhecimento de uma determinada área têm o poder ou a autoridade para estabelecer discursos e padrões, que se tornam difíceis de contradizer sem a ajuda de um grupo alternativo de especialistas (BRITTAIN, 2004).

No modelo médico, também conhecido como individual ou tradicional, a deficiência é vista como um problema que precisa ser tratado. Através deste modelo busca-se que as pessoas com deficiência sejam, ou voltem a ser, funcionais para que assim possam ser integradas à sociedade (KAMA, 2004). Este modelo trabalha a partir de uma perspectiva biológica e vê as limitações individuais como a principal causa das múltiplas dificuldades experienciadas pelas pessoas com deficiência (BARNES et al., 1999). Também adota as definições e percepções nas quais a deficiência é tida como uma incapacidade que resulta na perda ou limitação de uma ou mais funções (THOMAS; SMITH, 2009).

As pessoas com deficiência não são vistas como indivíduos independentes, e os impedimentos são sempre construídos pela deficiência e não pela sociedade, como, por exemplo, a inacessibilidade, a discriminação, o preconceito, etc. Este padrão de representação é conhecido como tragédia pessoal. Esta narrativa dissocia a pessoa com deficiência do contexto social e cultural, e os indivíduos passam a ser tratados como vítimas dependentes da assistência e atenção de outros.

A partir da perspectiva médica fica fácil assumir que a natureza tem um curso de ação aceitável e que a condição de “falha” humana é o resultado de estados patológicos. Este aspecto do modelo médico é fundamental para a legitimação da narrativa sobre a deficiência como uma tragédia pessoal (GOFFMAN, 1988). As pessoas com deficiência são vistas como desvio da norma e a deficiência é o que determina quem são e o que poderão se tornar, sendo, portanto, um traço marcante, reforçado pelas estruturas sociais (GRENIER, 2007).

Para além disso, as pressões contemporâneas para atingir padrões específicos de boa forma e competência criam grande parte dos critérios sobre o que significa ser normal ou sem deficiência (BARNER et al., 1999). Em nossa sociedade ocidental a cultura do consumo vende produtos e serviços relacionados à estética, inseridos na “tirania da perfeição” como soluções para qualquer imperfeição ou desvio da norma. Vemos ainda a medicalização do mito do corpo perfeito que faz com que a sociedade trate as pessoas com deficiência como “outros”. O corpo é objetificado, e torna-se um acessório de estilos de vida que deve ser moldado, modelado e esculpido através de dietas, exercícios e cirurgias plásticas. A medicina desempenha um importante papel no encorajamento deste discurso. Cirurgias plásticas, próteses e outras soluções tecnológicas são apresentadas.

O enfoque deste modelo, portanto, recai sobre a patologia, sendo baseado no diagnóstico e em soluções médicas. O modelo médico vê-se como sendo a voz que dá legitimidade a todas as matérias associadas à funcionalidade do corpo (HUGHES, 2000). Deste modo, este modelo é criticado por não levar em conta a experiência pessoal das pessoas

com deficiência ou as questões sociais envolvidas no processo de opressão. De acordo com Barnes e colaboradores (1999) as definições e enquadramentos da deficiência têm gerado consideráveis debates críticos pelos seguintes motivos. Primeiro esta abordagem baseia-se principalmente em definições médicas e utiliza definições bio-fisiológicas de normalidade, mesmo quando a identificação dos limites é questionada. Segundo, dita que a forma de superar a deficiência e as desvantagens sociais é através de intervenções médicas apropriadas. Em contraste o ambiente social é representado de forma neutra, como se não tivesse qualquer influência. Terceiro, o modelo médico coloca as pessoas com deficiência em uma posição de dependência, presumindo que estes indivíduos são inertes e que a desvantagem é percebida como uma questão individual e não coletiva. E, em quarto através deste modelo espera-se que as pessoas com deficiência empreendam todos os esforços para dar o melhor de si, através da adaptação individual e estratégias para lidar com diferentes situações. Assim, o modelo médico é geralmente utilizado como um termo de abuso pelos teóricos do *Critical Disability Studies*.

Apesar das inúmeras críticas ao modelo médico, Marks (1999) aponta que muitos desses críticos não reconhecem que a autoridade médica pode ser tanto útil quanto prejudicial, e que as críticas sobre a medicalização geralmente superestimam a passividade dos pacientes e subestimam a frequência com que os pacientes resistem e reclamam. A autora alerta ainda que a recusa em rotular as pessoas pode ser usada como justificativa para a sonegação de serviços e tratamentos.

1.3.2 Modelo Social

Face à crescente insatisfação com a explicação medicalizada dominante que prevaleceu durante o século XX, este pensamento e prática ortodoxos começaram a ser questionados por diversas organizações autônomas a partir do final dos anos 1960 quando ativistas, especificamente pessoas com deficiência, se organizaram e ergueram bandeiras contra o modelo vigente (THOMAS; SMITH, 2009; HUGHES, 2000). O modelo social surge, então, com o objetivo de oferecer resistência a esta perspectiva medicalizada da deficiência, e é um produto da crítica ao capitalismo (HUGHES, 1999). Este modelo rejeita a visão de que a deficiência é causada pela presença de um “defeito”, e transfere o foco do corpo para o

ambiente e as barreiras que excluem as pessoas com deficiência da sociedade (THOMAS; SMITH, 2003).

O modelo social tomou força a partir dos argumentos políticos e intelectuais da Union of Physically Impaired Against Segregation (UPIAS – União dos Lesados Físicos contra a Segregação). Esse grupo foi formado depois que o sociólogo Paul Hunt enviou uma carta em meados de 1972 ao jornal inglês *The Guardian*. Na carta, Hunt, que possui deficiência física e encontrava-se em uma instituição, propunha a formação de um grupo de pessoas com deficiência que levasse ao Parlamento inglês ideias sobre as mudanças necessárias nessas instituições. O texto provocou reações, e Hunt recebeu inúmeras respostas de pessoas com deficiência, que quatro anos mais tarde formariam a UPIAS. Mike Oliver, também sociólogo com deficiência, não só respondeu à carta como é considerado um dos pais e precursores do modelo social. De acordo com Shakespeare (2006) a UPIAS era um grupo pequeno, porém de peso e um tanto radical, que se inspirou no marxismo. Outros grupos compostos por pessoas com deficiência, e que visava lutar por seus direitos, surgiram, no entanto a UPIAS foi a que determinou o tom do movimento no Reino Unido.

Ao mesmo tempo que o movimento tomava força, os sociólogos Vic Finkelstein, John Swain, Mike Oliver, entre outros criavam os primeiros cursos acadêmicos que promoveriam o desenvolvimento do pensamento crítico e das políticas públicas.

No modelo social, a pessoa com deficiência é construída por mecanismos de repressão cultural e institucional que policiam o corpo e a construção de um mundo inacessível. Esta abordagem foca um conjunto de causas estabelecidas externamente, ou seja, os obstáculos impostos às pessoas com deficiência que limitam suas oportunidades de participar na sociedade (BARNES et al., 1999). Para além disso, o modelo social considera uma vasta gama de fatores e condições, tais como as circunstâncias familiares, suporte financeiro, educação, mercado de trabalho, habitação, transporte e o ambiente físico, entre outros.

Enquanto no Reino Unido o novo modelo ficou conhecido como modelo social, nos Estados Unidos ficou conhecido como modelo minoritário ou modelo de direito. O modelo americano se preocupou em definir as pessoas com deficiência como uma minoria impedida de exercer funções sociais, e que carecia de direitos e igualdade sociais. Ou seja, a deficiência é vista como uma identidade política minoritária. Irving Zola, estudioso da sociologia médica, é considerado um dos precursores da vertente americana.

O modelo social separa limitação física que deveria ser objeto da medicina e limitação social, vista como a verdadeira deficiência, ou seja, o ambiente e organização social criam a deficiência. Aos poucos os norte-americanos penderam suas pesquisas para a separação entre

corpo e suas significações sociais, mas o modelo minoritário não tem a preocupação de separá-los. A diferenciação entre deficiência (*disability*) e lesão (*impairment*) é o ponto principal do modelo social britânico, e o que o diferencia do modelo de minorias americano.

The distinction is between impairment and disability, where the former refers to biological dysfunction and the latter to processes of social exclusion. The best definition of these two key concepts and the distinctive realms to which they refer is provided by UPIAS (1976, pp. 3-4):

Impairment: Lacking part or all of a limb, or having a defective limb, organism or mechanism of the body; Disability: The disadvantage or restriction of activity caused by a contemporary social organisation which takes no or little account of people who have physical impairments and thus excludes them from the mainstream of social activities¹⁰ (HUGHES; PATERSON, 1997, p. 328).

Os autores vinculados a este modelo consideram que as pessoas com deficiência são um grupo socialmente oprimido, sendo que a sociedade é a responsável por podar qualquer possibilidade de participação social. Assim sua luta era dirigida à mudança social, bem como à tentativa de dar autonomia às pessoas com deficiência. De acordo com Brittain (2004) se as atitudes das pessoas mudassem e se existissem políticas públicas eficazes que legislassem a remoção de barreiras sociais e físicas, então muitos dos problemas associados à deficiência desapareceriam.

1.3.3 Críticas ao modelo social e o futuro do *Critical Disability Studies*

De acordo com Adams (2013) o estudo da e sobre a deficiência é composto por três fases: a primeira girou em torno da luta pelos direitos das pessoas com deficiência; a segunda corresponde à emergência do *Disability Studies* como campo de pesquisas acadêmicas; e a terceira, que pode até se sobrepôr à segunda, é permeada por tensões e conflitos. Dessa terceira fase surge o *Critical Disability Studies* como uma forma alternativa de pensar os binarismos até então existentes – médico x social, Estados Unidos x Reino Unido, deficiência

¹⁰ A distinção a ser feita é entre lesão e deficiência, em que a primeira se refere a uma disfunção biológica e a última a um processo de exclusão social. A melhor definição desses dois conceitos chave e aos dois reinos distintos aos quais eles se referem é oferecida pela UPIAS (1996, p. 3-4): Lesão: Falta de parte ou de todo um membro, ou ter um membro, organismo ou mecanismo do corpo defeituoso; Deficiência: A desvantagem ou restrição de atividades causada pela organização social contemporânea que não leva, ou leva pouco, em conta, as pessoas que possuem lesões físicas e assim excluem-nas das principais atividades sociais (Tradução livre da autora).

x lesão/limitação. A nova nomenclatura surge também como resultado das reações que emergiram do autoritarismo de pensadores do modelo social.

A perspectiva do modelo social foi fundamental para que fatores econômicos e políticos fossem repensados, e para que a pessoa com deficiência passasse a, efetivamente, ter direitos. Esse modelo tem como suas principais forças: ser simples e ter gerado uma agenda clara de mudanças sociais; ter sido de extrema importância na libertação da pessoa com deficiência ao focar nas barreiras sociais e não nas limitações individuais; e ter sido fundamental para melhorar a autoestima desse grupo, construindo uma identidade coletiva positiva.

Contudo, conforme afirma Shakespeare e Watson (2002)

(...) [the] success of the social model is now its main weakness. Because it is such a powerful tool, and because it was so central to the disability movement, it became a sacred cow, an ideology which could not easily be challenged. Part of its effectiveness arose from its simplicity. It could be reduced to a slogan: ‘disabled by society not by our bodies’¹¹ (SHAKESPEARE; WATSON, 2002, p. 05-06).

Tal como aconteceu com o modelo médico, o desenvolvimento do pensamento acerca da deficiência levou também o modelo social a ser alvo de críticas. Teóricos da área médica e da reabilitação acusam os teóricos do modelo social de serem “irrealistas” ou indiferentes aos reais problemas enfrentados por diversas pessoas com deficiência. Os pesquisadores da psicanálise acusam os teóricos do modelo social de falharem em “chegar a um acordo sobre seus problemas” e por sua “maníaca negação das perdas e dificuldades”. Essas críticas emergiram também a partir do momento que o *Disability Studies* torna-se multidisciplinar, deixando de ser dominado por cientistas sociais e passando a ter em sua composição pesquisadores dos estudos culturais, das humanidades, cultura popular, artes e literatura, entre outros.

Todavia, foram as feministas as primeiras a apontar os problemas do modelo social. Foram elas que pela primeira vez trouxeram o tema da dor e da experiência do corpo com deficiência e do corpo doente – aqueles que não serão produtivos ou independentes – para o centro das discussões. A filósofa sueca Eva Kittay (1999) argumenta em seu livro *Love’s Labor: essays on women, equality, and dependency* que o modelo social ignorou o cuidado, que é o ponto central da maioria das organizações sociais voltadas à pessoa com deficiência; e

¹¹ O sucesso do modelo social é agora sua principal fraqueza. Por ser uma ferramenta tão poderosa, e porque é fundamental para o movimento da e sobre a deficiência, tornou-se uma vaca sagrada, uma ideologia que não pode ser facilmente contestada. Parte de sua eficácia advém de sua simplicidade, que pode ser reduzida ao slogan: ‘incapacitado pela sociedade e não por nossos corpos (Tradução livre da autora).

ao contrário do modelo social acredita que a interdependência era o valor que melhor expressa a condição humana, ou seja, as relações de dependência são inevitáveis à vida social. As feministas assim queriam que a necessidade do cuidado, demanda de vários grupos de pessoas com deficiência, fosse reconhecido, o que era um incômodo para os teóricos da primeira geração do modelo que se baseava fundamentalmente na ideia de independência. A crítica feminista fez com que o olhar se voltasse também para o corpo, e apontou que havia convergência de opressões (raça, gênero, orientação sexual, idade). Assim, a principal crítica ao modelo social britânico é o fato de que ele representava o esquecimento da experiência fenomenológica do corpo.

Os teóricos do modelo social, acertadamente, criticam os conceitos médicos que veem a deficiência puramente em termos de mau funcionamento fisiológico. Porém, a tentativa do modelo social em dispensar o corpo e delinear “dano” ou lesão como um aspecto irrelevante para o entendimento da deficiência tem sido criticada pela nova geração de teóricos da deficiência, que argumentam que tanto o corpo quanto as experiências pessoais precisam ser reinseridas na teorização da deficiência (CROW, 1996; PATTERSON, 1998).

As fronteiras entre o corpo físico e social ficam cada vez mais borradas. Com o desenvolvimento das tecnologias alguns questionamentos surgem: quando começa a concepção na reprodução assistida? Com tantas tecnologias de suporte da vida quando a vida do corpo físico termina? O que constitui o corpo “puramente” humano com a evolução das próteses? Onde a lesão termina e a deficiência começa?

While impairment is often the cause or trigger of disability, disability may itself create or exacerbate impairment. Other impairments, because invisible, may not generate any disability whatsoever, but may have functional impacts, and implications for personal identity and psychological well-being¹² (SHAKESPEARE; WATSON, 2002, p. 17).

Disability (deficiência) e *impairment* (lesão) apesar de sobreviverem independente um do outro, não podem ser entendidos por completo se isolados. A lesão pode causar deficiência, como episódios de dor intensa ou falta de energia, assim como a deficiência pode causar ou piorar a lesão, como rampas extremamente inclinadas que dificultam a locomoção ou aumentam a dor e desconforto (CROW, 1996).

¹² Enquanto a lesão é geralmente a causa ou gatilho da deficiência, a deficiência pode criar ou exacerbar a lesão. Outras lesões, por serem invisíveis, podem não gerar qualquer deficiência, mas podem ter impactos funcionais, e implicações na identidade pessoal e no bem-estar psicológico (Tradução livre da autora).

No modelo social o corpo é definido, mesmo que implicitamente, em termos biológicos e por isso é tido como sinônimo de limitação/incapacidade, e limitação/incapacidade contrariamente à deficiência não é socialmente produzida. Assim, nesse modelo o corpo é passivo.

Indeed, there is a powerful convergence between biomedicine and the social model of disability with respect to the body. Both treat it as a pre-social, inert, physical object, as discrete, palpable and separate from the self.(...) The definition of impairment proposed by the social model of disability recapitulates the biomedical ‘faulty machine’ model of the body¹³ (HUGHES; PATERSON, 1997, p. 329).

De acordo com Hughes e Paterson (1997) o dualismo corpo/mente é reproduzido em lesão/deficiência. Para eles lesão (incapacidade) é mais do que um assunto médico, é uma construção discursiva, uma experiência. Essa distinção entre lesão e deficiência feita pelo modelo médico tinha por objetivo desbiologizar o discurso sobre a deficiência, porém isso significou o silenciamento do corpo. Esse dualismo faz com que o corpo da pessoa com deficiência seja medicalizado e sua vida social politizada. Assim, os autores completam dizendo que há similaridade entre o modelo médico e social, uma vez que ambos lidam com o corpo deficiente como sinônimo de lesionado, ou seja, máquina imperfeita. Para a medicina, deficiência é sinônimo da materialidade de alguns corpos, para o social, a deficiência não possui materialidade, pois sua causa está nas estruturas sociais e não no corpo. Assim o corpo do indivíduo continua sendo um corpo lesionado/incapacitado.

Apesar de alguns autores, (como MORRIS, 1991; CROW, 1996; HUGHES; PATERSON, 1997, SÖDER, 2009, entre outros) criticarem o fato de o modelo social ignorar o corpo, ou seja, há uma insistência de que as diferenças físicas e as restrições experienciadas são frutos unicamente do contexto social, outros, como Oliver (1996), atestam que, na verdade, o modelo social não ignora o corpo, o que ele faz é apenas focar nas questões de políticas públicas e sociais. No entanto não seria essa exatamente a crítica que os teóricos do modelo social fazem ao modelo médico ou individual? Se um foca apenas no corpo e trata a deficiência como doença, o outro se esquece do corpo e foca em questões sociais, como se a pessoa com deficiência não fosse envolvida por ambos, corpo e social.

Para além de negligenciar o corpo correndo o risco de rejeitar a prevenção, reabilitação e cura da deficiência (ignorando as diferenças entre deficiências estáveis e

¹³ Na verdade, há uma poderosa convergência entre biomedicina e o modelo social da deficiência quando o assunto é o corpo. Ambos tratam-no como objeto pré-social, inerte, físico, como discreto, palpável e separado do self (...). A definição de lesão proposta pelo modelo social da deficiência relembra o modelo biomédico de ‘máquina defeituosa’ do corpo (Tradução livre da autora).

deficiência degenerativas), Shakespeare (2006) aponta outras fraquezas do modelo social: o modelo define deficiência como opressão. Isso significa que não é uma questão de provar se há ou não opressão, mas sim a extensão da opressão; o modelo apresenta também o conceito utópico de uma sociedade livre de barreiras (a natureza por exemplo não pode ser transformada para que seja acessível a todos). Um ambiente totalmente sem barreiras é um mito insustentável, uma utopia, pois ao se remover barreiras para uns pode-se criar instantaneamente barreiras para outros. O modelo social falha em rechaçar por completo a ideia de deficiência como tragédia pessoal. Num mundo ideal em que todas as barreiras sociais e arquitetônicas foram derrubadas, a deficiência ou limitação ainda poderá ser vista como uma tragédia pessoal. Pode-se acreditar ser trágico o fato de alguém não poder correr e dançar, ou ver o pôr-do-sol, etc (SWAIN; FRENCH, 2000).

Marks (1999) apresenta outras críticas ao modelo social: as primeiras exposições do modelo foram criticadas por ignorar as diferenças que diversas pessoas com deficiência experienciam como consequência de gênero, raça, sexualidade, cultura ou outra distinção. Os teóricos do modelo social foram criticados, principalmente pelas feministas, por conceitualizar a deficiência como se as barreiras físicas fossem enfrentadas unicamente por cadeirantes brancos, ocidentais e homens. Essa crítica é oriunda do fato de os primeiros teóricos do modelo, e membros da UPIAS, serem homens, brancos e possuírem deficiência medular. A autora critica ainda os poucos trabalhos que analisam as barreiras incapacitantes apresentadas àqueles que sofrem angústia emocional, dificuldades de comunicação ou dificuldade de aprendizado, seguindo a perspectiva do modelo social.

A segunda crítica apresentada por Marks (1999) diz respeito à contradição entre a crítica que o modelo social faz do capitalismo e ao mesmo tempo a utilização desses valores. Ou seja, se por um lado criticava o capitalismo e a ideia de que o sujeito produtivo era não deficiente, além de afirmar que a experiência da opressão pela deficiência era resultado da ideologia capitalista; por outro lutava pela exclusão das barreiras e inserção da pessoa nesse mesmo mercado criticado. A crítica era rasa. Diversas pessoas com deficiência que sofrem com dores e fadiga se defrontam com propostas que priorizam o retorno ao trabalho (através da melhora ao acesso e desafiando a discriminação) e também com a ameaça da perda de benefícios àqueles incapazes de trabalhar.

A terceira e última crítica ao modelo social feita por Marks (1999) inscreve-se na forma com que identifica se uma pessoa é deficiente ou não. O modelo afirma que o critério central para a inclusão no movimento das pessoas com deficiência é a identificação positiva

da pessoa como sendo com deficiência. Porém, muitas pessoas com incapacidades e doenças crônicas não se identificam, ou não são identificadas, como deficientes.

Shakespeare (1996) afirma que a deficiência é uma identidade poderosa, que pode transcender outras identidades, como, por exemplo, a deficiência pode ser vista antes do sexo, ou da sexualidade, ou da idade. Contudo, ele completa que é muito problemático ignorar as múltiplas identidades do ser e as escolhas que podem ser feitas.

For example, there is a danger of ignoring the fact that disabled people are also men and women, straight and gay, and come from various ethnic groups. Just as white feminists were accused by black women of ignoring the specificities of black women's experience, and even of being racist, so disabled people risk ignoring difference. It may be that black disabled people sometimes have more in common with black people than with disabled people. Sometimes the values of the disability movement - for example, autonomy, independence, choices and rights - may in fact be specifically white, western values. Perhaps an eastern or Islamic approach would want to stress family, and solidarity, and mutuality rather than what sometimes seems a very individualistic model of liberation¹⁴ (SHAKESPEARE, 1996, p. 15-16).

Oliver (2004), considerado um dos precursores do modelo social, reconhece as críticas, no entanto, continua defendendo o modelo. Sobre o fato de o modelo ignorar ou não saber lidar adequadamente com a lesão, e com as experiências do corpo lesionado, o sociólogo afirma que o foco não está nas experiências pessoais com a lesão, mas sim na experiência coletiva da deficiência.

As a severely disabled tetraplegic, who every day of my life needs to make the necessary arrangements to be able to get up in the morning and go to bed at night and indeed use the toilet, I find such suggestions galling, particularly when they come from non-disabled people or those disabled people who have no idea what it's like to be at the mercy of state services for personal survival, let alone social functioning¹⁵ (OLIVER, 2004, p.08).

¹⁴ Por exemplo, é perigoso ignorar o fato de que uma pessoa com deficiência é também homem e mulher, hetero e gay, e que pertence a vários grupos étnicos. Assim como as feministas brancas foram acusadas, pelas mulheres negras, de ignorar as especificidades da experiência de ser uma mulher negra, e até mesmo de serem racistas, as pessoas com deficiência arriscam ao ignorar as diferenças. Pode ser que as pessoas negras com deficiência as vezes tenham mais em comum com as pessoas negras do que com as pessoas com deficiência. Algumas vezes os valores do movimento a favor das pessoas com deficiência – como por exemplo, autonomia, independência, escolhas e direitos – podem, na verdade, ser valores ocidentais, brancos. Talvez uma abordagem oriental ou islâmica possa salientar família, e solidariedade, e mutualidade em vez de o que, por vezes, parece ser um modelo muito individualista de libertação (Tradução livre da autora).

¹⁵ Como uma pessoa severamente tetraplégica, que em todos os dias de minha vida precisa fazer os arranjos necessários para acordar pela manhã e ir para cama à noite e até mesmo usar o banheiro, eu acho tais sugestões irritantes, especialmente quando elas vêm de pessoas sem deficiência, ou de pessoas com deficiência que não têm ideia do que estar à mercê de serviços públicos para sobreviver, muito menos para funcionar socialmente (Tradução livre da autora).

Assim também ao afirmar que o modelo social nasceu de sua própria experiência como deficiente e que vários livros foram escritos sobre a experiência de ser deficiente, Oliver (2004) rechaça a crítica de que o modelo ignora a experiência da dor.

A ambição de Mike Oliver ao desenvolver o modelo social era o de responder a dois problemas que ele mesmo experienciava. O primeiro era o de que como sociólogo, ele percebia a ausência das questões acerca da deficiência na literatura; e segundo, como pessoa com deficiência se via frente a barreiras sociais que impediam sua participação de forma igualitária. Assim, o modelo social servia a dois propósitos: produzir explicações sociológicas válidas para as situações e experiências vivenciadas pelas pessoas com deficiência; e criar mudanças políticas. A principal questão que daqui surge é a de que muitos pesquisadores passaram a defender que a pesquisa da e sobre a deficiência era melhor desenvolvida por aqueles pertencentes ao grupo, ou seja, por pesquisadores com deficiência (SÖDER, 2009), todavia a ciência não pode ser feita sem levar em conta possíveis diálogos e trocas de informação, ou até mesmo um certo distanciamento do objeto. Não é preciso ser negro(a) para estudar o racismo ou o movimento negro, da mesma forma que diversos autores heterossexuais realizam pesquisa no universo LGBT, portanto a experiência própria pode ser importante para estudos acadêmicos, e também, é claro, para os movimentos sociais, mas não é imprescindível ou requisito básico.

A terceira crítica abordada por Oliver (2004) centra-se na questão do “outro”. De acordo com esta crítica não são as barreiras físicas e ambientais que são incapacitantes, mas os valores culturais que colocam a pessoa com deficiência como “outro”. Oliver (2004) afirma que o modelo não ignora os valores culturais, mas apenas prioriza os valores sociais. Conforme afirma French e Swain (2004) ter uma lesão em países desenvolvidos e em desenvolvimento são experiências distintas. Ainda segundo os autores as diferenças culturais podem se mostrar em três frentes: a primeira são os diferentes sentidos e significados que diferentes culturas dão ao corpo e a características físicas, como, por exemplo, a cicatriz que pode ser considerada deformidade nos Estados Unidos ou símbolo da maturidade na tribo Kaningara (homens-crocodilo); a segunda é a religião e as diferentes mensagens por ela passadas, como por exemplo em algumas culturas a deficiência ainda é vista como tendo uma causa espiritual; e a terceira é a linguagem.

Assim o modelo social construído com base nas experiências das pessoas com deficiência no Reino Unido, não corresponde à experiência de ser deficiente em outros países, que muitas vezes, constroem seus próprios modelos locais para entender a deficiência.

A última crítica defendida por Oliver (2004), diz respeito ao fato de o modelo social ser incapaz de incorporar outras ordens sociais, como gênero, raça, idade, sexualidade, etc. O sociólogo, no entanto, argumenta que apesar de o modelo ainda não ter realizado essa interseccionalidade não quer dizer que não o possa fazer.

Firstly we must not assume that models in general and the social model in particular can do everything; that it can explain disability in totality. (...) Secondly, because it cannot explain everything, we should neither seek to expose inadequacies, which are more a product of the way we use it, nor abandon it before its usefulness has been fully exploited¹⁶ (OLIVER, 1996, p. 41).

Um exemplo emblemático das diferentes experiências de ser deficiente em diferentes culturas e da interseccionalidade (deficiência, etnia, sexo, etc.) nos é apresentado por Helmius (2004 apud SÖDER, 2009, p. 75). Uma das pessoas entrevistadas pelo autor para sua pesquisa nasceu em uma área rural da Suécia onde o costume era o de que a mulher deveria se casar e ser responsável pelas atividades domésticas e criação dos filhos, como ela possuía deficiência, assumiu-se que não poderia exercer seu papel tradicional de esposa. Sendo assim, ela foi enviada à Estocolmo onde poderia se educar e se tornar autossuficiente. Percebemos que ser deficiente nessa determinada área rural da Suécia altamente machista, significou para essa mulher a liberdade.

Conceitos, modelos, ideias, ideologias são fluidos, se alteram com o desenvolvimento do pensamento, com as diversas experiências, com as novas vozes que surgem. Assim, concordamos com Oliver (1996) quando ele diz que os modelos não podem explicar a deficiência em sua totalidade, contudo discordamos que por esse motivo ele não deva ser alvo de críticas. Acreditamos inclusive ser essa fala do sociólogo contraditória, uma vez que o próprio modelo social nasceu da crítica ferrenha ao modelo médico.

O modelo social nasceu da necessidade de mudanças nas políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência. E, com esse objetivo foi eficaz. Todavia, com a entrada da pós-modernidade, com muitas dessas políticas implementadas, com uma área acadêmica construída e com a discussão sobre a deficiência fortalecida, novas ideias e necessidades surgem. A experiência de ser deficiente, e pertencer a uma etnia, a uma nacionalidade, a uma classe social, e ter um gênero, uma orientação sexual, ou seja, a experiência do ser complexo entra em debate, e é mais que natural que a partir de uma nova visão surjam críticas ao antigo

¹⁶ Em primeiro lugar não devemos supor que modelos em geral e o modelo social em particular podem fazer tudo; que podem explicar a deficiência em sua totalidade. (...) Em segundo lugar, porque o modelo não pode explicar tudo, não devemos procurar expor suas inadequações, que são resultado da forma com que o usamos, nem abandoná-lo antes que sua utilidade tenha sido totalmente explorada (Tradução livre da autora).

modelo e um mais adequado àquele nasça. Talvez o termo “modelo” seja inadequado e deva ser substituído por perspectiva.

Mais recentemente o *Critical Disability Studies* começou a utilizar a perspectiva interseccional – que emergiu dos estudos de feministas negras nos Estados Unidos que pretendiam entender como as estruturas de raça e gênero se cruzam – que se tornou popular nos últimos anos, principalmente em pesquisas que abordam grupos marginalizados.

The concept aims to capture how different categories (power axes, dimensions, variables – the terminology differs with different methodologies) interact in forming life conditions and identities of these groups. Women are not only women, but have a class position, ethnicity, sexual orientation and so on. An intersectional perspective means analysing how these different dimensions cross (intersect) with each other in influencing the living situations of women¹⁷ (SÖDER, 2009, p. 74).

A interseccionalidade pode ser discutida a partir de duas perspectivas. Uma é a via estrutural que tem como foco poder e estratificação. Assim, gênero, classe social e etnia são vistos como vetores de poder, tentando entender como eles se combinam para formar uma sociedade estratificada. A outra é a perspectiva subjetiva que foca em identidade. Aqui o mais importante são categorias e não vetores, cada indivíduo pertence a várias categorias coletivas que juntas constroem sua identidade.

Swain e French (2000) apresentam ainda outro tipo de discurso sobre a deficiência, a que eles nomeiam modelo afirmativo. Em vez de imputar o problema à deficiência ou à sociedade, o discurso afirmativo coloca o foco nos benefícios de viver com a deficiência e em identidades positivas no lugar de tragédias pessoais. Por exemplo, algumas pessoas afirmam que viver com a deficiência os possibilita escapar das expectativas sociais restritas sobre o que a mulher e o homem devem ser ou fazer. Segundo o modelo afirmativo, a deficiência pode ser uma experiência libertadora, uma vez que se pode fugir das definições de ideais sociais como beleza e outros valores considerados superficiais.

Shakespeare (1996) apresenta ainda outros modelos de conceitualização e entendimento da deficiência:

- a) A abordagem das minorias que vê as pessoas com deficiência como um grupo oprimido. De acordo com o autor essa é uma perspectiva ainda mais

¹⁷ O conceito visa capturar como diferentes categorias (eixos, dimensões, variáveis de poder – a terminologia muda em diferentes metodologias) interagem na formação das condições de vida e identidades desses grupos. As mulheres não são apenas mulheres, mas também possuem posição de classe, etnia, orientação sexual e assim por diante. Uma perspectiva interseccional significa como essas diferentes dimensões se cruzam (intersectam) e influenciam as situações de vida das mulheres (Tradução livre da autora).

fraca do que o modelo social, uma vez que não problematiza a deficiência em si, apenas foca na política e identidade de poder;

- b) Perspectiva Weberiana ou Foucaultiana, que insere a deficiência como uma categoria da política social. Também desvia a atenção da deficiência em si para os processos políticos que constroem o que é e quem é deficiente;
- c) Deficiência definida por pesquisas sociais, que emprega instrumentos sociais utilizados para identificar quem é deficiente e acabam por construir categorias arbitrárias mostrando a ineficácia desse empirismo;
- d) Deficiência como categoria cultural, aqui a noção de representação cultural ganha importância.

Já Hughes e Paterson (1997) defendem a criação de uma sociologia da lesão/incapacidade/limitação (*sociology of impairment*) como uma saída para a dicotomia cartesiana do modelo social, e para que seja possível teorizar as diferenças corporais que constituem a deficiência. Em seu artigo intitulado *The Social Model of Disability and the Disappearing Body: Towards a sociology of impairment* os autores não explicitam de forma clara o que seria essa sociologia, apenas argumentam que suas bases estariam no pós-estruturalismo e na fenomenologia, com o auxílio das ideias advindas da sociologia do corpo. Os pesquisadores apontam que o pós-estruturalismo pode ser um bom caminho para teorizar a lesão fora do campo da medicina, uma vez que percebe a lesão como um produto de práticas discursivas, e “(...) like sex it is an effect, rather than an origin, a performance rather than an essence”¹⁸ (HUGHES; PATERSON, 1997, p. 333). Contudo os autores continuam e afirmam que apesar de o pós-estruturalismo ser um bom caminho a ser seguido ele não dá conta de explorar a dimensão vivida do e pelo corpo. Para isso os estudiosos se voltam para a fenomenologia, e baseando-se nas ideias de Merleau-Ponty, argumentam que o corpo é um agente sensível, um sujeito, um local de significado, fonte de conhecimento sobre o mundo.

Alguns teóricos (entre eles HUGHES; PATERSON, 1997; CROW, 1996) afirmam que o modelo social necessita de uma reformulação ou expansão, e criticam o fato de alguns de seus defensores mais fundamentalistas negarem a relação entre deficiência e lesão/limitação física, ou ainda, a exclusão do corpo do conceito de deficiência. Este modelo então falha ao excluir várias dimensões da vida das pessoas com deficiência e como Thomas (2004) afirma deve-se reconhecer que o modelo social ainda não responde ao que se entende por deficiência. Outros, como Shakespeare e Watson (2002), acreditam ainda que a vertente

¹⁸ (...) como sexo é um efeito em vez de origem, uma performance em vez de essência (Tradução livre da autora).

radical do modelo tornou-se um problema, e isso significa que não pode ser reformado. O modelo deixou de ser útil, e em vez de criticá-lo ou fornecer argumentos alternativos para preencher lacunas ou compensar sua inadequação, é hora de deixá-lo de lado e começar de novo.

Assim, percebemos que a principal crítica que se interpõe ao modelo social é o fato de tentar entender a deficiência como um problema social desprovido de corpo, sendo que é nele que está inserido a diferença, ou as diferenças a partir de uma perspectiva interseccional. Então, a partir dessas críticas, o *Critical Disability Studies* passa a teorizar a deficiência buscando ao mesmo tempo evitar a noção biomédica de que o corpo é um receptáculo inerte de características deficitárias, e ressignificar a opressão e discriminação como experiências corporificadas.

O modelo social jogou a fisicalidade para a sombra discursiva. Por esse motivo quase não há comunicação entre o *Disability Studies* e a sociologia do corpo. Ao mesmo tempo que a sociologia reivindica o estudo do corpo para si, como objeto histórico e social; a sociologia da deficiência caminhava na direção oposta tentando fugir da dominação médica. Situação que tende a mudar com as novas perspectivas do *Critical Disability Studies*.

A sociologia do corpo levanta uma importante questão sobre a relação entre natureza e cultura. A sociologia moderna considera a natureza meramente como um constructo ou sistema cultural. A desconfiança acerca do tema deve-se ao fato de o binômio natureza/cultura ter sido muitas vezes usado como justificativa para as desigualdades sociais, como, por exemplo, para explicar os papéis de gênero. Essa ideologia sugeriria que o homem pertence à cultura e é responsável pela esfera pública, enquanto a mulher pertence à natureza com seu “instinto” materno responsável pela manutenção do lar. Além disso, a sociologia moderna tem suas raízes na negação do positivismo, em particular na corrente que pretende explicar o comportamento humano através da biologia humana. Essa discussão sobre os binômios natureza/educação, natureza/cultura, ou entre natureza/política é antiga. Turner (2008) aponta que Aristóteles já discutia a diferença entre zoe – vida partilhada como outros seres vivos – e bios – vida particular de uma pessoa ou grupo. A filosofia grega também estabeleceu a distinção entre instinto (natureza) e virtude (educação); distinção essa tomada pelo Cristianismo (mente/corpo ou espírito/corpo), no qual o corpo simboliza a corrupção que precisa ser subordinada pelo treinamento moral, confissões e disciplina.

A partir da revolução científica do século XVII foram criadas as bases para que os cientistas tentassem explicar o comportamento humano através da anatomia, biologia ou química, ideias também desenvolvidas pela filosofia positivista ocidental. Com o

desenvolvimento do cientificismo e com o Darwinismo o corpo passa a ser controlado pelo discurso médico. Disciplinas como a antropologia física apoiavam a natureza, em contrapartida a antropologia social e o início da sociologia enquanto campo de estudos rejeitavam as explicações naturalistas para o comportamento humano, focando na cultura como explicação para o comportamento individual e para a organização social. Turner (2008) afirma que a antropologia social rejeita o reducionismo biológico por dois motivos: primeiro argumentam que a própria distinção do que é natural e cultural é feita culturalmente (o que é natural em uma cultura não o é em outra); segundo, a disciplina tem tentado demonstrar que não existe uma natureza humana universal, essa varia entre culturas.

Barnes (2012), defensor do modelo social, argumenta que ao afirmar que a distinção entre lesão e deficiência é falsa os críticos estariam sugerindo que a separação de biológico e social também o é. O autor aponta que tal crítica pode ser de interesse de filósofos e sociólogos, porém não tem qualquer significado ou valor prático em termos de pesquisa e política. Barnes (2012) completa sua defesa ao modelo social afirmando que o foco na cultura não ajuda na solução dos problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência com relação às políticas públicas. Discordamos do autor. Conforme vimos anteriormente, a experiência de ser deficiente difere em termos de cultura, portanto uma compreensão das práticas culturais é fundamental para melhores políticas em favor da pessoa com deficiência.

Minha inquietação com os modelos construcionistas sociais é resultado dos questionamentos sobre o corpo que é apresentado por essa perspectiva. Da mesma forma é difícil se pensar em deficiência como apenas uma questão política e sociológica desprovida do corpo que a constrói.

Assim, pelo exposto vemos que enquanto o modelo médico enquadra a deficiência como tragédia pessoal, gerando compaixão e pena, o modelo social narra a questão da deficiência em termos de lutas pela inclusão e igualdade. Enquanto o modelo médico exige que a pessoa adapte-se à sociedade, o modelo social exige mudanças na estrutura social. Contudo, o panorama contemporâneo não está mais convencido pela dualidade de pensamentos, e o corpo é o coração da vida social, constituído tanto biológica quanto culturalmente (HUGHES, 2000). Portanto, a tendência futura está na capacidade de se retirar o melhor de cada um dos modelos equilibrando os argumentos. Deve-se reconhecer a experiência individual das pessoas em todas as áreas da vida social (incluindo o esporte), reconhecendo a complexa interdependência que existe entre deficiência e corpo.

Assim sendo, de um lado tem-se o modelo médico considerado simplista ao considerar apenas as questões do corpo e esquecer-se das barreiras que impedem as pessoas com

deficiência de participar ativamente da sociedade. Por outro lado, tem-se o modelo social que deixa de lado aspectos importantes da vida e do corpo das pessoas com deficiência.

1.4 Os caminhos do estereótipo

Lippmann (1922) foi pioneiro, ao formular o conceito de estereótipo. Contudo o termo “estereótipo” já existia desde 1978, e seu significado estava relacionado à tipografia, designando uma chapa de metal utilizada para produzir cópias repetidas do mesmo texto (GILMAN, 1985). As ciências sociais também se utilizavam do termo de forma mais abstrata denotando algo fixo, rígido, assim como a etimologia da palavra que vem do grego “*stereo*” que significa sólido, firme.

Lippmann (1922) define os estereótipos como imagens mentais sobre a realidade que se interpõem entre indivíduo e o real; são como “fotos em nossas cabeças” para ilustrar o que caracterizou como uma representação interna mental de grupos sociais, em contraste com a sua realidade externa, salientando a rigidez dessas imagens mentais.

Ainda segundo o autor, quando nos aproximamos da realidade, não vemos primeiro para depois definir, mas primeiro definimos e depois vemos, ou seja buscamos em nosso aparato cultural a classificação na qual o indivíduo se insere. Isso significa que os estereótipos se formam a partir de sistema de valores individuais e têm como função organizar e estruturar a realidade.

And those preconceptions, unless education has made us acutely aware, govern deeply the whole process of perception. They mark out certain objects as familiar or strange, emphasizing the difference, so that the slightly familiar is seen as very familiar, and the somewhat strange as sharply alien¹⁹ (LIPPMANN, 1922, p. 60).

Gilman (1985) afirma que os estereótipos são representações brutas do mundo, eles perpetuam uma noção de diferença entre o “eu” e o “outro”, e ratifica a ideia de Lippmann de que não são nem aleatórios nem pessoais, são, sim, produtos da história e da cultura.

¹⁹ E aqueles preconceitos, a menos que a educação nos tenha deixado conscientes, governam profundamente todo o processo da percepção. Eles indicam alguns objetos como familiares ou estranhos, enfatizando a diferença, para que o ligeiramente familiar seja visto como muito familiar, e o de alguma forma estranho seja visto como totalmente estranho. (Tradução livre da autora)

Difference is that which threatens order and control (...). Patterns of association are most commonly based, however, on a combination of real-life experience (as filtered through the models of perception) and the world of myth, and the two intertwine to form fabulous images, neither entirely of this world nor of the realm of myth²⁰ (GILMAN, 1985, p. 21).

Nossas primeiras impressões, que são de fato baseadas em observações rasas, irão determinar as categorias sociais nas quais iremos inserir o novo e através das quais iremos orientar nossa interpretação posterior.

A categorização é imprescindível em nossa sociedade. Da mesma forma que categorizamos os objetos como carros, xícaras, roupas, o mundo social também é processado da mesma forma (MERVIS; ROSCH, 1981; STANGOR; LANGE, 1994). O estereótipo refere-se a crenças, conhecimentos e expectativas da vida social. De acordo com a Teoria da Identidade Social (TAJFEL, 1972) os estereótipos auxiliam o indivíduo a organizar e simplificar a informação, servem como guia para a tomada de atitude em certas circunstâncias, protegem o sistema de valores pessoais, justificam ações contra outro grupo, tudo isso a fim de contribuir para uma identidade social positiva e para o aumento da autoestima. Ainda segundo essa teoria, tendemos a ver o grupo dos “outros” como homogêneo (como se todos os membros fossem iguais), pois ao se olhar para o mesmo temos a tendência em ver somente a característica estigmatizadora ou estereotípica que o marca. Isso nos mostra como a estereotipização auxilia o homem a organizar e classificar o mundo, simplificando aquilo que é, na verdade, complexo.

O grupo estereotipado, normalmente, sofre com a “ameaça do estereótipo”, ou seja, o medo de que o estereótipo, que é externo, se confirme. Um estudo feito por Steele e Aronson (1995) comprovou essa “ameaça” – que os autores caracterizam como a ideia de que tudo que alguém faz ou as características apresentadas por alguém possam ser explicadas, tanto por outros grupos como pelo próprio grupo estereotipado, pelo estereótipo associado – ao apresentar a estudantes americanos negros e brancos dois testes, um como diagnóstico de inteligência e outro como teste de personalidade. O teste era o mesmo, porém os estudantes negros apresentaram um desempenho inferior ao dos brancos no teste de inteligência, enquanto no teste de personalidade não houve diferença significativa. O que pode comprovar, visto ser esse um tema polêmico, também que os indivíduos não precisam estar de acordo com o estereótipo, apenas que tenham conhecimento dele. Ou seja, como nos Estados Unidos

²⁰ Diferença é aquilo que ameaça a ordem e o controle (...). Contudo os padrões de associação são mais comumente baseados na combinação de experiência de vida (filtradas através de modelos de percepção) e do mundo do mito, e esses dois se entrelaçam a fim de formar imagens fabulosas, nem totalmente desse mundo nem do reino do mito. (Tradução livre da autora)

os negros são estereotipados como indivíduos inferiores intelectualmente (GIROUX, 1999; GURIN; EPPS, 1975), houve o medo de se confirmar sua reputação de inferioridade. A consciência dessa ameaça funciona como mecanismo gerador de stress, que pode interferir no bom desempenho do indivíduo em seu teste.

Outras pesquisas (GEEN, 1985; BAUMEISER, 1984) também indicam que fatores semelhantes à “ameaça do estereótipo”, como por exemplo, a presença de um observador, que pode interferir no desempenho de tarefas mentais, ou alguns elementos que aumentam a importância de uma performance, como prêmio, aprovação ou competição, e podem prejudicar até habilidades motoras, demonstram que o desempenho é prejudicado quando a situação demanda um redirecionamento da atenção do indivíduo. No caso do estereótipo a atenção é redirecionada para o fato de que o resultado de sua performance possa ir de encontro ou ao encontro dessa ideia preconcebida.

Alguns autores afirmam que os estereótipos divulgados são reflexos dos medos e ansiedades da sociedade, ou seja, nós evitamos falar sobre a possibilidade da deficiência, em nós ou em alguém próximo, e o que tememos geralmente estigmatizamos (LONGMORE, 1985), uma vez que a relação com o outro, com a alteridade, provoca esse medo, além de segregação e exclusão. A pessoa com deficiência é a encarnação do desequilíbrio, insegurança, assimetria causando desordem na ordem vigente. Qualquer desequilíbrio ou distúrbio dos estereótipos assemelham-se a um ataque contra a base do universo, do nosso universo particular, onde nossos hábitos, capacidades, gostos, esperanças estão completamente ordenados e ajustados (LIPPMANN, 1922).

Gilman (1985) ratifica essa ideia ao afirmar que nós criamos imagens de coisas que geralmente tememos ou glorificamos, e dessa forma os estereótipos perpetuam um senso de diferença entre o “eu” e o “outro”. Goffman (1988) traz também a ideia de que a sociedade espera que a pessoa com deficiência apresente características e/ou comportamentos de incapacidade e inferioridade, e quando essas expectativas não são correspondidas surge um sentimento de desconfiança e insegurança.

Cabe aqui ressaltar que os conceitos de estereótipo e estigma são muito semelhantes, mas algumas diferenças básicas podem ser apontadas. A principal delas prende-se ao fato de que os estereótipos podem existir sem estigmas, além de que os estereótipos podem ser positivos ou negativos, enquanto a estigmatização é sempre negativa e invariavelmente vinculada à discriminação. Como dito anteriormente os estereótipos formam um conjunto de crenças e valores que guiam o processamento de informações, e podem servir como fonte de justificativa de um determinado estigma.

Originalmente, estigma designava entre os gregos os sinais corporais utilizados para evidenciar o status moral (de escravo, criminoso, traidor, etc.) de quem os portava (GOFFMAN, 1988). Atualmente, o termo é utilizado de maneira semelhante ao original, porém segundo Goffman (1988) está mais relacionado à própria desgraça do que a sua evidência corporal. Contudo acreditamos que peso, cabelo, cor da pele e diferenças corporais ainda são sinais evidentes de estigmas. O estigma imobiliza o outro dentro de sua identidade de excluído para que ele saiba seu lugar e para que, principalmente, não cruze fronteiras.

O indivíduo reconhece o outro, como “outro”, pois ele é diferente; porém, se a diferença for muito marcante a ponto de obscurecer o sentimento de pertença a uma coletividade ela se torna fator de insegurança. Ou seja, a partir de um determinado ponto a diferença passa a ser vista como ameaça à integridade, desencadeando sentimentos de rejeição e exclusão. De acordo com Vayer e Rocin (1989, p. 60), “O conhecimento de si mesmo é, de certo modo, um jogo dialético entre os dois pólos que caracterizam a presença do outro: a semelhança e a diferença”.

A identidade e a diferença têm uma relação de dependência; identidade é aquilo que se é, normalmente uma característica positiva, diferença é aquilo que o outro é e eu não sou, é uma característica diferenciadora.

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. (...) Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre ‘nós’ e ‘eles’. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. ‘Nós’ e ‘eles’ não são, neste caso, simples distinções gramaticais. Os pronomes ‘nós’ e ‘eles’ não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder (SILVA, 2013, p. 82).

E aqui apresentamos um conceito polêmico, que, segundo Hall (2013) opera sob rasura, ou seja, é uma ideia que não pode mais ser pensada da forma antiga, mas ainda é utilizada para se pensar certas questões. Não iremos nos aprofundar nessas discussões, porém para deixar claro, o conceito que usamos, nesse estudo, não é de uma identidade integral e unificada, mas sim fragmentada e múltipla e sujeita a processos de mudança e transformação.

Isto é, as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora “sabendo” (...), sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma ‘falta’, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos (HALL, 2013, p. 112).

Essa abordagem da identidade como trajetória de posições de sujeito permite-nos captar a mobilidade, as contradições e os caminhos que escolhemos para nos mostrar ao mundo. Atualmente assistimos à multiplicação de identidades, rótulos e estereótipos dentro do binômio normal/anormal.

(...) a anormalidade é o outro da norma, o desvio é o outro do cumprimento da lei, o animal o outro do humano, a mulher o outro do homem, o forasteiro o outro do nativo, o inimigo o outro do amigo, ‘eles’ o outro de ‘nós’, a insanidade o outro da razão, o estrangeiro o outro do súdito do Estado, o público leigo o outro do especialista. Um lado depende do outro, mas a dependência não é simétrica. O segundo lado depende do primeiro para o seu planejado e forçado isolamento. O primeiro depende do segundo para a sua afirmação”. (BAUMAN, 1999, p. 22/23)

As pessoas com deficiência compartilham com outros grupos oprimidos – por classe social, idade, gênero, sexualidade, etnia – a experiência da hierarquia de poder e status. Aqueles na parte mais baixa da hierarquia social é dado menos autonomia sobre suas vidas, e estão sujeitos a um maior controle (MARKS, 1999). Como afirma Hall (1997) a identidade é construída através da diferença, e a produção de estereótipos serve para a manutenção da ordem social e da ordem simbólica da sociedade. E assim há a naturalização do poder que subjuga o diferente, ou o “outro”, à autoridade representada pelo sexo, cor da pele, gênero, etnia e classe social, ou seja, o poder é representado pelo homem, branco, de classe social mais elevada e sem deficiência. A classe dominante mantém seu poder hegemônico, em parte, através dos meios de comunicação. Os discursos midiáticos ajudam a definir, normalizar, influenciar e refletir os valores dominantes. No esporte, por exemplo, o discurso midiático reforça os ideais de gênero, classe, raça e corpo.

A oposição binária eu/outro, ou em outras palavras sujeito/objeto, fixa e essencializa o significado do ser. Há sempre uma relação de poder entre essas oposições, em que um é o dominante e o “outro” o dominado. No pensamento binário um elemento é objetificado, o “outro”, e esse elemento é então manipulado e controlado como forma de separá-lo do “eu”. Essa objetificação pode ser vista como central no processo de produção da diferença. Na filosofia o sujeito pertence ao mundo do espírito e o objeto ao mundo da matéria; e como matéria o objeto pode apenas ser conhecido, e nunca conhecer.

1.4.1 Os estereótipos da deficiência

Percebemos que a diferença entre corpos sempre despertou interesse da humanidade, sendo que tais diferenças podem ser enfatizadas através do binômio normal/anormal. Conforme sugere Hall (1997) geralmente as pessoas que são significativamente diferentes da maioria são expostas de forma binária – heróis e vilões; bom e mau; civilizados e primitivos; feio e atraente –, rejeitado porque é diferente e atraente porque é estranho e exótico; isso ao mesmo tempo num processo de feiticismo. Essa aparente ambiguidade se dá, segundo Hall (1997), pois o processo de representação ocorre de forma consciente ou evidente e inconsciente ou suprimido. Assim,

The important point is that stereotypes refer as much to what is imagined in fantasy as to what is perceived as ‘real’. And, what is visually produced, by the practices or representation, is only half of the story. The other half – the deeper meaning – lies in *what is not being said, but is being fantasied, what is implied but cannot be shown*²¹ (HALL, 1997, p. 263, destaque no original).

Assim, apesar de a sociedade acreditar que tanto homens como mulheres com deficiência sejam assexuados (SHAKESPEARE et al., 1996) e infantis, principalmente aqueles com deficiência intelectual, ao homem cadeirante está associada a ideia de impotência, e no geral difunde-se que a vida sexual da pessoa com deficiência deve ser controlada, sua sexualidade negada, patologizada. Quando um cadeirante apresenta uma vida sexual ativa, a curiosidade aflora, quando um grupo de pessoas que se sentem atraídas por amputados (conhecidos como *devotees*) se agrupam online é necessário que seu desejo seja justificado, uma vez que essa atração é colocada como patologia a ser tratada (KAFFER, 2000). O membro amputado à mostra é, ao mesmo tempo, atraente e perturbador.

O estereótipo é utilizado, muitas vezes, como facilitador do cotidiano, contudo seus impactos, geralmente negativos, podem levar a generalizações sobre o indivíduo ou grupo, gerando julgamentos enviesados. De acordo com Hall (1997) o estereótipo reduz o indivíduo a algumas poucas características simples, e completa seu pensamento com a interessante diferenciação entre estereotipar e tipificar, utilizando, para isso, os argumentos de Robert Dyer (1977). Segundo esse último, sem o uso de tipos seria muito difícil, ou até mesmo

²¹ O importante é que os estereótipos se referem tanto ao que é imaginado em fantasias quanto ao que é percebido como ‘real’. E, o que é produzido visualmente, pelas práticas da representação, é apenas parte da história. A outra parte – o sentido mais profundo – reside no que *não está sendo dito, mas está sendo fantasiado, o que está implícito mas não pode ser revelado* (Tradução livre da autora).

impossível, dar sentido ao mundo, pois enquadramos objetos, pessoas e eventos em categorias nas quais eles se encaixam de acordo com a cultura. Assim tipificar é essencial para criar significado. Classificamos as pessoas de acordo com papéis sociais, classe, sexo, faixa etária, nacionalidade, raça, grupo linguístico, preferências sexuais, personalidade. O tipo é qualquer caracterização simples, vívida, memorável, facilmente apreendida e amplamente reconhecida, na qual poucos traços estão em primeiro plano e a mudança, ou “desenvolvimento”, é reduzida ao mínimo. Já os estereótipos se apegam a algumas características simples, vívidas, memoráveis, facilmente apreendidas e amplamente reconhecidas de uma pessoa, e reduzem-na a esses traços. Em suma, estereotipar reduz, essencializa, naturaliza e fixa diferenças, separando o normal e o aceitável do anormal e inaceitável, ou seja auxilia na manutenção da ordem social e simbólica. Classifica as pessoas segundo normas e constroem os excluídos como “outros”, sendo elemento-chave da violência simbólica. E essa classificação simbólica geralmente funciona por meio de oposições binárias – homem/mulher, branco/negro, homossexual/heterossexual, nós/eles – em que um é a norma e o outro é o “outro”, e que tem por objetivo garantir certo controle social. Os estereótipos visam impedir a flexibilidade de pensamento na apreensão, compreensão e reprodução de uma realidade, com o objetivo principal de manter e naturalizar as relações de poder (HALL, 1997).

Segundo Bauman (1999, p. 11) classificar é um ato que consiste em excluir e incluir. “Cada ato nomeador divide o mundo em dois: entidades que respondem ao nome e todo o resto que não. (...) Invariavelmente, tal operação de inclusão/exclusão é um ato de violência perpetrado contra o mundo e requer o suporte de uma certa dose de coerção”.

Como nos afirma Goffman (1988, p. 13) “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso, nem desonroso”. As discussões sobre normalidade são antigas. Em 1882 era publicada a primeira edição do livro *O Alienista* de Machado de Assis. Na obra o respeitado médico Dr. Simão Bacamarte, funda, em Itaguaí, o hospício Casa Verde, buscando entender mais profundamente a loucura e seus graus. Em pouco tempo o local fica cheio, uma vez que o Dr. Bacamarte passa a enxergar a loucura em todos e interna pessoas que causavam espanto, ou seja, que de alguma forma eram diferentes. Quando 75% da população da cidade encontravam-se internada, o alienista percebe erros em sua teoria, libera todos e altera os critérios de avaliação. Sua conclusão é que o louco era aquele que mantinha regularidade nas ações e firmeza de caráter. Dr. Bacamarte conclui que ele próprio é o único sadio e reto e interna-se na instituição onde morre meses depois.

O processo de estigmatização ocorre sempre dentro de um contexto e necessita de uma situação relacional de interpretação de atributos, ou seja, a característica que o “outro” possui que é considerada estigmatizadora pode transformar-se em padrão para a exclusão. Essa construção do “outro”, bem como sua marginalização, é um fenômeno presente não só em uma cultura, mas também na relação entre povos e nações, como, por exemplo, a expansão imperialista, e sua conseqüente relação entre povos colonizadores e colonizados, que sufocou valores e costumes, em nome da “missão civilizadora”. A estratégia básica desse processo é a formulação do estereótipo do dominado, o que se efetiva fundamentalmente pelo discurso colonial. Segundo Bhabha (1992, p. 177-178), “É aí, na margem colonial, que a cultura do Ocidente revela sua “diferença”, seu texto-limite, assim como sua prática de autoridade desloca uma ambivalência que representa uma das mais significativas estratégias discursivas e físicas do poder discriminatório (...)”. Tanto a forma clássica de colonialismo quanto os neo-colonialismos, que continuam a existir mesmo na sociedade considerada pós-colonial, a estratégia de dominação passa pela imposição de uma imagem de homem e de mundo. Ainda de acordo com Bhabha (1992, p. 180) “O objetivo do discurso colonial se concentra em construir o colonizado como população de tipo degenerado, tendo como base uma origem racial para justificar a conquista e estabelecer sistemas administrativos e culturais”. Esse discurso que vem embebido por uma dita verdade (do colonizador), ocupa um lugar de destaque na retórica do poder, e quando o colonizado passa a internalizar esse discurso com seus sentidos de inferioridade, dependência e heteronomia, ocorre o êxito do empreendimento (MARQUES, 2001a).

E isso ocorre no caso da deficiência, que se encaixa em um binômio com a eficiência (deficiência/eficiência), assim, ela surge como um “(...) conceito-julgamento-de-valor: designa o improdutivo, o negativo” (PUPPIN, 1999, p. 246). Além disso, os conceitos de deficiência e eficiência desempenham um papel central e reconhecido na compreensão contemporânea de normalidade, corpo e inteligência.

O processo de identificar o outro refere-se à ideia de que nossa identidade é, geralmente, criada e mantida através de distinções que estabelecemos entre nós e aqueles que percebemos como diferentes de nós, sendo o corpo um dos locais através do qual estabelecemos fronteiras de quem somos e fundamentamos a identidade. Ao afirmarmos que as pessoas com deficiência são inúteis, danificadas, defeituosas e disfuncionais, os sujeitos sem deficiência são capazes de reafirmar e reforçar a identidade de ser o oposto dessas características indesejadas.

A teoria estruturalista, que desafia a noção de identidade estável e apresenta-a como locais de enunciação que constituem atitudes, e toda uma linha de argumentação que pensa a identidade como fluida, fragmentada, múltipla e sujeita a processos de mudança e transformação, vê um problema no binário deficiência/eficiência, pois esse posiciona os indivíduos firmemente em lados opostos, ou se é isso ou aquilo. Quando a deficiência está em foco esquece-se que esses indivíduos também possuem identidades social e cultural. Dentro de nossa sociedade tão afeta a categorizações, tão ansiosa pela organização do “caos”, colocamos pessoas com características semelhantes dentro de uma mesma caixinha e ignoramos, creio que não por ignorância, mas por uma necessidade visceral em separar, em criar fronteiras claras e definidas, a variabilidade dentro de um conjunto. Simplifica-se e cria-se, assim, as categorias binárias, a eficiência/deficiência, e a doença/saúde que são tidos como fixos e estáveis. No entanto, um aspecto compartilhado por todos os humanos – qualquer que seja sua condição fisiológica – é que essas fronteiras podem ser atravessadas. Em *Arqueologia do Saber*, Foucault escreveu “Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo (...)” (FOUCAULT, 1972, p. 27).

Mas por que há tal desejo desesperador em estabelecer fronteiras claras definindo normalidade e anormalidade? Christopher Bollas (1987) nos explica, através de uma crítica exploratória, o porquê de alguns indivíduos e culturas estar tão preocupados em sustentar o binário deficiência/eficiência. Bollas identifica a busca por ser ‘normal’ como uma forma de doença que ele chama de “doença normótica”.

A normotic person is someone who is abnormally normal. He is too stable, secure, comfortable and socially extrovert. He is fundamentally disinterested in subjective life and he is inclined to reflect on the thingness of objects, on their material reality, or on ‘data’ that relates to material phenomena²². (BOLLAS, 1987, p. 136)

Tal pessoa concebe seu “eu” da mesma forma que um departamento de controle de qualidade preocupa-se com o funcionamento de um produto. Elas são ultrarracionais, objetivas, e tendem a ser desprovidas de imaginação e empatia. Bollas demonstra que o estado de “normalidade anormal” é atingido pela erradicação do “eu” da vida subjetiva.

Marques (2001a, p. 03) complementa tal ideia ao afirmar que a busca pela normalidade através desse “outro” diferente “(...) encerra, do ponto de vista antropológico, a

²² Uma pessoa normótica é alguém anormalmente normal. Ela é muito estável, segura, sente-se à vontade e é socialmente extrovertida. Ela não está interessada pela vida subjetiva e está inclinada a refletir sobre a ‘coisicidade’ dos objetos, em sua realidade material, ou em dados relacionados a fenômenos materiais. (Tradução livre da autora)

enorme dificuldade do ser humano de lidar com o seu devir inumano, com a possibilidade de fragilização de seu projeto fundado no desejo de perfeição”.

Essa categorização a que nos referimos é relativamente arbitrária, e por isso, muito frequentemente, surgem, desse sistema de classificação, anomalias que se tornam tabus, como é o caso de processos escatológicos, que são produtos do corpo, mas que são pensados como separados dele. Como nos afirma Gil (1994, p. 138)

Mais profundamente, o corpo teratológico provoca em nós a vertigem da irreversibilidade. Primeiro, aquilo ali, que não devia estar ali, está lá para sempre. Não se pode mais apagar. E o “jamais” que ali se inscreve abre-se desmesuradamente como um bater do tempo para lá do tempo: aquilo que não passa e faz passar, o acontecimento absoluto, a morte como caos impensável.

A morte aqui deve ser entendida como o vazio de expectativas. Geralmente, ao se deparar com uma anomalia criamos uma nova categoria a fim de localizá-la simbolicamente. A deficiência torna-se um assunto tabu porque ela representa um fenômeno que não se enquadra na ordem social e simbólica atual, e as pessoas sem deficiência geralmente lidam com essa indefinição da mesma forma com que lidam com a maior parte das relações ambivalentes, distanciando-se socialmente.

Uma forma de escapar ao impasse da identidade, que foi adotado por alguns ativistas no fim dos anos 1980, foi empregar o termo “corpos temporariamente capazes” para se referir às pessoas que não se identificavam como deficientes, e é utilizado com um certo humor subversivo, para desafiar a segurança da posição de não-deficientes. Talvez uma descrição mais precisa daqueles que não se identificam atualmente como deficientes seja “corpos eventualmente capazes” que sugere a possibilidade (ao invés da inevitabilidade sugerida pelo termo anterior) de uma mudança futura (MARKS, 1999). A maior parte das pessoas que vive além dos 70 anos tornar-se-á deficiente em algum ponto da vida. Todas as pessoas são suscetíveis, em diversos níveis, de tornar-se deficiente. Assim questionamos, o que é deficiência? Onde podemos encontrá-la? A resposta do senso comum, dada pela maioria das pessoas, é que a deficiência é o que alguém possui quando seu corpo ou mente não funciona de forma apropriada. No imaginário popular a deficiência continua sendo percebida como sendo algo relacionado especificamente a danos (tais como cegueira e paralisia) ou a formas de assistência ou tecnologia (tais como cães-guia e cadeiras de rodas). Contudo, como vimos, a fronteira entre deficiência e eficiência não é estática e pode ser alterada devido a diversos fatores.

A história da ilha Martha's Vineyard, nos Estados Unidos, ilustra a fluidez dessa fronteira. Por 250 anos a surdez foi comum em Martha's Vineyard (em Chilmark, Estados Unidos). O primeiro residente com deficiência auditiva foi um pescador chamado Jonathan Lambert, que fixou residência na ilha em 1694. Ele carregava consigo um gene recessivo para a surdez e, como resultado do casamento entre moradores da ilha isolada, o gene espalhou-se por diversas gerações da família Lambert. Em meados do século XIX, um em cada 25 residentes da localidade era surdo, e em um bairro a taxa podia chegar a um para cada quatro, como consequência uma comunidade inteira aprendeu a usar a linguagem de sinais. Os pescadores sem deficiência auditiva, para não afugentar os peixes, se comunicavam através de Libras quando estavam em barcos diferentes. Em meados de 1800 a maior mobilidade diminuiu o casamento entre os membros da comunidade e o gene da surdez acabou por se dissipar (SHAPIRO, 1994).

Durante o século XVII a fronteira entre normalidade e anormalidade, ou deficiência e eficiência era completamente diferente em Martha's Vineyard, uma vez que as pessoas com deficiência auditiva integravam-se à vida comunitária, gozando dos mesmos tipos de ocupação, renda e relacionamentos que as pessoas sem deficiência. Assim, percebemos que o que se define como deficiência ou eficiência varia enormemente dependendo da cultura e das circunstâncias dentro de uma localidade.

Essa divisão ultrapassa os limites linguísticos e estabelece fronteiras físicas entre os grupos, principalmente para se livrar dos problemas e “aborrecimentos” causados pelo contato entre “nós” e os “outros”, uma vez que ao se aumentar a distância diminui-se as interações. Na prática, os rótulos tendem a ser utilizados estrategicamente para obter resultados particulares, contextualmente delimitados. O uso da política da linguagem é complexo e reflete a realidade de que as categorizações mudam de acordo com as necessidades pragmáticas da pessoa que fala

“O estranho, com efeito, é alguém que se recusa a ficar confinado à terra ‘longínqua’ ou a se afastar da nossa e, assim, *a priori* desafia o expediente fácil da segregação espacial ou temporal” (BAUMAN, 1999, p. 68). Ainda segundo Bauman (1999) o estranho é uma entidade ambivalente que borra a fronteira, que é fundamental para a construção de uma ordem social específica. Moscovici (2011) completa essa ideia ao afirmar que o não familiar atrai e intriga ao mesmo tempo em que alarma, “E quando a alteridade é jogada sobre nós na forma de algo que ‘não é exatamente’ como deveria ser, nós instintivamente a rejeitamos, porque ela ameaça a ordem estabelecida” (MOSCOVICI, 2011, p. 56). Sempre que há uma tensão entre o familiar e o não familiar tendemos em favor do primeiro.

Nosso senso de cidadania e comunidade é definido por fronteiras que demarcam zonas de inclusão e exclusão. A questão do que constitui a afiliação social tem se tornado um dos pontos centrais do debate sobre cidadania. E os corpos, são inegavelmente formas de se identificar excluídos e incluídos. O trabalho de construção do corpo moderno baseia-se em uma série de exclusões, uma vez que só podemos saber qual é o corpo “em forma” e “atraente” se temos uma ideia de qual é “fora de forma” e “pouco atraente”.

1.4.2 Mídia e Estereótipos na televisão

De alguma forma, os estímulos externos, especialmente se esses forem palavras, faladas ou escritas, evocam partes do sistema de estereótipos de modo que a sensação real e o preconceito ocupem a consciência ao mesmo tempo, fundindo-se. Se o que vemos corresponde ao que antecipamos, o estereótipo é reforçado, se a experiência contradiz o estereótipo, duas coisas podem acontecer, dependendo da forma com que cada pessoa vê o mundo: pode-se acreditar que aquela é apenas uma exceção que confirma a regra, ou pode-se modificar a crença.

O ex-presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt exemplifica bem a importância da imagem midiática. Presidente por quatro mandatos, Roosevelt tinha grande dificuldade de movimentos como consequência da poliomielite, e por conta disso, desenvolveu uma estratégia cuidadosamente orquestrada para disfarçar a extensão de sua paralisia. O ex-presidente quase nunca aparecia em sua cadeira de rodas ou tentando andar com o auxílio de muletas. Roosevelt empregava outras estratégias, tais como chegar primeiro em uma reunião para que ele estivesse sentado quando os outros chegassem. Ele nunca se levantava em público, e o serviço secreto intervinha se alguém tentasse fotografar a extensão de sua paralisia. Assim a imagem era de um líder forte, ativo e vigoroso, ou seja, sentiu-se a necessidade de modelar sua imagem, como se um presidente em cadeira de rodas não pudesse oferecer a liderança forte, enérgica e ativa necessária (NELSON, 1994).

A televisão é uma das mais importantes formadoras de opinião, e em consequência pode reforçar ou mudar atitudes. E como as pessoas com deficiência foram e são representadas? Talvez a mais antiga e persistente imagem seja a da pessoa com deficiência como monstro ou aberração. Imagem essa que foi difundida através da cultura em contos de fada, filmes, literatura, e entretenimento. Na literatura temos diversos exemplos de vilões que

apresentam deficiências: a bruxa de “João e Maria” manca, o personagem Capitão Gancho de “Peter Pan” é amputado, Shakespeare “dá” ao personagem Richard III, em “Macbeth”, um corpo com deformidades – na vida real Richard III não era deficiente – a fim de combinar com sua personalidade maléfica; além de personagens que são de alguma forma amaldiçoados e passam a ter deficiência, como a perda da voz de Ariel em “A Pequena Sereia”, Édipo, em “Édipo Rei”, que fica cego como castigo pelos “pecados” que cometeu contra sua família. Um estudo que analisou a representação de personagens com deficiência em revistas em quadrinhos (WEINBERG; SANTANA, 1978) verificou que 57% desses personagens eram vilões, 43% heróis e nenhum era neutro.

Os meios de comunicação retratam as pessoas com deficiência ou como vilões cujo mal é simbolizado por uma deficiência, geralmente física, que é colocada em primeiro plano, ou, como “coitadinhos” aflitos ou “super-heróis” que se atreveram a realizar tarefas diárias em teletons²³ que buscam arrecadar fundos para caridade (NELSON, 1994).

Ao mapear a representação das pessoas com deficiência na televisão americana Nelson (1994) identificou os sete principais estereótipos: digno de pena e patético; super-herói; sinistro, vilão e criminoso; melhor se estivesse morto; desajustado; fardo; incapaz de viver uma vida bem sucedida.

Entre o final da década de 1970 e início de 1980 dois estudos (LEONARD, 1978, apud NELSON 1994; DONALDSON, 1981) mostraram que a televisão estigmatizava as pessoas com deficiência, sendo personagens televisivos impotentes, egoístas, iletrados, e por isso objetos de pena e cuidado, além de na maioria das vezes aparecerem apenas em papéis secundários. Leonard (1978, apud NELSON, 1994) estudou exaustivamente a representação das pessoas com deficiência no horário nobre dos três principais canais da televisão americana, sua principal conclusão: a televisão estigmatiza esses indivíduos. Dos personagens analisados 40% eram representados de forma infantilizada, eram predominantemente de uma classe social mais baixa e desempregados ou ocupando posições consideradas de menor status social. Dois terços eram solteiros, e mais da metade sofria de abusos físicos ou verbais; outros dois terços eram dependentes e três quartos submissos. No geral eram considerados não-humanos e virtualmente estáticos na sociedade.

²³ Teleton é uma maratona televisiva anual, geralmente um dia inteiro de programação dedicado ao tema, que surgiu nos Estados Unidos em 1966 sob o nome de *Teleton*. O objetivo da “maratona” é arrecadar uma quantia em dinheiro para a assistência de pessoas com deficiências, dos mais variados tipos, e que não possuem condições financeiras para arcar com o tratamento. No Brasil, foi realizado pela primeira vez em 1998, e o valor arrecadado é direcionado à Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD).

Cumberbatch e Negrine (1992) monitoraram a televisão britânica por um período de oito semanas em 1988, sua principal conclusão é de que as pessoas com deficiência não são sub-representadas nos programas televisivos, elas são na verdade mal representadas ou representadas parcialmente. Os enredos mais comuns ligavam as pessoas com deficiência ao tratamento médico ou cura, bem como programas que focavam em suas “conquistas especiais”. Em contraste, as pessoas com deficiência eram vistas muito menos em programas de ficção, e quando apareciam eram altamente estereotipadas, como criminosos, inumanos, ou patéticos e fracos. Não eram representados como membros comuns da sociedade, e como vimos anteriormente, também eram utilizadas para evocar emoções de pena ou medo, ou contribuindo para criar uma atmosfera de mistério, privação ou perigo.

Ross (1997) em seu trabalho também concluiu que os programas de ficção tendiam a representar a pessoa com deficiência de forma negativa, e os documentários concentravam-se nas pessoas como “sofredoras porém corajosas”, ou “indefesas e dependentes”.

1.4.3 Personagens com deficiência na indústria fílmica

Diversos autores afirmam que no cinema os personagens com deficiência são, geralmente, menos complexos e identificados por sua diferença, que é explorada pelos roteiristas a fim de dar ares mais dramáticos e emocionais à história (LONGMORE, 1985; WOLFSON; NORDEN, 2000). Além disso, esses personagens representam, muitas vezes, os vilões da trama. Em diversos filmes podemos perceber o uso da deficiência, em especial aquelas mais visíveis, para a personificação do mal, como por exemplo, a deformidade do vilão “Duas Caras” em “Batman”; ou no filme “GoldenEye” (1995, “007 contra Goldeneye”), em que há uma nítida relação entre maldade, traição e a condição de fisicamente desfigurado do personagem. As deformidades do corpo simbolizam a deformidade da alma, e as deficiências físicas são vistas com emblemas do mal.

A relação entre deficiência e vilões reflete e reforça, de forma exagerada, três preconceitos comuns contra pessoas com deficiência: deficiência como punição pelo mal cometido; as pessoas com deficiência são amarguradas por conta de seu “destino”; as pessoas com deficiência ressentem-se das sem deficiência e, se pudessem, destruí-las-ia. Intimamente relacionado à caracterização criminosa, porém distinta dela, encontra-se a representação das pessoas com deficiência no cinema de horror como “monstros” (LONGMORE, 1985). Alguns

exemplos são “The Hunchback of Notre Dame” (1981, “O Corcunda de Notre Dame”) e “The Phantom of the Opera” (1983, “O Fantasma da Ópera”). As características típicas dessa representação envolvem a deformidade do corpo e da personalidade. Assim, percebe-se que tanto o estereótipo de criminoso quanto o de monstro envolve a ideia de perda de parte da humanidade. Tal corrobora com o que Goffman (1988) descreve como natureza do estigma, ou seja, a pessoa estigmatizada é vista como menos-que-humana, ou sub-humana. Em geral, em alguns filmes de horror e em quase todos com temática relacionada ao crime, o personagem com deficiência isola-se da sociedade por conta de seu comportamento perigoso. Todavia em algumas histórias de terror, como, por exemplo, no próprio “Corcunda de Notre Dame” citado, o personagem é excluído pelo medo e desprezo sentido pela maioria. E mesmo quando são representados de forma simpática como vítimas da intolerância, mantém-se claro que deficiências severas tornam a inclusão muito difícil (LONGMORE, 1985). E para ambos, criminosos e monstros, o final é, geralmente, a morte.

Ao analisar a representação das pessoas com deficiência no cinema e na televisão, Longmore (1985) afirma que a partir dos anos 1970/1980 um novo estereótipo surge, o personagem severamente deficiente que tenta suicidar-se como forma de se livrar da deficiência, geralmente envolvendo temas como suicídio assistido e eutanásia. Aqui também há um sentido de perda da humanidade, principalmente quando termos como “vivendo como vegetal” e “não é mais um homem” aparecem.

Entre o final dos anos 1980 e início dos 1990 a imagem midiática que prevalecia era do deficiente desajustado. Geralmente envolvendo personagens com deficiências físicas, amarguradas e autopiedosas, que não tendo se ajustado e aceitado a deficiência, tratam mal aqueles que o rodeiam. A história geralmente termina com “uma chamada à realidade” por um personagem sem deficiência, que afirma a necessidade do outro em se aceitar. Essa representação sugere que a deficiência é também um problema psicológico de autoaceitação, e o preconceito social raramente é narrado, na verdade, os personagens sem deficiência não têm qualquer problema em aceitar a deficiência do outro. Outra imagem presente é a compensação, isto é, aqueles personagens que lidam de forma responsável com sua deficiência receberiam, de uma entidade superior, dons espirituais, morais e emocionais a fim de compensar a dor que os aflige, são “super-heróis”, pessoas que, contra todas as expectativas, triunfam sobre a “tragédia da própria condição”. Em termos de dramaticidade, o triunfo sobre a deficiência é utilizada como metáfora para as lutas humanas diárias contra os obstáculos do caminho. Podemos citar o filme “My Left Foot” (1989, “Meu Pé Esquerdo” no Brasil) como exemplo do uso do estereótipo de “super-herói”. Quando o personagem

principal, o artista com deficiência Christy Brown, escreve com seu pé esquerdo na lousa seu pai declara “Este é Christy Brown, meu filho. Gênio!” (Tradução livre da autora), e o leva para um bar. Somente quando Christy começa a se comportar de uma forma que pode ser considerada extraordinária é que ele é aceito pelo pai.

Existem alguns filmes em que a pessoa com deficiência é retratada de forma comum, como em “Children of a Lesser God” (1986, “Filhos do Silêncio”, no Brasil) e “Boyz in the Hood” (1991, “Os Donos da Rua”), contudo esses tipos de papéis são muito menos frequentes.

Norden (1994), corroborando as ideias de Longmore (1985), traz ainda para discussão as formas com que as pessoas com deficiência são isoladas no cinema. Segundo este autor alguns mecanismos como posição das câmeras tomando como partida uma pessoa sem deficiência, distância física entre os personagens com e sem deficiência, além da trama, são utilizados pensando-se unicamente em um espectador sem deficiência, gerando uma separação física e simbólica. Tal isolamento é reflexo de como a sociedade lida com a deficiência. Isso é uma questão de poder, pois a maioria dominante fará qualquer coisa para manter o *status quo*, e sua estratégia é conservar as minorias, tais como as pessoas com deficiência, em “seus devidos lugares”.

A indústria fílmica perpetuou ou criou certo número de estereótipos que inspiram pena, medo, humor, admiração, entre outros, que sozinhos ou combinados refletem o tema do isolamento. Norden (1994) analisou 300 filmes, entre 1890 e 1990, e a partir dessa análise Wolfson e Norden (2000) identificaram 10 estereótipos fílmicos:

- a) O “Superstar”, uma pessoa que possui desempenho notável em áreas como esporte, arte, política ou medicina e que não deixa a deficiência interferir em sua vida; como em “Sunrise at Campobello” (1960, “Dez Passos Imortais”), que conta a história do ex-presidente Franklin Roosevelt;
- b) O “Cômico Desventuroso”, personagem que possui uma deficiência que causa problemas a ele, a outros, ou a ambos; como por exemplo na clássica comédia “See No Evil, Hear No Evil” (1989, “Cegos, Surdos e Loucos”) em que os personagens, um surdo e outro cego, testemunham um crime;
- c) O “Idoso Ingênuo”, personagem mais encontrado na era do cinema mudo. Idoso que por conta de uma deficiência (geralmente visual) é facilmente enganado por personagens jovens e sem deficiência. Como exemplo, “The Four Horsemen of the Apocalypse” (1921, “Os Quatro Cavaleiros do

Apocalypse”), no qual um homem cego ignora o fato de sua esposa estar tendo um caso com um soldado;

d) O “Guru High-Tech”, geralmente um personagem masculino em cadeira de rodas que possui habilidade para lidar com alta tecnologia. Em “The Anderson Tape” (1972, “O Golpe”) um jovem em cadeira de rodas utiliza um sofisticado sistema de comunicação e vigilância para seguir os passos de um ladrão e notificar a polícia do roubo;

e) O “Nobre Guerreiro”, ou veterano de guerra, personagem típico nos períodos que se seguiram à Primeira e Segunda Guerras Mundiais e à Guerra do Vietnã. O clássico dessa época é o filme “The Best Years of Our Lives” (1946, “Os Melhores Anos de Nossas Vidas”);

f) O “Vingador Obsessivo”, é um personagem, geralmente masculino, que não descansa até se vingar dos responsáveis por sua deficiência, ou por ter violado seu código moral de alguma outra forma. Como exemplo, temos o clássico da ação “Speed” (1994, “Velocidade Máxima”), no qual um vingativo deficiente ameaça explodir um ônibus cheio de passageiros caso o motorista reduza a velocidade;

g) O “Santo Sábio”, outro personagem idoso e cego, que tem a habilidade de “ver” coisas que outras pessoas não veem. Estereótipo típico dos filmes da década de 1930 e 1940, como em “Bride of Frankenstein” (1935, “A Noiva de Frankenstein”);

h) O “Doce Inocente”, geralmente uma criança ou jovem mulher, é uma figura pura, humilde, assexuada, piedosa e digna de pena, que geralmente recebe uma cura milagrosa. Dois exemplos: a vendedora de flores em “City Lights” (1931, “Luzes da Cidade”), e o personagem homônimo de “Forest Gump” (1994);

i) A “Maravilha Tecnológica”, é um personagem cuja prótese (geralmente de alta tecnologia) funciona melhor do que a parte ou órgão substituído. Na trilogia “Stars Wars” (1977, 1980, 1983) há dois personagens que se enquadram nessa descrição: Darth Vader que se tornou uma “maravilha ambulante de efeitos biônicos”, e Luke Skywalker cujas mãos biônicas funcionam melhor do que suas mãos “originais”;

j) A “Vítima”, geralmente de uma classe social mais baixa e que acaba por morrer no final. Como a vítima em cadeira de rodas de um assassinato psicótico em “Kiss of Death” (1947, 1995 “Beijo da Morte”).

Os autores dividem essas representações fílmicas em três períodos históricos: do final de 1890 ao fim dos anos 1930; os anos da Segunda Guerra Mundial até 1970; e de 1970 até o fim de 1990. No primeiro período encontramos os estereótipos do “Cômico Desventuroso”, “Doce Inocente”, “Vingador Obsessivo” dominando centenas de filmes, e a presença também do “Idoso Ingênuo”, “Santo Sábio” e “Vítima”. Durante o período da Segunda Guerra representações mais sensíveis apareceram, principalmente o “Nobre Guerreiro” e o “Superstar”. No terceiro período, os personagens eram representados como pessoas que, por acaso, também tinham deficiências, os estereótipos “Maravilha Tecnológica” e “Guru High-Tech” distinguem pela tridimensionalidade dos personagens.

O mais importante dessas representações midiáticas é pensar o que elas falam sobre as pessoas com e sem deficiência.

When disabled children see close screen connections between evil and their physical condition it cannot contribute to a positive self-image: when they see that supercrip is the acceptable public face of disability, they are not affirmed as valuable people for who they are or what they achieve, but rather defined in terms of their limitations, their achievements defined in terms of overcoming these physical limitations”²⁴ (HARTNETT, 2000, p. 23).

Em uma perspectiva semiológica Woodill (1994) distinguiu tipos diferentes de metáforas sobre as pessoas com deficiência difundidas na cultura popular ocidental: a humanitária, deficiência como infortúnio vista em campanhas de caridade e teletons; a médica, deficiência como doença, presente na literatura médica; o estranho, pessoa com deficiência como o “outro”; a religiosa, deficiência como plano divino; a retribuição deficiência como punição por pecado cometido; o controle social, deficiência como ameaça; e a metáfora do zoológico, pessoa com deficiência como entretenimento, em freak shows, circos, etc. Os tipos de metáfora e as formas como essas metáforas são utilizadas podem variar de acordo com o contexto e o tipo de mídia no qual está inserida.

²⁴ Quando as crianças com deficiência veem na tela uma conexão próxima entre o mal e sua condição física, tal não pode contribuir para uma autoimagem positiva: quando elas veem que os super-heróis são a face da deficiência aceita pelo público, elas não são confirmadas como pessoas valiosas pelo que são ou pelo que conquistaram, mas sim definidas em termos de suas limitações, suas conquistas em termos de superação dessas limitações físicas (Tradução livre da autora).

1.4.4 A pessoa com deficiência nas páginas dos jornais e a visão da publicidade

Durante décadas as pessoas com deficiência ficaram ausentes nas publicidades. O fato de a publicidade apenas admitir pessoas fisicamente belas como representantes de produtos limitou a inclusão das pessoas com deficiência neste setor. Além disso, as marcas temiam que associar sua imagem à de um indivíduo com deficiência fosse afastar os consumidores (FARNALL, 2000), bem como o medo de receberem críticas por estar explorando a imagem dessas pessoas. Da mesma forma fracassaram em reconhecer o potencial consumidor da população com deficiência.

As pessoas com deficiência só começaram a aparecer na publicidade americana a partir de 1983 em uma publicidade da rede de televisão CBS que usava um atleta com deficiência. Há também a vertente do *Center for Advertising History* que acredita que, na verdade, a marca *Target Stores* foi a primeira a utilizar a imagem da pessoa com deficiência em comerciais (FARNALL, 2000). Como solução para evitar críticas, a publicidade apresentava essas pessoas não como desamparados e dependentes, mas sim como atraentes, ativos e envolvidos em relacionamentos “normais”. E é na área da publicidade que encontramos as representações mais positivas das pessoas com deficiência.

A pesquisa realizada por Farnall (2000) separou as publicidades encontradas nos arquivos do *National Museum of Advertising History* nos Estados Unidos, em dois grupos. O primeiro data da década de 1920 e traz uma imagem negativa das pessoas com deficiência, caracterizadas por desenhos à mão de corpos desfigurados esperando por próteses, e cartazes de coadjuvantes em *freak shows*. O outro grupo pode ser classificado como propaganda de caridade, no qual encontram-se pôsteres de crianças com deficiência para publicitar organizações sem fins lucrativos, e spots televisivos geralmente retratando uma criança usando cadeira de rodas, ou muletas ou próteses “condenada” a uma vida lamentável caso os espectadores não contribuam. Essa representação era muito comum nos teletons da década de 1970.

A partir dos anos 1980, a publicidade tanto televisiva quanto impressa já utilizava imagem de pessoas com deficiência. Em 1985 empresas como a Levi's Jeans, McDonalds, Kodak também incluíram deficientes em suas campanhas. Campbell (1990) distingue três fases da publicidade envolvendo pessoas com deficiência: filantrópica; “corajosos e excepcionais”; e “olhe a eficiência e não a deficiência”. O que mostra uma evolução positiva

da publicidade, que deixa de representar esses indivíduos como figuras “bizarras” e “coitadinhos”, para representá-las como pessoas e não como deficientes.

Smith e Jordan (1991) ao analisar as caracterizações da deficiência em jornais impressos britânicos durante um período de oito semanas perceberam que os temas recorrentes giravam em torno de saúde, caridade/arrecadação de fundos, e histórias de interesse pessoal.

Já no Brasil, Vimieiro (2010), ao analisar as interpretações públicas sobre o tema da deficiência na mídia impressa, traçou duas fases históricas dessa trajetória. A primeira que vai de 1960 a 1976, no qual a ideia de integração ou normalização das pessoas com deficiência era amplamente difundida, traz um material com predominância do enquadramento médico, da educação, da caridade e do trabalho, com algumas aparições da capacitação. A segunda fase que data de 1984 a 2008 traz como principal enquadramento o dos direitos.

Em 1990 Clogston desenvolveu cinco modelos de representação da deficiência pela mídia noticiosa; cinco anos depois Haller (1995) completou o esquema apresentando mais três parâmetros para análise. Os três primeiros modelos se enquadram naquilo que Clogston chama de tradicional, ou mais estigmatizador: primeiro é o modelo médico, no qual a deficiência é apresentada como doença ou disfunção, causando um estado de dependência e passividade; segundo está o modelo sócio-patológico, em que a pessoa com deficiência é vista como desfavorecida e deve, por isso, buscar o governo ou a sociedade para ajuda econômica, considerada uma dádiva e não um direito; e em terceiro o modelo do superdeficiente, aqui a pessoa é retratada como desviante por conta de suas características super-humanas ou especiais, uma vez que elas vivem suas vidas cotidianas apesar da deficiência. Os outros dois modelos são considerados por Clogston (1990) como progressivos por representar as pessoas com deficiência como indivíduos ativos e inseridos na sociedade: o quarto modelo é então o direitos civis da minoria, que legitima a pessoa como membro da comunidade com deficiência e que por isso possui direitos; e em quinto está o modelo do pluralismo cultural, a pessoa é vista como multifacetada e suas deficiências não estão no foco. Haller (2000) adiciona outros três modelos: o sexto é modelo comercial, no qual a pessoa com deficiência e o acesso à sociedade são representados como custosas para todos, e para o mercado principalmente; em sétimo está o modelo legal, no qual a pessoa com deficiência possui direitos legais e pode vir a processar alguém por preconceito; e em oitavo encontra-se o modelo do consumidor, em que a pessoa com deficiência é vista como alguém disposta a gastar seu dinheiro com produtos, podendo ser lucrativa para o mercado e sociedade.

1.4.5 Representações midiáticas do atleta paralímpico

Nos últimos vinte anos a cobertura midiática do esporte passou por um processo de espetacularização e o esporte tornou-se mercadoria. Contudo, o esporte para pessoas com deficiência não é tão valorizado e continua sendo marginalizado, principalmente porque os atletas não correspondem aos ideais de fisicalidade (visão socialmente aceita da eficiência física), masculinidade (inclui agressividade, independência, força e coragem) e sexualidade (definido como uma visão aceita e esperada de comportamentos sexuais).

Apesar da maior espetacularização e maior cobertura midiática está claro para nós que há pouca literatura científica nas ciências sociais relacionada diretamente à análise da midiática dos atletas com deficiência. Isso explica a importância de trabalhos de autores como Schantz e Gilbert (2001) que foram pioneiros na Europa e internacionalmente. Em 1998 Bös e Kauer (apud LEBERSONG; DINOLD, 2012) afirmaram que deficiência e cobertura midiática ainda estão no início de sua cooperação. Esses autores identificaram três formas de representar a pessoa com deficiência nos jornais. O primeiro tipo lida com o medo latente da anormalidade e a deficiência é alvo para tornar as matérias mais interessantes e lucrativas. O segundo tipo foca no indivíduo com deficiência a partir de duas áreas: primeiro o modelo médico da deficiência, e segundo a perspectiva individual que as apresenta como vítimas. E o terceiro tipo trata das conquistas especiais.

De acordo com Léséleuc (2012) existem cinco conceitos recorrentes na análise de como atletas estigmatizados são representados pela mídia: Trivialização, é usada para categorizar os elementos dos artigos ou ilustrações que não apresentam os atores em situações esportivas, como, por exemplo, evocando sua infância, amores, maridos ou esposas, etc.; Infantilização, usada para categorizar elementos referentes a situações da infância do atleta; Feminilização ou sexualização, é usada para categorizar os elementos referentes a características do estereótipo feminino, como por exemplo usar maquiagem, vestidos, focalização em partes do corpo com conotação sexual; Esportivização, raramente formulada, mas definida como elementos que representam as atitudes esportivas individuais; Marginalização, ou discriminação ou estigmatização, é usada quando um certo número de processos são destacados e levam a um tratamento desigual.

Atualmente, a análise do tratamento midiático dado aos atletas com deficiência permanece ancorada na visão moderna de mundo com seus mitos de alto rendimento, êxtase de movimentos e coragem exigida dos atletas em suas performances. Na verdade, a

“midiatização” das pessoas com deficiência ainda está baseada em estereótipos oriundos das representações sociais prevalentes entre o público em geral; e o corpo do atleta com deficiência continua sendo um corpo percebido através de seus limites, incapacidades e deficiências. Pode-se dizer que projetamos em um corpo mutilado, ou um corpo equipado com prótese, o lado negro de cada um de nós. Esse corpo lesionado e incompleto testemunha uma subjetividade particular e ilumina certos aspectos subestimados, obscuros e perturbadores da humanidade. O indivíduo com deficiência lembra às pessoas sobre a insuportável fragilidade do ser.

Em estudos sobre o esporte adaptado (FIGUEIREDO; NOVAIS, 2009; THOMAS; SMITH, 2003; SCHANTZ e GILBERT, 2001), por exemplo, os estereótipos mais encontrados foram o “coitadinho” e o “super-herói”, revelando que a mídia (tanto audiovisual, quanto escrita) tende a descrever as performances dos atletas com deficiência de forma relativamente consistente com o modelo médico.

O estereótipo do “super-herói” personifica a imagem popular da deficiência como algo que deve ser superado, ao invés de aprender a ajustar-se. Tal modelo pode ser considerado pela imaginação popular como sendo uma imagem positiva por conta de suas “proezas super-humanas”, contudo, na verdade, não faz nada além de minar a construção cultural da deficiência, sem dizer nada sobre os obstáculos objetivos. É de se notar, entretanto, que existem dois tipos de “super-heróis”: aqueles que conseguem realizar tarefas mundanas, e rotineiras sem auxílio, o que mostra que não é esperado que as pessoas com deficiência consigam fazê-las; e o “super-herói” que tem performances acima da média (atletas de alto nível) (KAMA, 2004).

O estereótipo do “coitadinho” é baseado em um processo de objetificação, onde a pessoa com deficiência torna-se a personificação de sua própria deficiência. Sua existência depende do sentimento de pena que despertam. A mídia transmite dois tipos de mensagens, que são contraditórias. De um lado, histórias de sucesso, que exemplificam a capacidade dessas pessoas em gozar amplamente da vida; de outro essa mensagem cria expectativas de que nem todas podem concretiza-la.

Thomas e Smith (2003) analisaram 62 artigos de quatro jornais britânicos, no período de 17 a 30 de Outubro de 2000. O estudo tinha por finalidade examinar, através de análise qualitativa indutiva, a terminologia e a linguagem utilizadas para descrever os atletas com deficiência e suas performances. Os autores concluíram que algumas matérias reafirmavam as conceitualizações tradicionais ou dominantes da deficiência. A imprensa britânica representou os atletas paralímpicos como se os mesmos almejassem o sucesso dos atletas sem deficiência

– como se somente o último fosse o sucesso real –, e foram encontradas algumas evidências de que a cobertura fotográfica negava a deficiência dos competidores. Outro estudo relevante é o de Schantz e Gilbert (2001) que analisaram a cobertura dos Jogos de Atlanta em 1996 pela imprensa Francesa e Alemã. A pesquisa investigou 104 artigos através da análise de conteúdo e conclui que a maioria das matérias não enquadraram os Jogos Paralímpicos como um evento sério. Ao contrário dos resultados de Thomas e Smith, Schantz e Gilbert concluíram que para além do tema nacionalismo, os jornais conservadores dedicaram menos espaço aos Jogos do que os jornais liberais, e os jornalistas ainda focaram primeiramente na deficiência e não no atleta.

Reichart e Myazhiom (2012) também apresentam dados interessantes de seu estudo das representações dos atletas paralímpicos pelo jornal francês L'Equipe de 1960 a 2004. A primeira representação encontrada é a de uma pessoa com deficiência que pratica esporte sob uma perspectiva médica e integracional, ela é sujeita a uma representação biográfica que mostra a situação trágica e desafortunada caracterizada pela exclusão e estigmatização. Ser deficiente significa que a pessoa está socialmente morta e a única forma de “ressuscitá-la” seria através do esporte. Os esforços e devoção do atleta com deficiência são vistos como forma de resiliência ou de enfrentamento da própria deficiência; ele é cercado por uma narrativa que (re)conta sua vida trágica, que com coragem e bravura superou, resultando em sucesso social, esportivo e profissional, sinônimo de integração. Há dramatização de sua biografia focando nas qualidades associadas com coragem e superação: o super-humano. Outra representação, também apresenta o atleta paralímpico como alguém que com coragem, supera a si mesmo na prática esportiva, a fim de atingir melhor desempenho. Nesse caso não se poupa o uso de superlativos. Gradualmente a ideia de transformar esses corpos vistos como diferentes, corpos que são mais do que competitivos em heróis míticos foi crescendo.

Sendo assim, estes atletas tendem a ser retratados como “vítimas” ou pessoas “corajosas” que “superaram” o próprio “sofrimento” da deficiência para participar em um evento desportivo, um “super-herói”. Atos considerados usuais não são comuns para esses indivíduos, pois se os desempenha com destreza e independência provocam admiração semelhante à de um mágico que tira coelhos da cartola; ao mesmo tempo seus menores erros podem ser interpretados como causados pelo seu atributo diferencial (GOFFMAN, 1988).

O estereótipo de “super-herói” deixa a impressão de que a pessoa com deficiência para se ajustar terá de fazer algo extraordinário ou realizar um esforço heróico para compensar a sua limitação (SCHELL; DUNCAN, 1999). Essa ideia viria reforçar as baixas expectativas da sociedade acerca das pessoas com deficiência (HARDIN; HARDIN, 2004), e enfatizar o

esforço individual dessas pessoas para se adaptarem; como se ter uma deficiência fosse culpa das mesmas (SCHANTZ; GILBERT, 2001). O que depreende-se deste discurso é que as pessoas sem deficiência, quando bem sucedidas nos seus empreendimentos, alcançariam o sucesso pelo talento ou pela inteligência; enquanto aquelas que têm alguma deficiência o teriam feito pela necessidade de compensar o “mal” que as aflige (MARQUES, 2001b).

É interessante notar que o herói pós-humano é um atleta capaz de controlar o “Corpo/Carne” de acordo com três princípios, a “Mente”, a “Palavra” e a “Tecnologia”, os quais transformam esses corpos que estão se tornando cada vez mais protéticos (CHARBONNIER; POPESCU, 2012).

Nas histórias contadas pela mídia, a força de vontade do herói deficiente habilita-os a triunfar sobre a fraqueza do corpo físico. Assim a “Mente” vingá-se do azar. Não é de surpreender ao leitor que o herói com deficiência seja dotado de numerosos valores morais, nos quais a coragem prevalece, seguidos do espírito de luta, perfeccionismo, humildade, empatia. O segundo princípio de controle do corpo é a “Palavra”. As palavras são destinadas a suplantar a deficiência para que o atleta possa transcender-se; o poder do discurso assume ares bíblicos. O que está sendo construído aqui, de um ponto de vista retórico, é a imagem do atleta com deficiência – uma complexa representação no cruzamento entre a representação midiática e o *ethos* que o atleta tenta transmitir, ou seja, a imagem que ele quer dar sobre si mesmo. A pressão social, com a qual a mídia lida e expande, parece exigir que esses atletas tornem-se modelos para os deficientes e não-deficientes.

O terceiro princípio de controle do “Corpo”, a “Tecnologia”, transforma corpos protéticos dos atletas com deficiência em cyborgues pós-humanos, ilustrando assim a velha analogia corpo-máquina. As capacidades super-humanas dos heróis com deficiência prenunciam o futuro aumentado e a sinestesia da realidade humana graças ao corpo dotado de capacidades sensoriais desconhecidas. A “Tecnologia” pode ser capaz de anular as representações sociais discriminatórias sobre um corpo com falhas e dar origem a uma imagem mais positiva do corpo super-humano, ressurgido e transfigurado. Como podemos ver, o mundo imaginário tecnológico pode facilmente transformar os corpos protéticos em corpos proféticos.

De acordo com Moura (1993, p.46) tanto o olhar de piedade quanto o de admiração parte de um único princípio, o preconceito.

(...) tanto aquele que foi marginalizado pela visão pública de deficiência como aqueles que conseguiram (...) [se] mostrar em condições de competitividade são de certa forma vistos publicamente como elementos não humanos: um pela sua história e seu modo precário de vida, como elemento sub-humano, o outro pelo inverso da mesma moeda – da deficiência – como um super-humano.

Ao não focar na performance desses atletas como atléticas, e representa-los como objetos de pena, esse tipo de cobertura paternalista reforça a mensagem de que os atletas com deficiência, e portanto as pessoas com deficiência em geral, são incapazes de fazer qualquer coisa digna de reconhecimento.

Os atletas com deficiência não se encaixam em um mundo no qual o corpo perfeito é o ideal, e a negação é ainda maior quando se trata de deficiências consideradas tabus e que causam mais aversão. Assim, pessoas em cadeira de rodas ou amputados, como são as deficiências mais comumente representadas em geral, não provocam tanta aversão apesar de sua deficiência aparente. O maior problema é a reserva e incerteza dos jornalistas.

Vários pesquisadores também têm reportado que os atletas mais frequentemente enfocados são aqueles com deficiência física, e o grupo mais representado são os atletas em cadeira de rodas homens (HALLER, 2000; SCHANTZ; GILBERT, 2001; HARDIN; HARDIN, 2004). Hardin e Hardin (2004) chamam isso de hierarquia da deficiência construída pela mídia, onde os homens em cadeira de rodas estão no topo porque eles são o mais próximo do competidor ideal entre os atletas com deficiência. DePauw (1997), contudo, argumenta que isso se dá porque a cadeira de rodas pode ser vista como substituta dos membros inferiores, enquanto a parte superior do corpo do atleta oferece um físico “aceitável” e “aparentando ser normal”. Schantz e Gilbert (2001) sugerem que a imagem desse grupo de atletas é tão forte que permite que o sujeito seja rotulado como tendo deficiência sem que isso seja exposto. No estudo realizado por Raab e Janda (2012), que analisa a cobertura midiática dos Jogos Paralímpicos de Pequim/2008 pela televisão alemã, os atletas em cadeira de rodas foram representados em 18% do material, seguido por amputados, e atletas com deficiência visual. Combrouze (2003, apud MARCELLINI, 2012) analisando a cobertura televisiva francesa, constatou que no *corpus* examinado 60% dos casos referiam-se a deficiências motoras, 32% a sensoriais e apenas 5% a mentais; e geralmente não havia cobertura de deficiência intelectual e paralisia cerebral, corroborando os resultados do estudo de Raab e Janda (2012).

A situação das pessoas com deficiência intelectual merece especial atenção. Sabemos que as pessoas com deficiência intelectual são vistas com “figuras fundamentais da deficiência”, carregando assim um estigma mais pesado. Além disso, a inclusão de pessoas com deficiência intelectual nas Paralimpíadas aconteceu muito recentemente. Elas participaram pela primeira vez em 1996, nos Jogos de Atlanta, com um total de 56 atletas com esse tipo de deficiência competindo no atletismo e natação. Todavia, em 2000 a fraude da equipe espanhola de basquete, que incluiu atletas sem deficiência, resultou na suspensão e

exclusão das pessoas com deficiência intelectual das Paralimpíadas, que retornaram apenas na edição de 2012/Londres.

Outra interessante questão é a representação da vitória e fracasso desses atletas. Ao contrário do que acontece nos esportes para pessoas sem deficiências, onde, por exemplo, o fracasso é apresentado como uma perda trágica, nas Paralimpíadas os comentários parecem ser rasos. Quando certo atleta ou equipe perde, a imprensa sugere que o perdedor deve ser grato pela experiência Paralímpica, este é um caso claro de paratletas serem retratados como “outros”, como atletas menos-do-que-capazes. Ao tentar entender de que forma a deficiência era socialmente construída através da análise de perfis de atletas paralímpicos que foram ao ar nos programas *60 Minutes* e *Australian Story*, na televisão australiana antes dos Jogos de 2008, Ellis (2009) conclui que a cobertura midiática invocava o discurso de caridade, relatando que os atletas estavam felizes em apenas participar dos jogos ao invés de focar na busca por uma medalha de ouro. Scheel e Duncan (1999) encontraram resultados similares ao analisar a cobertura das Paralimpíadas de 1996 pela rede de televisão americana CBS, em que os comentaristas geralmente afirmavam que os competidores deviam ser gratos pela experiência paralímpica.

Acreditamos que o importante é, também, questionar até que ponto esta ideia de heroísmo associada ao atleta paralímpico é positiva. Expressões como “Paralimpíadas: de onde os heróis surgem”, título do livro de Steadward e Peterson, 1997 (*Paralympics: Where Heroes Come*), ou termos como superatleta podem ser prejudiciais. Além disso, em muitos casos, a fronteira entre a apreciação pelo sucesso desses atletas e a construção do estereótipo é difícil de definir. Nem todas as histórias de sucesso são estereotipadas. O que, então, distingue histórias positivas e edificantes das narrativas estereotipantes? Essa distinção deve ser analisada através da observação do contexto histórico e cultural, os meios de comunicação, o tipo de discurso e vários outros elementos que pretendemos abordar em nossa análise.

2 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos nosso estudo será dividido em duas fases: na primeira fase iremos proceder à pesquisa em jornais buscando identificar as representações dos atletas paralímpicos. Para tanto utilizaremos a análise de conteúdo; em uma segunda etapa realizaremos entrevistas semiestruturadas com estes atletas representados pela mídia a fim de dar voz a estes indivíduos.

Antes de passarmos à descrição dos processos metodológicos, é importante salientar que diversos são os autores e os estudos, muitos já apresentados nos capítulos anteriores, que se debruçaram sobre a mídia impressa tentando compreender de que forma os atletas paralímpicos foram, e são, representados por esse meio de comunicação. Ao nos atermos a esses estudos percebemos que há, no entanto, certo problema metodológico que pode, inclusive, dificultar a comparação de resultados entre pesquisas. Tal fato foi observado por Léséleuc (2012) que afirma que a semelhança entre os procedimentos, o corpo teórico, as questões de investigação, objetivos e conceitos, bem como a reconhecida qualidade dos autores e das revistas nas quais esses estudos são publicados, nos levam a crer que seja possível comparar resultados. No entanto essa é uma falsa crença.

De acordo com esse mesmo autor, não é possível especificar as unidades de análise que cada pesquisador utiliza. Isso se deve ao fato de a esmagadora maioria das pesquisas não apresentar seus métodos de forma precisa, seja pela falta de espaço nas publicações, seja pela efetiva falta de clareza metodológica; o que torna praticamente impossível a criação de um sistema de categorias internacional.

Para não cairmos nesse mesmo problema, criamos um sistema de categorias próprio, levando em consideração as questões de investigação e objetivos da pesquisa. E levando em consideração que para que uma análise científica tenha valor é preciso que ela se submeta a algumas regras precisas que evitam análises parciais e tendenciosas, por isso seguiremos as quatro exigências estabelecidas por Berelson (1952). Primeiro, buscar a objetividade, ou seja, a análise deve poder ser verificada e reproduzida por qualquer outro pesquisador.

Para tanto, as unidades decompostas na mensagem, as categorias que servem para classificá-las, as escalas utilizadas etc., devem ser definidas com uma clareza e uma precisão tais que outros, a partir dos critérios indicados, possam fazer a mesma decomposição, operar a mesma classificação ou escalonamento (KIENTZ, 1973).

Segundo, ser sistemático, isto é, a análise deve levar em consideração todos os elementos que poderão servir ao fim pretendido, realizando um estudo exaustivo. Terceiro, abordar apenas o conteúdo manifesto, eliminando os preconceitos do pesquisador. Levamos em consideração, também, o conteúdo latente através de interpretação nossa. E por fim, quantificar, dando peso à análise. Passemos então a descrever nossos métodos.

2.1 Primeira fase

A escolha da análise de conteúdo se justifica por nossa experiência com tal método já utilizado no nível de Mestrado, e pelo fato de que a análise de conteúdo é predominantemente útil em estudos no âmbito dos meios de comunicação social, e por isso apropriado para auxiliar nas exigências do mesmo.

Com efeito, a análise de conteúdo não é uma técnica que se limita a uma simples descrição (VALA, 1986), mas tem como objetivo a interpretação das mensagens (BARDIN, 1977). Este método é considerado confiável e/ou objetivo porque permite que diferentes pesquisadores, aplicando as mesmas categorias à mesma amostra, possam chegar aos mesmos resultados (FONSECA JÚNIOR, 2006).

De acordo com Bardin (1977) a análise de conteúdo possui duas funções, uma função heurística na qual existe uma tentativa exploratória, sem hipóteses, e uma função de administração de prova em que hipóteses, questões ou afirmações temporárias são colocadas a fim de serem verificadas. Nesta fase do estudo iremos utilizar a última, uma vez que nossa revisão de literatura nos permitiu estabelecer algumas hipóteses *a priori*, como veremos mais adiante.

A análise de conteúdo organiza-se em três polos cronológicos: (1) Pré-análise, que consiste no planejamento do trabalho, sistematizando ideias iniciais com o desenvolvimento de operações sucessivas; (2) Exploração do material, refere-se à análise propriamente dita, envolvendo a codificação em função de regras previamente formuladas; (3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação, os resultados brutos são, então, tratados de modo a adquirir valor e significado (FONSECA JÚNIOR, 2006).

A fase de pré-análise, por sua vez, possui três missões: a constituição do *corpus* do estudo; a formulação de hipóteses e objetivos; e a elaboração de indicadores que fundamentarão a interpretação final. De acordo com Bardin (1977) estes três fatores não se

sucedem, obrigatoriamente, de acordo com uma ordem cronológica. No entanto iremos seguir a ordem atrás mencionada, estabelecendo, primeiramente, os documentos a serem analisados.

2.1.1 Corpus do estudo

Primeiramente a escolha e seleção dos documentos a serem analisados recaíram sobre a mídia impressa pelo fato de ser de mais fácil manuseio e arquivamento. No documento escrito a informação é mais pormenorizada e cuidada. Neste sentido, selecionamos os jornais, considerados *quality papers*, ou seja, foram excluídos os impressos tipo tablóide ou popular, com maior circulação em 2012 segundo dados divulgados pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC): Folha de S. Paulo; O Globo; Zero Hora; Estado de Minas. Cabe aqui um adendo, o jornal O Estado de São Paulo constava na lista de cinco maiores em termos de circulação no período selecionado, no entanto, para que não tivéssemos dados de dois jornais de um mesmo estado optamos por excluí-lo de nossa análise.

A escolha recaiu em jornais de informação geral a fim de não segmentar a recepção, uma vez que as publicações de informação geral tendem a atingir um público mais vasto com diferentes interesses. É importante salientar que para a constituição do *corpus* deste estudo seguimos a regra da pertinência enunciada por Bardin (1977), ou seja, os documentos são adequados ao objetivo da pesquisa em todos os aspectos.

Quanto ao período de análise, elegemos os Jogos Paralímpicos como momento de análise por sua grandiosidade; é o segundo maior evento desportivo do mundo em número de participantes e provas, e importância social. Dessa forma, nos é mais conveniente encontrar informações sobre os atletas com deficiência neste período, pelo que, então restringimos a análise entre o dia anterior à cerimônia de abertura dos Jogos de Londres/2012 até ao dia subsequente à cerimônia de encerramento (inclusive). Nesse estudo, efetuaremos a análise da cobertura midiática dos Jogos Paralímpicos de 2012, no período de 28 de Agosto a 10 de Setembro de 2012.

Dentro dos documentos e do período escolhidos, selecionamos apenas as notícias, reportagens, fotolegendas e entrevistas excluindo, portanto, artigos opinativos, cartas ao editor, crônicas e editoriais.

2.1.2 Objetivos e hipóteses

Este estudo tem como objetivo geral compreender de que forma é construída a representação do atleta paralímpico pela imprensa, levando-se em consideração o contexto histórico-social deste grupo de indivíduos, e de que forma esta representação é recebida, entendida e interpretada pelos próprios atletas representados.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- a) Identificar possíveis diferenças de representações entre sexos;
- b) Identificar possíveis diferenças de representações entre tipos de deficiência;
- c) Identificar as terminologias utilizadas pelos meios ao se referir aos atletas;
- d) Identificar os estereótipos associados ao atleta;
- e) Analisar a cobertura fotográfica.

A partir desses objetivos e dos instrumentos oferecidos pela revisão de literatura foi possível enumerar algumas hipóteses que podem ou não ser comprovadas:

- a) Os estereótipos de “coitadinho” e *supercrip* serão os mais presentes na cobertura midiática;
- b) As terminologias serão, em sua maioria, genéricas ou relacionadas ao esporte, ou seja, o foco estará no atleta/pessoa.
- c) O sexo masculino terá maior representatividade;
- d) As deficiências físicas terão maior representatividade;
- e) A cobertura fotográfica tenderá a esconder a deficiência.

2.1.3 Codificação

Após a seleção do *corpus* de estudo, passamos então à fase de organização e codificação. A codificação corresponde a um processo de transformação dos dados brutos de forma sistemática, segundo regras de enumeração, agregação e classificação, visando esclarecer o analista sobre o material selecionado (BARDIN, 1977). Sua principal função é ser o elo entre os documentos escolhidos e a teoria do pesquisador (FONSECA JÚNIOR, 2006).

A codificação compreende três fases: a classificação e agregação, em que se apontam as categorias; o recorte, em que se escolhem as unidades de análise; e a enumeração, na qual as regras de contagem são selecionadas.

“A classificação, a categorização, é uma tarefa que realizamos quotidianamente com vista a reduzir a complexidade do meio ambiente, estabilizá-lo, identificá-lo, ordená-lo ou atribuir-lhe sentido” (VALA, 1986, p. 110). As categorias são os elementos-chave do código analista, isso significa que ao reduzir a massa de dados em categorias, objetivamos torná-los inteligíveis, e para este fim devemos investigar o que cada um dos elementos tem em comum, permitindo seu agrupamento.

A construção de um sistema de categorias pode ser feita *a priori* ou *a posteriori*, ou ainda através da combinação destes dois processos (VALA, 1986). A categorização *a priori* acontece quando a interação entre o quadro teórico inicial do pesquisador, os problemas que pretende estudar e suas hipóteses permitem a formulação de um sistema de categorias, sendo fundamental a detecção da presença ou não destas categorias no material selecionado (VALA, 1986). Na análise *a posteriori* as categorias não são nomeadas de acordo com uma teoria, sendo que as técnicas utilizadas são autogeradoras de resultado (VALA, 1986). Neste nosso estudo iremos utilizar a combinação dos dois processos, uma vez que há categorias formuladas *a priori* através da revisão de literatura e de nossas hipóteses iniciais, e outras que surgem *a posteriori* à medida que tomamos conhecimento de nosso material.

Além disso, a categorização envolve duas etapas, o inventário e a classificação. A primeira consiste em isolar os elementos, e na segunda repartimos esses elementos, reunindo-os em grupos similares, de forma a organizar a mensagem. De acordo com Bardin (1977), um conjunto de boas categorias deve possuir as seguintes qualidades: a exclusão mútua, ou seja, cada elemento não pode existir em mais de uma categoria; homogeneidade, segundo a qual, um único princípio de classificação deve governar o processo; a pertinência, quando a categoria está adaptada ao material recolhido; a objetividade e fidelidade; a produtividade, ao fornecer resultados fiéis. A apresentação e descrição das categorias serão efetuadas mais adiante.

Após a escolha das categorias, fez-se necessário a seleção das unidades de análise. Tais unidades podem ser de registro ou de contexto. A unidade de registro “é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial” (BARDIN, 1977, p. 98). Habitualmente distinguem-se dois tipos de unidades (VALA, 1986; BARDIN, 1977), as formais, em que podemos inserir a palavra, frase, personagem, interação, etc., e as semânticas,

na qual a unidade mais comum é o tema. A unidade de contexto, por sua vez, “(...) serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registo e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registo) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registo” (BARDIN, 1977, p. 100-101). No caso deste estudo serão utilizados ambos os tipos de unidades, pois se por um lado definimos palavras, expressões e temas pertinentes, por outro, também foram levados em conta o seu contexto, ou seja, as notícias como um todo. As unidades de análise serão expostas mais adiante.

Passaremos, então, à próxima fase, a definição das regras de enumeração, isto é, o modo de quantificação das unidades de registro. Deve-se ressaltar que, as regras de enumeração devem ser cuidadosamente ponderadas, uma vez que diferentes tipos de regras podem conduzir a diferentes resultados (VALA, 1986). Portanto, dentre as diversas regras de enumeração existentes (Ver BARDIN, 1977), definimos como adequadas ao nosso estudo, as seguintes: frequência, a importância de uma unidade de registro aumenta quanto maior for a sua frequência (BARDIN, 1977); e intensidade, no sentido de análise de valores e das atitudes, ou seja, intensidade de um verbo, tempo do verbo, advérbios de modo, adjetivos e atributos qualificativos (BARDIN, 1977).

2.1.3.1 Sistema de categorias

Para analisar este material iremos nos basear na ideia de “pacotes interpretativos” de Gamson e Modigliani (1989), e inspirados no trabalho de Vimieiro (2010). “Pacotes interpretativos”, resumidamente, são conjuntos formados por dispositivos simbólicos, através dos quais é possível organizar os pacotes, que têm como ponto central o enquadramento.

There is an ongoing discourse that evolves and changes over time, providing interpretations and meanings for relevant events. An archivist might catalog the metaphors, catchphrases, visual images, moral appeals, and other symbolic devices that characterize this discourse. The catalog would be organized, of course, since the elements are clustered; we encounter them not as individual items but as interpretative packages²⁵. (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 1-2)

²⁵ Há um discurso em curso que se desenvolve e muda ao longo do tempo, promovendo interpretações e significados para eventos relevantes. Um arquivista pode catalogar as metáforas, bordões, imagens, apelos morais e outros mecanismos simbólicos que caracterizam esse discurso. O catálogo seria organizado, obviamente, uma vez que os elementos são agrupados; os encontramos não como itens individuais, mas como pacotes interpretativos (Tradução livre da autora).

Contudo esses autores apenas nos inspiraram mostrando um possível caminho em nosso sistema categorial.

Dessa forma, levando em consideração nossos objetivos e questões de investigação, pretendemos identificar os estereótipos ou representações associados ao atleta paralímpico da seguinte forma. Primeiro analisaremos a estrutura da notícia – tamanho, número de fotografias, quem assina, entre outros. Em seguida passaremos a examinar o conteúdo da notícia, a fim de obtermos dados acerca dos temas, terminologias, fontes, slogans, etc.

A seguir apresentamos nosso sistema categorial explicado:

2.1.3.1.1 Estrutura

a) Meio:

- Jornal 1: Folha de S. Paulo;
- Jornal 2: O Globo;
- Jornal 3: Zero Hora;
- Jornal 4: Estado de Minas.

b) Identificação da notícia: A intenção é facilitar a identificação de cada unidade analisada. Assim, iremos catalogar cada notícia de acordo com a data de publicação, localização no jornal (capa ou cadernos) e iremos numerá-las do topo à parte inferior da página e da esquerda para a direita.

c) Tamanho da notícia: Uma maneira importante de analisar as prioridades editoriais é identificando o tamanho das notícias. Como cada jornal possui um formato específico não iremos colocar cifras específicas, ficando então assim:

- Grande: Maior do que meia página do jornal;
- Médio: Entre meia página e um quarto;
- Pequeno: Menor do que um quarto da página.

d) Número de Fotos em cada notícia.

e) Fonte da notícia: Neste dispositivo iremos codificar quem assina a notícia:

- Jornalista(s) Independente;
- Jornalista convidado pelo CPB;
- Agência(s) de Notícias;
- Sem fonte identificável.

2.1.3.1.2 Conteúdo

a) Tipo de esporte: muitas notícias trazem informações de mais de um esporte, portanto decidimos por codificar apenas o esporte relacionado ao atleta principal da notícia.

- Bocha;
- Ciclismo;
- Futebol de 5;
- Futebol de 7;
- Goalball;
- Vela;
- Halterofilismo;
- Remo;
- Tiro;
- Natação;
- Tênis de mesa;
- Vôlei sentado;
- Basquete em Cadeira de Rodas;
- Rugby em Cadeira de Rodas;
- Tênis;
- Atletismo;
- Esgrima em Cadeira de Rodas;
- Hipismo;
- Judô;
- Tiro com arco;
- Nenhum/Não identificado.

b) Tema: Esse dispositivo pretende identificar o tema principal da notícia, podendo, no entanto, haver mais de uma temática distinta em uma mesma notícia, nesse caso iremos restringir ao máximo de três temas a fim de manter o rigor científico. Para identificarmos os temas principais iremos resumir o conteúdo dos artigos, posteriormente, desse resumo extrairemos palavras-chaves que serão nossas unidades de registro:

- Prática esportiva – preparação; bastidores; resultados; performances; comemoração da vitória; etc;
- Atleta Paralímpico – histórias de vida; futuro; etc;
- Questões econômico-financeiras – apoios; patrocínios, investimentos; prêmios; etc;
- Jogos Paralímpicos – cerimônias de abertura e encerramento; problemas do evento; estrutura; bastidores; etc.

c) Foco da Notícia: apenas o foco principal da notícia será categorizado. Neste ponto lembramos que quando o foco da notícia não era o atleta ou equipe a mesma era eliminada de nosso *corpus*. Quando mais de um atleta for foco restringiremos aos três citados primeiro:

- Atleta;
- Mais de um Atleta;
- Equipe.

d) Origem do atleta foco da notícia: Cidade ou região de nascimento.

e) Gênero do atleta foco da notícia:

- Homem;
- Mulher;
- Ambos.

f) Identificação do(a) Atleta: Nomes

g) Fotografia

- Identificação da Fotografia: Numerar cada fotografia a fim de facilitar a identificação;
- Gênero do Atleta Representado:
 - Homem;
 - Mulher.
- Identificação do(s) atleta(s) representado(s);

h) Ângulo da fotografia:

- Plano Geral no qual o corpo inteiro do(a) atleta é mostrado;
- Plano Médio apresentando o corpo da cintura para cima;
- Plano Americano em que o corpo é mostrado do joelho para cima;
- Close, ângulo no qual somente o rosto ou cabeça do(a) atleta é mostrado;
- Plano Detalhe que apresenta foco em algum detalhe da imagem ou foca em uma parte específica do corpo do(a) atleta.

i) Composição da fotografia:

- Uniforme com ação, ou seja, o(a) atleta vestia o uniforme da seleção nacional e foi fotografado(a) em um momento de competição;
- Uniforme sem ação, o(a) atleta vestia o uniforme da seleção mas fora do momento de competição, podendo estar em premiação, ou em pose para a câmera;
- Pose, o(a) atleta estava sem o uniforme competitivo e posa para a câmera;
- Sem uniforme com ação, o(a) atleta está em momento de competição, mas não está, ou não é possível identificar se está, trajando o uniforme da seleção;
- Não identificável, quando não for possível identificar a composição da fotografia.

j) Apresentação da Deficiência: nesta categoria observamos se a deficiência era:

- visível;
- invisível;

- ambos: quando há mais de um atleta na fotografia e a deficiência está visível em um(ns) mas não em outro(s).

k) Tipo de Deficiência – no caso de a deficiência ser visível descrevemos qual a deficiência do atleta:

- Amputado;
- Deficiente visual;
- Atletas em cadeira de rodas;
- Deficiência física/motora.

l) Fonte: Nesse dispositivo iremos identificar as fontes de informação utilizadas pelos jornalistas. Cada notícia pode apresentar mais de uma fonte, contabilizaremos todas:

- Atleta;
- Comitê Paralímpico Brasileiro;
- Comitê Paralímpico Internacional;
- Assessoria/Assessor de Comunicação;
- Comissão Técnica (Técnico, Preparador Físico, Psicóloga, Nutricionista, etc.);
- Família;
- Sem fonte.

m) Terminologia: Todos os termos associados ao atleta, com exceção dos pronomes. Vale ressaltar que também serão categorizados os termos presentes nas aspas e as falas dos entrevistados, uma vez que essas também são parte integrante da construção da imagem e representação do atleta:

- Genéricos (nome do atleta, nacionalidade, relacionados à idade, apelido, etc.);
- Esportivos (atleta, competidor, recordista, campeão, favorito, herói etc.);
- Esportivos Paralímpicos (paratleta/para-atleta, recordista ou medalhista ou atleta paralímpico, etc.);
- Modelo médico (amputado, surdo, cego, paraplégico, etc.);
- Modelo social (atleta com deficiência, pessoas/atletas em cadeira de rodas, etc.);

- Infantilizadores (meninos(as), garotos(as));
- Vitimizadores (preso em cadeira de rodas, confinado em cadeira de rodas, sofre de, vítima, etc.);

n) Modos de apresentação do sujeito/Slogans: Expressões relacionadas ao atleta, sem contudo poder ser caracterizada como terminologia:

- Esportivo Geral;
- Esportivo Paralímpico;
- Médico;
- *Supercrip* ou Superdeficiente;
- Características pessoais;
- Características vitimizadoras;
- Comparação com atletas sem deficiência/olímpicos;
- Genérico;
- Valor do esporte paralímpico;
- Preconceito.

Nesse ponto do estudo apenas as frequências de cada categoria nos interessa, ou seja, iremos calcular as porcentagens a fim de medir a intensidade e importância das mesmas. No entanto, a frequência isolada das categorias se apresenta insuficiente para nossa análise. Portanto, levando em consideração a ideia de pacotes interpretativos, explicitada anteriormente, e de nossa revisão de literatura, acreditamos que modos de apresentação do sujeito possuem íntima relação com o próprio sujeito apresentado. A fim de avaliar essa hipótese iremos analisar os slogans em conjunto com o atleta representado utilizando estatística descritiva com o auxílio do SPSS²⁶.

2.2 Segunda fase

De acordo com Gaskell (2011, p. 65) “(...) a entrevista qualitativa pode desempenhar um papel vital na combinação com outros métodos”, portanto aliada aos estudos do texto

²⁶ O SPSS é um programa de organização de dados e análise estatística, conhecido como *Statistical Package for the Social Science* (Pacote Estatístico para Ciências Sociais).

jornalístico impresso, a investigação através de entrevistas permite a melhor compreensão do processo comunicacional nos veículos a serem analisados, e da construção e recepção das representações dos atletas paralímpicos pelos próprios.

Dessa forma, após a análise descrita acima e consequente respostas às questões colocadas na primeira fase desse estudo sobre as representações midiáticas dos atletas paralímpicos, iremos realizar entrevistas semiestruturadas com os atletas a fim de tentar compreender as diferenças principais entre representação e autoimagem, identificando as ideias e opiniões do entrevistado acerca de sua própria imagem midiática. Ou seja, nessa fase temos como objetivos específicos:

- a) Identificar o consumo de mídia por parte dos entrevistados;
- b) Entender como o atleta se vê representado pelos meios de comunicação e o que o mesmo pensa dessa representação;
- c) Quais os principais pontos positivos e negativos da cobertura midiática de acordo com o entrevistado;
- d) Entender sua história como pessoa com deficiência e atleta, e tentar perceber se há diferença de valor dado a uma ou outra;
- e) Como o atleta gostaria de ser representado.

Nas entrevistas semiestruturadas parte-se de um roteiro com tópicos guias e questionamentos básicos relacionados com a pesquisa. Este tipo de entrevista possibilita uma formulação flexível das questões, esses questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos entrevistados. As perguntas visam, portanto, evocar uma verbalização que expresse o modo de pensar dos informantes frente aos temas da pesquisa, dando oportunidade para se investigar crenças, valores, sentimentos, razões e motivos que se fazem acompanhar de comportamentos.

Para chegar à realização das entrevistas é preciso atravessar um conjunto de aspectos qualitativos delineados por diversos pesquisadores que se utilizam desse método. Primeiro a preparação da entrevista é uma das etapas mais importantes, exigindo tempo e alguns cuidados. Nessa primeira etapa de planejamento da entrevista, escolhem-se os entrevistados, e prepara-se o roteiro com os tópicos guias, tendo em mente os objetivos do estudo.

A ideia inicial era entrevistar os atletas paralímpicos brasileiros com maior aparição midiática no material coletado na fase anterior, portanto ao final da análise dos impressos listamos os dez atletas com maior recorrência no material. A fim de agendarmos as entrevistas contactamos o Departamento de Comunicação do Comitê Paralímpico Brasileiro, assessores de imprensa de organizações ligadas ao movimento paralímpico e jornalistas que forneceram

os contatos dos atletas. De nossa lista inicial, alguns atletas não nos puderam atender por conta de incompatibilidade de agenda, portanto, da lista de dez atletas com maior repercussão midiática, entrevistamos André Brasil (natação), Terezinha Guilhermina (atletismo), Yohansson Nascimento (atletismo) e Dirceu Pinto (bocha). Ao entrevistarmos Dirceu tivemos a oportunidade de conversar com Maciel Sousa, atleta da bocha que havia feito sua estreia em Jogos Paralímpicos em 2012 e se preparava para o Rio/2016. Alguns fatores nos fizeram incluir o atleta em nossa pesquisa. Primeiro acreditamos que a fala de um atleta estreante nesse tipo de evento e sem tanta repercussão midiática poderia nos oferecer uma visão diferente. Segundo, Maciel Sousa foi medalhista de ouro em 2012 e mesmo assim não foi um dos atletas mais citados. Terceiro, apesar de ser estreante em Jogos Paralímpicos, Maciel é um dos atletas com mais tempo na modalidade. Em acréscimo a esses nomes também participaram do estudo Jerusa Santos (atletismo), décima segunda atleta com maior representatividade no material analisado. A realização das entrevistas foi autorizada pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Parecer nº 1.254.094).

Da mesma forma, os tópicos que guiaram nossa entrevista foram cuidadosamente planejados depois de termos os resultados da análise de conteúdo dos jornais impressos em mãos e após respondermos à primeira questão de investigação.

A segunda etapa é a realização da entrevista. As entrevistas foram realizadas em datas e horários previamente agendados de acordo com a disponibilidade dos entrevistados em seus locais de treinamento, hotéis e locais de prova durante campeonatos. Também lançamos mão da gravação da entrevista, com o consentimento dos participantes, a fim de que o foco do pesquisador estivesse todo no processo em vez de ter sua atenção dividida com anotações. Contudo não descartamos o caderno de campo, pois possíveis anotações a serem feitas durante ou logo após a entrevista poderiam ser fundamentais para a análise futura.

Levando em consideração que o pesquisador estabelece uma relação com os pesquisados, acreditamos que

(...) das atitudes de aproximação, respeito e empatia trazidas pelo pesquisador, virá a disponibilidade dos sujeitos e o seu envolvimento com a tarefa de informantes (o que amplia a possibilidade de validade dos dados obtidos), fazendo dela um momento de reflexão, retomada de fatos, valores e idéias do passado (quando este é o caso) e a gratificação com sua transmissão ao entrevistador (BIASOLI-ALVES; SILVA, 1992, p.64).

E por fim, tem-se a transcrição e análise do material. A transcrição da entrevista não se limita ao ato mecânico de passar para o papel o discurso em áudio, é necessário, também,

transcrever os silêncios, os risos, as entonações de voz, uma vez que “A transcrição completa de uma análise de conversação pode incluir clímax, sonoridade, ritmo, respirações audíveis e cronometragem (...)” (MYERS, 2011, p. 275). Frisamos que a própria pesquisadora se encarregou de todo o processo de transcrição e análise.

A entrevista semiestruturada pode ser considerada uma forma de conversação, e em tal interação não se pode ignorar o efeito da presença do entrevistador sobre o entrevistado. Portanto “(...) é falso interpretar o que alguém “disse” sem se perguntar também o que, na ocasião, “deu a entender”, o que sinalizava para além do que dizia, enfim, o que também fazia ao responder tais e tais perguntas” (MATTOS, 2005, p. 826). Torna-se necessário ler nas entrelinhas, levando em consideração não apenas o discurso oral, mas todo o processo que circunda esse discurso. Assim para atingirmos o objetivo desejado nessa fase do estudo, recorreremos à análise de conteúdo, nesse caso a construção de um sistema de categorias ou eixos temáticos foi feita *a posteriori*, em combinação com a análise postural do entrevistado, ou seja, os silêncios, risos, os momentos em que o entrevistado hesita ou gagueja. Acreditamos que a junção desses dois métodos nos levará a conclusões mais afinadas não só sobre o que o entrevistado fala, mas também como fala.

Tabela 3 – Eixos temáticos das entrevistas

Eixo Temático	Categoria
Início no Esporte	Reabilitação
	Lúdico/Recreação
	Profissional
Deficiência	Reabilitação
	Características positivas
	Dificuldades
	Preconceito
	Transformação na vida
	Curiosidade
Esporte	Mudança de vida
	Quebra de preconceito
	Exemplo
	Dificuldades
	Realizações

	Esperança em 2016
Comparações	Com atleta paralímpico
	Com atleta olímpico
	Consequências
Mídia	Melhora na cobertura
	Problemas
	Cobertura insuficiente
	Expectativa de mudança
	Foco na deficiência
	Superação
	Coitadinho
	Fracasso
	Olimpíadas x Paralimpíadas
	Preconceito
	História completa
	Visibilidade local
	História de vida
	Importância da mídia

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Os Sujeitos

Conforme explicitado no capítulo sobre o método utilizado nesse estudo, foram entrevistados seis atletas paralímpicos, que participaram de ao menos uma edição dos Jogos e que ainda permanecem em atividade.

André Brasil, 32 anos, competiu na natação convencional até 1994, e em 2005 entrou para o esporte adaptado, passando a competir com atletas com deficiência. O nadador possui o grau superior incompleto, nasceu no Rio de Janeiro, mas atualmente mora em São Paulo onde treina. Em suas três participações em Paralimpíadas (Pequim/2008; Londres/2012 e Rio de Janeiro/2016) conquistou sete medalhas de ouro, cinco de prata e duas de bronze; além de outras 21 medalhas em três Parapan-Americanos. O atleta que disputa as provas nas categorias S10, SB9, SM10²⁷ foi diagnosticado com poliomielite aos dois meses de idade. Como seqüela da doença possui uma deficiência na perna esquerda.

Dirceu Pinto, 36 anos, atualmente mora e treina em Mogi das Cruzes (SP). Começou na bocha em 2002 com o intuito de reabilitação, mas seis anos depois já participava de sua primeira Paralimpíada em Pequim/2008, tendo conquistado duas medalhas de ouro. Em Londres/2012 também subiu no lugar mais alto do pódio por duas vezes, no Rio/2016 conquistou uma medalha de prata. Desde 2008 Dirceu domina sua classe na bocha, a BC4²⁸, em todos os eventos internacionais. O atleta possui o segundo grau completo e nasceu com distrofia muscular.

Maciel Sousa Santos, 31 anos, nascido em Crateús (CE) reside em Mogi das Cruzes e possui o segundo grau completo. O atleta, que nasceu com paralisia cerebral, apesar de ter estreado em Jogos Paralímpicos somente em 2012, é considerado o jogador mais experiente da bocha no Brasil, visto que já representava o país em competições internacionais desde os

²⁷ As classes abarcam atletas com deficiências físicas mínimas, como amputação em uma das mãos, ou como no caso de André Brasil uma deficiência na perna esquerda como seqüela de poliomielite. A sigla “S” é usada para as modalidades livre, borboleta e costas; a sigla “SB” é usada para peito; e “SM” para medley.

²⁸ A classe BC4 inclui atletas com deficiências decorrentes de distrofia muscular, lesões medulares ou amputações nos quatro membros. No caso, Dirceu Pinto possui distrofia muscular.

14 anos. Em sua estreia no evento esportivo adaptado mais importante do mundo, Maciel conquistou o ouro na categoria BC2²⁹ e hoje é o segundo no ranking mundial.

Jerusa Santos, 34 anos, tem o segundo grau completo, é natural do Acre (AM) e mudou-se para Cuiabá (MT) buscando melhores condições de treinamento. A velocista, que compete nos 100m e 200m classe T11³⁰, foi diagnosticada com catarata congênita e perdeu totalmente a visão aos 18 anos, e só aos 20 começou a praticar atletismo. Participou das Paralimpíadas pela primeira vez em Pequim/2008 conquistando uma medalha de bronze nos 200m, em Londres/2012 melhorou seus resultados e voltou para o Brasil com duas medalhas de prata, nos 100m e 200m.

Yohansson Nascimento, 29 anos, nasceu em Maceió (AL), mora em São Paulo e tem o segundo grau completo. O velocista começou no atletismo com 17 anos, evoluiu rapidamente e quatro anos mais tarde participava das Paralimpíadas de Pequim/2008 terminando com a prata no revezamento 4x100m e bronze nos 200m; em Londres/2012 conquistou o ouro nos 200m e a prata nos 400m. No Rio/2016, o atleta conquistou a prata no revezamento 4x100m e o bronze nos 100m individual. Yohansson nasceu sem as mãos e compete na categoria T46³¹.

Terezinha Guilhermina, 38 anos, mineira de Esmeraldas, mora e treina em Maringá (PR) e tem superior completo. A também velocista nasceu com retinose pigmentar, doença que provoca perda gradual da visão, começou no esporte em 2000, e já acumula quatro Paralimpíadas. Em 2004 conquistou o bronze nos 400m categoria T12; em 2008 repetiu o feito nos 400m T12, e conquistou um ouro e uma prata nos 100m e 200m T11, respectivamente; em 2012 voltou para o Brasil com dois ouros nos 100m e 200m T11³²; e em sua última edição no Rio/2016 Terezinha conquistou a prata no revezamento 4x100m e o bronze nos 400m.

²⁹ Na classe BC2 da bocha os atletas têm maior controle de tronco e braços se comparados aos atletas da classe BC1 e BC3.

³⁰ A classe T11 é voltada para atletas com baixa visão e/ou cego total.

³¹ A classe T46 inclui atletas com deficiências nos membros superiores, tais como amputações. No caso de Yohansson Nascimento dupla amputação das mãos.

³² A classe T11 é voltada para atletas com baixa visão e/ou cego total. Na classe T12 os atletas têm capacidade de visão maior do que os da classe T11 e/ou um campo de visão de raio menor que cinco graus.

3.2 Estrutura dos jornais

Não se pode passar à análise do conteúdo sem antes pensar nas formas simbólicas através das quais o jornalismo se organiza para transmitir sua mensagem. A disposição dos elementos jornalísticos no papel, no caso do jornal impresso, seu formato e tamanhos são fatores fundamentais que determinam as relações entre autores-texto-leitores. É a partir desse espaço de leitura que os autores apresentam seus caminhos, isto é, suas alternativas de modos de ler, e as significações do texto. O planejamento gráfico organiza as informações e hierarquiza os elementos informativos. Assim, concordamos com Barnhurst e Nerone (2001, p.3) quando afirmam que “Qualquer forma de mídia inclui um modelo proposto ou normativo do próprio meio. Dito de outra maneira, a forma inclui o modo como o meio imagina a si mesmo sendo e agindo. Em seu arranjo físico, estrutura e formato, um jornal reitera um ideal para si”.

Em nosso estudo não pretendemos esmiuçar esse assunto tão complexo, queremos apenas ressaltar a importância da estruturação dos elementos jornalísticos nas páginas dos impressos e apresentar o panorama de como as notícias sobre os atletas paralímpicos foram dispostas.

3.2.1 Os números

Conforme explicitado no capítulo de metodologia, escolhemos quatro jornais: Folha de S. Paulo, O Globo, Zero Hora e Estado de Minas. Também não temos a intenção de nos aprofundar nas diferenças entre esses títulos, contudo acreditamos ser interessante dar a conhecer o número de notícias, sobre o nosso objeto, em cada publicação (Tabela 4).

Tabela 4 – Número de notícias analisadas em cada periódico

Meio	Número de artigos
1. Folha de S. Paulo	21
2. O Globo	21
3. Zero Hora	17
4. Estado de Minas	47
Total	106

Como podemos observar na Tabela 4, o jornal Estado de Minas foi o que apresentou o maior número de notícias (44,3%), seguido por O Globo e Folha de S. Paulo (ambos com 19,8%) e Zero Hora (16%). Além de apresentar o maior número de notícias o jornal Estado de Minas também foi o periódico que deu mais destaque a atletas de âmbito local, ou seja, nascidos em Minas Gerais. Os próprios atletas já perceberam a importância da imprensa local e regional na divulgação de competições, e a diferença entre a cobertura da mídia de sua “terra natal” e da nacional.

(...) até aqui em Mogi a bocha também costuma ter uma visibilidade boa também né?! Quando a gente tem campeonato, pré-campeonato assim, ahn..., é..., os meios de comunicação procuram a gente para poder estar falando (...) (Maciel Sousa).

Como lá em Maceió, que eu tenho uma visibilidade maior do que eu tenho aqui em São Paulo. Como Maceió é uma cidade pequena do Nordeste... Toda vez que eu volto para lá o pessoal sempre faz matéria, e eu gosto de estar sempre acompanhando tudo (Yohansson Nascimento).

Apesar de existir uma imensidão de critérios de noticiabilidade, e de haver discussões acadêmicas acerca da falta de rigidez e universalidade (ver SOUSA, 2002), é certo que a proximidade é um elemento fundamental na escolha do que será publicado nas páginas dos jornais. Apesar dessa estratégia de comunicar conteúdos próximos aos leitores do veículo ser utilizada não só pela imprensa local, mas também pela regional e nacional, seu uso é mais frequente no primeiro, pois há necessidade mais preeminente de vincular o leitor ao jornal. Muitas vezes um terremoto com centenas de mortos em um país distante, pode parecer menos trágico do que um acidente com uma única vítima fatal no bairro ou localidade onde se reside.

E muitas vezes esse recurso é utilizado pelos próprios atletas a fim de pautar o veículo.

Eu estou indo amanhã para Maceió, meu pai liga para o pessoal do ALTV³³ de de manhã, ALTV primeira edição, segunda edição, o que elas gravam de manhã, vai passar de manhã, de tarde e de noite, a visibilidade é maior (Yohansson Nascimento).

O número de notícias também é algo a ser levado em conta. Levando em consideração que analisamos 14 dias de publicações, o Zero Hora, impresso com menor número de notícias apresentou em média 1,2 notícia por dia; os jornais Folha de S. Paulo e O Globo apresentaram uma média de 1,5; e o Estado de Minas, com maiores números, publicou mais de três notícias por dia. O que resulta em uma média de 7,2 notícias por dia nos diários brasileiros. Schantz e Gilbert (2001) compararam a cobertura dos Jogos Paralímpicos de Atlanta/1996 em jornais franceses e alemães, revelando que os periódicos franceses publicaram em média 0,9 artigo por dia, enquanto os alemães apresentaram 1,7 notícia. Thomas e Smith (2003) em sua análise da cobertura do evento em Sydney/2000 nos jornais ingleses encontraram resultados similares. Os quatro periódicos analisados pelos autores supracitados publicaram 62 notícias, com média de 1,1 artigo por dia.

Diversos estudos (HILGEMBERG, 2010; PAPPOUS; MARCELINI; LÉSÉLEUC, 2011) já mostraram que a mídia interessa-se, cada vez mais, pelos Jogos Paralímpicos e acreditamos que os números da nossa pesquisa ratificam tal ideia. A maior cobertura midiática acaba por gerar mais atenção e conhecimento da audiência. O reconhecimento dos atletas paralímpicos brasileiros pelo grande público é também um dos resultados do aumento da cobertura midiática.

Eu moro em São Paulo há três, vai fazer quatro anos e estou morando em um apartamento tem um ano. Eu cheguei do Mundial, tinha um monte de crianças (...) – eu estou falando de visibilidade – tinha um monte de crianças brincando, e eu não conheço todo mundo porque eu treino muito, só chego, estaciono o carro, pego o elevador e entro no meu apartamento. Aí um monte de crianças: “Ah, você é atleta paralímpico, né? Num sei o que”. Criança falando isso. Em 96, uma criança sabia o que era atleta paralímpico? Não. É culpa de quem? Da imprensa. Eu falo culpa no bom sentido, que vem divulgando cada vez mais, que vem falando o que que a gente faz. Culpa dos atletas, pelos grandes resultados que a gente vem fazendo, porque se a gente fosse para uma competição, fosse para o Mundial, Paralimpíada, a equipe todinha ganhou uma medalha de bronze, voltou sem medalha, ninguém ganhou medalha, vocês iam falar o que? Nada. Ninguém ia dar importância, ninguém ia querer saber (Yohansson Nascimento).

(...) eu tenho visto que tem tido uma divulgação muito grande do esporte paralímpico hoje, nas mídias tanto nacionais quanto internacionais (Dirceu Pinto).

³³ Alagoas TV – programa noticioso da filiada da Rede Globo no Estado do Alagoas.

Mas apesar de reconhecer que houve melhora gradual da cobertura dos Jogos Paralímpicos tanto qualitativa (discutiremos esse ponto mais adiante) quanto quantitativa, os atletas entrevistados foram quase unânimes em afirmar que essa cobertura ainda está longe do ideal, principalmente fora da época dos jogos quando é ainda mais difícil encontrar notícias sobre o esporte adaptado.

Já melhorou muito [a cobertura dos Jogos Paralímpicos], foi muito pior antes, mas ainda tem muito que melhorar (Terezinha Guilhermina).

Então, assim, eu acho que, que nem eu falei, a gente está indo pelo caminho certo, ainda não é o ideal, acho que deveria ter um pouco mais, né?! (Maciel Sousa).

Em 2012 eu acredito que deixou a desejar (Dirceu Pinto).

Eu acho que é pouca [a cobertura dos Jogos Paralímpicos], eu acho que deveria ser mais divulgado... (Jerusa Santos).

Você tem... 70%, 85% de futebol, 15% outras modalidades. E quando você coloca algo do esporte paralímpico, uau é festa... Então aparece que é cópia, então durante um mês você tem a obrigatoriedade de botar uma notinha sobre o esporte paralímpico... Ahn, e não algo que as pessoas busquem com espontaneidade (...). A gente tem competições, ahn... nós atletas temos competições regulares, a gente não para de competir, a gente vive a vida como todo mundo, a gente faz coisas bacanas como outros atletas, por que não aparecer? (André Brasil).

Marques e colaboradores (2014) encontraram resultados semelhantes ao entrevistarem atletas paralímpicos brasileiros, que afirmam ser a cobertura insatisfatória e restrita a grandes eventos como as Paralimpíadas.

Coakley (2007) afirma que, nos Estados Unidos, a divulgação do esporte paralímpico é feita somente em época de Jogos, sendo campeonatos mundiais e outros eventos ligados a esse tipo de esporte ignorados pela mídia americana. Ellis (2009) confirma que o mesmo ocorre na Austrália, com o esporte paralímpico recebendo menor atenção midiática.

O desejo dos atletas por uma divulgação mais intensa vai ao encontro da ideia de Berger (2008) de que a pouca divulgação faz com que o público desconheça, ou tenha muito pouco conhecimento sobre, o esporte paralímpico o que pode dificultar a formação de vínculos e interesse da audiência com esse esporte. Segundo Marques e colaboradores (2014, p. 997-998) a preocupação dos atletas por maior atenção midiática pode ser justificada por dois caminhos,

a) o reconhecimento das pessoas com deficiência (PCD) como membros produtivos da sociedade; b) a busca por melhores condições de treinamento e competição, pautada no reconhecimento desses sujeitos como atletas de alto rendimento e consequente aumento das possibilidades de ganhos sociais e financeiros.

Ambos direcionados a uma perspectiva social da deficiência em contraste com o modelo médico. Todavia, apesar de ainda ser considerada pequena ou insatisfatória por atletas e alguns pesquisadores (BRITTAIN, 2004; BERGER, 2008), os números mostraram que houve aumento da cobertura dos Jogos Paralímpicos ao longo do tempo. Os Jogos de Atlanta em 1996 foram os primeiros a terem cobertura televisiva nos Estados Unidos (SCHELL; DUNCAN, 1999), e a partir dessa data verifica-se o aumento do número de direitos de transmissão vendidos a emissoras de televisão e rádio e do número de jornalistas presentes no evento – 2.300 em Sydney/2000; em Atenas/2004 3.103 jornalistas compareceram ao evento e um total de 617 horas de programação foram transmitidas em 25 países; 64 redes de tv e rádio de 80 países detinham os direitos de transmissão dos Jogos de Pequim em 2008 o que aumentou em 200% o tempo de cobertura comparado a Atenas; os Jogos de Londres/2012 foram transmitidos por 100 países batendo o recorde de audiência (dados do Comitê Paralímpico Internacional). Em nossa tese de Mestrado (FIGUEIREDO, 2010) ao analisarmos a cobertura dos Jogos Paralímpicos nos jornais O Globo e Estado de S. Paulo percebemos um ligeiro aumento no número de notícias – de 44 em 1996 para 50 em 2008. Esses dados corroboram a percepção dos entrevistados de que houve melhora quantitativa da cobertura, apesar da sensação de insuficiência.

Essa percepção de insatisfação com a mídia brasileira levou alguns de nossos entrevistados a compararem a cobertura midiática nacional com a de outros países. Marques e colaboradores (2015) entrevistaram nove atletas portugueses e o tema “comparação da cobertura midiática” também surgiu, contudo é interessante notar que os atletas portugueses citaram o Brasil, juntamente com Inglaterra e Alemanha, como países referência na cobertura dos Jogos, enquanto os brasileiros criticaram a mídia nacional.

Então, é..., bom, eu comecei a entender que mesmo a nossa imprensa sendo sensacionalista quanto à questão da pessoa com deficiência, do atleta com deficiência, o mundo afora começa a ver o esporte com outros olhos... Ahn... A mídia mundial,...., eu sinto muito isso quando eu vou lá para fora, a valorização que eu tenho (André Brasil).

Em Londres, para mim, superou todas as expectativas de mídia, de retorno de mídia, já que..., lá eles fizeram da Paralimpíada um evento, como uma Copa do Mundo, as provas, as minhas provas, foram mostradas em telões nas ruas. E eu andava nas ruas as pessoas me reconheciam e tudo (Terezinha Guilhermina).

Os Jogos Paralímpicos constituem, hoje, uma manifestação esportiva que se afirma com perspectiva de mercado e prática espetacularizada. Assim levando em consideração que o

país sede do evento tende a aumentar a cobertura midiática nacional, como aconteceu nos Estados Unidos nos Jogos de Atlanta/1996 (SCHELL e DUNCAN, 1999), e a experiência vivida pelos atletas em 2012 com a comercialização do evento em Londres, a expectativa é de uma massiva presença da mídia brasileira e melhora da cobertura em 2016, uma vez que o Rio de Janeiro sediará o evento.

2016 para mim... tem que ser. Não, vai ser, tem que ser o divisor de águas, mostrar de uma vez por todas,... a importância de que é o atleta... (André Brasil).

A minha esperança é que aqui no Rio a gente tenha retorno de mídia nesse sentido, e o Brasil, a mídia brasileira consiga divulgar a gente dessa maneira. (...) E eu espero do fundo do meu coração que a mídia do Brasil não se intimide com isso e também mostre. Independente de ser ou não, é..., ter ou não deficiência, nós somos brasileiros e também vamos estar defendendo a bandeira brasileira (...) (Terezinha Guilhermina).

A cobertura de megaeventos é permeada pelo crescente processo de espetacularização e mercantilização do esporte, em que a mídia procura um significativo retorno de audiência, e conseqüentemente retorno financeiro. E o fato de o Brasil ser a sede do evento em 2016 pode ter contribuído para o aumento da cobertura já em 2012 como forma de apresentar os atletas paralímpicos ao público brasileiro, garantindo maior visibilidade e reconhecimento. De acordo com Bracht (2005) a mercantilização do esporte está especialmente relacionada ao desenvolvimento e envolvimento da mídia.

No processo de espetacularização o esporte não é apenas um jogo, no qual indivíduos ou grupos estão engajados, mas sim algo a ser vendido a espectadores. Assim, o esporte adotou linguagem visual para atender à televisão e fotografias jornalísticas, inseriu publicidades em suas transmissões ao vivo e até mesmo alterou algumas regras para que o esporte fosse mais atraente ao espectador ou mais adequado à grade de programação da televisão. Como exemplo lembramos a alteração no sistema de pontuação do vôlei para o rally de 25 pontos, excluindo a vantagem, o que limitou o jogo ao tempo de 90-110 minutos; ou o fato de os jogadores de futebol serem proibidos, e punidos com cartão amarelo caso o façam, de tirar a camisa na comemoração do gol para que o patrocinador fique em evidência. O esporte-espetáculo organiza-se levando em conta os valores econômicos vigentes, portanto o que é ou não coberto pela mídia está permeado por interesses mercadológicos. Os esportes que podem não gerar lucro são geralmente ignorados pela mídia, ou então recebem ínfima cobertura em que apenas os “melhores momentos” são mostrados enfatizando o espetacular e as conquistas (COAKLEY, 2007).

Most people who make decisions about media coverage don't take disability sports seriously because the events would receive low audience ratings and therefore, wouldn't attract sponsors. The traditional belief is that covering athletes with a disability is a poor commercial risk³⁴ (COAKLEY, 2007, p. 426).

De acordo com Goggin e Newell (2005) há algo mais por detrás desse fato econômico, o desconforto, ou até mesmo repulsa, causada pelos atletas/pessoas com deficiência, que leva a mídia a negligenciá-los. “That our mainstream media neglect the Paralympics is a clear sign of a cultural norm that only tolerates disability as long as it stays in the margins”³⁵ (GOGGIN e NEWELL, 2005, p. 85). Os autores focam na sociedade e cultura australianas, contudo podemos facilmente perceber a mesma negligência e pensamento da sociedade e cultura brasileira.

3.2.2 Elementos estruturais

Voltemos nossa atenção à disposição das notícias e dos elementos informativos.

Tabela 5 – Disposição das notícias no jornal

	Quantidade	Porcentagem
Capa	8	7,5%
Capa de Esportes	2	1,9%
Esporte	93	87,7%
Página 2	3	2,8%

A capa do jornal tem como um de seus objetivos chamar a atenção do leitor, assim não é difícil concluir que funciona como espécie de vitrine, ou seja, ali são colocadas as principais notícias que o periódico tem a oferecer. A noção de importância, não só da informação que se transformará em notícia, mas também do que será posicionado na capa, advém parte dos valores notícia e parte do posicionamento político, cultural e social do jornal. A primeira

³⁴ Muitos daqueles que tomam as decisões do que será coberto pela mídia não levam o esporte para pessoas com deficiência a sério porque os eventos receberiam menores índices de audiência e, portanto, não atrairiam patrocinadores. A crença tradicional é a de que a cobertura de atletas com deficiência é um risco comercial (Tradução livre da autora).

³⁵ O fato de nossa mídia tradicional negligenciar as Paralimpíadas é um sinal claro de que a norma cultural tolera a deficiência somente enquanto esta permanece na margem (Tradução livre da autora).

página diz muito sobre a publicação como um todo, as escolhas e decisões dos editores refletem o grau de importância atribuído a um acontecimento.

A capa é o principal elemento persuasivo para a aquisição, além de servir como roteiro de leitura. Apenas 7,5% das notícias referentes ao atleta paralímpico foram consideradas importantes o suficiente para estamparem a capa das publicações. Enquanto apenas duas manchetes apareceram na Capa do Caderno de Esportes, que, em geral, foi dominada pelo futebol. E outras três notas foram publicadas na Página 2 do jornal O Globo. Das oito notícias que estamparam as capas, sete eram fotolegendas, o que demonstra a importância de uma boa imagem para o jornalismo impresso, entretanto apenas duas estavam posicionadas acima da dobra.

Por se tratar de conteúdo esportivo era de se esperar que a maior parte do material analisado fosse ser encontrado na sessão de Esportes de cada periódico, o que se verificou (87,7%). Lebersong e Dinold (2012) analisando a cobertura dos Jogos Paralímpicos de Pequim em 2008 em jornais impressos austríacos e alemães também concluíram que a maioria das matérias estava inserida no Caderno de Esportes.

O tamanho e a foto apoiam e intensificam as manchetes e títulos das capas. Assim vale notar que 50% das manchetes eram de tamanho médio, 37,5% pequenas e 12,5% grandes, e 87,5% vieram acompanhadas de foto. As notícias analisadas tinham o atleta como personagem principal, assim quando se apresenta uma chamada de capa, elas vêm naturalmente acompanhadas de foto de forma a facilitar a associação entre texto e imagem.

Tabela 6 – Localização das notícias na página

	Quantidade	Porcentagem	
Acima/Direita	11	10,3%	41,5%
Acima/Centro	19	18%	
Acima/Esquerda	14	13,2%	
Abaixo/Direita	38	35,8%	58,5%
Abaixo/Centro	10	9,4%	
Abaixo/Esquerda	14	13,2%	

Diante de uma comunicação escrita a nossa visão tende a se fixar primeiramente no lado superior à esquerda do papel. “A grafia ocidental da esquerda para a direita, no sentido horizontal, é um dos alicerces do percurso obrigatório dos olhos, influenciando decisivamente em nosso comportamento” (DINES, 1974, p. 96). A visão então se desloca, instintivamente, em diagonal do canto superior esquerdo ao lado inferior direito. Assim, essa é também uma forma

de hierarquizar a informação mostrando ao leitor quais assuntos são mais prioritários. Quanto maior o peso dado ao assunto mais acima e à esquerda ele será posicionado.

Quando nos voltamos para nossos dados (Tabela 6) percebemos que a maior parte das notícias referentes ao atleta paralímpico estava posicionada abaixo da dobra do jornal (58,5%) e mais especificamente à direita (35,8%). Apenas 13,2% das matérias foram posicionadas no ponto mais importante da página, acima da dobra e à esquerda.

Da mesma forma o valor-notícia é expresso em módulos por coluna, isto é, quanto maior a área que a matéria ocupa, maior a importância dada pelo jornal. Em nossa pesquisa (Tabela 7), 53,8% do material analisado era de tamanho pequeno, concluindo daí a importância dada à temática. Resultado semelhante foi encontrado por Bertschy e Reinhardt (2012) ao delinearem o panorama representativo dos atletas paralímpicos nos jornais diários suíços. O que não acontece na cobertura do futebol, por exemplo, onde as matérias tendem a ocupar a página inteira, e muitas vezes figuram na capa dos periódicos, isso é verdade principalmente durante a Copa do Mundo. O fato de ainda não ser dado ao esporte paralímpico o mesmo valor midiático do esporte olímpico irrita alguns atletas.

(...) tem uma notinha de rodapé as vezes, um quadradinho, ahn, sei lá,..., 15 por 15 centímetros, um cara que ganhou mundial, que é uma coisa extraordinária, deveria, para mim, ter uma página inteira para ele, ahn... contando, de repente, a história do cara, ahn... criando um novo ícone, uma nova referência (André Brasil).

Tabela 7 – Tamanho das notícias

	Quantidade	Porcentagem
Grande	30	28,3%
Médio	19	17,9%
Pequeno	57	53,8%

Oitenta e sete fotos foram publicadas em 78 matérias, isso significa que algumas notícias foram publicadas com mais de uma fotografia – mais especificamente, 71 notícias publicaram apenas uma foto, seis notícias apresentaram duas imagens, e uma matéria foi publicada com quatro fotografias – e as restantes 28 notícias (do total de 106 analisadas) não apresentaram imagens, o que revela uma distribuição um tanto desigual entre o material (Tabela 8). Analisaremos as fotografias mais adiante.

Tabela 8 – Número de Fotos

Meio	Número de fotos	Número de matérias com fotos
1. Folha de S. Paulo	12	12
2. O Globo	25	20
3. Zero Hora	17	17
4. Estado de Minas	33	29
Total	86	77

Tabela 9 – Fonte da notícia

Fonte	Quantidade	Porcentagem
1. Jornalista independente	1	0,9%
2. Jornalista convidado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro	43	40,6%
3. Agência(s) de Notícias	2	1,9%
4. Sem fonte identificável	60	56,6%

Em sua maioria, as matérias sobre os atletas paralímpicos não vinham assinadas (56,6%) e quando a assinatura se fazia presente havia a informação, em nota de rodapé, de que o jornalista viajava a convite do CPB o que aconteceu em cerca de 40% do material analisado (Tabela 9).

Em 2004, objetivando que o movimento paralímpico tivesse ampla divulgação e maior valorização, o CPB contratou a produtora de vídeo Íntegra Produções para captar, editar e transmitir gratuitamente imagens dos jogos de Atenas, para as emissoras brasileiras interessadas. Além disso, oito emissoras abertas e fechadas foram convidadas pelo Comitê para cobrirem a competição (Rede TV, Record, TVE, TV Nacional, Sport TV, Rede Gazeta, NSB e Rede Bandeirantes); outros dez veículos também foram convidados, Rádio Eldorado, Rádio CBN, Folha de S. Paulo, Jornal da Tarde, Lance!, Estado de Minas, Diário de Pernambuco, Tribuna do Norte, Jornal de Brasília, O Dia, O Globo e o portal UOL. Em Pequim, 2008, o CPB levou nove jornalistas convidados das emissoras Band, RedeTV, Record, TV Brasil, SBT, CBN, e do jornal O Globo. Em 2012, quatorze veículos de comunicação foram convidados. Se por um lado essa parece ser uma boa estratégia para ampliar a divulgação dos Jogos Paralímpicos, por outro pode criar um jornalismo preguiçoso que recebe informações “na mão” e que não parte para o garimpo de histórias novas, para a

investigação de fatos, a contraposição de opiniões resultando em notícias rasas e fórmulas prontas. Lembramos também que o convite do CPB inclui passagem, hospedagem, traslado hotel-aeroporto e diária de viagem.

Resumindo nossos resultados, as matérias analisadas foram publicadas no Caderno de Esportes, à direita, abaixo da dobra, com tamanho considerado pequeno, geralmente vinham acompanhadas por foto e sem assinatura ou identificação de autoria. No jornalismo impresso os assuntos com maior valor-notícia devem estar em destaque, o que significa colocá-los no alto da página, ocupando boa parte do espaço, o que nos leva a concluir que o valor-notícia das matérias sobre o atleta paralímpico é menor dentro da editoria de esportes.

3.3 Conteúdo

3.3.1 Tipo de esporte e tema

Já em 1922 Walter Lippman afirmara que nossa relação com a realidade não se dá de maneira direta, mas sim mediada por imagens que formamos na nossa mente. Desta forma, numa sociedade urbana complexa, como a atual, em que o fluxo de informação ganha dimensões extraordinárias, precisamos que uma entidade nos diga o que é e o que não é importante, o que deve ou não ser conhecido. Assim, o jornalismo, no seu percurso histórico, apresenta-se como testemunha e agente dessa realidade. Os jornais fazem muito mais do que transmitir notícias, eles determinam quais informações deverão ser levadas ao conhecimento do público e apresentam-nas de acordo com valores particulares.

As notícias são uma espécie de (re)construção da realidade de acordo com as normas e valores da sociedade. A mídia, portanto, escolhe dentre a grande quantidade de eventos e questões, quais e como ela deseja transmitir (KENNEDY; HILLS, 2009). Segundo Kennedy e Hills (2009) as lacunas e o silêncio indicam que o que foi deixado de lado pode ter também um poderoso efeito, tanto quanto o que está presente.

Nos Jogos Paralímpicos de Londres em 2012, o Brasil foi representado por 182 atletas, 115 homens (63,2%) e 67 mulheres (36,8%), que conquistaram 42 medalhas – 21 de ouro, 13 de prata e oito de bronze.

Das 18 modalidades em que o país possuía representantes, 12 foram mencionadas nos jornais analisados (Tabela 10). Conforme descrito no capítulo de metodologia, codificamos apenas o esporte associado ao(s) atleta(s) foco principal da notícia, assim sendo percebemos que a natação e o atletismo foram as modalidades com maior representatividade numérica, foco de quase 60% das matérias. Se pensarmos exclusivamente em números, podemos encontrar a razão para tal resultado.

O atletismo (19% dos atletas) e a natação (11% dos representantes) foram os esportes individuais com maior número de representantes. Na verdade, o atletismo foi o esporte com maior número dentre todas as modalidades e a natação só perde para o vôlei sentado (12%) um esporte coletivo. Além disso, o esporte aquático foi responsável por 28,5% das medalhas, e por 38% das de ouro, enquanto o atletismo angariou 42,8% dos triunfos e 33,3% das medalhas douradas. Ou seja, os dois esportes com presença mais forte nos jornais impressos são também os com maior participação de atletas e com maior número de medalhas gerais e de ouro. Raab e Janda (2012) realizaram um estudo que visava dar um panorama da cobertura dos Jogos de Pequim pela televisão alemã, e um de seus resultados foi semelhante ao nosso, o atletismo também foi o esporte não só mais frequente, mas também com mais tempo no ar, segundo os autores devido ao fato dessa modalidade possuir mais eventos e classificações funcionais.

Essa compartimentalização do esporte paralímpico, ou o foco em apenas algumas modalidades é criticada pelos atletas que acreditam, inclusive, que os meios de comunicação não veem o esporte paralímpico como esporte de alto rendimento, e, sim, como amador.

E no Brasil existe um déficit grande, porque existe o futebol como o esporte profissional para a mídia, e todos os demais esportes como esporte amador. E no caso do paralímpico ainda fica sendo mais grave já que é o esporte inteiro um esporte amador, só que dentro do esporte paralímpico a gente tem 23 modalidades que vão estar disputando medalha no ano que vem (...) (Terezinha Guilhermina).

(...) a minha modalidade [bocha] em 2012 não teve transmissão, não passou, e estava a transmissão aberta para todos os países estarem adquirindo, eu acho, o sinal e transmitindo. Várias emissoras estavam lá transmitindo e o nosso país não tinha transmissão da nossa modalidade, então teve a transmissão de outras modalidades que, ahn... natação e atletismo, por exemplo, que é o que mais mostrou na tv (...). Se tivesse a divulgação de todas as modalidades como tem também da natação e do atletismo eu acredito que o Brasil seria um celeiro aí de milhares e milhares de atletas (...) (Dirceu Pinto, p. 13).

Não só a natação, atletismo, mas, né,..., a bocha deveria ser um pouco mais divulgada também, o que a gente faz também (Maciel Sousa).

Tabela 10 – Tipo de esporte

Esporte	Quantidade	Porcentagem
1. Bocha	3	2,6%
2. Ciclismo	9	7,9%
3. Futebol de 5	7	6,1%
4. Futebol de 7	0	0
5. Goalball	3	2,6%
6. Vela	0	0
7. Halterofilismo	2	1,8%
8. Remo	0	0
9. Tiro esportivo	0	0
10. Natação	35	30,7%
11. Tênis de mesa	2	1,8%
12. Vôlei sentado	4	3,5%
13. Basquete em cadeira de rodas	0	0
14. Rugby em cadeira de rodas	0	0
15. Tênis	5	4,4%
16. Atletismo	33	28,9%
17. Esgrima em cadeira de rodas	5	4,4%
18. Hipismo	0	0
19. Judô	3	2,6%
20. Tiro com arco	0	0
21. Nenhum/Não identificado	3	2,6%

Ao entrevistar paratletas portuguesas e brasileiros a diferença de cobertura entre as modalidades foi um tema que também surgiu no estudo de Marques e colaboradores (2015, 2014). Os atletas apontaram que a mídia tende a dar mais atenção à natação, atletismo e bocha; o último esporte é citado apenas em Portugal.

De forma mais específica, tem-se no boccia a maior fonte de medalhas paralímpicas portuguesas recentes, enquanto o atletismo e a natação oferecem um apelo estético mais próximo do estereótipo de corpo do atleta olímpico, principalmente nas classes mais altas de competição (menos comprometidas esteticamente). Principalmente o boccia, apresenta uma maior valorização dos feitos atléticos em detrimento do capital físico (MARQUES et al., 2015, p. 142).

Se continuarmos com esse raciocínio matemático seria de se esperar que o próximo esporte com maior representatividade, ou com maior número de medalhas, gerais ou douradas, fosse aparecer logo a seguir. No entanto não é o que se verifica.

Além do vôlei sentado que apresentou um número elevado de atletas, fato esse porque o masculino e feminino levaram 11 atletas cada, os outros esportes coletivos (Basquete em cadeiras de rodas, futebol de 5, futebol de 7 e goalball) obviamente também apresentam um alto número de competidores, e dentro dos esportes individuais o tênis de mesa se destaca (7,6%) seguido pelo judô (5,5%). O terceiro esporte com maior número de medalhas, gerais e de ouro, é a bocha, o judô vem a seguir em número total de medalhas, porém sem ouros. Contudo, o esporte que seguiu o atletismo e a natação em atenção midiática foi o ciclismo (7,9% das notícias). Esse é um resultado interessante. Todas as matérias que tinham o ciclismo como esporte em foco traziam como protagonista o atleta italiano Alessandro Zanardi, e apesar de o tema principal ser, em sua maioria a prática esportiva, – resultados, comemoração de vitórias, etc. –, a história de como o atleta adquiriu a deficiência foi (re)contada e explorada pelos jornais a fim de criar uma história de interesse humano.

A história desta conquista começa há 11 anos, da forma mais assustadora possível. (...) sofreu um acidente espetacular numa prova da Fórmula Indy na Alemanha. Piloto experiente, bicampeão mundial da Indy, o italiano perdeu o controle do carro, que acabou atingido no meio pelo canadense Alex Tagliani, que estava a 320km/h. O carro de Zanardi se partiu. A perna direita do piloto foi arrancada no ponto abaixo do joelho e a esquerda na altura da coxa, além de ter perdido 70% do sangue do corpo. O osso da pélvis sofreu cinco fraturas e o fígado também teve lesões. Ele sofreu paradas cardíacas e passou por sete reanimações. Renasceu para ser de novo campeão (ALEGRIA, 2012, p. 01).

O jornalismo esportivo, por si, gera grande quantidade de histórias de interesse humano, por estarem intrinsecamente ligadas à história de vida do atleta que ajuda a criar um elo de identificação entre a narrativa e o leitor (espectador/ouvinte). No futebol a vida pessoal dos jogadores serve de critério de noticiabilidade, já no parolimpismo as histórias de interesse humano apresentam a deficiência como uma tragédia pessoal que ocorre ao acaso a indivíduos, exigindo que eles se adaptem. Seguindo o argumento de Longmore (1987) de que as imagens da deficiência são um exercício do funcionalismo social que asseguram a audiência que não possui deficiência de sua própria normalidade, Scheel e Duncan (1999) interpretam as histórias de interesse humano de duas formas: por um lado essas histórias podem ser entendidas como representações positivas das pessoas com deficiência que são capazes de ser bem sucedidas; por outro lado, essas histórias podem ser vistas como mensagens dúbias sobre a pessoa com deficiência – elas devem exercer esforços super-

humanos para ser bem sucedidas ou elas merecem nossa pena ou medo por conta de suas terríveis limitações.

Como se pode verificar na Tabela 11, o atleta paralímpico foi o segundo tema mais explorado (17 notícias, cerca de 14%). Em sua maioria, 11 notícias (65%), tratava da história de como o atleta adquiriu a deficiência ou no caso de congênita como a deficiência influenciou sua infância e sua vida. Isso, por um lado, pode gerar compaixão pelos atletas, mas por outro pode ser encarado como fato noticioso, uma vez que a deficiência é uma característica do atleta, sendo então abordada dessa forma. A história de como o atleta ingressou no esporte, planos para o futuro, filme produzido sobre a vida do atleta, vaidade, relação com o atleta-guia e familiares, apresentaram um caso cada.

Tabela 11 – Tema

Tema	Quantidade	Porcentagem
1. Prática Esportiva	96	80,6%
2. Atleta Paralímpico	17	14,2%
3. Questões econômico-financeiras	1	0,8%
4. Jogos Paralímpicos	5	4,2%

Ao entrevistar jornalistas esportivos alemães, Bertling (2012) percebeu que essa categoria acredita que o principal critério para uma boa cobertura paralímpica é o foco na história de vida do atleta. Fong e Katz (2012) entrevistaram editores e atletas canadenses e americanos, que admitem que o que o público gosta de ler são histórias tristes, mas os atletas acham que esse foco deveria ser reduzido, dando preferência ao esforço e treinamento, o que foi verificado em nossa análise. Em nossas entrevistas os atletas acreditam que (como veremos mais detalhadamente quando discutirmos os estereótipos) tanto a deficiência quanto a performance são parte indissociáveis de sua identidade, contudo o foco mais proeminente em um ou outro pode gerar visões estereotipadas. E, além disso, muitas vezes sem resultado positivo fica mais difícil de o atleta conseguir espaço nos meios de comunicação.

Você tem um evento onde você traz resultado, você tem mídia. Se você não tem nada, os atletas paralímpicos, ele ficam... escondidos (André Brasil).

Brittain (2012) afirma que a cada quatro anos a BBC, rede de televisão britânica, aumenta a cobertura dos Jogos Paralímpicos em resposta à demanda do público por melhor cobertura.

[No passado se] (...) focava mais na deficiência e um pouco no que você fazia. Tipo, é fácil: “Você é deficiente que pratica esporte”. E hoje não. Ninguém quer saber qual é a sua deficiência não, quer saber do seu tempo, como é sua preparação, quer saber que você é um atleta de alto rendimento, quer saber que você é o melhor do mundo, quer saber que você carrega as cores da bandeira do Brasil, isso é bacana, porque da deficiência é porque eu sou atleta paralímpico, mas quando eu falo do meu esporte eu tenho orgulho de falar que eu treino de segunda a sábado, em dois horários, que a medalha que eu conquistei é difícil; falar do esporte, falar da minha profissão (Yohansson Nascimento).

Huang (2005) reporta que em Taiwan não houve transmissão ao vivo de nenhuma modalidade dos Jogos de Atenas/2004 e a cobertura dada a esse evento foi devido ao fato de a esposa do presidente do país, que é cadeirante, ter se juntado a delegação nos Jogos. Um grupo de aproximadamente 40 jornalistas de política acompanhou a primeira dama e, portanto o material encontrado sobre o evento se concentrou nesse caderno. E, uma vez que ela deixou Atenas, as matérias sobre os jogos cessaram. Quinn (2007) relata que a *Canadian Broadcasting Corporation* tinha aproximadamente 200 pessoas em Sydney para cobrir os Jogos Olímpicos, das quais apenas seis permaneceram para as Paralimpíadas produzindo quatro horas de programação que só foram ao ar no Canadá depois do término dos Jogos Paralímpicos. De acordo com Cashman e Tremblay (2008) a televisão neozelandesa transmitiu quatro episódios de uma hora sobre os Jogos Paralímpicos de Sydney/2000 intitulados “*Role Models for the 21st Century: The Sydney 2000 Paralympic Games*” (Modelos do Século XXI: Os Jogos Paralímpicos de Sydney 2000) que foi ao ar em Novembro, cerca de dois meses depois do encerramento do evento.

Diversos são os estudos que analisam a cobertura midiática dos Jogos Paralímpicos e diversos também são seus resultados. Alguns apontam que tendo em conta que estamos tratando de um evento esportivo era de se esperar que a mídia abordasse mais exaustivamente as questões relacionadas com a prática do esporte em si (FIGUEIREDO, 2010; FIGUEIREDO; NOVAIS, 2009; PEREIRA, 2008; SCHANTZ; GILBERT, 2001; SCHELL; DUNCAN, 1999).

De acordo com Schantz e Gilbert (2001) os meios de comunicação de massa tendem a enfatizar ações, recordes, performances, resultados, estatísticas e bastidores quando representam o esporte. A cobertura midiática dos atletas com deficiência muitas vezes centra-se predominantemente sobre a performance e os sucessos destes atletas, enfatizando a

importância dos recordes, medalhas e tempos (SMITH; THOMAS, 2005). Reichhart e Myazhiom (2012) analisaram a cobertura dos Jogos Paralímpicos no jornal L'Equipe de 1960 a 2004, e perceberam que durante todo o período os resultados de diferentes esportes foram apresentados, e quebra de recordes anunciadas. Bertling (2012) que analisou os jogos de Sydney/2000 e Salt Lake City/2002 em três jornais diários alemães, chegou à conclusão semelhante, ou seja a cobertura teve ênfase em resultados, e complementa esse dado afirmando que esse tipo de cobertura pode ser produzida sem muitos custos, uma vez que é alimentada pelas agências de notícia. Lebersorg e Dinold (2012) concluíram que na cobertura dos Jogos Paralímpicos de 2008 os jornais austríacos e alemães quase não utilizaram a categoria história de vida e apenas algumas matérias continham histórias pessoais mais detalhadas. Raab e Janda (2012) em seu estudo sobre a cobertura dos mesmos jogos na televisão alemã apontam a predominância da temática relacionada à performance esportiva, seguida pela explicação das diferentes modalidades e classificações funcionais. Maika e Danylchuk (2016) analisaram a cobertura dos Jogos de Londres/2012 nos dois principais impressos canadenses, e em 61,4% do material o esporte foi a temática principal. E assim também indica nosso estudo, uma vez que 80,6% da temática dava conta da prática esportiva, ou seja, resultados, tempos, recordes, performances, bastidores (Tabela 11).

Alguns desses autores (SCHELL; DUNCAN, 1999; SCHANTZ; GILBERT, 2001) criticam os meios de comunicação, afirmando que ao focar apenas em resultados, geralmente positivos, tende-se a trivializar a performance e conquistas dos atletas perpetuando o modelo médico da deficiência. Nós mesmos, em outros trabalhos, deixamo-nos inundar por essa ideia. No entanto ao anunciar medalhas, tempos e recordes e seus significados acreditamos que os jornalistas demonstram dar maior importância ao factual, aproximando a cobertura do esporte paralímpico à do esporte olímpico, ou mesmo do esporte em geral.

Roese e Hatje (2001) analisaram a cobertura da participação brasileira nos Jogos Olímpicos de Sydney no periódico A Razão (de Santa Maria/RS) que apresentou 37,2% das matérias exaltando equipes brasileiras, 22% exaltando os atletas nacionais, e de forma análoga aos estudos prévios concluíram que os comentários negativos relacionados ao desempenho de atletas que tinham condições de conquistar medalha e que, porém, fracassaram, totalizaram 3,2% do material analisado.

A discussão mais importante que emerge dessa crítica, e de nossos resultados, é o fato de que quando trata do atleta paralímpico a mídia foca em resultados positivos, ou seja em vitórias, dando muito pouco espaço para fracassos e derrotas.

Esperávamos que atletas considerados favoritos e que não venceram fossem representados de forma diversa. Em nosso estudo apenas duas matérias tinham como foco principal a derrota de um atleta brasileiro. No dia 07 de Setembro de 2012 a Folha de S. Paulo publicou, em sua página três do Caderno de Esportes, “Inglês bate brasileiro e Pistorius nos 100m”, a matéria traz o resultado dos 100m rasos categoria T44 vencido pelo inglês Jonnie Peacock, enquanto o sul-africano Oscar Pistorius e o brasileiro Alan Fonteles, favoritos da prova, terminaram em quarto e sétimo, respectivamente. Não houve especulação para o motivo da derrota, palavras como fracasso, decepção ou até mesmo derrota não apareceram, e as falas de ambos os atletas dão a entender da felicidade de terem conquistado medalha nos 200m no dia anterior, diminuindo o peso da perda.

Fonteles (...) afirmou que sai ‘muito feliz, com o sonho realizado de ter conquistado uma medalha paralímpica. (...) Já Pistorius (...) disse ter ficado satisfeito com seu desempenho ontem, na prova mais rápida. ‘Eu disse que gostaria de ficar entre os três primeiros. Era uma meta realista. Eu fiz o meu melhor, mas não foi o suficiente’ (MARQUES, 2012h, p. 03)

O Estado de Minas, de 05 de Setembro de 2012, traz em sua página sete do Caderno de Esporte “Sonho Ameaçado” sobre a queda do atleta-guia de Terezinha Guilhermina nos 400m rasos T12. A queda foi atribuída à lesão do guia e a fala da competidora foca no espírito de equipe entre os dois, nenhuma informação a mais é dada, e o atleta lesionado sequer é ouvido.

Isso tudo confirmaria a ideia de Schell e Duncan (1999), que analisaram a cobertura da rede de televisão americana CBS em 1996, de que ao contrário do que acontece nos esportes para pessoas sem deficiência em que o fracasso é apresentado com uma perda trágica, nas Paralimpíadas quando certo atleta ou equipe perde, os comentaristas dão a entender que o perdedor deve ser grato pela experiência esportiva, ou seja, é assegurado aos telespectadores que o atleta está satisfeito com o resultado, mesmo sendo derrota. Esse tipo de comentário sugeriria que os atletas paralímpicos não são atletas de verdade, uma vez que associa essa ideia muito mais ao esporte como reabilitação ou inclusão social do que ao esporte de alto rendimento.

Dessa crítica emergem diversas hipóteses que abordaremos a seguir, contudo é de se levar em conta o número reduzido de referencial teórico sobre a representação social da derrota ou fracasso. Muito do material encontrado referia-se à seleção brasileira masculina de futebol ou a jogadores desse esporte.

Primeiro acreditamos que o esporte foi sendo moldado em uma sociedade altamente competitiva, na qual a vitória é o valor mais importante visto que está associada ao reconhecimento social, dinheiro, poder, menosprezando-se qualquer outro resultado, até mesmo o segundo lugar considerado o primeiro dos últimos (com a exceção de quando não se espera qualquer resultado positivo), o que vai de encontro com uma das máximas do olimpismo de que o importante é participar. Essa máxima, no entanto, afunda-se na hipocrisia do pensamento moderno para os Jogos Olímpicos, e porque não dizer o esporte em geral, em que o importante é vencer, para sagrar-se herói nacional, mito esportivo, o melhor do mundo, sendo, portanto, a derrota caracterizada como momento de tristeza e decepção.

A exploração dessa imagem tanto pode estar relacionada com a venda e comercialização de inúmeros produtos como pode também estar associada à campanha de caráter pedagógico ou social. Mas para isso, no entender de grande parte dos dirigentes e empresários, o atleta tem que ser antes de tudo um vencedor, e conquistar essa condição não é tarefa assim tão fácil. (...) Ao derrotado restam a vergonha pelo objetivo perdido, a confusão com a incapacidade e a falta de reconhecimento pelo esforço realizado (RUBIO, 2006, p. 88).

Rubio (2006, p. 88) conceitua ainda a derrota como “sombra social do esporte contemporâneo”, ou seja, é uma forma incompatível com a vida conscientemente escolhida pelo coletivo. Assim a vitória é a afirmação do imaginário esportivo, com a glorificação de campeões e o esquecimento daqueles que perderam suas “batalhas”, levando, ainda de acordo com Rubio (2006), à alienação e desumanização do atleta em si.

Para Helal (1998) é na da derrocada do ídolo que se descobre sua mortalidade e as características que o aproximam do homem comum, e por conseguinte, dos fãs. “Assim, na ‘queda’ do ídolo, presenciamos a sua ‘humanização’” (HELAL, 1998, p. 153). O atleta vai sendo construído como mito, por seu talento, conquistas, fama, dinheiro, na derrota ele é humanizado, torna-se um atleta-pessoa com problemas como qualquer um. Aqui se o esportista continua em queda, com derrotas subsequentes e recorrentes, além de chances perdidas, ele cai no esquecimento, no entanto se se redime, supera os obstáculos e vence, nasce o herói mítico.

Essa queda ou derrota que mencionamos significa não atingir o objetivo almejado, ou seja, voltar de um Campeonato (Olimpíadas, Paralimpíadas, Mundial, etc.) sem medalha, ou sem a medalha que se esperava, ou obter resultado negativo no campo esportivo. O caso de doping, escândalos, como os dos atletas Lance Armstrong, ex-ciclista americano banido do esporte em 2012 acusado de ter liderado o maior esquema de doping da história do esporte, e

Oscar Pistorius, corredor sul-africano indiciado por matar a namorada, devem ser analisados de forma diferente.

Se por um lado percebemos as similaridades entre as coberturas de atletas olímpicos e paralímpicos, por outro surge a hipótese de que os atletas com deficiência que não foram medalhistas nos jogos não tiveram atenção midiática pelo fato de que a esse competidor já está associada uma ideia de baixa produtividade e pouca expectativa. Lima (2011) aponta que a pessoa com deficiência é vista como incapaz e inferior, chamando esse modo de ver de Barreira Atitudinal, que pode ser das seguintes formas: Barreira Atitudinal de Baixa Expectativa, quando há o pré-julgamento de que a pessoa não será capaz de executar uma tarefa ou atingir um objetivo; Barreira Atitudinal de Inferiorização, essa atitude é constituída a partir da comparação de resultados obtidos por pessoas sem e com deficiência na mesma tarefa/objetivo inferiorizando os últimos com base única e exclusivamente na deficiência; Barreira Atitudinal de Menos Valia, é a avaliação depreciativa das ações, objetivos alcançados e produções das pessoas com deficiência a partir de um pré-julgamento ou pré-conceito. Além disso, o desenvolvimento histórico de nossa sociedade capitalista e industrializada relegou à margem esses indivíduos por considera-los inaptos.

Apesar de nossos dados apontarem que não há representação do fracasso, alguns atletas em suas entrevistas refutam essa ideia, e ainda ressaltam que os atletas paralímpicos sofrem a mesma pressão que os olímpicos para vencer.

Quando o Daniel e o André não trazem medalha de ouro e com recorde é fracasso, como eu já vi em algumas matérias isso acontecer. E, bom, você ser vice-campeão mundial de uma prova é fracasso? (André Brasil).

O Brasil já tem essa cultura de que vale a medalha de ouro, prata não existe. E no caso do deficiente isso é ainda mais agressivo, você não pode ganhar só uma, você tem que ganhar todas. Se você disputar dez provas você tem que ganhar todas porque senão eles vão ressaltar exatamente a prova que você perdeu (Terezinha Guilhermina).

Apesar da referência dos atletas a representações de fracasso, em nosso material não encontramos números suficientes para comprovar a afirmação, visto que, como dito, apenas duas notícias se referiam a perda e mesmo nessas o atleta não foi retratado como “fracassado”. Acreditamos que uma pesquisa mais aprofundada seja necessária para confirmar as hipóteses aqui apresentadas, bem como sugerimos observação da relação dos atletas e jornalistas *in loco* durante as competições.

Outra hipótese é o fato de haver mais medalhistas paralímpicos do que olímpicos, e de ainda não ter havido a chamada grande decepção de atleta brasileiro. Roese e Hatje (2001, p. 13) afirmam sobre os atletas olímpicos que

A esperança de conquistar medalha, de alcançar a vitória e a consagração era esperada, tanto pelos protagonistas do evento (atletas, treinadores e dirigentes), quanto da imprensa e da sociedade brasileira. Enquanto existia a possibilidade de conquistarem medalhas, Gustavo Kuerten, o Guga, (no tênis) e Rodrigo Pessoa (no hipismo) eram exaltados e venerados pelo jornal. Após a desclassificação diante dos resultados negativos, o jornal priorizou críticas e os comentários negativos.

Podemos afirmar que nos inclinamos para a hipótese de similaridade entre a cobertura do esporte para pessoas com e sem deficiência, no entanto acreditamos que a menor atenção dada aos Jogos Paralímpicos, comparado com os Olímpicos, e a menor expressividade do esporte adaptado nos meios de comunicação, faz com que atletas com deficiência entrem na competição com menor expectativa gerada, o que pode ter como consequência foco nos resultados positivos.

Fechando a análise temática, apenas uma matéria apresentou as condições financeiras do atleta, e outras cinco tinham como tema os Jogos Paralímpicos, ou seja, bastidores, e atletas que iriam ser porta-bandeiras na cerimônia de abertura e encerramento.

3.3.2 O preferido pela imprensa

No geral a cobertura midiática focou mais frequentemente em indivíduos do que em equipes (Tabela 12), Este resultado está intimamente relacionado com as medalhas conquistadas. Do total de 44 medalhas da delegação brasileira (dados do Comitê Paralímpico Internacional), os esportes individuais foram responsáveis por 42 (95,5%), enquanto as modalidades coletivas subiram ao pódio por duas vezes (4,5%). Esses resultados indicam que há uma relação entre o número de medalhas obtidas e a quantidade de cobertura dos Jogos. Chang e Crossman (2009) ao analisar a cobertura dos Jogos Paralímpicos de 2004 pelos impressos sul-coreanos também notaram que os esportes individuais eram mais presentes na mídia e, da mesma forma, concluíram que este resultado está intimamente relacionado com as medalhas, uma vez que das 28 vezes que os sul-coreanos subiram ao pódio em 21 as conquistas foram de esportes individuais.

Tabela 12 – Foco da notícia

Foco	Quantidade	Porcentagem
1. Atleta	42	39,6%
2. Mais de um atleta	53	50%
3. Equipe	09	8,5%
4. Misto	02	1,9%

O mesmo raciocínio poderia ser utilizado quando avaliamos que 77,3% das notícias tratavam de atletas homens, detentores de 75% das medalhas, e apenas 5,7% eram exclusivamente sobre mulheres (Tabela 13), que voltaram dos Jogos Paralímpicos com 25% das medalhas brasileiras. Todavia essa explicação nos parece simplista, visto ser grande a diferença entre o número de notícias destinadas a cada gênero.

Ao percorrermos a literatura sobre as mulheres no esporte percebemos que apesar do título de democrático e democratizador, o esporte, como prática social moderna, foi construído como masculino, gerando uma longa história de luta das mulheres para sua inclusão também nesta prática. O mesmo parece acontecer com as atletas sem deficiência. Ao revisar 12 artigos científicos publicados sobre o assunto por um período de 16 anos, Crossman e colaboradores (2007) concluíram que as atletas mulheres tiveram 24,7% do espaço midiático.

Essa história faz parte dos movimentos feministas desde meados do século XIX, propondo pautas de lutas sociais por igualdade em relação aos homens, questionando as noções, até aquele momento muito difundidas, de domesticidade e inferioridade femininas numa “(...) arena importante de disputas sobre quem controla e quem decide o que os corpos femininos podem ou devem fazer” (ALDELMAN, 2004, p. 33). Assim sendo, é de consenso geral que a trajetória da mulher na sociedade sempre foi marcada pela discriminação.

Diferenças sexuais continuam sendo pretexto para impor relações hierárquicas que apontam a supremacia e dominação do homem aliada à subordinação da mulher. Essa relação de gênero é encontrada em todas as classes sociais, em diferentes grupos étnicos e se reproduz a cada geração. (...) [O] dia-a-dia do ser homem e ser mulher se define por meio de práticas sociais das quais emerge o poder de um sexo sobre o outro (ROMERO, 2004, p. 104).

Podemos notar que o esporte também é um fenômeno generificador que auxilia na construção da ordem de gênero vigente. Enquanto instituição generificada, sua estrutura e valores (regras, organização formal, composição sexual, etc.) espelham concepções dominantes de masculinidade e feminilidade (KNIJNIK, 2004). As condições de acesso e

participação das mulheres no esporte, quando comparadas às dos homens, nem sempre foram iguais, seja no campo das práticas corporais e esportivas, sejam elas no esporte de rendimento, no lazer, na educação física escolar, na visibilidade conferida pela mídia, nos valores de alguns prêmios atribuídos aos vencedores e vencedoras de competições esportivas, e na administração e gestão (GOMES, 2004).

Na Grécia antiga, os Jogos Olímpicos estavam interditados às mulheres. E esta ideia permaneceu por um tempo significativo nos Jogos Olímpicos Modernos. De acordo com Gomes (2004) o Barão de Coubertin, pai dos Jogos Olímpicos Modernos, foi capaz de congrega a opinião pública na ideia de que os países da *British Commonwealth* fossem considerados como independentes no campo desportivo, internacionalizou os Jogos Olímpicos ao defender que a sua realização não devia ficar confinada à Grécia, mas também durante 29 anos, tempo em que esteve à frente do Comité Olímpico Internacional (COI), Coubertin não concebia mulheres em competições onde participassem homens.

- uma Olimpíada com mulheres seria irrealista, sem interesse, inestética e imprópria – seria uma pseudo-Olimpíada;
- quanto à participação feminina nos Jogos, sou totalmente contra;
- é contra a minha vontade que [as mulheres] sejam admitidas a um número de provas cada vez maior;
- continuo pensando que o contato com as atletas é prejudicial [para os atletas], e que este atletismo deveria ser excluído do programa Olímpico;
- o único herói Olímpico é o atleta individual adulto. Assim, nem mulheres, nem desportos de equipe (BOULONGNE, 2000, p. 23).

As Olimpíadas de 1900 em Paris foram marcadas pela falta de informação e organização. Os Jogos concorreram como coadjuvante diante da grande Feira Mundial (atual Expo), e se arrastaram por cerca de cinco meses. Os organizadores sequer convidaram Coubertin, e quebraram um de seus “regulamentos” permitindo a participação das mulheres (há controvérsias em relação à quantidade de competidoras), sendo esta a primeira vez que as mulheres participaram, sem consentimento oficial, dos Jogos Olímpicos no golfe e tênis como esportes de exibição (MITCHELL, 1977).

Em 1917, a francesa Alice Melliat funda a Federação Internacional Desportiva Feminina e, em 1921, organiza-se um encontro de atletismo em Monte Carlo. As provas femininas foram sendo incluídas, pouco a pouco, no programa Olímpico. Durante 30 anos as mulheres disputaram um campeonato de atletismo à parte, podendo, assim, manter-se na disputa de modalidades por hora negadas em sua participação olímpica. Somente em 1924 a participação feminina foi oficialmente aceita nos Jogos (MITCHELL, 1977).

Os Jogos Paralímpicos foram criados sem a restrição de gênero, contudo a inserção tardia da mulher no esporte de alto rendimento pode ser um dos motivos para que a participação das atletas do sexo feminino seja inferior, em termos numéricos, aos do sexo masculino.

Além disso, as mulheres com deficiência têm sido historicamente negligenciadas.

The status of women with disabilities underscores their dual silence and oppression. The dual silence of women with disabilities is evidenced by a lack of a disability perspective in feminist theory and practice, and a failure of the disability rights movement to analyze how genders impacts on disability³⁶ (FERRI; GREGG, 1998, p. 429).

Diversos estudos, (KOIVULA, 1999; LENSZYJ, 1998) apontam que a mídia esportiva desempenha um papel fundamental na construção e perpetuação da desigualdade de gênero. Uma pesquisa feita por Lenszyj (1998) sobre a mídia esportiva concluiu que o envolvimento de mulheres no esporte é marginalizado e trivializado através de imagens e linguagem distorcidas, se não por total omissão.

De acordo com Souza e Knijnik (2007), os estereótipos relacionados à mulher estão indubitavelmente ligados à mídia esportiva, que os reproduz cotidianamente em seus diversos veículos, muitas vezes priorizando aspectos ligados ao gênero àqueles vinculados ao rendimento esportivo. É por intermédio da mídia que os discursos dominantes sobre o que é ser homem, ou mulher, se estabelecem e instituem seu espaço no imaginário coletivo. Essas autoras analisaram o Caderno de Esportes da Folha de S. Paulo entre agosto e setembro de 2002 e perceberam que 81,16% do total da cobertura era voltada para esportes praticados por homens, e 11,49% para as mulheres.

A cobertura esportiva de atletas mulheres tende a focalizar os papéis que elas desempenham como esposa, mãe, ou como modelo de feminilidade, colocando em segundo plano suas conquistas no esporte. Esta atitude faz com que os meios de comunicação perpetuem estereótipos e estigmas associados à feminilidade ao invés de ser um mecanismo de mudança.

Daddario (1992), por sua vez, concluiu que o uso de adjetivos e frases estereotipadas e de conotação negativa, pela mídia esportiva, tem o objetivo de reduzir as realizações das mulheres. O único estudo que contraria essas conclusões foi realizado por Eastmand e

³⁶ O status da mulher com deficiência ressalta seu silêncio e opressão duplos. O silêncio duplo da mulher com deficiência é evidenciado pela falta de uma discussão sobre a deficiência na teoria e prática feminista, e na falha do movimento de direitos humanos em analisar como a questão de gênero impacta a deficiência (Tradução livre da autora).

Billings (2000) acerca da utilização de adjetivos descritivos nas transmissões televisivas, em que eles concluíram que havia uma igualdade entre os gêneros. Ao contrário dos resultados do estudo de Daddario (1992), os tipos de caracterização e o vocabulário utilizado para representar ações, habilidades e personalidade dos atletas de ambos os sexos foi muito parecida na cobertura televisiva das Olimpíadas. O único discurso estereotipado encontrava-se na maior frequência de referências ao visual da mulher em comparação ao homem. (EASTMAN e BILLINGS, 2000).

Tabela 13 – Gênero dos atletas

Gênero	Quantidade	Porcentagem
1. Homem	82	77,3%
2. Mulher	6	5,7%
3. Ambos	18	17%

O esporte também tem sido associado ao corpo masculino, sendo que o corpo atlético ideal é visto como forte e capaz, e sem deficiências e danos (DEPAUW, 1997; HARDIN et al., 2002). As imagens e ideias associadas a este corpo e seus atributos são a força, habilidade, resistência e velocidade. Hargreaves (2000) afirma que as pessoas com deficiência são identificadas, julgadas e representadas em primeiro lugar através de seus corpos, vistos como imperfeitos, incompletos e inadequados. Qualquer um que não se enquadre na descrição de corpo atlético ideal é marginalizado ou tratado como “outro” no esporte. Schantz e Gilbert (2001) sugerem que as atletas com deficiência estão e são sujeitas a uma tripla discriminação, uma vez que, em geral, não se enquadram na perspectiva da fisicalidade, ou seja à representação social de corpo atlético ideal; não correspondem à ideia de masculinidade, identificada por características como agressividade, independência, força e coragem; nem pela sexualidade, definida como um visão socialmente esperada e aceita de comportamento sexual.

Marcellini (2012) reforça essa ideia ao afirmar que a cobertura midiática concede apenas um pequeno espaço para as mulheres atletas com deficiência, sugerindo que elas são vítimas de discriminação dupla, ou até mesmo pena dupla – por serem deficientes e mulheres. Ao representar homens e mulheres de forma desigual, tanto quantitativa quanto qualitativamente, os meios de comunicação promovem a ideia de que os homens possuem mais valor do que as mulheres, e que o esporte real é feito por e para os homens. Apesar da importância e destaque o tema – maior foco sobre os atletas do sexo masculino – não surgiu

em nossas entrevistas com os paratletas. Sobre a qualidade da cobertura e a diferença de tratamento entre homens e mulheres trataremos adiante.

Pela Tabela 14 podemos identificar quais atletas foram representados pelos impressos analisados. Dos 43 atletas focados (lembrando que nos atemos aos três atletas com mais importância na matéria), 38 são brasileiros, e apenas cinco estrangeiros.

Comparando a cobertura de Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Pequim nos impressos suíços, Bertschy e Reinhard (2012) perceberam que os atletas olímpicos de outros países receberam atenção considerável por parte da imprensa, principalmente os casos de sucesso do americano Michael Phelps e do jamaicano Usain Bolt. Essa tendência não foi seguida pelos jornais durante os Jogos Paralímpicos que reportaram quase exclusivamente os casos de sucesso de suíços, ou seja, para ter valor-notícia o atleta com deficiência tinha que ter tido sucesso e ter a nacionalidade do país analisado. Lebersong e Dinold (2012) analisaram a cobertura das mesmas Paralimpíadas pelos jornais alemães e austríacos e concluíram que na Alemanha há uma relativa equidade entre atletas nacionais e internacionais, enquanto na Áustria 76% da cobertura estava voltada para competidores dessa nacionalidade. Já Raab e Janda (2012) analisam a televisão alemã, e nesse meio encontram resultados diferentes do estudo anterior, com 78% da cobertura apresentando atletas alemães, e o atleta internacional com maior cobertura foi Oscar Pistorius, resultado esse semelhante ao de nosso estudo em que concluímos, assim como em outras pesquisas (SCHANTZ; GILBERT, 2001; THOMAS; SMITH, 2003; HARDIN; HARDIN, 2003) que o discurso midiático sobre os Jogos Paralímpicos enfatiza o nacionalismo.

Segundo Bruce (2014) quando se associa o atleta com deficiência à identidade nacional, a representação midiática desse torna-se substancialmente similar à dos atletas sem deficiência. Ou seja, há maior foco nos atletas nacionais, bem como em medalhistas. “When national identity becomes the primary identity marker, media coverage increases in amount and expands in complexity, especially for athletes whose successes allow the nation to feel good about itself”³⁷ (BRUCE, 2014, p. 1447). Apesar de os estudos que relacionam nacionalismo e Jogos Paralímpicos serem raros percebemos, nos existentes, uma grande similaridade com resultados provenientes de estudos sobre nacionalismo e esporte para pessoas sem deficiência.

³⁷ Quando a identidade nacional torna-se o primeiro marcador de identidade, a cobertura midiática aumenta e se complexifica, especialmente para atletas cujo sucesso faz com que a nação sintam-se bem” (Tradução livre da autora).

Tabela 14 – Identificação dos atletas representados

Atleta	N	%	Atleta	N	%
Daniel Dias	30	16%	Romário	2	1%
Alan Fonteles	17	9%	Michele Ferreira	2	1%
Oscar Pistorius	15	8%	Daniele Bernardes	2	1%
André Brasil	14	7,4%	Edênia Garcia	2	1%
Terezinha Guilhermina	14	7,4%	Carlo Michell	2	1%
Alessandro Zanardi	11	5,8%	Esther Vergeer	2	1%
Yohansson Nascimento	6	3,2%	Jonnie Peacock	1	0,5%
Jovane Guissone	5	2,6%	Felipe Gomes	1	0,5%
Tito Sena	5	2,6%	Jefinho	1	0,5%
Clodoaldo Silva	5	2,6%	Ricardinho	1	0,5%
Dirceu Pinto	4	2,1%	Bill	1	0,5%
Eliseu dos Santos	4	2,1%	João Alberto Schwind	1	0,5%
Odair Santos	4	2,1%	Lúcia da Silva	1	0,5%
Jerusa Santos	4	2,1%	Ádria dos Santos	1	0,5%
Daniel Rodrigues	4	2,1%	Bartô	1	0,5%
Lucas Prado	3	1,6%	Giba	1	0,5%
Bruno Carra	3	1,6%	Antônio Tenório	1	0,5%
Jhulia Santos	3	1,6%	Houssein Omar Hassan	1	0,5%
Rafael Medeiros	3	1,6%	Maurício Pomme	1	0,5%
Anderson Silva	2	1%	Carlos Santos	1	0,5%
Levi Gomes	2	1%	Daniele	1	0,5%
Phelipe Rodrigues	2	1%			

O nacionalismo reporta-se ao fato de o atleta ser identificado com o seu país, renovando o espírito de nação presente em competições esportivas. É uma forma de representar e veicular uma coletividade. A posição dos meios de comunicação, quando está em causa uma representação nacional, é a tomada de partido declarada, e óbvia, a favor dessa representação. Neste sentido “(...) a parcialidade manifestada pelo jornalista é vista como uma espécie de obrigação moral – de patriotismo” (COELHO, 2004, p. 29). Nos discursos da imprensa os atletas nacionais são representados como aqueles que são capazes de colocar o país em uma posição de destaque na cena internacional. “Este é um tipo de discurso

nacionalista habitual na imprensa desportiva (como na generalista, aliás), segundo o qual a representação nacional é tida como o mais alto valor e interesse na prática desportiva competitiva” (COELHO, 2004, p. 30).

É interessante notar também que dos 42 medalhistas, 36 foram um dos focos principais das matérias em pelo menos uma vez (ficaram de fora quatro homens e duas mulheres), e atletas das equipes de futebol de cinco e goalball masculino, medalhistas em Londres, também apareceram com destaque. Além disso, dos 38 atletas brasileiros em foco 13 não foram medalhistas, dos quais destacamos: Clodoaldo Silva, Daniel Rodrigues, Rafael Medeiros, Bruno Carra, Anderson Silva e Levi Gomes, todos citados em mais de uma matéria.

Clodoaldo Silva chamou a atenção da mídia em 2004 ao conquistar seis medalhas de ouro e uma de prata em oito provas disputadas, e se tornou, na ocasião o maior medalhista da modalidade, em 2005 foi eleito o melhor atleta paralímpico pelo Comitê Paralímpico Internacional. Apesar de em Pequim/2008 ter conquistado um número menor de medalhas, um bronze e uma prata, ambas no revezamento, e em 2012 não ter subido ao pódio, o atleta esteve em foco em cinco matérias que, em sua maioria, tratavam do documentário que estava sendo gravado contando sua vida e sobre sua participação no revezamento da tocha paralímpica. Como os resultados positivos não foram alcançados, apenas uma matéria trazia, como destaque, informações sobre seu quinto lugar em uma prova. Podia-se especular que a ausência de pódio, após uma sequência de vitórias, poderia gerar a grande decepção de que tratamos mais acima, contudo a mudança de classe funcional³⁸ do atleta já em 2008 e o reduzido número de medalhas, que foram conquistadas no revezamento, ou seja, nenhuma medalha individual, fez com que as expectativas já estivessem baixas antes mesmo das Paralimpíadas de Londres 2012.

Já os tenistas Rafael Medeiros e Daniel Rodrigues não tinham o mesmo histórico de Clodoaldo Silva. Com duas menções cada, os estreantes apareceram apenas no jornal Estado de Minas. Como dissemos anteriormente o impresso focou em atletas com origens mineiras, sendo o periódico mais regionalista entre os analisados. Por isso, mesmo sendo estreantes e sem medalhas os atletas naturais de Minas Gerais tiveram destaque no jornal.

Bruno Carra, com destaque em três ocasiões, protagonizou o único caso de doping brasileiro nos Jogos Paralímpicos de Londres. O controle antidoping só foi incluído no evento de 1992 em Barcelona. Reichart e Myazhiom (2012) analisando a cobertura dos Jogos de

³⁸ Clodoaldo Silva pertencia à classe S4 (atletas com boa função de braços e mãos, mas sem função de tronco ou pernas) e às vésperas da competição em 2008 foi reclassificado para a S5 (atletas com baixa estatura e uma deficiência adicional, com perda de controle de um dos lados do corpo ou paraplegia completa).

1960 a 2004 pelo jornal francês L'Equipe reportam que quatro casos foram noticiados em Barcelona/1992 e Sydney/2000. Em Pequim/2008 a imprensa austríaca quase não fez registros sobre doping – quatro de 53 notícias (LEBERSONG; DINOLD, 2012), e a televisão alemã reportou o tema em 1% de seu noticiário (RAAB; JAND, 2012). Figueiredo (2010) ao analisar os jornais O Globo e O Estado de S. Paulo verificou que o tema esteve ausente em Atlanta/1996, dois casos foram reportados em Sydney/2000, um caso em Atenas/2004 e quatro registros foram feitos em Pequim/2008. Apesar de quantitativamente modesta a presença desta temática está relacionada com o número de casos de doping divulgados durante o evento, e como vai ao encontro do valor-notícia da infração/escândalo (TRAQUINA, 2002), espera-se que o uso de substâncias ilícitas seja noticiado.

A presença das questões acerca dos exames antidoping e dos testes positivos significa que o esporte para pessoas com deficiência atingiu o patamar do alto rendimento aos olhos da mídia. Nesse sentido, DePauw e Gravon (2005) referem que, apesar da prevalência do doping entre os paratletas não estar bem documentada muitos acreditam que o problema não é muito diferente de outras áreas do mundo esportivo.

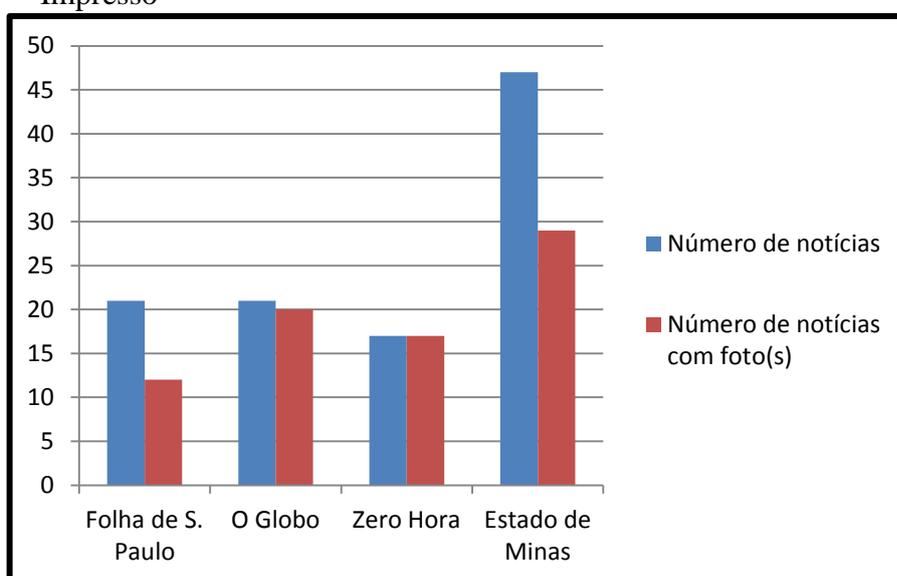
Anderson Silva e Levi Gomes, atletas do vôlei sentado, também receberam atenção em duas matérias, que apesar de terem sido publicadas em dois jornais diferentes tinham o mesmo teor. A Folha de S. Paulo relata que os atletas se inspiram no vôlei “convencional” uma vez que o técnico da seleção paralímpica Fernando Guimarães é irmão de Zé Roberto Guimarães, técnico da seleção feminina olímpica de vôlei, e os atletas acima citados já terem jogado em times profissionais. O impresso O Globo, além dessas informações nos esclarece que Levi e Anderson têm lesões quase imperceptíveis “Como eles têm lesões mínimas e estão sempre juntos, chamam a atenção dos demais atletas porque parecem peixes fora d’água” (KNOPOCH, 2012d, p. 07). Quando a deficiência é tão pequena a ponto de chamar a atenção, o corpo do atleta é associado a um corpo considerado “normal”, eles são “peixes fora d’água” em um ambiente em que as deficiências são evidentes e visíveis. As marcas corporais que evidenciam o estigma podem ser disfarçadas, e os corpos deficientes podem se passar por corpos “convencionais”. Os atletas foram profissionais do vôlei “convencional”, mas adquiriram a deficiência ao longo da vida, ou seja, eles já fizeram parte do grupo “nós” e hoje integram o grupo “eles/outros”. De acordo com Marks (1999) na cultura narcisista as pessoas buscam a perfeição e a independência, por isso as partes do “eu” que são inaceitáveis nessa cultura normalizadora (tais como imperfeições corporais e dependência) são mantidos fora da consciência e são separados e projetados naqueles que têm sido socialmente construídos como “anormais”. Por isso os casos de Anderson Silva e Levi Gomes são tão interessantes, pois

apesar de possuir características de imperfeição, essas podem ser camufladas possibilitando o trânsito pelos dois grupos – pessoas com e sem deficiência –, mas sem, no entanto, se enquadrar perfeitamente em nenhum.

3.3.3 Diga Xis: análise das fotografias

As fotografias atraem a atenção, percepção, emoção e causam envolvimento. A fotografia jornalística não é apenas um registro natural, há um conjunto de decisões formais envolvidas ao se registrar um evento, como, por exemplo, o uso de diferentes tipos de lentes, o ângulo, o enquadramento e outros que nos mostram também as decisões editoriais. Ou seja, “São construções mentais, possibilitadas pela percepção dos objetos contidos nos mundos físico, social e cultural” (SIQUEIRA e SIQUEIRA, 2011, p. 659). Essas imagens são, da mesma forma, resultados da maneira como percebemos a vida social e estão embebidas de conceitos com o intuito de direcionar o receptor para determinado comportamento ou leitura (FLUSSER, 1985). Quando as fotografias são “construídas” e veiculadas, são enquadradas através de ideologias. Quem está enquadrado, quem não está, e como são apresentados expõe importantes mensagens ao consumidor. Na cobertura esportiva as fotografias têm, principalmente, a função de emocionar, entreter e/ou ilustrar.

Gráfico 1 – Comparação entre o número total de notícias e notícias com foto em cada Impresso



Os jornais analisados apresentaram 86 fotografias. Das 106 notícias consideradas 73,6% continham foto. No Gráfico 1 apresentamos o número de notícias com foto em cada jornal em comparação com o total de artigos. O Estado de Minas foi o que apresentou o maior número de fotografias (33), contudo em termos de notícias com fotografia o Zero Hora é o que apresenta a maior porcentagem (100%, ou seja, todas as matérias vieram acompanhadas por foto). O interessante desse resultado quantitativo é perceber que em todos os periódicos mais de 50% das notícias traziam imagens – 57% na Folha de S. Paulo; 95% em O Globo; 100% no Zero Hora; e 61,7% no Estado de Minas. Dados esses que vão de encontro ao estudo realizado por Bertling (2012), em jornais alemães que cobriram os Jogos Paralímpicos de Sydney/2000, cuja conclusão é a de que as fotografias são, na verdade, pouco implementadas na cobertura desse evento, uma vez que apenas um quarto dos artigos vinham acompanhados de fotos. Essa pobreza iconográfica também foi encontrada nos diários franceses (LÉSÉLEUC, 2012; SCHANTZ; GILBERT, 2001).

Pappous, Marcelini e Léséleuc (2011) mostraram que o número de fotografias nos jornais aumentava quando o país sediava, ou iria sediar num futuro próximo, os Jogos Paralímpicos, ao contrário de países que não eram, ou iriam ser, sede, o que pode justificar o alto índice de fotografias publicadas.

As imagens estão em todos os lugares, e vivemos em uma sociedade inundada por informações visuais, isso exige que reflitamos em como recebemos essas informações. A interpretação das fotografias, e imagens em geral, se dá em uma via de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que traduzem o mundo também são traduzidas por ele através do repertório de cada indivíduo.

Uma única fotografia pode contar uma história, já que implica no reconhecimento de um ritmo no mundo das coisas reais. A fotografia aparentemente não constitui - se num depoimento sobre o mundo, mas num fragmento dele, miniatura dessa realidade que podemos construir ou consumir (SILVA, 2008, p. 06).

O esporte é uma poderosa instituição que reproduz a ordem patriarcal e reforça a masculinidade. Como já falamos anteriormente vários estudos comprovam que atletas masculinos e femininos são representados de forma diferenciada, em nosso estudo já pudemos perceber essa diferenciação no número de atletas mulheres em foco nas matérias, e também no número de fotografias que as retratava (Tabela 15).

Desde sua primeira edição em Roma/1960 os Jogos Paralímpicos estavam abertos à participação feminina, que aumentou a cada edição. A primeira participação brasileira nos jogos aconteceu em Heidelberg/1972, na edição seguinte em Toronto duas mulheres se

uniram aos 21 brasileiros para representar o país, em 1980 houve quase uma ausência de representação nacional com apenas dois atletas, e em 1984 as brasileiras retornam às Paralimpíadas em proporção cada vez maior.

Gráfico 2 – Participação brasileira nos Jogos Paralímpicos

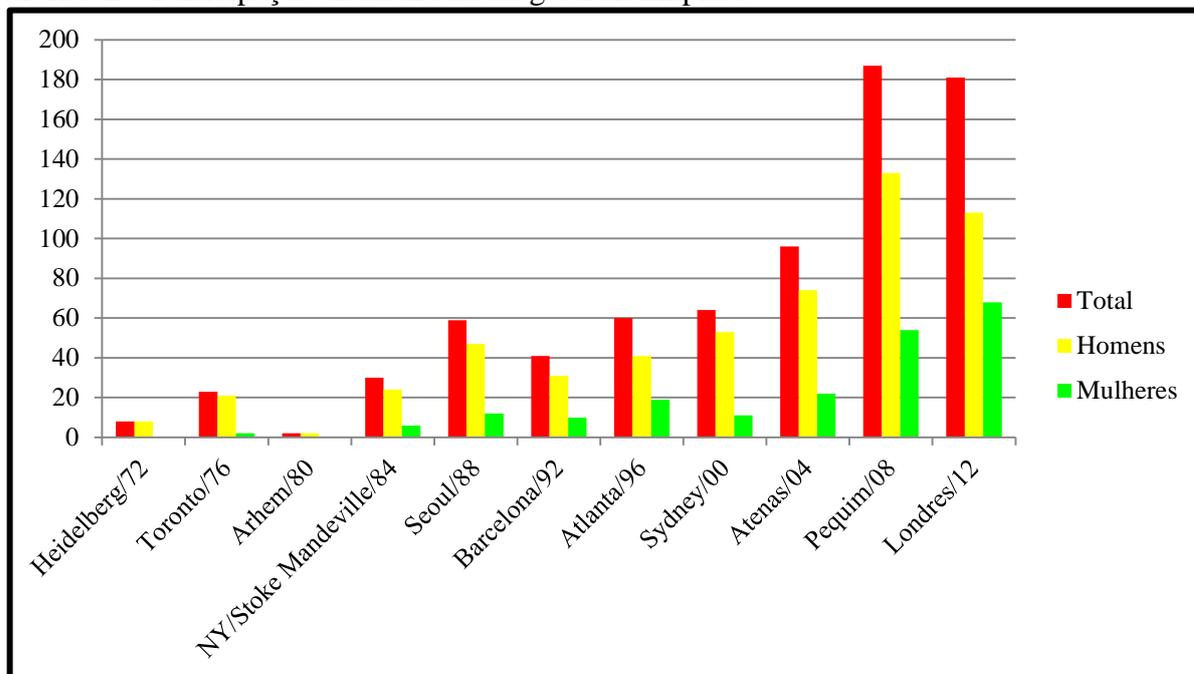


Tabela 15 – Gênero do atleta representado nas fotografias

Gênero	Quantidade	Porcentagem
Homem	75	87,2%
Mulher	11	12,8%

Essa diferenciação, quantitativa e qualitativa, não é exclusiva do esporte paralímpico, o olímpico também aponta para a prevacente cobertura masculina. Nos últimos 30 anos, pesquisadores do mundo todo têm comparado a cobertura midiática direcionada a atletas homens e mulheres nos jornais esportivos e Caderno de Esportes de jornais generalistas. Esses estudos abarcam competições internacionais como Jogos Olímpicos de Inverno e de Verão, Mundiais de Atletismo, *Commonwealth Games*, entre outros, e as conclusões a que essas pesquisas chegaram mostram que matérias e fotografias sobre o esporte feminino e sobre a atleta mulher apresentam-se em número reduzido, e, no geral, tendem a sub-representá-las. Pereira, Pontes e Ribeiro (2014) analisaram as fotografias publicadas nos jornais O Globo e O Dia, durante os Jogos Olímpicos de Londres 2012, seus dados apontam que 68% das imagens

representavam homens e 32% mulheres, reforçando o debate sobre a invisibilidade da mulher no esporte.

Crossman e colaboradores (2007) analisaram artigos científicos publicados sobre o tema nos Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Austrália entre 1984 e 2000, concluindo que as atletas mulheres foram retratadas em 34,7% das fotografias, comparadas com a cobertura dedicada aos atletas homens. As mulheres envolvidas em esportes consideradas apropriados ao gênero feminino, como ginástica, natação, patinação, recebem mais atenção midiática do que aquelas que participam de modalidades “inapropriadas” como futebol, basquete, softball, hockey (CROSSMAN et al., 2007). Ao analisar a cobertura do esporte escolar durante um ano nos Estados Unidos, Pedersen (2002) mostrou que os jornais reafirmam a hegemonia masculina, uma vez que as mulheres foram sub-representadas e a cobertura fotográfica foi tendenciosa. Das 827 fotografias, 32,6% retratavam as mulheres e 66,7% homens, concluindo, portanto, que os homens receberam mais cobertura do que as mulheres, além de serem fotografias mais bem posicionadas na página, 26,3% das fotografias representando mulheres estavam localizadas na primeira página, enquanto na capa estavam 36,8% das fotos de homens. Em nosso estudo 100% das fotografias que retratavam atletas mulheres estavam localizadas no interior do jornal, ou seja, nenhuma figurava na capa, ou mesmo na capa da seção esportiva.

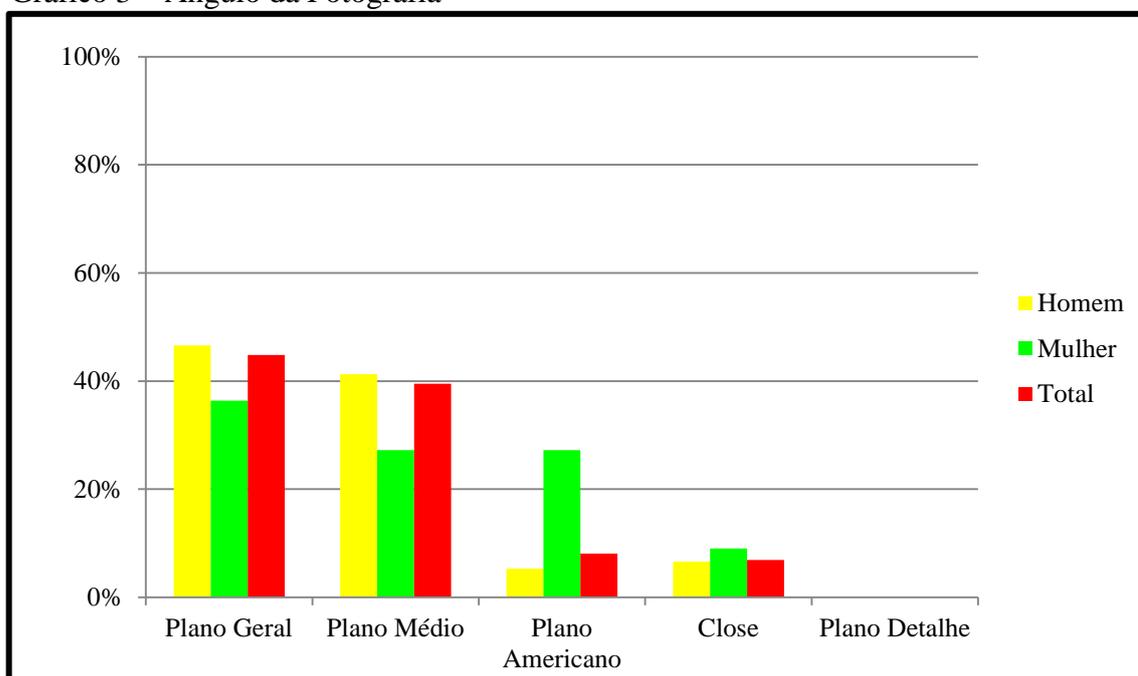
Thomas e Smith (2003) em seu estudo sobre a cobertura midiática dos Jogos Paralímpicos de Sydney/2000 pelos impressos da Grã-Bretanha mostram que as mulheres são menos representadas. Mesmo resultado obtido por Pappous e colaboradores (2007) em sua análise dos Jogos de 1996, 2000 e 2004 pelos jornais espanhóis que publicaram 335 fotografias em todo o período sendo 60 de atletas do sexo feminino. Buysse e Borcheding (2010) analisaram impressos de cinco países (China, Itália, Nova Zelândia, África do Sul e Estados Unidos) na cobertura dos Jogos de 2008 em Pequim e perceberam que os homens são representados três vezes mais do que as mulheres. Lee (2013) também realiza uma pesquisa multi-cultural (Austrália, China, Reino Unido, África do Sul e Estados Unidos) sobre a cobertura fotográfica das Paralimpíadas de 2012 em Londres e seus resultados comprovam os anteriores, 61,9% das fotografias publicadas nos impressos analisados focalizavam homens e 33,8% mulheres. Resultado ainda mais díspare foi encontrado por Ayrazoglu (2015) que analisou o impresso esportivo turco Fanatik de 2007 a 2011 e das imagens encontradas apenas 6,6% enquadravam mulheres. Nosso estudo também confirma esses dados, 12,8% das fotografias representavam atletas do sexo feminino.

A Tabela 16 lista os atletas que foram retratados na maior parte das fotografias analisadas. É de se notar que entre os mais representados apenas uma mulher figura, Terezinha Guilhermina que conquistou duas medalhas de ouro nas Paralimpíadas de 2012.

Tabela 16 – Identificação dos atletas retratados em fotografia

Atleta	Quantidade	Porcentagem
Daniel Dias	23	24,4%
Alessandro Zanardi	10	10,6%
Alan Fonteles	9	9,6%
Terezinha Guilhermina	9	9,6%
Oscar Pistorius	7	7,4%
Tito Sena	5	5,3%
Jovane Guissone	4	4,2%
Clodoaldo Silva	3	3,2%
André Brasil	3	3,2%
Yohansson Nascimento	2	2,1%
Lucas Prado	2	2,1%
Jefinho	2	2,1%

Gráfico 3 – Ângulo da Fotografia

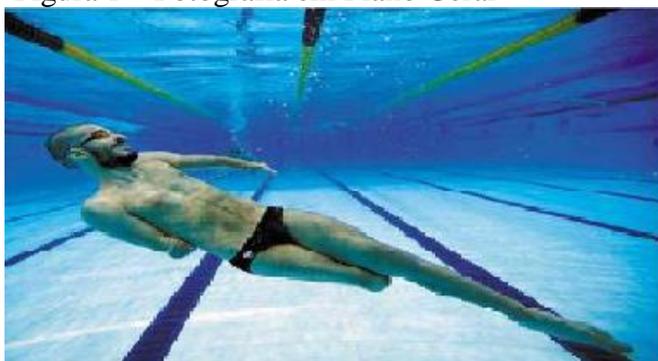


Pelos resultados apresentados no Gráfico 3 percebemos que a maior parte das fotografias apresentou o corpo do atleta em sua totalidade (44,8% - Plano Geral) e da cintura para cima (39,5% - Plano Médio). Nosso estudo vai de encontro com os resultados encontrados por Schantz e Gilbert (2001) que analisaram a cobertura midiática dos jogos de

1996 pelos jornais franceses e alemães concluindo que 44% das fotos enquadravam o atleta da cintura para cima, ou apenas o rosto. Porém é reforçado pelos dados de Chang e Crossman (2009) que afirmam que as fotografias publicadas pelos impressos sul coreanos durante os Jogos Paralímpicos de 2004 tendiam a representar o corpo do atleta em sua totalidade, talvez como resultado de mudanças positivas com relação à deficiência naquela sociedade.

Lee (2013) que explorou a cobertura dos Jogos de 2012 em 12 impressos de cinco países verificou que os atletas com deficiência foram representados, em sua maioria, em plano geral (48,9%), quando analisando separadamente os sexos percebeu que os homens e mulheres mantinham essa tendência, com 54,9% dos corpos masculinos sendo inteiramente retratados e 39,4% dos femininos. Percebemos que no Brasil ambos os sexos seguiram o padrão com 46,6% das fotografias de homens e 36,4% das mulheres tendo o corpo totalmente apresentado. O segundo ângulo com mais frequência foi o plano médio (que enquadra o corpo do atleta da cintura para cima), 41,3% das fotografias que representavam atletas do sexo masculino e 27,2% das que representavam competidoras inseriam-se nesse tipo de ângulo.

Figura 1 – Fotografia em Plano Geral



Fonte: Folha de S. Paulo, 28/08/2012, capa.

Figura 2 – Fotografia em Plano Médio



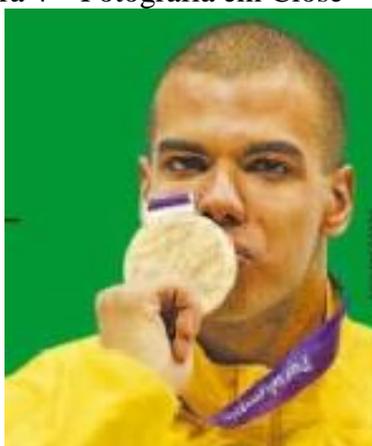
Fonte: Estado de Minas, 01/09/2012, p. 07, Esportes.

Figura 3 – Fotografia em Plano Americano



Fonte: Estado de Minas, 08/09/2012, p. 08, Esportes.

Figura 4 – Fotografia em Close



Fonte: O Globo, 01/09/2012, Capa Caderno de Esportes

Muitos autores afirmam que quando as mulheres atletas com deficiência são retratadas pela mídia, na maioria das vezes seus rostos são enquadrados, ao contrário das atletas sem deficiência às quais têm o corpo todo representado. Nosso estudo revela que apenas 9% das fotografias enquadraram o rosto da atleta, e nenhum caso de plano detalhe foi verificado.

A pergunta que fazemos é, mesmo com o corpo do(a) atleta sendo representado por inteiro a deficiência será visível?

Tabela 17 – Apresentação da deficiência

	Total	Homem	Mulher
Visível	64%	62,7%	72,7%
Invisível	34,9%	36%	27,3%
Ambos	1,2%	1,3%	0%

Alguns pesquisadores acreditam que ao focar a deficiência, ou a diferença corporal, do atleta os jornais estariam negando sua identidade. Discordamos dessa ideia. Howe (2012), por exemplo, acredita que enquanto o corpo for o foco do esporte, os atletas com deficiência continuarão a ser vistos como menos que capazes. Contudo, a deficiência é parte da identidade social do atleta paralímpico, como a teoria da identidade social sugere, temos múltiplas identidades sociais que juntas definem quem somos, portanto, ignorar a deficiência é ignorar parte de quem são os atletas. Hall (1997) afirma que o esporte é uma das áreas em que parece natural enfatizar o corpo, que é o instrumento através do qual o atleta desempenha suas habilidades e representa a beleza atlética; de acordo com Kane (1989) a ideia de esporte esteve durante tanto tempo vinculada à de masculinidade e corpo atlético que eles se tornaram praticamente sinônimos, por isso a dificuldade reside em representar o corpo sem carregá-lo com mensagens sobre gênero, sexualidade e deficiência. Esse corpo forte, independente, viril e saudável é o ideal de nossa sociedade ocidental, sendo promovido e reafirmado pelos meios de comunicação, ficando o corpo com deficiência escondido, indesejado (TALEPOROS; MCCABE, 2002). O corpo comunica, contando a história do atleta através da gramática de movimentos. Esse corpo diferente pode chocar e angustiar as pessoas sem deficiência, uma vez que se afasta da ideia de corpo belo e atlético, despertando atitudes de rejeição e repulsa.

Faria e Carvalho (2010) realizaram uma interessante pesquisa que demonstra os sentimentos negativos gerados pela deficiência aparente. Com o objetivo de analisar as reações a fotografias de atletas paralímpicos, os pesquisadores realizaram o estudo com um grupo focal. Num primeiro momento os participantes receberam a foto do atleta em momento de competição editada de forma que sua deficiência fosse invisível, e associaram essa imagem a valores relacionados ao esporte, além de a considerarem esteticamente agradável e o corpo do atleta como perfeito. Num segundo momento a foto original, com a deficiência visível, foi distribuída, sendo a imagem considerada desagradável e associada à ideia de fragilidade.

Até recentemente a cobertura midiática dos Jogos Paralímpicos era limitada, em parte por não desejarem cobrir esportes que se distinguem por serem praticados por pessoas "imperfeitas". Mesmo com a evolução da cobertura midiática, concordamos com Seymour "Disabled sport remains sport for people with damaged bodies"³⁹ (SEYMOUR, 1998, p. 115), e do corpo esportivo espera-se a perfeição, portanto o entrave estético ainda existe.

No estudo realizado por Schantz e Gilbert (2001) em 1996 os jornais franceses e alemães tenderam a esconder a deficiência dos atletas paralímpicos. Buysse e Borcharding

³⁹ O esporte adaptado continua a ser esporte para pessoas com corpos danificados. (Tradução livre da autora)

(2010), por sua vez, analisaram 12 jornais impressos de cinco países durante os Jogos Paralímpicos de Pequim 2008 e chegaram também à conclusão de que a deficiência do atleta era invisível em 61% dos casos. Bertling (2012) encontra resultados semelhantes na imprensa alemã, ou seja, a maioria das fotografias tendia a esconder a deficiência do atleta através de técnicas de sombras ou artifícios similares. O autor também realizou uma pesquisa online com três grupos: leitores do caderno de esporte, atletas com deficiência e jornalistas, a fim de avaliar o ponto de vista dos participantes sobre a adequação de fotos esportivas. As fotos que apresentavam a deficiência foram avaliadas mais positivamente pelos atletas; jornalistas e leitores expressaram certa aversão com relação a esse tipo de fotos.

Ao analisar a cobertura fotográfica de atletas mulheres nos Jogos Paralímpicos de 2012 pela Globo.com, Figueiredo (2014) também identificou que em 58,1% das fotografias a deficiência estava invisível. Pappous, Marcellini e Léséleuc (2011) avaliaram a cobertura fotográfica de Sydney/2000 a Pequim/2008 em cinco jornais europeus e seus dados apontam que em Sydney a maioria das fotografias publicadas (82%) deixava pelo menos uma evidência de que o personagem retratado possuía deficiência, em Pequim esse número caiu para 42%.

Nossos dados não corroboram esses estudos, uma vez que na maioria das fotografias a deficiência era visível e identificável (Tabela 17). É importante notar, no entanto, que realizamos a pesquisa em impressos brasileiros durante a cobertura dos Jogos de 2012, enquanto as anteriormente citadas analisaram impressos da Europa, África, Ásia, Oceania e América do Norte, em 1996, 2000 e 2008. O único estudo que se aproxima do nosso foi realizado no Brasil sobre a cobertura midiática de 2012 na plataforma online, portanto culturas diferentes, edições diferentes e plataformas midiáticas diversas podem trazer resultados conflitantes. Lee (2012), por exemplo, analisou a cobertura dos Jogos de 2012 em impressos australianos, chineses, britânicos, sul-africanos e norte americanos, concluindo que há ligeira tendência das fotografias a deixar a deficiência do atleta visível (50,5%), porém seus dados também revelaram que a deficiência dos atletas nacionais era menos visível nas fotografias em comparação com atletas de outras nacionalidades. Os dados da análise do jornal esportivo turco Fanatik realizada por Ayvazoglu (2015) também mostram uma tendência à visibilidade da deficiência do atleta nas fotografias (59,9% dos homens e 53,1% das mulheres).

Como vimos, os corpos apresentados nesse período não costumam ilustrar jornais diários, nem possuem visibilidade na mídia, que exige corpos perfeitos, a maioria das pesquisas realizadas no âmbito do esporte paralímpico ratificam essa ideia, o que tornou

difícil para nós encontrar explicações específicas para o fato de em nossa amostra o corpo do(a) atleta paralímpico ter sido apresentado de forma a expor sua deficiência. Podemos, no entanto, trabalhar com algumas hipóteses.

Primeiro, a visibilidade da deficiência pode dar mais legitimidade no processo de construção da imagem do atleta paralímpico, uma vez que no corpo se insere a história, tanto do indivíduo quanto do grupo ao qual pertence. E quanto mais identificado com o grupo mais diferenciado ele estaria dos outros e maior será a percepção de diferença entre “eu” e “outro”. Ao mesmo tempo a visibilidade da deficiência possibilita tornar o que não é familiar em familiar (MOSCOVICI, 1981). Devenney (2005, p. 30) afirma

(...) It may be that by labelling, the unfamiliar is made understandable, but remains in a category which is feared, but safe in that it remains ‘the other’. (...) This mixture of ambiguity and fear of the unknown makes representation difficult. It is likely that fear is an important component in terms of categorisation⁴⁰.

Acreditamos que por muito tempo os corpos diferentes foram ocultados através de simulacros que nos fizeram esquecer sua existência. Esses corpos expulsos de espaços hegemônicos exercem o papel simbólico de perturbação dos sentidos, (re)afirmando a estética da normalidade. Ao expor o diferente, com mais frequência e mais clareza, concordamos com Moscovici, é possível transformá-lo em familiar e reduzir o choque do encontro de olhares. Na verdade só o tempo nos dirá se a exposição da deficiência nas páginas dos jornais servirá para fortalecer as fronteiras ou para derrubá-las.

Segundo Marcellini (2012) quando o corpo do atleta é equipado ou até inserido em uma máquina, ou em aparatos tecnológicos, maior a chance dele se tornar visível constituindo a imagem de corpo controlado, eficiente, ativo e tecnológico. Como podemos observar na Tabela 16 dos cinco atletas com maior representação fotográfica quatro são amputados, sendo que dois utilizam próteses para correr (Alan Fonteles e Oscar Pistorius), um utiliza a handbike (tipo de bicicleta movimentada pelas mãos – Alessandro Zanardi) e apenas um aparece sem próteses e sem aparatos tecnológicos (Daniel Dias). O corpo representado é híbrido, penetrado pela tecnologia e borrando as fronteiras. “Recortado, maquínico e com deficiência, mas tecnológico, biológico e potencializado: um corpo de significados e formas plurais que, interpelado por práticas discursivas, transita pelas fronteiras de seus limites” (NOVAES, 2006, p. 52-53). O ciborgue é visto como a possibilidade de reduzir as fragilidades humanas,

⁴⁰ (...) Talvez através da rotulação, o não familiar torna-se inteligível, mas continua em uma categoria onde é temida, porém mantendo-se a salvo pois continua sendo “o outro”. (...) Essa mistura de ambiguidade e medo do desconhecido torna difícil a representação. É como se o medo fosse um importante componente em termos de categorização (Tradução livre da autora).

corrigir falhas e imperfeições e dar ao corpo nova configuração, e por isso atrai tanta atenção. Essa flexibilidade de fronteiras pode ser exemplificada pelo caso do atleta sul-africano Oscar Pistorius impedido de competir nas Olimpíadas de 2008 pois, supostamente, suas próteses davam a ele vantagens biomecânicas. Essa ideia contradiz todo um pensamento de que a pessoa com deficiência seria frágil e deficiente (adjetivo), ao inserir em seu corpo as tecnologias do mundo moderno o atleta torna sua deficiência em maximização de sua potencialidade.

Assim, talvez, esse “tipo” de atleta ocupe um não-lugar, ou seja, não pertence mais a um polo (normal/anormal, completo/incompleto, eficiente/deficiente), mas há a abertura de novas possibilidades de configuração de lugar a ser ocupado pelo sujeito, e de novas possibilidades de ser atleta. “O ciborgue nos força a pensar não em termos de “sujeitos”, de mônadas, de átomos ou indivíduos, mas em termos de fluxos e intensidades, tal como sugerido, aliás, por uma “ontologia” deleuziana” (TADEU, 2009, p. 14).

Uma terceira hipótese pode estar relacionada à evolução das relações sociais. O desenvolvimento do *Critical Disability Studies*, acrescido de mais informações sobre a deficiência, além de ideias e valores de inclusão podem levar a sociedade a ver a pessoa com deficiência de forma menos preconceituosa, e essa visão ser refletida nos enquadramentos fotográficos apresentando o corpo deficiente.

A maior exposição desses corpos pode ser comprovada pela variável “tipo de deficiência” (Tabela 18) que aponta que das deficiências visíveis nas fotografias a maioria eram amputações, seguidas por deficiências visuais e cadeirantes.

Tabela 18 – Tipo de deficiência

Tipo	Quantidade	Porcentagem
Amputação	36	63,2%
Deficiência Visual	15	26,3%
Cadeirante	6	10,5%

Estudos sobre programas televisivos e filmes mostram que a deficiência intelectual é retratada mais frequentemente do que os outros tipos; por outro lado, a mídia impressa tende a reportar mais a deficiência física (AUSLANDER; GOLD, 1999a). Haller (2000) ao analisar os 12 maiores jornais e revistas americanos entre 1990 e 1993 conclui que mais da metade das 171 fotografias publicadas representavam cadeirantes. Scheel e Duncan (1999) pesquisando sobre a cobertura das Paralimpíadas de 1996 pela rede americana CBS perceberam que os

cadeirantes receberam 40% da cobertura, amputados 32% e cegos 20%. Vários outros pesquisadores também têm reportado que os atletas mais frequentemente enfocados são aqueles com deficiência física, e o grupo mais representado são os atletas do sexo masculino e cadeirantes (SCHANTZ; GILBERT, 2001; HARDIN; HARDIN, 2003; THOMAS; SMITH, 2003; BUYSSE; BORCHEDING, 2010). Hardin e Hardin (2003) chamam isso de hierarquia da deficiência construída pela mídia, onde os homens cadeirantes estão no topo porque eles são o mais próximo do competidor ideal entre os atletas com deficiência. DePauw (1997), contudo, argumenta que isso se dá porque a cadeira de rodas pode ser vista como substituta dos membros inferiores, enquanto a parte superior do corpo do atleta oferece um físico “aceitável” e “aparentemente normal”. Schantz e Gilbert (2001) sugerem que a imagem desse grupo de atletas é tão forte que permite que o sujeito seja rotulado como tendo deficiência sem que isso seja exposto.

O estudo de Raab e Janda (2012) sobre a cobertura dos Jogos Paralímpicos de Pequim/2008 pela televisão pública alemã, aponta que os cadeirantes foram representados em 18% do material, seguido por amputados, e atletas com deficiência visual. Lee (2013) aponta o mesmo caminho da cobertura dos Jogos de Londres por impressos de cinco países – 40,1% das fotografias representam cadeirantes e 38,3% amputados. O que percebemos dessas pesquisas, juntamente com os nossos resultados, é que a ordem se altera, entretanto os atletas com as deficiências mais apresentadas são cadeirantes, amputados e visuais. Raab e Janda (2012) e Lee (2013) afirmam que como cadeirantes ou amputados são as mais comumente representados e socialmente mais aceitos, em geral, não provocam tanta aversão apesar de sua deficiência aparente.

Além disso, diferentes tipos de deficiência podem provocar diferentes tipos de reações. Diversos estudos mostraram, por exemplo, que a sociedade apresenta atitudes mais positivas em relação às pessoas com deficiência física do que com relação àquelas com deficiência intelectual (AUSLANDER; GOLD, 1999a). Tringo (1970) investigou como as pessoas com deficiência são percebidas e as atitudes da sociedade com relação a esse grupo e desenvolveu a Escala de Distância Social da Deficiência (*Disability Social Distance Scale*). O autor apresenta uma lista de 21 deficiências e pede aos participantes que indiquem que tipo de relacionamento teriam com um indivíduo com aquela deficiência. Amputação foi a deficiência “preferida”, seguida por deficiência visual, paraplegia (cadeirantes), nanismo e paralisia cerebral. De acordo com Tringo (1970) as deficiências físicas são preferíveis às sensoriais que, por sua vez, são preferíveis às intelectuais.

Um dado interessante é trazido pelo estudo de Farnall e Smith (1999). Com o objetivo de estabelecer conexões entre a representação de pessoas com deficiência pela mídia – especificamente os filmes e séries *Children of a Lesser God*, *LA Law*, *Life Goes On*, *Rain Man*, *My Left Foot* e *Born on the Fourth of July* –, o contato pessoal com esse grupo e a reação a eles, os autores utilizaram um questionário para avaliar a percepção de discriminação, reações emocionais, e sensação de conforto quando na presença de alguém com deficiência. Concluíram que as representações midiáticas positivas aumentam a percepção de discriminação, mas não deixam os participantes mais confortáveis quando na presença de alguém com deficiência. As principais reações emocionais foram admiração (superação), pena, vergonha (por não saber como se comportar diante de uma pessoa com deficiência) e medo (de poder se tornar uma pessoa com deficiência). Cadeirantes, deficiência visual e auditiva são as deficiências com as quais os participantes se sentem mais confortáveis.

É importante aqui também ressaltar que os atletas com paralisia cerebral, e muitos com alguma deficiência física ou motora, são representados nas fotografias simplesmente como cadeirantes dificultando a identificação da especificidade da deficiência, o que levou à generalização de nossa categorização. Também é de se notar que das 44 medalhas conquistadas pelos brasileiros 16 pertencem a atletas com deficiência visual, 10 a atletas amputados, sete a cadeirantes, atletas com paralisia cerebral e nanismo conquistaram duas medalhas cada, e atletas com deficiências físicas e motoras de menor grau voltaram de Londres com sete medalhas. Esses números também podem justificar maior atenção dos jornais analisados aos atletas com deficiência visual, amputados e cadeirantes.

A quarta hipótese para tentar explicar o porquê em nossa amostra o corpo do(a) atleta paralímpico ter sido apresentado de forma a expor sua deficiência navega pela composição da fotografia.

O corpo com deficiência geralmente é apresentado em momento de competição, correspondendo ao típico exemplo das clássicas imagens esportivas, exibindo alegria, ou sofrimento (MARCELLINI, 2012). Ou seja, a deficiência seria apresentada dentro do contexto esportivo em momentos de pódio, celebração ou tristeza pela derrota. Nossos dados (Tabela 19) indicam que na maior parte das fotografias o atleta estava inserido no contexto esportivo, contudo sem movimento. Nessa categoria mais de 80% das imagens apresentam os atletas em momento de pódio ou celebrando a vitória.

No caso dos corpos com deficiência fotografados em movimento, no calor da ação (como por exemplo o(a) atleta nadando, correndo, arremessando, etc.), a deficiência apaga-se ante a beleza do gesto atlético, dramatizado pelo instante fotografado. A deficiência não é

levada, nesse caso, à dissecação e à atitude inquisidora, como o é no caso das fotografias estáticas; ao invés disso ela mistura-se à performance atlética, onde o corpo inteiro é levado ao dinamismo (CHARBONNIER e POPESCU, 2012). Chang e Crossman (2009) ao realizarem uma pesquisa sobre a cobertura dos Jogos Paralímpicos de 2004 notaram que a maior parte dos atletas (76,5%) era representada em fotografias de ação. Essa foi, em nosso estudo, a segunda categoria com maior número de fotografias, o atleta estava na arena esportiva e em movimento.

Tabela 19 – Composição da fotografia

Composição	Quantidade	Porcentagem
1. Uniforme com ação	18	20,9%
2. Uniforme sem ação	57	66,2%
3. Pose	4	4,6%
4. Sem Uniforme sem ação	6	6,9%
5. Não identificável	1	1,2%

Figura 5 – Uniforme com ação



Fonte: Folha de S. Paulo, 06/09/2012, p. 03, Esportes.

Figura 6 – Uniforme sem ação



Fonte: Folha de S. Paulo, 10/09/2012, p. 05, Esportes.

Figura 7 – Pose



Fonte: Estado de Minas, 29/08/2012, p. 08, Esportes.

Figura 8 – Sem uniforme sem ação



Fonte: O Globo, 31/08/2012, p. 2

No caso de fotografias posadas, onde o corpo está estático, oferecendo-se à observação, exposição, exibição, o enquadramento centrado no rosto coloca a deficiência fora da foto. A escolha aqui mantém o silêncio sobre a diferença.

Ao dissecarmos nossos resultados percebemos que em 87% das imagens o atleta vestia o uniforme da seleção. As mulheres estavam com o uniforme em 69% das fotografias, enquanto os homens assim se apresentaram em 90% das vezes. Em termos de fotos de ação as mulheres aparecem em momento competitivo em 46% comparado com 16% das fotografias masculinas. O que se contrapõe aos resultados de Buysse e Borcheding (2010) que afirmam em sua pesquisa que os homens são enquadrados em movimento com maior frequência do que as atletas mulheres, da mesma forma Thomas e Smith (2003) também concluíram a menor tendência das mulheres em serem retratadas em momentos competitivos. Lee (2013) corrobora esses estudos, mostrando que o foco das fotografias de mulheres está em poses, ficando a performance em segundo plano. Ayvazoglu (2015) encontra resultados semelhantes na imprensa esportiva turca, os atletas do sexo masculino foram representados em ação em 64,1% enquanto as mulheres estavam em pose em 56,2% das imagens.

Nossos resultados indicam diferença positiva no que diz respeito à representação da mulher, que aparece, na maioria das vezes, com o uniforme da seleção e em momento de

competição, ou seja, sua performance não é trivializada. Duncan (1990) e Robinson (2002) observaram que as fotografias de mulheres atletas tendiam a retratar suas características físicas, como, cabelos, glúteos, seios, quadris, etc. Schantz e Gilbert (2001) e Lachal (2000) concluíram que existe certa tendência na mídia a deserotizar o corpo da atleta com deficiência, o que também percebemos em nosso estudo. Apesar de o corpo da atleta estar à mostra, bem como sua deficiência, a tendência para a fotografia em momento competitivo redireciona o foco para o desempenho atlético. Visto que há um movimento contra a objetificação da mulher, não só no esporte mas também em outras áreas, e uma crítica severa aos enquadramentos imagéticos em partes do corpo feminino, levando em conta que a cobertura esportiva é, muitas vezes, feita por, e para, homens, podíamos concluir que a cobertura fotográfica das mulheres atletas com deficiência é mais positiva, uma vez que seu corpo não é erotizado. No entanto acreditamos que o motivo dessa representação diferenciada é porque as mulheres com deficiência são tratadas como seres assexuais por não se enquadrarem no sistema sexo-gênero.

Já para os homens, apesar de estarem de uniforme, a passividade (chamamos de passividade a representação do atleta fora do momento de competição, ou seja, em que não há ação efetivamente esportiva) imperou nas fotografias, mostrando mais reações do que ações. O atleta no momento do pódio ou celebrando a vitória é representado como aquele que atingiu seu objetivo, conquistou a medalha, triunfou e comemora o resultado. No entanto a escassez de imagens que retratam os esportistas em momento de competição pode indicar a negação de um corpo esportivo, veloz, forte, competitivo, de alto rendimento, e ao mesmo tempo com deficiência.

Acreditamos que nossos resultados corroboram a ideia apresentada pelo estudo de Pappous, Marcelini e Léséleuc (2011) de que há relação entre o número de fotos em que a deficiência está visível e o número de fotos em que o corpo está em ação. Os autores perceberam que houve aumento da invisibilidade da deficiência nas fotografias publicadas pelos impressos dos cinco países analisados, indo de 18% em Sydney/2000 para 58% em Pequim/2008, enquanto o número de imagens dos atletas em ação caiu de 60% em Sydney para 38% em Pequim. Em nossa pesquisa dos jornais brasileiros em 2012 a deficiência foi mais visível, contudo a maioria das imagens retratou os atletas de forma passiva, ou seja comemorando a vitória, no pódio, mas não no momento de competição. Para confirmar essa hipótese um estudo longitudinal faz-se necessário.

Nossos resultados apontam que as fotografias mais frequentes retratam um atleta do sexo masculino, com a deficiência visível, e cujo corpo está enquadrado em sua totalidade.

Esses atletas possuem amputação, deficiência visual, ou usam cadeira de rodas, e foram fotografados trajando o uniforme da seleção, fora do momento de competição. Se por um lado os dados de gênero do atleta e seu tipo de deficiência, bem como a passividade retratada, corroboram estudos prévios, por outro a representação da totalidade do corpo dos paralímpicos e a visibilidade de suas deficiências são resultados novos que contradizem outras pesquisas.

Talvez porque o corpo exposto nas páginas dos jornais não seja um corpo com deficiência comum, é o corpo que se tornou ativo, apesar da passividade das fotos, é o corpo que também representa a nação. Um corpo que, apesar da deficiência, é aceitável. Ao mesmo tempo esse corpo não é completamente aceitável dentro da arena esportiva, visto que a maior parte das fotografias representava o atleta durante o pré ou pós-provas. Essa ambiguidade se aproxima do que McKay e Huber (1992) apresentam como técnicas ou tecnologias de gênero. Em seu trabalho os autores demonstram que as imagens dos corpos de homens e mulheres são representadas de forma diferente a fim de naturalizar a superioridade masculina e marginalizar a feminina. Essa mesma ideia pode ser integrada em nossos resultados, pois as imagens publicadas tendem a aceitar o corpo deficiente de forma parcial, ainda naturalizando a superioridade dos corpos esportivos sem deficiência sobre os corpos esportivos com deficiência.

Outro ponto a ser observado é que ao apresentar o corpo do atleta com mais frequência, há mais chance da exposição de patrocinadores, principalmente no uniforme usado pelo atleta. Na tentativa de verificar essa hipótese, percebemos que na metade das fotografias é possível identificar uma marca, número que não é suficiente para comprovarmos em definitivo que este foi o motivo pelo qual o corpo do atleta foi mostrado, mas é uma variável a ser levada em conta no atual momento em que o esporte é altamente comercializado. Como afirma Lowes (2004), as forças do mercado tem grande importância na forma com que o trabalho jornalístico é realizado, uma vez que o produto dos impressos são leitores a serem “vendidos” para anunciantes.

3.3.4 As vozes dos/nos jornais

O discurso é o espaço em que o poder se articula, uma vez que quem fala o faz a partir de um local de enunciação. Hall (1997) afirma que as posições de enunciação envolvem

práticas de representação. Segundo Foucault (2007, p. 37) “(...) ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo (...)”. Assim, a fonte de informação escolhida pelos jornalistas tem como um dos objetivos legitimar a notícia, sendo autorizados pela sociedade a proferir um discurso sobre o mundo ou sobre o estado das coisas e fatos. A fala não é neutra, está impregnada de significados, e seu posicionamento na notícia é estratégico. Como espaço de mediação social o jornalismo constrói sentido e significados, através de seus discursos, indispensável para a coesão social.

Para Borelli (2002, p. 14-15)

(...) a mídia impressa cobre o esporte a partir de uma polifonia, empreendida para didatizar, explicar, avaliar, enquadrar, tematizar o esporte com base em variadas falas (dos jogadores, dos técnicos, dos dirigentes, dos patrocinadores, dos torcedores, dos médicos e, por fim, dos especialistas)

Tabela 20 – Fonte de informação

Fonte	Quantidade	Porcentagem
Atleta	75	54%
Comitê Paralímpico Brasileiro	2	1,4%
Comitê Paralímpico Internacional	0	0
Assessoria de Comunicação	0	0
Comissão Técnica	9	6,5%
Família	3	2,2%
Sem fonte	50	36%

Contudo o que percebemos em nosso estudo foi que de um total de 106 notícias, 50 não citavam fonte, quase a metade; e das 89 fontes identificadas (uma matéria poderia ter mais de uma fonte), 75 eram atletas (Tabela 20). Para Foucault (2007) o discurso é um espaço de exercício do poder, sendo assim, essa invisibilidade das fontes aponta para o reforço midiático dos estereótipos uma vez que ao não dar voz ao foco da notícia em quase 50% do material analisado o poder da informação concentra-se nas mãos do jornal, e conjuntamente com a falta de profundidade da maioria das notícias, reforça o jornalismo preguiçoso que pode denotar menor importância ao evento e aos atletas.

A pesquisa *International Sports Press Survey* (ISPS) organizada por Horky e Nieland (2013) e conduzida no Brasil por Hilgemberg e Pedretti (2013) nos mostra um panorama interessante. A análise incluiu 18.340 notícias publicadas em 81 jornais de 23 países durante o

período de abril a julho de 2011, e os resultados internacionais mostram que uma em cada quatro notícias foram publicadas sem fontes (aspas). No Brasil, especificamente, 99,6% das notícias incluía ao menos uma fonte de informação, o que mostra a diferença entre a cobertura de eventos esportivos como a Copa Libertadores da América e Campeonato Brasileiro de Futebol, em que fontes são ouvidas pelos jornalistas, e os Jogos Paralímpicos.

A ausência abundante de fontes nos faz questionar a qualidade de um jornalismo esportivo pautado pelo silêncio dos atores que retrata. Outro dado interessante da ISPS, que nossos resultados corroboram, é a natureza das fontes. No material internacional 55% das fontes eram atletas e no Brasil 51%. Em nossa análise, 84% das fontes buscadas eram da mesma natureza.

Lage (2002) classifica as fontes do jornalismo em primárias, aquelas que fornecem fatos, versões e números – que no jornalismo esportivo são representadas por atletas, técnicos, gestores, e representantes de organizações esportivas – e secundárias, ou seja, especialistas que podem gerar diferentes visões do fato – que no esporte podem ser instituições políticas e governamentais, empresários ou empresas, profissionais da saúde, etc. Esse modelo de divisão de fontes ajuda-nos a explicar nossos resultados, uma vez que as fontes primárias são vistas como as mais importantes e são buscadas primeiro.

A cobertura midiática é feita através de uma intersecção de discursos, em que podemos encontrar vozes de diferentes atores sociais. Como Mouillaud (1997) define, o espaço jornalístico não é mero transmissor de dados, mas sim local onde os discursos se articulam e a realidade é construída. Nesse sentido, chama-nos a atenção, além do alto número de fontes primárias registradas (94%) o reduzido número de outras fontes (as secundárias, 6%) que poderiam, como afirma Lage (2002) contribuir na contextualização dos acontecimentos. Também há de se considerar que dentre as fontes secundárias encontramos apenas o Comitê Paralímpico Brasileiro, representado por seu presidente, e os familiares de atletas que eram ouvidos quando a matéria tinha em foco a infância ou a história de vida do esportista.

3.3.5 Enquadramentos do atleta paralímpico

As questões terminológicas também ocupam um lugar de destaque e importância em nosso estudo. Uma vez que, como afirma Amaral (1994, p.7),

A abordagem e a terminologia utilizada pelos meios de comunicação de massa (...) refletem na interpretação da sociedade sobre os principais temas de interesse coletivo. Se a informação não é cuidada, acaba reforçando estigmas e posturas preconceituosas transmitidas culturalmente, que podem significar, no mínimo, um empecilho à evolução e ao desenvolvimento social.

A linguagem alimenta as práticas sociais que geram sentido, e no uso da linguagem coabitam a ordem e a diversidade (SPINK; MEDRADO, 2004), servindo como espelho refletor do interior da pessoa. A linguagem é utilizada pela sociedade como veículo transmissor de pensamentos. Segundo Marks (1999) a linguagem tem um importante papel em retirar a deficiência da experiência humana mundana e trata-la radicalmente como “outro”, a pessoa com deficiência é constituída como “não exatamente humana”. E acrescenta que a linguagem não é um sistema referencial transparente, não se refere direta e objetivamente ao mundo externo. Desde 1970, filósofos, sociólogos e psicólogos têm demonstrado que a linguagem tem importante papel na constituição de nossas percepções (HALL, 1997).

De acordo com Marques (2001b), às vezes o uso de certos termos, muito difundidos e aparentemente inocentes, reforça preconceitos. A linguagem molda significado sendo negativo, positivo, crítico ou celebratório, mas sempre há significado nas matérias jornalísticas. Assim, quando o jornalista utiliza um conjunto de linguagens em sua história, ou os editores reafirmam um conjunto de códigos culturais em suas produções noticiosas, eles reforçam códigos e conhecimentos culturais. Em outras palavras, linguagem molda significado e o significado é controlado por aqueles em posições hegemônicas nas redes ou instituições ou em ambos (NEWLANDS, 2012). Devenney (2005) através de um estudo realizado com um grupo focal de pessoas com deficiência, concluiu que os participantes acreditam que a linguagem influencia na forma com que as pessoas se comportam frente à deficiência.

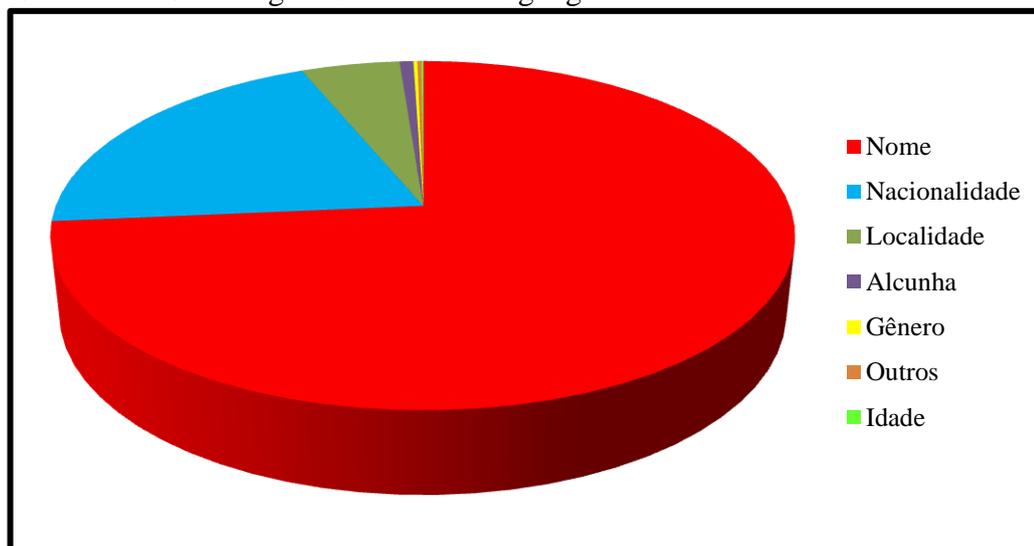
Utilizaremos como referência, em nossa análise, o quadro da *American Red Cross* (2006) *People First Language*, que também é utilizada pelo Comitê Paralímpico Internacional, e os artigos do consultor de inclusão social Romeu Sasaki (2002a, 2002b) de forma a verificar a situação da terminologia nos jornais em questão.

Tabela 21 – Terminologia

Terminologia	Quantidade	Porcentagem
1. Genérica	1238	75,6%
2. Esportiva Geral	281	17,1%
3. Esportiva Paralímpica	29	1,77%
4. Médica	58	3,54%
5. Social	24	1,46%
6. Infantilizadora	6	0,36%
7. Vitimizadora	1	0,06%

Conforme observamos na Tabela 21 os termos genéricos (Gráfico 4) são massivamente utilizados, resultado que corrobora outros estudos (FIGUEIREDO, 2010; PEREIRA, 2008; SCHANTZ e GILBERT, 2001). Dessa forma observamos que a maior presença desse tipo de termos pode ser revelador da exigência jornalística da neutralidade ou, em alternativa, pode indicar a existência de uma conscientização por parte de jornais e jornalistas de que a terminologia utilizada, relativamente às pessoas com deficiência, pode refletir e influenciar as atitudes em torno das mesmas, criando e/ou perpetuando estereótipos (FIGUEIREDO; NOVAIS, 2009; AUSLANDER; GOLD, 1999a). Dentro dos termos genéricos observamos maior presença do nome do atleta e sua nacionalidade, como por exemplo, “(...) sul-africano Oscar Pistorius (...)” (MARQUES, 2012c, p. 01).

Gráfico 4 – Subcategorias da terminologia genérica



Tynedal e Wolbring (2013) analisaram o jornal americano New York Times de 1955 a 2012 buscando informações sobre os Jogos Paralímpicos e concluíram que poucos paratletas foram mencionados através do nome. Em nossa pesquisa, no entanto, o nome do atleta é o termo mais encontrado dentro da linguagem genérica, o que era de se esperar visto ser o nome o identificador do sujeito, a afirmação da individualidade. Segundo Moraes (2000, p. 49) o nome é “(...) um dos direitos mais essenciais da personalidade”. A psicanálise estabelece que o nome humaniza o sujeito, suportando a identidade social bem como a identidade subjetiva (MARIANI, 2014). Por isso era de se esperar a forte presença do nome dos atletas nos jornais, o que conta também para uma visão mais positiva de nossa análise, uma vez que o primeiro atributo relacionado ao atleta é seu nome, ou seja, seu identificador como pessoa. A importância do nome é ressaltada pela atleta Terezinha Guilhermina.

Desde que meu nome venha primeiro eu não tenho problema. Meu problema é quando colocam “A deficiente visual, Terezinha Guilhermina”, “A cega, Terezinha Guilhermina”, poxa minha mãe não me registrou como cega, nem deficiente, também não me registrou como atleta, então vem Terezinha primeiro, Terezinha Guilhermina é o meu nome, e eu prefiro que seja eu primeiro e depois vem o resto das informações. Porque eu acho que é..., você quando fala o nome da pessoa, ela é um todo, ela tem uma identidade (Terezinha Guilhermina).

Para a velocista, sua identidade como pessoa é ainda mais importante do que sua identidade como atleta, reforçando a importância do *People First Language*, em que a pessoa é reconhecida antes de qualquer característica. O objetivo principal desse tipo de linguagem é criar enquadramentos positivos das pessoas com deficiência e evitar que palavras consideradas inadequadas ou insensíveis sejam utilizadas.

A segunda subcategoria com maior frequência, e que merece nossa atenção é o nacionalismo, isto é, a identificação do personagem com seu país de origem, ou de representação nos Jogos. Estudos sobre o discurso midiático sobre os Jogos Paralímpicos (SCHANTZ; GILBERT, 2001; THOMAS; SMITH, 2003; HARDIN; HARDIN, 2008) mostraram que os jornais enfatizam o nacionalismo, esse discurso associa o atleta com deficiência à identidade nacional de forma similar ao atleta sem deficiência, como já explicitado anteriormente.

Newlands (2012) afirma que diversos pesquisadores encontram problemas com a linguagem utilizada pelos jornalistas para representar os atletas paralímpicos, que, geralmente, é baseada em termos médicos ou no discurso do “herói deficiente”. Nossos resultados, no entanto, refutam essa afirmação, uma vez que, apesar de ser a terceira terminologia mais encontrada, a linguagem médica aparece apenas em 3,54% do material analisado. Em geral a

terminologia médica restringe-se à caracterização da deficiência do atleta, como amputado, cega, cadeirantes, etc.

Em 17,1% dos casos registrados os termos relacionavam-se ao âmbito esportivo, ou seja, o ator da matéria era identificado como atleta (competidor, atacante, nadador, velocista), ou era a ele associados os substantivos esportivos (campeão, recordista, medalhista) sem a especificação da deficiência ou sequer menção de tal. Apenas em poucos casos (1,77%) esses substantivos vinham acrescidos dos designadores da deficiência, como por exemplo, paraatleta e paralímpico, sugerindo proximidade com a cobertura dos esportes “convencionais”.

Além disso, é interessante notar que as terminologias que podiam ser mais ofensivas ou capazes de geral visão negativa – Infantilização e Vitimização – foram as menos frequentes, apenas seis e uma ocorrência, respectivamente. “Esses meninos são muito determinados” (MARQUES, 2012c, p. 03), “(...) explica o garoto de Natal (RN) (...)” (DAMASCENO, 2012b, p. 07), são apenas exemplos da nomenclatura infantilizadora. Encontramos apenas uma única referência vitimizadora: “(...) vítimas de acidente vascular cerebral” (MARQUES, 2012e, p. 03). No entanto acreditamos que a palavra “vítimas” foi utilizada aqui na ausência de termo melhor.

Alguns estudos (HALLER, 1995; HALLER et al., 2006) mostraram que depois do primeiro Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, instituído pelas Nações Unidas em 1981, a linguagem utilizada para se referir à pessoa com deficiência apresentou mudanças positivas. A linguagem politicamente correta pode ser vista como outro dispositivo com o qual reforça-se hierarquias entre grupos profissionais. De acordo com Marks (1999) a terminologia “positiva” oferece conforto temporário, isso porque a atualização constante da linguagem utilizada (inflação da linguagem) é uma das formas que os profissionais ligados à questão da deficiência utilizam para se distinguir de seus antecessores. Mudando a terminologia e designando a nova como a mais correta ou mais adequada, as pessoas evitam olhar criticamente para si e para a complexidade das funções da linguagem. O usuário da terminologia politicamente correta é visto como alguém que atingiu a iluminação (MARKS, 1999).

Um exemplo é o caso do workshop de subnormalidade (*subnormality workshop*) já descrito nesta tese. Alguns professores decidiram alterar o nome de um curso o qual foram convidados a lecionar; a troca para workshop sobre a deficiência mental (*mental handicap workshop*) foi feita pois o nome anterior era considerado ofensivo. Alguns anos mais tarde o termo deficiência mental (*mental handicap*) caiu em desuso, sendo substituído por dificuldade

de aprendizado (*learning disability*), assim aqueles que mantinham o termo anterior passaram a ser considerados politicamente incorretos, e mais ainda, opressores (MARKS, 1999).

Vários esforços têm sido empreendidos para fornecer aos jornalistas e pesquisadores guias e manuais com a terminologia mais adequada a ser utilizada. Entretanto, as próprias organizações, associações e instituições têm dificuldades em encontrar um consenso relativamente a este tipo de terminologia. Os termos, que se enquadram no modelo social, como, por exemplo, pessoas em cadeiras de rodas e atletas com deficiência, se fizeram presente em apenas 1,46% das vezes.

A terminologia utilizada pelos jornais não é a única capaz de gerar sentido, toda a linguagem o é, e por isso, analisamos também os slogans, expressões associadas aos atletas a fim de identificá-los, defini-los ou adjetiva-los.

No primeiro capítulo discutimos o conceito de estereótipo e como esse é importante no estudo da deficiência. Os estereótipos influenciam tanto no processamento da informação dada quanto das lacunas. Eles simplificam aquilo que é complexo ao reduzir o ser a poucas características, facilitando o cotidiano, mas ao mesmo tempo levando a generalizações incorretas sobre o indivíduo gerando julgamentos oblíquos.

Algumas pesquisas e estudos da psicologia social nos levam a crer que os estereótipos são resistentes à mudança e tendem a uniformizar as diferenças de um grupo. Contudo, outros estudos demonstram que o estereótipo é, na verdade, flexível. Para elucidar tal diferença citaremos o exemplo do estudo de Katz e Braly (1933) e seus desenvolvimentos. Em 1933, Katz e Braly, solicitaram que 100 estudantes da Universidade de Princeton selecionassem cinco traços mais típicos de dez grupos-alvo definidos, e os resultados mostraram que ao grupo de pertença (brancos americanos) foram atribuídas características positivas, enquanto o grupo dos “outros” (negros) receberam características negativas. Os autores concluíram que “(...) os estereótipos são crenças transmitidas pelos agentes de socialização (família, escola, meios de comunicação social, etc.), o que explica o consenso dos estereótipos face aos diversos grupos sociais, a sua independência do conhecimento ‘real’” (CABECINHAS, 2005, p. 544). Em 1951, Gilbert replicou o estudo e encontrou um declínio na consistência dos estereótipos, atribuído principalmente à difusão de imagens mais positivas sobre estes grupos nos meios de comunicação e à maior popularidade das ciências sociais entre os estudantes. Outros estudos similares realizados em diferentes locais confirmaram a tendência de que os estereótipos são flexíveis e sensíveis à mudança.

Referindo estudos anteriores sobre os efeitos da mídia na sociedade, Schantz e Gilbert (2001) concluíram que os meios de comunicação de massa influenciam, principalmente,

reforçando normas e atitudes; todavia, pelas pesquisas da psicologia social percebemos que a mídia também auxilia na mudança de estereótipos e quebra de paradigmas.

(...) quanto mais familiar se é com os membros de um grupo, mais se conhece membros desse grupo, mais contatos frequentes se tem e experiências ricas com eles, mais informações ou conhecimentos sobre este grupo se terá na memória e mais tendência de perceber este grupo como heterogêneo ou pouco estereotipado. (...) O fato determinante é a simples quantidade de informação à qual as pessoas são expostas (...) (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p. 68).

Há uma diferença fundamental entre conformidade e conformismo. No caos da tsunami de informações a que é exposto, frequentemente o indivíduo volta-se para os padrões e normas a fim de interpretar o mundo, orientando-se através de estereótipos em conformidade com seu grupo, buscando clareza e aceitação social. Isso é conformidade, estar de acordo. Na década de 1950 Solomon Asch publicou uma série de artigos sobre a conformidade, que ficou conhecido como “Paradigma de Asch”, comprovando que um sujeito tende a mudar sua opinião para se conformar com a opinião do grupo ao qual se associa, mesmo quando o grupo está obviamente errado.

Se essa conformidade faz parte da rotina do ser humano, ela pode converter-se em conformismo quando não lhe são apresentadas possibilidades reais de inserção na sociedade ou grupo para que seja considerado sujeito respeitado e com voz.

Os procedimentos e atitudes da vida cotidiana, que se regem pela conformidade com o estabelecido, acabam por penetrar em outras esferas da sociedade: o indivíduo/sujeito “vê” o que deixaram pronto para ele através da inculcação de estereótipos, passando a ser apenas a “voz do dono”, deixando de lado sua condição de “dono da voz” (BACCEGA, 1998, p. 8-9).

No esporte, como em outros âmbitos da vida, não é diferente, os estereótipos se espalham, modalidades “para homens” *versus* “para mulheres”, esportes nos quais brancos têm melhor desempenho do que negros, e vice-versa, esporte para pessoas com deficiência como sinônimo de reabilitação. Essas ideias foram construídas historicamente e transmitidas através da linguagem.

André Brasil ao falar do início de sua carreira critica a ideia de esporte fortemente vinculada à reabilitação.

O esporte, não só para mim, mas como para qualquer pessoa com deficiência, começou como reabilitação. Acho que é isso que a gente tem no nosso país. A gente não tem o esporte pelo esporte. (...) Então uma pessoa com deficiência ela começa como reabilitação. E não foi diferente a minha entrada, foi por indicação de um

médico que eu comecei a nadar, comecei como tratamento até com seis para sete anos da minha vida foi como tratamento (André Brasil).

Contudo, o esporte paralímpico que tem suas raízes na reabilitação vem se alterando. Outros atletas, como, por exemplo, Terezinha Guilhermina, Yohansson Nascimento e Maciel Sousa iniciaram na prática por motivos diversos à reabilitação.

É, eu comecei como recreação porque até então eu não fazia nada né (Maciel Sousa).

Mas eu comecei mais para conhecer, como recreação, e deu nisso que deu. Hoje eu estou aí a menos de um ano de representar o Brasil no Rio de Janeiro. Mas a minha história começou assim, depois do convite que ela me fez [treinadora] e eu aceitei, nunca imaginei ser atleta profissional na minha vida, e gostei (Yohansson Nascimento).

Eu comecei já com o intuito de ser..., eu já falei para o meu treinador: Já que eu vou fazer corrida eu quero ser a melhor do mundo (Terezinha Guilhermina).

Bertling (2012) ao entrevistar jornalistas alemães especializados em esporte demonstrou que esses reclamam que a cobertura das Paralimpíadas é deficiente e estereotipada. Fong e Katz (2012) confirmam essa ideia ao afirmar em seu estudo que a maioria dos jornalistas esportivos concorda que não há cobertura midiática suficiente dos Jogos Paralímpicos, e que muitas matérias estão cheias de estereótipos, além da imagem do atleta com deficiência não ser atraente para os consumidores de mídia.

Golden (2003) entrevistou jornalistas americanos nas Olimpíadas e Paralimpíadas e concluiu que eles não acreditam que o esporte para pessoas com deficiência seja válido, ou legítimo, por considerarem que atletas com deficiência não possam ser competitivos. De acordo com um de seus entrevistados ““They [the Paralympians] can’t compete on the same level as the Olympic athletes, so it’s a bone they throw to them to make them feel better. It’s not a real competition, and I, for one, don’t see why I should have to cover it. (...)””⁴¹ (entrevistado por GOLDEN, 2003, p. 08). Todavia, a mesma autora conclui que os jornalistas entrevistados nessa pesquisa que cobriram os Jogos Paralímpicos eram cuidadosos, conscientes e tentaram redigir suas matérias de forma esclarecedora.

Apesar disso os atletas entrevistados em nossa pesquisa percebem, e sentem-se incomodados, pelos equívocos cometidos por jornalistas frutos de evidente falta de preparação para a cobertura do esporte paralímpico.

⁴¹ Eles [os Paralímpicos] não conseguem competir no mesmo nível dos atletas olímpicos, então é como um osso que atiram para fazê-los sentirem-se melhor. Não é uma competição real, e eu, por exemplo, não vejo porque deveria cobri-lo (Tradução livre da autora).

E, muitas vezes, eu que trabalho com assessoria, jornalista não quer saber de release, desculpa, e isso funciona com todo mundo, você recebe o release, que você não lê... ahn... e, bom, e você chega e faz as mesmas perguntas, do mesmo jeito, e o cara tem que responder as mesmas coisas, porque a gente é paciente, e a gente sabe que a gente ainda precisa de espaço (André Brasil).

(...) a maioria deles [jornalistas] faz sempre a mesma pergunta, né (Jerusa Santos).

(...) me incomoda um pouco a falta de informação... Às vezes também acontece de trocarmos os nomes, trocarmos a deficiência, a prova, esse tipo de erro às vezes incomoda um pouco. Colocam a foto da pessoa errada, esse tipo de coisa acontece de vez em quando, e eu acho que isso é um pouco complicado de aceitar... (...) em Atenas saiu uma matéria falando de uma atleta que era cega, e... colocou o nome de uma amputada. Aí tipo, colocou assim – amputada das duas pernas a menina – a matéria era: “Sueli Guimarães não entra na prova dos 100m porque machuca o joelho”, e ela não tinha joelho, nem fazia 100m. Tipo, do além né? E aí o pessoal riu, mas assim não precisava disso, acho que um pouco de informação, parar para ver os nomes já ajuda. Mas acontece muito isso, tipo colocam que eu ao invés de correr eu nado, que eu corro maratona, acontece isso (Terezinha Guilhermina).

(...) a gente repetindo as mesmas coisas, isso me irrita profundamente, as mesmas coisas pelo telefone, o cara fala “Daniel Dias”, cara, poxa, você está falando com uma pessoa que, bom, você pegou o nome do cara, você entrou na internet... Daniel Dias, André Dias, Daniel Brasil como muitas vezes sai, ahn... ou o cara bota a quantidade de medalhas errada, ou numa prova errada, então, bom, mais uma vez o cara simplesmente escreveu, não fez a correção e soltou (André Brasil).

Reafirmando a ideia de Lippman (1922) de que o desconhecido gera temor, percebemos a importância de os jornalistas efetivamente buscarem informações sobre o atleta e o esporte paralímpico em vez de reproduzir ideias estereotipadas, uma vez que os meios de comunicação têm, inclusive, o poder de mudar tais ideias. Não podemos, entretanto, pensar o jornalista como um ser mítico envolto pela aura da imparcialidade, ele é um ser social inserido em determinada cultura, com pensamentos e ideais próprios e que escreve para um jornal que têm diretrizes a serem seguidas. Ou seja, a sociedade influencia na forma com que os jornalistas escrevem, e ao mesmo tempo os jornalistas influenciam na forma com que as pessoas constroem suas ideias e conceitos.

Os atletas apontam pelo menos duas formas de resolver, ou amenizar, os erros e a falta de informação dos jornalistas designados para cobrir os Jogos Paralímpicos, primeiro enviar profissionais interessados na cobertura do evento e segundo manter esses jornalistas durante os ciclos paralímpicos.

Bom, em 2008 a gente tinha uma pessoa [jornalista] que representava o esporte paralímpico, no ano seguinte já era outra totalmente..., então, mas uma vez eu vou ter que falar da minha história, toda cheia de paetê, contar a mesma história do que aconteceu... (André Brasil).

É... eu acho que o interesse do jornalista, que quando você quer você vai atrás. Então quando o jornalista se interessa, é... eu acho que, sem dúvida, que a matéria sai completamente diferente, porque quando chega um jornalista que não queria estar ali, que está ali só porque foi designado, acho que... se as... emissoras ou os veículos de comunicação perguntassem quem realmente tem interesse nisso e colocasse para divulgar a Paralimpíada, a probabilidade de nós termos ahn... notícias satisfatórias para ambas as partes era bem maior, será bem maior com certeza. (...) E tem alguns países que mandam os jornalistas que realmente gostam, que entendem e que falam do assunto, o México é um deles, tem um jornalista que vai em todos os eventos e cobre e conhece todos os atletas e sabe do que está falando e eu acho isso bem legal (Terezinha Guilhermina).

A menor cobertura midiática dos Jogos Paralímpicos em relação aos Jogos Olímpicos (SCHEEL; DUNCAN, 1999); a natureza prejudicial e pejorativa dessa cobertura (THOMAS; SMITH, 2003; SCHANTZ; GILBERT, 2003), principalmente quando a mulher está em foco (THOMAS; SMITH, 2003), são algumas críticas que surgem na Academia quando se trata da cobertura do esporte para pessoas com deficiência.

Assim o que vemos na literatura é que a cobertura midiática dos atletas paralímpicos segue duas vertentes: ou santificam o atleta transformando-os em heróis trágicos que superaram seu destino terrível ou ignora-os e reduzem-nos a categoria de “irrelevantes” (SCHANTZ e GILBERT, 2012). As pesquisas realizadas no início dos anos 1990 descobriram forte tendência para histórias que focavam no estereótipo do *supercrip*, que detalharemos mais adiante. Já nos anos 2000 estudos como, por exemplo, o de Fong e Katz (2012) que analisaram os jornais impressos americanos e canadenses durante as Paralimpíadas de Inverno em Vancouver/2010, encontraram um menor percentual, mas ainda verificaram ser esse um dos estereótipos mais populares. Os nossos resultados se aproximam mais dos de Fong e Katz (2012).

Tabela 22 – Slogans

Slogans	Quantidade	Porcentagem
1. Esportivo Geral	69	30,66%
2. Esportivo Paralímpico	29	12,88%
3. Médico	47	20,88%
4. <i>Supercrip</i> ou Superdeficiente	36	16%
5. Características pessoais	2	0,88%
6. Características vitimizadoras	15	6,66%
7. Comparação com atletas sem deficiência/olímpicos	10	4,44%

8. Genérico	5	2,22%
9. Valor do esporte paralímpico	6	2,66%
10. Preconceito	4	1,77%

A maior presença dos slogans esportivos (Tabela 22) demonstra que os competidores são tratados como atletas reais; ainda é de se notar que o slogan com frequência mais alta é o “Esportivo Geral” (30,66% do material analisado), ou seja, expressões relacionadas ao esporte sem a identificação de que se trata de um paratleta. Esses resultados contrariam estudos prévios (SCHANTZ; GILBERT, 2001; THOMAS; SMITH, 2003), e a ideia de Léséleuc (2012) de que quando são representados, os atletas com deficiência são mais trivializados, infantilizados e menos relacionados ao esporte, do que os sem deficiência, mas vão, parcialmente, ao encontro da pesquisa realizada por Chang, Crossman, Taylor e Walker (2011) na imprensa canadense em que não foram encontradas matérias que retratavam os atletas através dos estereótipos de vítimas ou super-heróis, ao contrário, o foco permaneceu nas capacidades atléticas.

Na categoria “Esportivo Geral”, as conquistas e sucesso dos atletas no âmbito esportivo foram descritas e reforçadas. Diversos autores (BARNES; MERCER; SHAKESPEARE, 1999; KAMA, 2004; LEBERSONG; DINOLD, 2012), descrevem as conquistas de atletas e pessoas com deficiência como “conquistas especiais”, que tendem a estereotipá-las como “outros”, gerando sentimentos de pena, medo ou até mesmo adoração. Em nosso caso, as conquistas estavam fundamentalmente ligadas ao mundo do esporte, números de medalhas eram exaltados, recordes lembrados, e a história de sucesso do atleta enfocada, fundamentando o retrospecto de conquistas do esportista. “Nadador [Daniel Dias] se torna o maior medalhista brasileiro com 14 premiações (...)” (MARQUES, 2012j, p. 03); “Clodoaldo (...) um dos mais importantes atletas do país” (KNOPLCH, 2012c, p. 06); “Acabou se tornando o melhor atleta da América do Sul [Jovane Guissone]” (OSORIO, 2012, p. 60).

Com o enfoque em resultados positivos, anteriores e atuais, dos atletas a pressão pelo favoritismo também esteve presente, expressões como “favorito ao ouro”, “esperança de medalhas”, “chances reais de pódio” foram frequentes, como em “Daniel chega a Londres como principal esperança de medalha para o Brasil” (DAMASCENO, 2012a, p. 08); “Daniel disputará oito provas com chances reais de estar no pódio” (A ESTRELA, 2012, p. 51). Essa ideia reforça resultados nossos anteriores (NOVAIS; FIGUEIREDO, 2009) que evidenciaram

que os jornais tendiam a depositar confiança e esperança nos atletas paralímpicos. Mezzaroba e Pires (2006) afirmam que o favoritismo e o retrospecto são categorias que se relacionam, uma vez que os jornais se utilizam do retrospecto para afirmar a existência do favoritismo. “The ‘favoritism’ can be considered, inside of the strategy used, as the reference of the emotion, while that ‘retrospect’ would be the reason”⁴² (MEZZAROBA;PIRES, 2006, p. 67). O favoritismo também pode ser usado como estratégia para manter os leitores atentos ao noticiário sobre os jogos.

Assim, a um atleta com retrospecto positivo que é enquadrado como favorito também é associado os ideais das celebridades de Hollywood. Assim Daniel Dias é o “(...) astro brasileiro (...)” (MARQUES, 2012g, p. 03), “Principal estrela da delegação (...)” (KNOPOCH, 2012b, p. 04), “Fenômeno nas piscinas (...)” (DAMASCENO, 2012a, p. 08), Alan Fonteles é o “(...) superstar dos Jogos” (MARQUES, 2012c, p. 01), Oscar Pistorius também é “(...) astro” (PISTORIUS, 2012, p. 43).

Conforme já dissemos o esporte é mercado que envolve a mídia, e também “(...) é tido como a atividade central nas sociedades contemporâneas, com um conjunto próprio de valores a serem observados e analisados” (RUBIO, 2001, p. 101). Assim como processo econômico e também cultural, o esporte nos meios de comunicação cria produtos que precisam atrair a atenção do público de forma a refletir as mensagens e valores da sociedade atual (RUBIO, 2001). Dessa forma as histórias midiáticas precisam ser recheadas de heróis e vilões, personagens atraentes, estrelas, astros e olímpicos. Aqui, assim como em nossa análise de terminologias, diferenciamos slogans e expressões esportivas que não faziam referência ao fato de se tratar de um atleta paralímpico (“Esportivo Geral”) de outros que assim o faziam (“Esportivo Paralímpico”). Os slogans relacionados ao esporte e que identificavam o competidor como paratleta apresentaram-se em quarto lugar em nossa tabela com cerca de 13% de presença no material (Tabela 22). Expressões que definem Daniel Dias como um dos “(...) maiores da história da paranatação do país” (MARQUES, 2012i, p. 04), ou Oscar Pistorius como o “(...) mais famoso atleta paralímpico do mundo” (KNOPOCH, 2012i, p. 06). Se, portanto, considerarmos essas duas categorias teremos mais de 40% das expressões utilizadas voltadas para características esportivas.

Mesmo o enquadramento ser, em sua maior parte, centralizado em aspectos esportivos alguns atletas acreditam que ainda é preciso ajustar o foco.

⁴² O “favoritismo” pode ser considerado, dentro da estratégia utilizada, como referência para a emoção, enquanto o “restrospecto” seria a da razão” (Tradução livre da autora).

E, bom, o que eu espero que aconteça o ano que vem [2016], é que não só nossa imprensa brasileira comece a mudar um pouco essa visão de (...) coitadinho e atleta com deficiência para (...) atleta de alto rendimento e eficiência ou dedicação ou algo do tipo, e não superação também, porque superação é algo que eu sempre justifico que todo mundo tem uma história dentro da família, pessoal, uma superação de vida (André Brasil).

Além de, às vezes,... exaltar demais a deficiência e esquecer que é um atleta (Terezinha Guilhermina).

Da necessidade de atrair o público, e de fazê-lo identificar-se com o esporte e com os atletas representados, surge a construção de narrativas de vida e sua heroização. Aqui é importante diferenciar histórias de vida de histórias de interesse humano, enquanto a primeira relata situações e acontecimentos da vida do atleta, a segunda trata de indivíduos que realizam algum feito para demonstrar que não são deficientes e sim “desafiados fisicamente”, ou seja, vemos aqui o aparecimento do estereótipo de *supercrip*. Duas reações às histórias de interesse humano: alguns louvam essa imagem por mostrar que pessoas com “inconvenientes físicos” são tão capazes quanto aqueles desprovidos dos mesmos “inconvenientes”; outros criticam o estereótipo por perpetuar a ideia do deficiente como alguém incrível, extraordinário ou incomum. Ambos, contudo, tem a mesma preocupação ou objetivo: aumentar o debate sobre a deficiência, e poder moldar eles mesmos uma identidade pessoal e pública (LONGMORE, 1987).

Muito frequentemente, os meios de comunicação representam as pessoas com deficiência em suas histórias e imagens, retratando-as como diferentes ou como pessoas que não se enquadram na sociedade. Dessa forma, as atitudes acerca destes indivíduos a partir das representações midiáticas podem se desenvolver em um misto de piedade e inspiração pelo enfrentamento. Segundo Kama (2004) o paradigma do coitadinho complementa o processo de objetificação da pessoa com deficiência, em que estes indivíduos se tornam a personificação de suas deficiências. E como são “imperfeitos” não são capazes de sobreviver independentemente dos outros. O estereótipo do coitadinho perpetua ainda a imagem das pessoas com deficiência como objetos de pena. Neste estigma, as pessoas são geralmente retratadas como vítimas de um trágico destino, como incapazes, dependentes, o que as diminui, degrada e desumaniza, mostrando-as como passivas e com necessidades de cuidado e pena (NELSON, 1994).

Por outro lado, os atletas com deficiência também são retratados como *supercrip* ou super-deficientes e pessoas com habilidades extraordinárias para lidar e superar seus obstáculos. O uso das narrativas de *supercrip* (antes mesmo de receber esse rótulo) começa em torno do início dos anos 1990 quando a revista *Outlook*, voltada para a comunidade cega,

apresenta histórias de pessoas com deficiência visual que trabalham, vão à universidade ou participam de atividades esportivas. Essas representações tinham por objetivo mudar as concepções sociais sobre as pessoas com deficiência visual (RILEY, 2005). Essa mesma ideia é usada nos *freakshows* do final do século XIX e início do XX. De acordo com Garland-Thomson (1996) tanto a narrativa do *supercrip* quando os *freakshows* baseiam-se na retórica do maravilhoso, com a diferença de que atualmente a ideia do *supercrip* está mais associada à admiração, em parte porque a respeitabilidade burguesa considera inapropriado encarar (no sentido de olhar fixamente) as pessoas com deficiência (SCHALK, 2016).

Essas imagens de super-herói podem ser problemáticas, uma vez que levam à suposição de que todas as pessoas com deficiência devem esforçar-se heroicamente para superar suas limitações e ajustar-se (SCHELL; DUNCAN, 1999). O estereótipo do *supercrip* lida com a luta comovente de alguém que enfrenta o trauma da deficiência e, com grande coragem, perseverança e determinação, triunfa ou sucumbe heroicamente (NELSON, 1994). De acordo com Hardin e Hardin (2004) este tipo de estigma é mais comumente voltado para os atletas com deficiência, e desencadeia duas ideias: primeiro, a deficiência não é socialmente construída, mas é equivalente a uma limitação que pode e deve ser superada pela dedicação dos indivíduos; e, segundo, por padrão, todas as pessoas com deficiência que não atingem esse tipo de performance são consideradas preguiçosas e sem autodisciplina. Ou seja, este estereótipo faz com que as outras pessoas com deficiência que não realizam feitos extraordinários sejam julgadas negativamente (KAMA, 2004). Este modelo pode ser considerado pelo imaginário popular como positivo por conta de suas proezas super-humanas, mas, na verdade, reforça preconceitos e não muda a construção cultural da deficiência (KAMA, 2004).

Apenas quando o discurso heróico é criado pelos jornalistas e sociedade, ou o discurso de David *versus* Golias, é que a deficiência torna-se aceitável. Hardin e Hardin (2008) chamam esse discurso de modelo do “super-deficiente” em que há a apresentação da pessoa, com deficiência ou doença, como alguém que se superou para transformar-se num membro significativo e bem sucedido da sociedade. Além disso, o modelo do “super-deficiente” torna a deficiência aceitável, mas apenas com o enquadramento do “deficiente-herói” que funciona como um dispositivo hegemônico a fim de manter as pessoas com deficiência no fundo da hierarquia social e tirar a responsabilidade da cultura por sua infraestrutura voltada para uma sociedade não inclusiva.

Barnes (1992) descreve o modelo do “super-deficiente” como um estereótipo que atribui qualidades mágicas ou super-humanas à pessoa com deficiência. Apesar de essas

qualidades serem atribuídas a todos os atletas, com ou sem deficiência, o efeito sobre a comunidade com deficiência é mais profundo uma vez que a audiência procura assegurar-se de que se a pessoa com deficiência tentar o suficiente ela parecerá normal.

Segundo Schalk (2016) apesar de vários autores considerarem a narrativa do *supercrip* prejudicial para que a deficiência seja entendida e aceita em sua totalidade, reforçando estereótipos e preconceitos, outros pesquisadores desafiam essa ideia. Linton (2006), por exemplo, acredita que quando as ações de uma pessoa com deficiência têm propósito, ou sua arte é significativa, suas palavras têm sentido, elas inspiram sim e é legítimo considerá-las corajosas por desafiar as expectativas. Chrisman (2011) também refuta a ideia de que todas as narrativas sobre inspiração sejam rotuladas como *supercrip* e que todas as narrativas de *supercrip* sejam direcionadas para o público sem deficiência. Outros pesquisadores mostram ainda que nem todas as pessoas com deficiência consideram o estereótipo de *supercrip* negativo. Kama (2004) ao entrevistar deficientes em Israel percebeu que a maioria apreciava a ideia do *supercrip*. Berger (2010) entrevistando atletas com deficiência encontrou resultados que mostraram que enquanto uns apontam o estereótipo como negativo outros o apontam como empoderador.

Em nosso estudo encontramos indícios do estereótipo *supercrip* (Tabela 22). Contudo, assim como Scheel e Duncan (1996) o estereótipo estava mais associado à superação de barreiras, o que é muito semelhante à cobertura de atletas e Jogos Olímpicos, portanto não se chegou a uma conclusão definitiva, se o estereótipo empodera ou não o atleta e se há conotação positiva ou negativa. E como nos estudos de Berger (2010) alguns atletas apontaram o estereótipo como problemático enquanto outros apoiaram sua presença na mídia.

(...) e não superação também, porque superação é algo que eu sempre justifico que todo mundo tem uma história dentro da família, pessoal, uma superação de vida. Não é porque eu tive uma deficiência, não é porque o Daniel nasceu com uma má-formação congênita, não é porque o Alan nasceu sem as pernas, não é o Talisson perdeu num acidente, são fatalidades que acontecem na vida, pode acontecer na vida de todo mundo. Ahn, mas tão bacana seria se a gente começasse a valorizar um pouco mais o atleta, o resultado, e mudar essa conotação (André Brasil).

O atleta paralímpico é superação. Ele é totalmente superação, não tem como alguém olhar para um atleta paralímpico e não falar que ele é um exemplo, não tem como você tirar isso. Se você pegar e colocar lá o..., vamos pegar o exemplo do Daniel Dias que é um ícone que todo mundo conhece, (...). O Daniel Dias não é um atleta como outro qualquer. O Daniel Dias é um fenômeno, e ele é um exemplo. Porque com toda a limitação, vamos dizer assim, que o Daniel Dias tem, ele vive normalmente como qualquer outra pessoa, o cara é casado, tem filhos, tem uma família, o cara estuda, e vive na sociedade. Então como que você vai falar que o Daniel Dias não é um exemplo para as outras pessoas? (Dirceu Pinto).

A superação de: “Olha lá não tem duas pernas e corre, num sei o que, taranran”, e isso é um ponto positivo porque você vai poder ser um exemplo para muita gente que está em casa ..., sofreu algum acidente e perdeu uma perna, sofreu um acidente e perdeu a mão, o braço, e vê que a vida continua apesar da deficiência. É bom porque você vai passar uma imagem positiva para muita gente, isso é bom. Eu tenho consciência que uma matéria que eu der, uma palavra que eu der na televisão pode: “Opa, o cara não tem as duas mãos, ele lutou, batalhou para conseguir tudo, por que eu vou me acomodar?” Eu acho bacana nesse sentido, porque eu posso passar uma mensagem positiva, mas eu não quero que o foco seja esse (Yohansson Nascimento).

Kama (2004) é uma das poucas autoras a diferenciar tipos de narrativas de *supercrip*. Sua pesquisa aponta dois tipos diferentes, primeiro o “regular” ou aquele que realiza tarefas mundanas (casar, ter filhos, ter emprego, ter ensino superior, costurar, jogar vídeo game) e são exaltados. Essa vertente dá a ideia de que não se espera que uma pessoa com deficiência possa realizar essas tarefas e que, portanto, são diferentes de todo o resto da sociedade. Segundo o “glorificado” que realiza feitos extraordinários (participar de Paralimpíadas, escalar o Everest, dar a volta ao mundo de bicicleta, tornar-se um músico famoso), e dá a ideia de qualquer pessoa pode superar a deficiência se se esforçar o suficiente. Schalk (2016) acrescenta ainda um terceiro tipo, a narrativa do superpoderoso *supercrip*, geralmente são representações ficcionais de um personagem que possui habilidades ou poderes que operam em direto contraste com sua deficiência, como uma forma de apagamento da deficiência, substituindo-a por poderes extraordinários, como o personagem cego com superaudição.

A narrativa do *supercrip* apareceu em quantidade menor do que o esperado (16%), sendo apenas a terceira em número e nela encontramos as características específicas dos dois tipos elucidados por Kama (2004), como a necessidade de lembrar que “(...) mesmo sem mãos e grande parte do braço, ele também costura e joga videogame” (KNOPOCH, 2012i, p. 06), ou o reforço na fala do atleta que “Não ter os pés convencionais nunca foi problema” (KNOPOCH, 2012h, p. 05), ou seja, a mensagem transmitida é a de que apesar de serem diferentes, não ter mãos e pés por exemplo, os atletas são iguais a nós, executam as mesmas tarefas e não se sentem diferentes.

Também encontramos os slogans que remetem ao fato de o atleta ser exemplo e inspiração para outras pessoas com e sem deficiência, que vem, geralmente, reforçados na própria fala dos atletas, “Tomara que as vitórias dos para-atletas aqui nos Jogos sirvam para mostrar para muita gente do que somos capazes e para incentivar outras pessoas” (MARQUES, 2012d, p. 01) (aspas de Alan Fonteles), “Essa medalha é para todos os deficientes do Brasil que estão em casa, que pensam que a vida acabou e que não servem para mais nada. (...)’ comemorou Dirceu” (FELIZOLA, 2012, p. 07). A figura do exemplo pode

ser interpretada segundo Goffman (1988) como o representante, indivíduo que pertence a um determinado grupo, e que conhece, portanto, os problemas e dificuldades enfrentados e assume destaque, cabendo a ele amenizar os rótulos sociais do grupo ao qual pertence. São, assim, “(...) ‘nativas’ do grupo, fornecem um modelo vivido de uma realização plenamente normal; são heróis da adaptação (...)” (GOFFMAN, 1988, p. 34).

A ideia do atleta com deficiência como exemplo ou inspiração vem atrelada a uma outra, a de superação. Essa é uma perspectiva em que o atleta é cercado por uma narrativa que (re)conta sua vida trágica que com coragem e resiliência foi superada, resultando em sucesso esportivo e profissional. Há dramatização da biografia do atleta focando nas qualidades associadas com coragem e superação, aqui o super-humano fica mais evidente. “Me veio à cabeça a cena em que ia dormir e minha mãe chorava para eu colocar a perna numa calha. Eu não gostava porque tinha que mantê-la na mesma posição... E meu pai me forçava, para o meu bem” (KNOPLOCH, 2012f, p. 05) (aspas de André Brasil). A tragédia é fundamental para a construção da imagem heroica do atleta como aquele que cai, sofre mas se ergue superando as dificuldades. O momento trágico surge na narrativa com ambiguidade, se por um lado apresenta como superada, uma vez que o destino infeliz anunciado deu lugar ao sucesso, como nos exemplos anteriores em que a deficiência congênita não se apresenta como problema para os atletas, ou no caso de deficiências adquiridas, por doenças ou acidentes, como no caso do ex-piloto italiano Alessandro Zanardi que sofreu um grave acidente durante uma prova de Fórmula Indy e que “Renasceu para ser de novo campeão” (ALEGRIA, 2012, P. 01); por outro lado demonstra a não superação, uma vez que se caracteriza como núcleo fundador e legitimador da narrativa.

Provavelmente a indicação ao paradesporto está atrelada a sua repercussão social, como recurso capaz de amenizar o peso da deficiência, e dessa maneira livrá-los da imagem da invalidez. A carreira de paratleta é o modo encontrado para que o “defeito” físico/sensorial seja compensado. São compreensíveis assim as afirmações de que os paratletas aproveitaram sua “segunda chance” – proporcionada pelo paradesporto – e obtiveram um “final feliz” (GONÇALVES; ALBINA; VAZ, 2009, p. 156).

O atleta exemplo de superação usufrui de reconhecimento pelo empenho em se inserir na sociedade através do esporte, enquanto o atleta sem deficiência ganha legitimidade ao se destacar da sociedade. Além da história trágica do paratleta, não raro encontramos ressaltadas características psicológicas, e de personalidade, positivas – também ressaltadas em atletas sem deficiência – que os retrata como indivíduos moralmente corretos e de bom caráter (GONÇALVES et al., 2009), categoria que apareceu em apenas 0,88% do material analisado.

Como, por exemplo, o jogador de futebol de sete, Bill, que “Apesar do estilo zagueirão, é tranquilo, fala mansa e vaidoso” (KNOPLOCH, 2012g, p. 05), ou Daniel Dias que possui uma vasta lista de prêmios e medalhas que “(...) só não é maior do que sua determinação e humildade” (DAMASCENO, 2012c, p. 08). O enaltecimento do atleta com deficiência reforça a ideia de representante de Goffman (1988) acima referida.

Perguntamos aos atletas se eles tivessem que escolher entre duas matérias, uma em que suas conquistas fossem ressaltadas, suas medalhas, recordes e treinamento enfocados, e outra em que sua história de vida estivesse em primeiro plano com a descrição de sua deficiência e de suas dificuldades, qual escolheriam e as respostas foram diversas.

Eu escolheria a da minha vida (...) o que fica depois que a gente passa, vamos dizer assim, aquilo que você deixou de exemplo para as pessoas como algo bom, aquilo que você fez de bom para as pessoas (Dirceu Pinto).

A segunda. (...) seria exemplo para as outras pessoas, estar despertando o interesse de outras pessoas em praticar esporte... (Jerusa Santos).

Então eu mandaria você juntar, porque, vamos supor, como é que eu sou um atleta paralímpico, e não vou falar da minha deficiência? (...) Não dá para você separar as duas, porque... uma coisa está interligada à outra, não só da superação porque eu sou deficiente, mas da superação de ir lá treinar, de superação de deixar a família... (Yohansson Nascimento).

(...) não só nossa imprensa brasileira comece a mudar um pouco essa visão de... coitadinho e atleta com deficiência para... atleta de alto rendimento e eficiência ou dedicação ou algo do tipo (...). Ahn, mas tão bacana seria se a gente começasse a valorizar um pouco mais o atleta, o resultado, e mudar essa conotação (André Brasil).

Terezinha Guilhermina: Eu prefiro... nesse momento a dos resultados.

Pesquisadora: Se fosse em outro momento voce ia preferir...

Terezinha Guilhermina: A outra (Terezinha Guilhermina).

Dirceu Pinto e Jerusa Santos optaram pelo foco em sua história de vida para assim ser exemplo para outras pessoas, com e sem deficiência, Terezinha Guilhermina e André Brasil, por sua vez, disseram preferir os resultados, Terezinha, ressaltou, no entanto, que essa seria sua escolha para o momento atual e que em outra situação poderia preferir focar em sua deficiência e sua vida. Já Yohansson Nascimento e Maciel Sousa decidiram por unir as duas informações. O interessante aqui é que apesar de apenas dois atletas sugerirem que tanto as informações sobre sua deficiência e vida quanto sobre seus feitos esportivos deveriam estar presentes na fictícia reportagem, essa ideia de que a deficiência e o esporte, e os sacrifícios e dificuldades atrelados a ambos, são partes indissociáveis de sua identidade permeou as entrevistas de quase todos os atletas.

(...) pode falar da história de vida dele, pode falar das dificuldades, também faz parte, mas fala da importância daquilo que ele fez, do quão bacana é o sacrifício diário (...). Por que as pessoas não contam essas histórias, do que simplesmente falar, “poxa era um menino que morava próximo a favela, teve poucas oportunidades, veio de classe média para pobre, bom, que é negro, que é isso, que é aquilo”? A gente não é cota (...) (André Brasil).

Tanto ele estar superando a deficiência dele, quanto ele é um profissional como qualquer outro. Ele é um profissional que trabalha, e tem o esporte como trabalho (...). Não deveria mostrar só o atleta como: “Ah, superou a deficiência através do esporte”. Tá, mas e toda a luta eu ele teve? (...) Eu acho que, para contar a história tem que contar a história completa. E não só, ahn..., a metade (Maciel Sousa).

Não somente o mundo, ou a sociedade, mas também o ser humano são complexos; muito complexos para o entendimento completo e direto. Não estamos preparados para lidar com tamanha sutileza, variedade, combinações e mudanças. E pelo fato de termos que lidar com esse mundo e interagir com outros seres humanos, sentimo-nos impelidos a simplificar e daí surgem modelos e estereótipos que nos auxiliam a navegar pela complexidade do ser (LIPPMANN,1922). E assim também são gerados os binários, não se pode ser eficiente e deficiente ao mesmo tempo, quando isso ocorre, como no caso de atletas paralímpicos, torna-se necessário simplificar a complexidade da ideia de que há, na verdade, um leque de possibilidades. A representação desses atletas nas páginas dos jornais passa por esse processo de simplificação e apenas uma faceta é apresentada, conforme a atleta Terezinha Guilhermina ressalta durante a entrevista.

(...) infelizmente ainda existe aquele paradigma ou você é um vendedor de loteria ou você ganha medalha. Ahn... além de ser atleta eu sou psicóloga, e eu não acho justo colocar as pessoas só em dois pacotes (Terezinha Guilhermina).

A maior parte das pessoas confia nas imagens literárias da cegueira como a “escuridão total”, surdez como “silêncio total” e lesões medulares como “paralisia total” que, contudo, podem ser misticamente superadas com “suficiente determinação”. Essas imagens têm como função constituir a eficiência e deficiência como conceitos radicalmente diferentes, em vez de parte de um amplo e complexo espectro humano (MARKS, 1999).

Foucault (1988) intrigado pelo quadro de Magritte “Isso não é um cachimbo”, escreve um livro homônimo que também nos intriga. Apesar de tratar especificamente da arte, Foucault delineia considerações acerca do real e da representação do real que nos interessa. Para Foucault, o desenho ou pintura de uma casa, não é uma casa, mas apenas a representação de uma casa. Da mesma forma acontece com a pintura de Magritte, o retratado não é um

cachimbo, não se pode enchê-lo de tabaco e fumá-lo. O que hoje nos parece óbvio na época, significou um marco importante uma vez que separava o real de sua representação. Ao analisar tal conceito exposto por Foucault, pensamos que o jornalismo faz exatamente o oposto do que fez Magritte. O pintor nos alerta que aquilo que vemos não é real, já o jornalismo nos afirma isso é real, é o fato, é o atleta, quando na verdade é apenas uma faceta do real sendo impossível retratar alguém ou um fato em sua totalidade.

Olhando para o desenho do cachimbo talvez qualquer pessoa pense automaticamente: trata-se de um cachimbo, entretanto ao ler o título que lhe foi dado perceberá que, na verdade, aquilo se trata de uma representação. No jornalismo, algo semelhante acontece, ao lermos uma matéria sobre os atletas paralímpicos, somos levados a crer que aquele é o atleta, no entanto, não há qualquer aviso de que se trata apenas de sua representação. Ficando o leitor com a ideia que lhe foi sugerida pela mídia, enquanto sabemos ser impossível que tal representação abarque toda a complexidade do ser.

Alguns atletas entrevistados, no entanto, demonstram consciência da multiplicidade de suas características e prefeririam ser representados como pessoas com deficiência e atletas, mas acreditam que talvez o preconceito possa, muitas vezes, impedir que os atletas e o evento – Jogos Paralímpicos – sejam retratados em toda sua complexidade.

Eu não me sinto tão feio para aparecer num, por exemplo, numa propaganda, ahn... O porquê, isso para mim ainda é o mais... cruel né? Mostra ainda o preconceito né? Palavras como nós criamos no nosso vocabulário, hoje bulling, mas não deixa de ser preconceito. Ahn... O porquê que na Olimpíada, na modalidade natação, você tem a câmera subaquática, onde você acompanha o atleta, e por que na Paralimpíada você tem simplesmente fotos e relances... Por quê? Será que é feio mostrar debaixo a beleza do que é uma pessoa sem braço, sem perna nadar? Porque para mim, é belo. Mas será que é feio para o mundo? (André Brasil).

A não repercussão do esporte paralímpico, eu já ouvi uma coisa que foi o seguinte: “É deprimente ver uma pessoa sem braço na televisão”; eu já ouvi é... que não é agradável ver as pessoas cegas. É assim, têm vários motivos, eu não sei se isso seria um preconceito, talvez por falta de conhecimento do que uma pessoa com deficiência é capaz de fazer (Terezinha Guilhermina).

Em nossa análise dos impressos, os slogans relacionados ao preconceito apareceram em apenas 1,77% do material. Matérias que apontam que atletas buscam não só resultados como também o fim do preconceito, ou a mudança de atitude de atletas-guia após sua entrada no movimento paralímpico. Alguns atletas entrevistados relataram ainda ter sofrido o preconceito da sociedade.

(...) infelizmente às vezes a pessoa vê a bengala antes de ver a gente. Não querem nem olhar para a cara. E..., acontece assim, de vez em quando acontecem umas coisas assim. Já ouvi muito tipo: “Ela é muito sarada para ser cega, para ser deficiente”, ou “Ela tá muito bem vestida para ser cega”. Quando eu vou passar na frente no banco ou em algum lugar às vezes a pessoa comenta; você tem que estar mal vestida, você tem que andar torto, tem que olhar torto, não pode saber se expressar, porque senão você não é deficiente. Infelizmente ainda existe muito preconceito (Terezinha Guilhermina).

E as pessoas tiravam sarro de mim quando eu andava. Então tudo isso entrava na minha cabeça e me fazia ficar cada vez mais preso dentro de casa. Então eu não tinha uma boa convivência com a minha deficiência quando eu andava..., e eu sentia muitas dores nas pernas, dores na coluna de andar e ficar de pé, então eu não tinha vida (Dirceu Pinto).

Silva e Howe (2012) definem *supercrip* como uma narrativa que tem como plot alguém que tem de lutar contra sua deficiência para se superar e atingir o sucesso, e identificam a contínua comparação com as normas da sociedade sem deficiência com um dos mecanismos chave nessa narrativa. A nítida separação entre Jogos Olímpicos e Paralímpicos, e a rara “ascensão” dos paratletas nesse universo ganham novos contornos. O pioneirismo de Oscar Pistorius como o primeiro biamputado a participar das duas competições – Olimpíadas e Paralimpíadas de Londres em 2012 – foi constante presença nos jornais como feito extraordinário.

Na verdade, esses eventos esportivos possuem características comuns: o melhor vence; as competições têm sistemática similar, com a diferença de haver mais categorias, além da separação por gênero, masculino e feminino, divide-se também tipos e graus de deficiência; o atleta é profissional com o necessário treinamento e disciplina. Ou seja, o paradesporto não rompe com a estrutura esportiva, mas aproxima-se dela. Assim essa íntima relação entre as competições também pode ser percebida na forma com que os atletas são representados, suas vitórias exaltadas, performances descritas, características positivas enfocadas e expressões idênticas utilizadas (como astro, estrela, grande nome, etc.).

Todavia surge a comparação entre os atletas olímpicos e paralímpicos. Em nosso estudo as comparações apareceram em quantidade modesta (4,44%). Nos impressos Daniel Dias foi comparado algumas vezes com o nadador americano Michael Phelps pelo número de medalhas conquistadas, Alan Fonteles recebeu a alcunha de Bolt Brazuca, por ser o mais veloz nos 100m rasos, além disso, alguns atletas e treinadores se apropriam desse discurso comparativo, “(...) o treinador, que comparou Jefinho a Neymar (...) Ricardinho (...) comparado ao Messi” (KNOPLCH, 2012g, p. 05).

Chang e colaboradores (2011) ao analisarem a cobertura dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos perceberam que os jornais publicaram artigos que comparavam atletas olímpicos

e paralímpicos, que se por um lado enfatizavam a excelente performance dos atletas com deficiência, por outro desqualificavam o atleta com deficiência pela necessidade de legitimar seu sucesso através da comparação.

O atleta André Brasil aponta que muitas vezes foi comparado com atletas olímpicos com resultados inferiores ao dele. E mesmo com resultados mais positivos os atletas paralímpicos não só têm menos quantidade e qualidade na cobertura midiática, como também menos oportunidades de patrocínio e são com menos frequência escolhidos como garotos-propaganda de marcas diversas.

2007, meu primeiro Panamericano, me compararam ao Thiago Pereira, já que eu ganhei oito medalhas, seis de ouro, uma de prata e uma de bronze. E para um cara muito crítico, ahn..., a minha primeira cutucada junto à imprensa. Quando me compararam ao Thiago, ahn.... eu virei e falei “Bom, o Thiago quebrou algumas marcas sul-americanas, mas eu tive três quebras de recorde mundiais (...).

O que diferencia o André do Cesar? (...) Bom, o Cesar fez algo inédito, ganhou uma medalha de ouro, depois, posteriormente, ele, minto, ele ganhou uma medalha de ouro e uma medalha de bronze em 2008, depois, posteriormente, em 2012 uma medalha de bronze. Mas o que difere realmente o cara que tem três medalhas olímpicas, de um cara que tem dez, que é o meu caso? Tenho sete de ouro e três de prata, que é muito mais do que ele fez... ahn... O porquê que ainda é feio para uma empresa ou um patrocinador, ahn... bancar ou pagar uma propaganda para uma pessoa com deficiência aparecer na tv (André Brasil).

E mesmo apontando os resultados mais positivos dos atletas paralímpicos os entrevistados visam apenas igualdade na cobertura midiática de Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Sim, chateia, porque eu queria que fosse igual. O mesmo... a mesma quantidade de tempo que mostram os atletas olímpicos deveria mostrar os paralímpicos também (Jerusa Santos).

É... antes era assim a gente lá embaixo e eles lá em cima, eles continuam tendo a visibilidade power, mas só que a gente está crescendo cada vez mais. Eu espero muito, e estou fazendo por onde que um dia isso seja igual. (...) Eu não quero que o paralímpico tenha mais visibilidade do que o olímpico, mas também não quero que o olímpico tenha mais do que o paralímpico, quero todo mundo ali, porque quando eu estou correndo, vou citar um alagoano também Bruno Lins, a Jéssica, que são atletas do atletismo, são de Alagoas, quando ele ganhou uma medalha as cores da bandeira que ele representa são as mesmas cores que eu represento (Yohansson Nascimento).

Independente de ser ou não, é..., ter ou não deficiência, nós somos brasileiros e também vamos estar defendendo a bandeira brasileira, eu espero que a gente tenha, no mínimo dentro do Brasil, a mesma repercussão que o convencional tem (Terezinha Guilhermina).

Thomas e Smith (2003) também observaram a tendência dos jornais em traçar essas comparações como se os atletas paralímpicos almejassem a “normalidade”. Essa

representação responde à ideia de que o corpo desses atletas é defeituoso, e que através do esporte pode ser reformulado criando-se legitimidade e aceitação social (HARGREAVES, 2000; THOMAS; SMITH, 2003). De diversas formas a participação das pessoas com deficiência no esporte é uma maneira de lidar com o estigma da deficiência. Nixon (1984) e Asken (1991) elucidam que essa participação dá a ideia de que as pessoas com deficiência não são significativamente diferentes dos outros. E, por isso, a comparação entre os atletas olímpicos e paralímpicos pode ser fundamentada nessa ideia. Contudo, não podemos deixar de notar que essa prática enfraquece as tentativas das pessoas com deficiência em criar sua própria identidade.

Exemplo clássico é livro *“Paralympics: Where heroes comes”* de Steadward e Peterson (1997, p. 08). De acordo com os próprios autores, no prefácio, o manuscrito foi inspirado no slogan dos Jogos de 1996 “(...) the Olympics is where heroes are made. The Paralympics is where heroes comes”⁴³. Na primeira sentença percebe-se que para atingir o status de herói o atleta olímpico precisa atingir o patamar mais elevado, através da alta performance conquistada por esforço, treinamento e disciplina, ou seja é um processo ativo. Em contraste, a segunda sentença nos mostra que todo atleta paralímpico é herói, independente de sua performance, e assim temos um processo passivo. De acordo com Peers (2009) esse contraste inferioriza os atletas paralímpicos em sua performance, a importância de suas conquistas, de seu treinamento, estratégia, organização, etc. Aqui temos a associação à ideia de que o atleta paralímpico teve de superar a deficiência, portanto só o fato de participar de um evento esportivo o tornaria herói.

Assim, as comparações delineadas visam atingir a legitimidade do atleta e esporte paralímpico, só atingida através das relações estabelecidas com o esporte e atletas convencionais. Contudo, atletas que transitam entre as duas categorias, como o citado caso de Pistorius, podem gerar maior interesse da mídia, mas não chegam a ultrapassar a barreira entre os esportes, uma vez que não podem pertencer às duas categorias ao mesmo tempo.

O que percebemos é a busca pelo valor do esporte adaptado, que, como vimos, não possui, para os meios de comunicação, valor *per se*. Ao mesmo tempo o valor do esporte surge nas matérias como a “tábua de salvação” do atleta.

No caso das deficiências congênitas, o esporte dá propósito à vida da pessoa. No caso da deficiência adquirida o esporte traz a pessoa para mais perto das normas da sociedade não-deficiente e também dá novo sentido à vida (CHARBONNIER; POPESCU, 2012). Ozivam

⁴³ (...) as Olimpíadas são onde os heróis são construídos. As Paralimpíadas são onde os heróis vão (Tradução livre da autora).

Bonfim, por exemplo, que compete no atletismo, em uma matéria publicada pelo O Globo relata a infância pobre em Jacobina, na Bahia, o assassinato do pai e a perda do braço, “Hoje, dou graças a Deus que tudo isso aconteceu comigo porque saí de Jacobina e segui outro caminho. Foi o destino” (KNOPLOCH, 2012a, p. 05).

Parece-nos que as palavras de Ozivam demonstram que só foi possível dar novo sentido à vida após a amputação, isso registra a morte simbólica do estilo de vida e da identidade anterior e a construção do ser atleta, capaz de sair do interior e ganhar o mundo. Como explica Goffman (1988, p. 20), “o estigmatizado pode, também, ver as privações que sofreu como uma bênção secreta, especialmente devido à crença de que o sofrimento muito pode ensinar a uma pessoa sobre a vida e sobre as outras pessoas”. O esporte deu propósito à vida de Dirceu Pinto, “Não fosse pela bocha, estaríamos presos dentro de casa como muitos estão no Brasil” (FELIZOLA, 2012, p. 07). E essa ideia também esteve presente em nossas entrevistas.

(...) hoje essa modalidade mudou a minha vida. (...) Aquela pessoa que só ficava dentro de casa e não tinha perspectiva de vida, agora a vida dele estava sendo transformada (Dirceu Pinto).

Bem como a ideia do esporte como a oportunidade de mudança de vida. Hoje eu posso dizer que graças ao esporte melhorou muita coisa para mim, né?! Eu aceitar mais a deficiência. É... Se não fosse o esporte eu não teria conhecido... tanta gente boa, tantos lugares fora do Brasil, jamais eu teria tido essas oportunidades (Jerusa Santos).

(...) e aí eu soube que..., que teria corrida de rua, e na corrida de rua, era 5km, e teria dinheiro, e aí foi quando eu corri, e o primeiro lugar ia ser 100, o segundo 80 e o terceiro 60, e eu fiquei em segundo ganhei 80 reais, e aí eu me senti milionária. Como eu sou de uma família bem humilde e eu sempre quis tomar um iogurte, e pelo fato de ter muitos irmãos e não ter muito recurso, esse iogurte era meu sonho de consumo da infância. Aí eu peguei esse dinheiro já passei no mercado e comprei o iogurte e tomei, e aí eu me senti milionária, e naquele momento eu descobri que através do esporte eu poderia realizar todos os meus sonhos (Terezinha Guilhermina).

Muitas outras minorias, como pessoas de classes sociais mais baixas, que, sem oportunidades, também veem no esporte sua salvação, uma forma de sair de suas cidades, ou dos bairros pobres onde moram, e “ganhar o mundo”, dar uma condição melhor de moradia para a família, oferecer qualidade de vida aos filhos. A diferença entre essas minorias e as pessoas com deficiência é que para essas últimas o esporte, muitas vezes, aparece como a única alternativa para sair de casa, como se a pessoa com deficiência não pudesse viver em sociedade. Como a história de Terezinha Guilhermina que começou no esporte por não conseguir emprego, de acordo com a atleta por conta do preconceito.

O que é preocupante, do ponto de vista das relações sociais, é a generalização da limitação específica à deficiência, para ações que são independentes dela, i.é., não é pelo fato do portador de deficiência física não poder andar que ele não possa se locomover, ou mesmo desempenhar atividades mais difíceis. O fato é que tendemos, através da visualização de uma limitação qualquer (ainda mais se for física) a caracterizar o sujeito portador de deficiência física como absolutamente incapaz e promover práticas assistencialistas que solidificam estas percepções, proferindo discursos igualitários (FIALHO, 2004, p. 46-47).

Assim, o estereótipo do *supercrip* personifica a imagem popular da deficiência como algo que deve ser superado, ao invés de aprender a ajustar-se. Por outro lado, outro estereótipo presente em alguns estudos sobre o atleta paralímpico é o do coitadinho, ou *pitiful handicapped*, baseado em um processo de objetificação, onde a pessoa com deficiência torna-se a personificação de sua própria deficiência. Sua existência depende de sentimento de pena que despertam. A vitimização desses atletas foi pouco presente nos jornais analisados (6,66%), contudo o registro dessa categoria ainda é preocupante.

As pessoas com deficiência não são vistas como indivíduos independentes, e os impedimentos são muitas vezes construídos pela sociedade e não pela deficiência, como por exemplo, a inacessibilidade, a discriminação, o preconceito, etc. Este padrão de representação é conhecido como modelo da tragédia pessoal. Esta narrativa dissocia a pessoa com deficiência do contexto social e cultural, e os indivíduos passam a ser tratados como vítimas dependentes da assistência e atenção de outros. Assim, somos informados que “Dirceu e Eliseu contam com a ajuda de familiares para auxiliá-los durante as viagens para as partidas” (FELIZOLA, 2012, p. 07), ficamos sabendo que após ser baleado e perder o movimento das pernas o esgrimista Jovane Guissone “(...) teve um ano de dependência em relação aos familiares e chegou a perder a namorada (...)” (KNOPOCH, 2012e, p. 05); e que alguns atletas como Levi Gomes e Anderson Silva, do vôlei sentando, recusaram a ver-se como pessoas com deficiência. Os atletas entrevistados rejeitam fortemente a ideia de que são vítimas ou coitadinhos.

Bom, eu não sou coitadinho de nada porque eu perdi, eu nasci assim ou perdi num acidente, eu sou um vitorioso porque eu treino todo dia, eu ralo todo dia, eu malho todo dia como qualquer trabalhador, e com meu trabalho eu vou lá e conquisto uma medalha que traz orgulho para o nosso país (André Brasil).

Eu não vou chegar aqui, e depois, é... dessa entrevista que você está falando comigo, eu não quero que você olhe para mim: “Ai coitado ele não tem as duas mãos”, eu quero que você olhe para mim (...): “Poxa que história de vida bacana que ele tem apesar das dificuldades, ele venceu na vida, é um campeão”. Isso tudo, é a imagem que eu quero passar e não a imagem de deficiente (Yohansson Nascimento).

Nós não somos, muitas vezes, por ser atletas, eu não sou mais uma coitadinha, eu consigo vender uma imagem mais positiva no que tange a cores, alegria, divertimento, e não fica mais aquela coisa de: “A coit..., a cega..., a coitadinha da cega que corre”. Eu sou uma atleta tão... com corpo, com cara, com estilo de uma atleta convencional (Terezinha Guilhermina).

A alteridade provoca medo, principalmente de perder a independência. Na cultura narcisista e capitalista as pessoas buscam a “perfeição” e a “independência”. As partes do eu que são inaceitáveis nessa cultura normalizadora são mantidas fora da consciência e são separadas e projetadas naqueles que têm sido socialmente construídos como danificados. O enquadramento vitimizador está fortemente relacionado a valores negativos e socialmente indesejados, e aproxima-se muito do modelo médico.

Esse modelo desempodera as pessoas com deficiência, uma vez que naturaliza a percepção vitimizadora, como se essas pessoas fossem dependentes de ajuda, tratamento e reabilitação, e ao mesmo tempo ao não reconhecer suas individualidades e habilidades. Centralizado na cura do corpo deficiente, o modelo define patologias, classifica sintomas, rotula comportamentos e busca tratamentos.

Para o atleta André Brasil o discurso médico evoca a superação e mostra o quanto a mídia brasileira é sensacionalista com a questão da deficiência.

Bom, eu vou voltar de novo a dizer que a nossa mídia brasileira ainda é sensacionalista e busca essa questão do lado da inclusão social, da pessoa com deficiência, ahn... Isso muitas vezes atrapalha (André Brasil).

Já Yohansson Nascimento acredita que para além da curiosidade do público sobre os tipos de deficiência dos atletas, e se é congênita ou foi adquirida, o sistema de classificação dificulta o entendimento não só dos leitores, mas também dos jornalistas.

É, isso que é complicado porque para quem não vive o meio já, a não ser quando ele vai assistir a prova ele está vendo ali, o cara está correndo com guia, o público vai ver, o outro atleta é cego, eu vou correr com atletas que não têm as mãos, aí todo mundo vai saber, mas ninguém vai saber qual é a minha categoria, vai saber que é uma categoria que o pessoal corre sem as mãos, que não tem, que tem deficiência em membros superiores. (...) porque não é todo mundo que vai: “Ah, vou lá assistir uma prova T37 que é para paralisados cerebrais só de um lado do corpo”. Ainda é isso que... que deixa confuso para o público.
 (...) É porque o pessoal vai ter curiosidade. Você faz uma matéria, você está lendo (...), está lá uma foto minha: “O Yohansson, não sei o que, não tem as duas mãos”, dez pessoas vão ler, eu acredito que pelo menos a metade vai ficar com curiosidade: “O que foi aquilo na mão dele será?”. Uma coisa tão simples: “Yohansson nasceu sem as duas mãos”. Pronto. Ninguém vai ficar: “Eita ele nasceu...”, ele vai ler, vai matar a curiosidade e pronto... Num é nem bom, nem ruim, é que faz parte, se eu nasci sem as duas mãos, eu posso falar, tranquilo (Yohansson Nascimento).

Terezinha Guilhermina opina que a persistência do modelo médico é devido à falta de preparo de jornalistas que cobrem o paradesporto.

Eu acho que isso é resultado de jornalistas não preparados e que têm mais informação sobre uma doença do que sobre uma pessoa, ou sobre o esporte. Está ali por engano, porque é muito mais fácil você pesquisar sobre a retinose pigmentar e saber dar um laudo inteiro que você pega em qualquer internet e publica, do que saber por que que eu uso venda, por que que as minhas vendas são estilizadas, por que que eu chego na frente, por que que... como é que eu corro, quem é o meu guia, quais são as, ahn... as cordinhas, quais são as diferenças, são detalhes demais para você ter como informação, e muitas vezes a pessoa não tem e acaba focando: “É uma coitadinha, ela é ceguinha, ela era pobrezinha e lá lá lá” (Terezinha Guilhermina).

Os atletas levantam questões diversas e interessantes. A falta de informação de jornalistas que leva ao foco restrito à deficiência, o difícil sistema de classificação dos Jogos e a curiosidade do público sobre sua deficiência.

O Comitê Paralímpico Internacional reconhece seis diferentes categorias de deficiência: Atletas com paralisia cerebral; Atletas com lesão medular/poliomielite; Atletas com amputação; Atletas com deficiência visual; Atletas com deficiência intelectual; e *Les autres* (outras deficiências que não se enquadram nas categorias anteriores). O sistema de classificação dos atletas surgiu em 1960 nos Jogos de Roma com o objetivo de garantir a legitimidade do evento e resultados justos. O primeiro sistema era baseado no exame médico e essa técnica permaneceu a mesma até 1976 quando os amputados e cegos foram integrados ao sistema. Hoje o sistema baseia-se em dois tipos de classificação, a médica que identifica o nível de deficiência, e a funcional que verifica a capacidade do atleta em executar movimentos específicos da modalidade. O sistema é difícil de ser entendido tanto por jornalistas quanto pelo público. E se os jornalistas não o entendem não conseguem explicar.

Apesar do uso da medicina como um dos critérios para classificar os atletas e a evidente curiosidade do público sobre a deficiência dos competidores, acreditamos que o melhor preparo de jornalistas para a cobertura de eventos como os Jogos Paralímpicos e mais visibilidade do atleta na mídia podem ser soluções para que sua deficiência deixe de ter a importância que tem hoje como informação.

Existem vários discursos sobre a deficiência disseminados pela mídia e outros canais de comunicação, como o modelo médico, o modelo social, o modelo cultural, o discurso de caridade e diversas variações desses temas.

De acordo com Stadler (2006) os modelos social, afirmativo e cultural não são representados de forma adequada pelos meios de comunicação. Para que se tenha uma visão

mais positiva da deficiência, e das pessoas, é necessário que haja pluralidade de discursos e de modelos de representação da deficiência na mídia, o que não acontece com tanta frequência, uma vez que a tendência é naturalizar discursos e ideologias dominantes.

Um estudo de estratégias de comunicação usadas no anúncio de serviços públicos sobre a deficiência mostrou que quando a pessoa com deficiência fala em seu benefício a mensagem é vista de forma mais positiva. Valentine (2001) mostrou que existe uma grande diferença entre as representações midiáticas da deficiência que evocam a autorrepresentação, ou seja são feitas pelas próprias pessoas com deficiência, e aquelas construídas por pessoas sem deficiência.

Sikorski e Schierl (2012) pesquisaram o impacto do enquadramento na audiência, através de estudo realizado com estudantes alemães do sexo masculino, e concluíram que os tipos de representação podem afetar de forma significativa as atitudes acerca do atleta com deficiência. Por exemplo, o enquadramento de performance atlética, em contraste com o de dependência e tragédia pessoal, está fortemente relacionado a valores positivos e socialmente desejados que aparentemente tiveram impacto sobre as atitudes dos participantes.

3.3.6 São todos iguais?

E como a mídia enquadrrou os diferentes atletas? Ao analisarmos separadamente o tipo de enquadramento/slogan associado a cada atleta, tanto quantitativa quanto qualitativamente, o que percebemos é que dos cinco atletas com maior representatividade, todos figuram entre os cinco atletas mais associados a estereótipos (Gráfico 5 e Tabela 23).

Gráfico 5 – Atletas mais associados a estereótipos

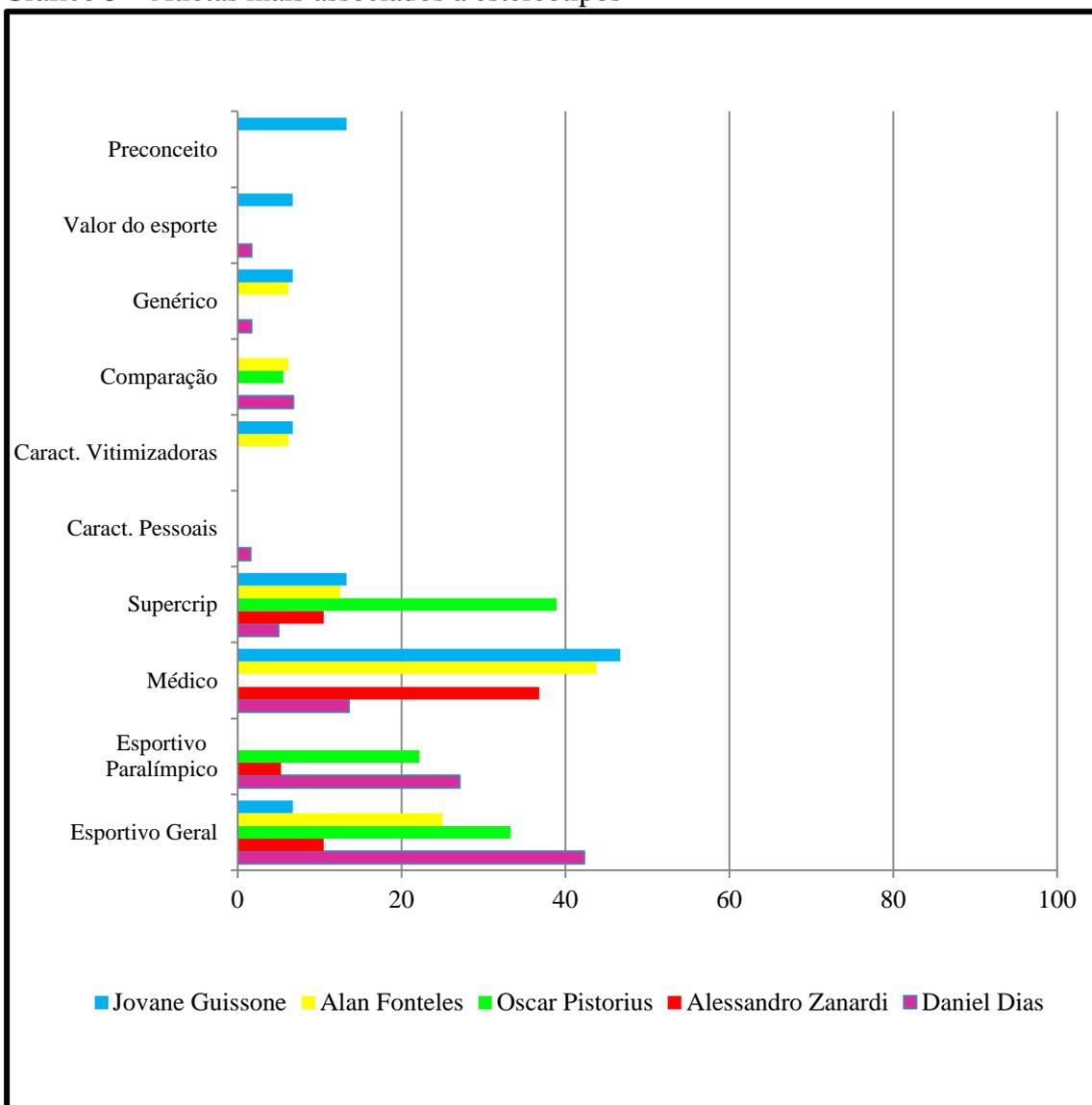


Tabela 23 – Atletas x Slogans

	Slogans										Total
	Esportivo Geral	Esportivo Paralímpico	Médico	<i>Superscrip</i>	Caract. pessoais	Caract. vitimizadoras	Comparação c/ olímpicos	Genérico	Valor	Preconceito	
Daniel Dias	25	16	8	3	1	0	4	1	1	0	59
	42,4%	27,1%	13,6%	5%	1,6%	0%	6,8%	1,7%	1,7%	0%	100%
Alessandro Zanardi	2	1	7	7	0	2	0	0	0	0	19
	10,5%	5,3%	36,8%	36,8%	0%	10,5%	0%	0%	0%	0%	100%
Oscar Pistorius	6	4	0	7	0	0	1	0	0	0	18
	33,3%	22,2%	0%	38,9%	0%	0%	5,6%	0%	0%	0%	100%
Alan Fonteles	4	0	7	2	0	1	1	1	0	0	16
	25,0%	0%	43,8%	12,5%	0%	6,2%	6,2%	6,2%	0%	0%	100%
Jovane Guissone	1	0	7	2	0	1	0	1	1	2	15
	6,7%	0%	46,7%	13,3%	0%	6,7%	0%	6,7%	6,7%	13,3%	100%
Atletas em geral (sem especificação)	2	0	2	3	0	3	0	0	0	1	11
	18,2%	0%	18,2%	27,3%	0%	27,3%	0%	0%	0%	9,1%	100%
Romário	3	1	1	1	0	0	1	0	0	0	7
	42,9%	14,3%	14,3%	14,3%	0%	0%	14,3%	0%	0%	0%	100%
Dirceu e Eliseu	2	1	3	0	0	1	0	0	0	0	7
	28,6%	14,3%	42,9%	0%	0%	14,3%	0%	0%	0%	0%	100%
Clodoaldo Silva	5	1	0	1	0	0	0	0	0	0	7
	71,4%	14,3%	0%	14,3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
André Brasil	2	0	1	2	0	0	0	0	1	0	6
	33,3%	0%	16,7%	33,3%	0%	0%	0%	0%	16,7%	0%	100%

Tito Sena	0	0	2	3	0	0	0	1	0	0	6
	0%	0%	33,3%	50%	0%	0%	0%	16,7%	0%	0%	100%
Terezinha Guilhermina	2	2	0	0	1	0	0	0	0	1	6
	33,3%	33,3%	0%	0%	16,7%	0%	0%	0%	0%	16,7%	100%
Anderson e Levi	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	4
	25%	0%	75%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Ozivam Bonfim	0	0	1	2	0	0	0	0	1	0	4
	0%	0%	25%	50%	0%	0%	0%	0%	25,0%	0%	100%
Giba	2	0	1	0	0	0	1	0	0	0	4
	50%	0%	25%	0%	0%	0%	25%	0%	0%	0%	100%
Yohansson Nascimento	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3
	66,7%	0%	0%	33,3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Bill	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	3
	33,3%	0%	33,3%	0%	33,3%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Lucas Prado	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Bartô	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	3
	0%	0%	33,3%	0%	0%	66,7%	0%	0%	0%	0%	100%
Dirceu Pinto	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	2
	0%	0%	0%	50%	0%	0%	0%	0%	50%	0%	100%
Levi Gomes	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	2
	0%	0%	50%	0%	0%	50%	0%	0%	0%	0%	100%
Benoit Huot	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2

Carlo Michell	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Romário e Giba e Ricardinho	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%	0%	0%	100%
Total	70	28	47	40	0	15	10	5	6	4	225
	31,1%	12,4%	20,9%	17,8%	0%	6,7%	4,4%	2,2%	2,7%	1,8%	100%

Percebemos pelo Gráfico 05 que a maior parte dos slogans concentram-se, principalmente no Esportivo Geral, Esportivo Paralímpico, Médico e *Supercrip*.

O nadador Daniel Dias foi caracterizado nos slogans Esportivo Geral e Esportivo Paralímpico; o atleta que subiu ao pódio seis vezes em Londres para receber seis medalhas de ouro, teve suas características como atleta mais evocadas pelos jornais impressos analisados. Em seu perfil no site do Comitê Paralímpico Internacional Daniel Dias é tido como o atleta brasileiro mais bem sucedido da última década. Antes da competição a mídia depositou no atleta as esperanças de medalha e resultados positivos, como, por exemplo “(...) ele é a maior esperança de medalhas nos Jogos Paralímpicos (...)” (CANDIDATO, 2012, capa); e durante o evento ressaltou seus feitos. Apesar de a maioria dos slogans associados a esse atleta estar relacionada a suas características e feitos esportivos (69,4% Esportivo Geral e Esportivo Paralímpico) ainda encontramos como terceiro slogan mais frequente o Modelo Médico. A deficiência de Daniel Dias é (re)apresentada nos jornais durante toda a competição, expressões como: nasceu com má-formação nos braços (ou membros superiores) e na perna direita, estiveram presentes em todos os jornais analisados, e em 13,6% dos slogans referentes ao atleta o que reforça a importância da descrição da deficiência para a audiência.

Alessandro Zanardi, Alan Fonteles e Jovane Guissone têm sua deficiência enfocada através dos slogans Médicos com ainda mais frequência. Zanardi, como já discutimos anteriormente, adquiriu sua deficiência diante dos olhos do público depois de sofrer um grave acidente durante uma prova da Fórmula Indy, portanto esse acidente foi recontado e revisitado com riqueza de detalhes bem como suas consequências, o que fez com que os termos médicos tenham sido mais utilizados quando se trata da amputação das pernas do atleta, juntamente com os slogans “Heroizantes”, uma vez que o italiano se enquadra no modelo da pessoa que sofre uma grande perda mas ressurgiu campeão.

Jovane Guissone, também adquiriu sua deficiência em “momento trágico”, ao reagir a um assalto foi baleado e perdeu os movimentos das pernas. Assim também sua história foi contada com foco no momento em que o esgrimista começa a praticar o esporte e supera as dificuldades causadas pela deficiência para se tornar atleta profissional.

Alan Fonteles, por sua vez, possui deficiência congênita. A forte presença de slogans Médicos relaciona-se com suas próteses altamente tecnológicas. O atleta utiliza o mesmo tipo de próteses para correr que Oscar Pistorius, que depois de anos de discussão conseguiu o direito de participar das Olimpíadas. A dúvida sobre a participação de Pistorius nas Olimpíadas girava em torno do fato de suas próteses, supostamente, lhe dar vantagens sobre as pernas dos competidores sem deficiência; durante as Paralimpíadas, depois de ser vencido

pelo brasileiro, o sul-africano reacendeu a discussão ao alegar que o brasileiro aumentou o tamanho das próteses para a competição, o que é permitido pelo Comitê Paralímpico Internacional dentro de certos parâmetros médicos de crescimento do próprio atleta. Este foi um dos principais motivos para a forte presença (43,8%) de expressões do Modelo Médico, principalmente para esclarecer que Alan Fonteles é biamputado.

Oscar Pistorius, como já mencionado, é o primeiro biamputado a participar das Olimpíadas, em 2012 participou das duas maiores competições esportivas do mundo – Jogos Olímpicos e Jogos Paralímpicos – e, por isso, acreditamos ter sido a ele associados mais expressões categorizadas dentro da narrativa do *Supercrip*, e juntamente com Alessandro Zanardi foram os atletas com mais presença nessa categoria. Como discutido anteriormente, o corpo de Oscar Pistorius é híbrido, humano e tecnológico, sua participação em eventos paradesportivos não foi questionada, no entanto, sua pretensão de participar das Olimpíadas desde 2008 foi recebida com desconfiança e sua legitimidade não foi facilmente reconhecida. A vantagem, ou não, de suas próteses foram questionadas, e o caso chegou a ser discutido não só no ambiente acadêmico (ver JONES; WILSON, 2009) como também no Tribunal Arbitral do Esporte. Após a liberação para que o atleta competisse nos Jogos Olímpicos o debate se dissipou e toma lugar o discurso daquele que supera inclusive as ideias do que é humano e borra as fronteiras.

Dos seis atletas entrevistados para este estudo, quatro figuram entre os dez mais associados a estereótipos, e apenas dois não foram associados a qualquer slogan. André Brasil foi associado na mesma medida ao *Supercrip* (33,3%) e ao Esportivo Geral (33,3%). O nadador, diagnosticado com poliomielite aos seis meses de idade possui como seqüela uma deficiência na perna esquerda, subiu ao pódio cinco vezes em Londres para receber três ouros e duas pratas, ao mesmo tempo em que foi tratado como atleta (nesse caso sem caracterizá-lo como atleta com deficiência ou paralímpico – Esportivo Geral), também teve características de heroísmo ressaltadas. Foi ressaltado que André Brasil “(...) é recordista mundial (...)” (NADADORES..., 2012, p. 01), mas as dificuldades enfrentadas pelo atleta por conta de sua deficiência também são exaltadas.

A história de Yohansson Nascimento era grande candidata a se enquadrar em histórias pessoais e de superação, podendo ser mais frequentemente enquadrado como *Supercrip*. O *sprinter* já em sua segunda Paralimpíadas, venceu a primeira prova (200m classe T46, para atletas amputados e com dismilia) e quebrou o recorde mundial. Ao final da prova tirou um pedaço de papel e mostrou para as câmeras: era um pedido de casamento para sua namorada que assistia do Brasil. Yohansson ainda conquistou uma medalha de prata nos 400m, e na

final dos 100m sentiu uma lesão que o levou ao chão. Apesar da dor levantou-se e cruzou a linha de chegada mancando. Apesar de todos os traços para se construir uma história baseada nas características de heroísmo, drama, triunfo, etc., o atleta recebeu poucos slogans, sendo o Esportivo Geral (66,7%) o de maior destaque.

A também *sprinter* Terezinha Guilhermina, brasileira de maior destaque na categoria T11, para pessoas com deficiência visual, ganhou duas medalhas de ouro – nos 100m e 200m – e assim como Yohansson protagonizou uma história que também poderia tê-la colocado no hall dos “heróis”. Na final dos 400m T12 seu guia sentiu uma lesão e sofreu uma queda levando consigo a atleta e a chance de pódio, contudo no dia seguinte Terezinha Guilhermina conquista o ouro nos 100m T11. Mesmo com uma história pronta para clichês a atleta recebeu, em sua maioria, slogans Esportivos Paralímpicos (33,3%) e Esportivos Gerais (33,3%).

Aqui podemos notar a grande diferença entre as histórias de heroísmo de atletas com e sem deficiência. Enquanto o herói olímpico é construído a partir da narrativa de superação esportiva (HELAL; CABO; MARQUES, 2009), os atletas paralímpicos com potencial para gerar esse tipo de história foram enquadrados de formas diversas. A categoria “super” voltada para atletas com deficiência só se torna digna de noticiabilidade se a superação estiver associada à deficiência. Por maior que seja a redenção do atleta com deficiência, sua condição trágica que legitima o discurso heroico não pode ser modificada. Assim Gonçalves e colaboradores (2009) ao analisar a cobertura dos Jogos Para-panamericanos de 2007 pelos jornais Lance e Folha de S. Paulo, e pela revista A+, concluíram que “Somente por isso, o esforço dessas pessoas em se tornarem paratletas parece ser considerado (...) como suficiente para que eles sejam louvados como heróis” (GONÇALVES et al., 2009, p. 164). Ou, como nos aponta Goffman (1988, p. 34) “São heróis da adaptação, sujeitos a recompensas públicas por provar que um indivíduo desse tipo pode ser uma boa pessoa”.

Dirceu Pinto conquistou duas medalhas de ouro na bocha em 2012, categoria BC4 para competidores em cadeira de rodas, foi o atleta entrevistado com maior porcentagem de slogans Médicos, principalmente ao explicar a natureza da deficiência do brasileiro, como uma forma de se controlar o discurso sobre o atleta.

Os dois atletas que não foram relacionados a slogans são Maciel Sousa e Jerusa Santos. Assim como Dirceu, Maciel também é atleta da bocha classe BC2 para pessoas em cadeiras de rodas. O brasileiro estreou em Jogos Paralímpicos em 2012 já com medalha de ouro e em 2014 tornou-se o líder do ranking mundial. Jerusa Santos compete na mesma

categoria de Terezinha, T11, e em 2012 ganhou duas medalhas de prata, nos 100m e 200m, e apesar de estarem presentes nos jornais analisados nenhum slogan foi-lhes associado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esporte é fundamentalmente um produto, e assim o valor dado pela mídia a qualquer evento é representativo dessa percepção. Isso não significa que há uma equação padrão que irá calcular o “valor” da cobertura midiática esportiva. A viabilidade comercial do esporte em relação ao atrativo midiático é baseada em uma combinação de fatores sociais, econômicos e até políticos. Recentemente os Jogos Paralímpicos cresceram, sendo mais comercializado e atraindo mais atenção dos meios de comunicação. O que faz deste um momento ideal para a análise crítica do evento. Entretanto, como já mencionado, os estudos que perscrutam a relação entre mídia e esporte paralímpico são escassos, principalmente no Brasil. Assim esperamos que o nosso estudo possa ter apresentado diferentes perspectivas sobre a temática, ao não só analisar as notícias referentes aos atletas paralímpicos publicadas nos jornais impressos O Globo, Folha de S. Paulo, Zero Hora e Estado de Minas, durante a cobertura dos Jogos Paralímpicos de 2012, mas também ao dar voz aos atletas sobre suas representações e sobre essa cobertura. Nosso intuito era o de dar um panorama da cobertura dos Jogos Paralímpicos de 2012, focando na representação de atletas, brasileiros ou não, principalmente pela análise dos estereótipos e da forma com que a deficiência foi enfocada.

É importante ressaltar que nesse trabalho fizemos, também, uma tentativa de descrever detalhadamente todo o processo empírico, principalmente durante a primeira fase referente à análise de notícias, uma vez que grande parte dos trabalhos que tratam do assunto não descrevem com cuidado o processo de codificação, ou as escolhas de método. Esta clareza metodológica foi uma opção da pesquisa a fim de dar a ver como chegamos aos resultados.

A forma com que os Jogos e os atletas paralímpicos são representados pela mídia é um tema que abracei no início da minha trajetória como pesquisadora. E o conhecimento que obtive durante esses anos de estudo foi usado como diretriz para que, em um momento pré-pesquisa de campo, as hipóteses fossem delineadas. No entanto, quando partimos para a análise dos dados ficamos abertos para que esses falassem, mesmo quando as hipóteses iniciais eram veementemente refutadas. Voltemos, então, às nossas hipóteses acerca da representação dos atletas paralímpicos pelos jornais.

Primeiro, acreditávamos que os estereótipos de “coitadinho” e *supercrip* seriam os mais encontrados na análise das notícias; essa hipótese foi refutada. Conforme demonstramos, os atletas foram mais frequentemente associados a expressões relacionadas ao esporte. Esse é

um dos resultados mais interessantes da pesquisa, pois vai de encontro a estudos anteriores que apontam que os atletas com deficiência são retratados de forma negativa pela mídia.

Levando em consideração as discussões sobre a forma mais correta de se referir a uma pessoa com deficiência, os inúmeros manuais publicados, além de diversas campanhas de conscientização da importância da linguagem, e os dados de nossa dissertação de Mestrado que apontam que as terminologias inadequadas tendem a cair em desuso sendo substituídas por aquelas que colocam a pessoa/atleta em foco, nossa segunda hipótese afirmava que as terminologias mais utilizadas seriam as genéricas ou esportivas; o que foi confirmado.

Em nossa terceira hipótese acreditávamos que o sexo masculino teria maior representatividade; hipótese confirmada. Das fotografias analisadas 87,2% retratavam homens, e 77,3% das notícias tinham como foco um atleta do sexo masculino. Esse resultado apresenta similaridades com diversas pesquisas realizadas no âmbito do esporte olímpico, o que mostra que o esporte ainda é realmente um mundo no masculino.

A quarta hipótese afirmava que as deficiências físicas seriam mais frequentes; hipótese também confirmada. Cadeirantes, atletas com deficiência visual e amputados foram os únicos atletas representados, no entanto, é importante ressaltar que nossa análise incidiu apenas sobre as fotografias, o que significa que atletas com diferentes deficiências, como paralisia cerebral e distrofia muscular, que necessitam de cadeira de rodas foram categorizados como cadeirantes.

Por fim, em nossa quinta hipótese, acreditávamos que a cobertura fotográfica tenderia a esconder a deficiência, o que não foi confirmado. O atleta foi retratado em Plano Geral e Plano Médio na maioria das vezes, tendo o seu corpo em foco. Este também foi um resultado que nos surpreendeu, uma vez que a maior parte dos estudos que analisam a cobertura fotográfica de atletas paralímpicos mostram que a deficiência tende a ser escondida, através de ângulos mais fechados ou outros recursos.

Analisando nossos dados em conjunto percebemos que há ambiguidade na cobertura dos impressos. Por um lado, temos o uso mais frequente de terminologias genéricas que apontam para a importância da pessoa. Bem como a forte presença de slogans e terminologias esportivas que mostram o foco no atleta e performance; e o corpo do atleta apresentado em plano geral e plano médio com sua deficiência aparente que podem ser demonstrativos de que a deficiência é aceita e naturalizada. Por outro lado, temos a baixa presença de notícias estampando as capas dos jornais em contraposição com a maior frequência de matérias pequenas e posicionadas abaixo da dobra denotando pouca importância noticiosa. Também encontramos grande parte das fotografias que retratam o atleta em momentos de reação e não

de ação o que pode sugerir a negação do corpo esportivo com deficiência. Além da presença dos estereótipos do “coitadinho” (6,6%) e o *supercrip* (16%) e a relativa força dos slogans associados ao modelo médico (20,88%) que apontam o reforço de estereótipos vinculados à deficiência e/ou à tragédia. Podemos concluir que há conscientização dos meios de comunicação analisados sobre a importância da linguagem e terminologia, mas também há necessidade de vender histórias de interesse humano, principalmente através de narrativas de superação vinculadas à deficiência. Para melhor entender a ambiguidade desses resultados, seria necessário não só um estudo longitudinal que compreendesse edições prévias dos Jogos a fim de se comparar as coberturas de cada edição, como também entrevistas com jornalistas e editores.

Como já dissemos acima, a perda de força dos estereótipos do “coitadinho” e do *supercrip*, e a visibilidade da deficiência nas fotografias foram os resultados mais surpreendentes. Principalmente porque utilizamos como referência pesquisa anteriores que provaram que a deficiência do atleta era apagada (SCHANTZ; GILBERT, 2001; BERTLING, 2012; BUYASSE; BORCHERDING, 2012), e que afirmam que a cobertura midiática dos atletas paralímpicos segue duas vertentes: ou santificam o atleta transformando-os em heróis trágicos que superaram seu destino terrível ou ignora-os e reduzem-nos a categoria de “irrelevantes” (SCHANTZ; GILBERT, 2012). Em certos aspectos a cobertura do esporte paralímpico mostrou-se similar à cobertura do olímpico, ou seja, enfatizou o desempenho, drama, emoções e celebridades (estrelas do esporte), além de resultados, estatísticas e bastidores. Acreditamos que muitos autores ao se debruçarem sobre seus dados, sem um método rigoroso deixam ser inundados pelo lugar-comum e por ideias pré-concebidas de que haverá opressão e preconceito quando se trata de atleta com deficiência, contaminando assim os resultados.

Munidos dos dados coletados dos jornais, e de nosso conhecimento prévio do assunto, partimos para as entrevistas com a hipótese de que os atletas identificavam os estereótipos presentes na mídia e que prefeririam ter seus feitos esportivos enfocados. O que observamos foi que alguns dos atletas buscaram o esporte como ferramenta de reabilitação, outros apenas por lazer, e outros ainda como profissão pela dificuldade encontrada no mercado de trabalho por conta da deficiência. Alguns reportaram que o esporte os auxiliou no entendimento e aceitação da deficiência, outros afirmaram que a deficiência nunca foi uma questão, e que já se sentiam resolvidos muito antes do esporte aparecer em suas vidas. O que queremos demonstrar aqui é que cada entrevistado é uma pessoa única, que percorreu um caminho

singular, e que por mais que ter uma deficiência e ser atleta os uma, cada um percebe o mundo de uma maneira própria expressa durante a entrevista.

Observamos, também, que a maioria dos atletas consomem informações de diversos meios de comunicação, interessados não só nas notícias sobre si, mas também sobre o esporte paralímpico como um todo, preocupados com a sua pouca divulgação. Eles apontam a mídia como um fator relevante para a construção de sua carreira, reconhecendo que os meios de comunicação influenciam em seu reconhecimento social e também em ganhos financeiros, principalmente em patrocínios.

A opinião geral dos entrevistados é a de que a cobertura midiática dos Jogos Paralímpicos está longe de ser ideal, contudo houve consenso de que essa cobertura melhorou nos últimos anos, com o aumento da atenção midiática dada ao evento e seus atletas e com o maior foco no esporte e não na deficiência. O que ouvimos dos entrevistados foi que a mídia “está no caminho certo”, mas que ainda há muito que ser feito. Eles(as) lembram que só é possível encontrar informações sobre o esporte adaptado durante os Jogos Paralímpicos, e atentam para a necessidade de se noticiar também outros campeonatos e competições em que participam. Todos citaram 2016 como um marco, com a expectativa de que haja melhora, ainda maior depois de o Brasil sediar os Jogos Paralímpicos.

Seus discursos, no geral, apontam a necessidade de maior valorização do esporte, frustração com os erros cometidos por jornalistas e com os estereótipos midiáticos, em especial com o “coitadinho”. Alguns atletas percebem o modelo do *supercrip* como problemático por elevar a exigência para as pessoas com deficiência e por reforçar os sistemas de dominância, entretanto outros acreditam ser esse um modelo que empodera o atleta ao destacar a coragem e superação. Assim como afirma Schalk (2016) o estereótipo do *supercrip* pode ser recebido e interpretado de formas diferentes.

Os atletas entrevistados para esse estudo percebem que há sub-representação do esporte paralímpico, seja quantitativa ou qualitativa. No entanto ao serem questionados sobre como gostariam de ser representados pela mídia não houve consenso. Alguns afirmaram que preferiam ter seus feitos esportivos exaltados, outros sua história de vida, com foco na superação da deficiência, outros ainda apontaram que ambos deviam estampar as páginas dos jornais. Essa falta de consenso demonstra que este é ainda um tema em ebulição que merece maior escrutínio e que os atletas são, na verdade, muito mais complexos do que estudos anteriores nos fizeram crer.

Percebemos que os atletas se identificam com o grupo de pessoas com deficiência, mas também com o grupo de atletas, de brasileiros, de maridos e esposas, de filhos e filhas. A

identificação é um processo de articulação, construída a partir do reconhecimento de características partilhadas com outras pessoas (HALL, 2013). Enquadrar as pessoas em uma caixa fixa é muito simplista para a complexidade do ser humano. A identidade não é fixa, é uma questão de escolha.

Em nosso estudo conseguimos dar um panorama de como o atleta paralímpico foi representado durante a cobertura dos Jogos de Londres/2012 pelos jornais analisados, bem como captamos a opinião dos atletas sobre essa representação. No entanto, algumas questões ficaram em aberto. Houve evolução, e de que tipo, ao longo da cobertura do evento? A cobertura dos Jogos de 2012 correspondeu a uma prévia para o evento de 2016, sediado no Brasil? A Rio/2016 deixará um legado no que toca à divulgação do esporte adaptado? Além dessas questões, vislumbramos outros caminhos de pesquisa. É necessário, utilizando-se do mesmo instrumento e método empírico analisar a cobertura noticiosa de edições prévias à de 2012, bem como esmiuçar a cobertura dos Jogos Paralímpicos de 2016 e subsequentes a fim de vislumbrarmos se houve modificação, e de que tipo, na forma com que o atleta é representado, se a cobertura de 2016 se destaca de alguma forma, e como serão as futuras. Também acreditamos que seria interessante realizar pesquisa fora do período Paralímpico pós-2016 para avaliarmos o impacto de o Brasil ter sediado o evento para a divulgação do esporte. Deixamos aqui apenas sugestões de pesquisas futuras que podem contribuir para desenvolver essa área ainda defasada no Brasil.

REFERÊNCIAS

- A ESTRELA das piscinas. *Zero Hora*, Porto Alegre, 28 Ago. 2012. Caderno de Esporte, p. 51.
- ADAMS, R. Disability Studies Now. *American Literary History*, v. 25, n. 2, 2013. p. 495-507.
- ALDELMAN, M. A mulher como instrumento de poder no esporte de rendimento. In: FÓRUM DE DEBATE SOBRE MULHER & ESPORTE: Mitos e Verdades, 3., 2004, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2004. p.31-37.
- ALEGRIA de um campeão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 set. 2012. Caderno de Esportes, p. 01.
- ALLPORT, G. W. *The Nature of Prejudice*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1954.
- ALMEIDA, M. V. O Corpo na Teoria Antropológica. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 33, 2004. p. 49-66.
- AMARAL, L. A. *Espelho convexo: O corpo desviante no imaginário coletivo – pela voz da literatura infanto-juvenil*. 1992. 399 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- _____. *A. Pensar a diferença/deficiência*. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.
- AMERICAN RED CROSS. *Participant's Workbook: Serving People with disabilities following a disaster*. 2006. Disponível em: <<http://redcross.tallytown.com/dsp/formDSPSS200BPW.pdf>>. Acesso em: 04 de Abril de 2008.
- ARAÚJO, P. F. *Desporto Adaptado no Brasil: Origem, institucionalização e atualidade*. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- ASKEN, M. J. The challenge to the physically challenged: Delivering sport psychology services to physically disabled athletes. *The Sport Psychologists*, n. 5, p. 370-381, 1991.
- AUSLANDER, G. K.; GOLD, N. Disability Terminology in the media: a comparison of newspaper reports in Canada and Israel. *Social Science & Medicine*, n. 48, p. 1395-1405, 1999a.
- AUSLANDER, G. K.; GOLD, N. Media reports on disability a binational comparison of types and causes of disability as reported in major newspapers. *Disability and Rehabilitation*, v. 21, n. 9, 1999b. p. 420-431.
- AYVAZOGLU, N. R. Gender Parity in Media Coverage of Athletes with Disabilities in Turkey. *Journal of International Women's Studies*, n. 16, p. 220-236, 3 Jul. 2015.

BACCEGA, M. A. O estereótipo e as Diversidades. *Comunicação & Educação*, São Paulo, 13, p. 7-14, set/dez 1998.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARNES, C. *Disabling imagery and the media: An exploration of the principles for media representations of disabled people the first in a series of reports*. Halifax: Ryburn, 1992.

_____. The Social Model of Disability: Valuable or Irrelevant? In: WATSON, N. ROULSTONE, A.; THOMAS, C. *The Routledge Handbook of Disability Studies*. London: Routledge, 2012. p. 12-29.

BARNES, C.; MERCER, G.; SHAKESPEARE, T. *Exploring Disability: A sociological introduction*. Cambridge: Polity Press, 1999.

BARNHURST, K. G.; NERONE, J. *The form of the news*. New York: The Guilford Press, 2001.

BAUMAN, Z. *Modernidade e Ambivalência*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMEISER, R. F. Choking under pressure: self-consciousness and paradoxical effects of incentives on skillful performance. *Journal of Personality and Social Psychology*, 46, 1984. p. 610-620.

BERELSON, B. *Content Analysis in Communication Research*. Glencoe: The Free Press, 1952.

BERGER, R. J. Disability and the Dedicated Wheelchair Athlete Beyond the "Supercrip" Critique. *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 37, n. 6, p. 647-678, 2008.

BERNSTEIN, A. Is it time for a victory lap? *International Review for the Sociology of Sport*, 3, p. 415-428, 2002.

BERTLING, C. Disability Sports in the German Media. In: SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (Eds.). *Heroes or Zeroes? The media's perceptions of Paralympic sport*. Illinois: Common Ground Publishing LLC, 2012. p. 55-64.

BERTSCHY, S.; REINHARDT, J. D. Disability Sport in the Swiss Media. In: SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (Eds.). *Heroes or Zeroes? The media's perceptions of Paralympic sport*. Illinois: Common Ground Publishing LLC, 2012. p. 65-76.

BHABHA, H. A questão do "outro": diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. de. *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 177-203.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M., SIVA, M. H. G. F. D. Análise Qualitativa de Dados de Entrevista: uma proposta. *Cadernos de Psicologia e Educação Paidéia*, 2, 1992. p. 61-69.

BOLLAS, C. *The Shadow of the Object: Psychoanalysis of the Unthought Know*, London: Free Association Books, 1987.

BORELLI, V. O Esporte como uma Construção Específica no Campo Jornalístico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., Salvador, 2002. *Anais...*, Salvador, 2002.

BÖS, K.; KAUER, O. *Behindertensport in den Medien*. Aachen: Meyer & Meyer, 1998 apud LEBERSONG, J.; DINOLD, M. *The Austrian Press: Media coverage during the 2008 Beijing Paralympic Games*. In: SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (Eds.). *Heroes or Zeroes? The media's perceptions of Paralympic sport*. Illinois: Common Ground Publishing LLC, 2012. p. 77-84.

BOULONGNE, Yves-Pierre. Pierre de Coubertin and women's sport. *Olympic Review*, 31, p. 18-22, 2000.

BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

BRACHT, V. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. 3.ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. (Coleção educação física)

BRAGA, A. Corpo, mídia e cultura. *Razón y Palabra*, 69, 2009. Disponível em: <<http://www.razonypalabra.org.mx/CORPO%20MIDIA%20E%20CULTURA.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2016.

BRITTAIN, I. British Media Portrayals of Paralympic and Disability Sport. In: SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (Eds.). *Heroes or Zeroes? The media's perceptions of Paralympic sport*. Illinois: Common Ground Publishing LLC, 2012. p. 105-112.

_____. *The Paralympic Games Explained*. United States and Canada: Routledge, 2010.

_____. Perceptions of Disability and their Impact upon Involvement in Sport for People with Disabilities at all Levels. *Journal of Sports & Social Issues*, v. 28, n. 4, 2004. p. 429-452.

BRUCE, T. Us and Them: the influence of discourses of nationalism on media coverage of the Paralympics. *Disability & Society*, v. 29, n. 9, p. 1443-1459, 2014.

BUTTNER, J. *Bodies that matter: On discursive limits of "sex"*. New York: Routledge, 1993.

BUYSSE, J. A. N.; BORCHEDING, B. Framing Gender and Disability: A cross-cultural analysis of photographs from the 2008 Paralympic Games. *International Journal of Sport Communication*, 3, p. 308-321, 2010.

CABECINHAS, R. Media, etnocentrismo e estereótipos sociais. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2010, Lisboa. *Actas...* Lisboa: 2010. p. 407-418.

CAMPBELL, J. *Developing our Image: Who's in Control?* In: CAP IN HAND CONFERENCE, 1990, London. Disponível em <www.leeds.ac.uk/disability-

studies/archieuk/Campbell/DEVELOPING%20OUR%IMAGE.pdf>. Acesso em: 04 Maio 2008.

CANDIDATO a herói. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 Ago. 2012. Capa.

CANGUILHEM, G. *O Normal e o Patológico*. Tradução Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas, 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARDOSO, V. D.; GAYA, A. C. A Classificação Funcional no Esporte Paralímpico. *Conexões*, v. 12, n. 2, 2014. p. 132-146.

CASHMAN, R.; TREMBLAY, D. Media and Representation. In: CASHMAN, R.; DARCY, S. (Eds.) *Benchmark Games: The Sydney 2000 Paralympic Games*. Sydney: Walla Walla Press, 2008. Capítulo 6.

CASTEL, R. *Les metamorfoses de la question sociale : Une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.

CHANG, I. Y.; CROSSMAN, J. “When there is a Will, there is a Way”: A quantitative comparison of the newspaper coverage of the 2004 Summer Paralympic and Olympic Games. *International Journal of Applied Sports Sciences*, v. 21, n. 2, 2000. p. 16-34.

CHARBONNIER, L; POPESCU, C. Disabled Heroes in the Media. . In: SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (Eds.). **Heroes or Zeroes?** The media’s perceptions of Paralympic sport. Illinois: Common Ground Publishing LLC, 2012. p. 147-156.

CHRISMAN, W. L. A Reflection on Inspiration: A recuperative call for emotion in disability studies. *Journal of Literacy & Cultural Disability Studies*, v. 5, n. 2, 2011. p. 173-184.

CLOGSTON, J. S. *Disability Coverage in 16 Newspapers*. Louisville: Advocado Press, 1990.

COAKLEY, J. *Sports in Society: Issues and controversies*. New York: McGraw-Hill, 2007.

COELHO, J. N. “Vestir a camisola”: Jornalismo desportivo e a selecção nacional de futebol. *Media & Jornalismo*, 4, 2004. p. 27-39.

COMBROUZE, D. Personnes handicapées et fictions: deux exigences contradictoires. In: BLANC, A.; STIKER, H. J. (Eds.), *Le handicap en images, les représentations de la déficience dans les oeuvres d’art*. Paris: Erès, 2003 apud MARCELLINI, French Perspectives on the Media and Paralympics. In: SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (Eds.). **Heroes or Zeroes?** The media’s perceptions of Paralympic sport. Illinois: Common Ground Publishing LLC, 2012. p. 95-104.

COURTINE, J. J. O Corpo Anormal: História e antropologia culturais da deformidade. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Eds.). *História do Corpo: As mutações do Olhar: O Século XX*. Tradução de João Batista Kreuch e Jaime Clasen. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 253-340.

COURTINE, J. J. O Corpo Inumano. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Eds.). *História do Corpo, Da Renascença às Luzes*. Tradução de Lúcia M. E. Orth. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012a. p. 487-502.

_____. O Espelho da Alma. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.J.; VIGARELLO, G. (Eds.). *História do Corpo: Da Renascença às Luzes*. Tradução de Lúcia M. E. Orth. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2012a. p. 401-410.

CROSSMAN, J.; VICENT, J.; HARRIET, S. The Times they are A-Changin: Gender comparisons in three national newspapers of the 2004 Wimbledon Championships. *International Review for the Sociology of Sport*, 42, p. 27-41, 2007.

CROW, L. Including all of our lives: Renewing the social model of disability. In: BARNES, C.; MERCER, G. (Eds.). *Exploring the divide*. Leeds: The Disability Press, 1996. p. 55-72.

CUMBERBATCH, G; NEGRINE, R. *Images of Disability on Television*. London: Routledge, 1992.

DADDARIO, G. Swimming against the tide: Sports Illustrated's imagery of female athletes in a swimsuit world. *Women's Studies in Communication*, v.15, n. 1, 1992. p. 49-64.

DAMASCENO, R. Com o nome na historia. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 08 Set. 2012a. Caderno de Esporte, p. 08.

_____. Craques até no Nome. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 02 Set. 2012b. Caderno de Esportes, p. 07.

_____. Dias de Alegria e Superação. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 Ago. 2012c. Caderno de Esporte, p. 08.

DAOLIO, J. *Da Cultura do Corpo*. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2007.

DAVIS, L. J. Constructiong Normalcy: The bell curve, the novel, and the invention of the disabled body in the Nineteenth century. In: DAVIS, L. J. (Ed.). *The Disability Studies Reader*. 2 ed. New York: Routledge, 2006. p. 3-16.

DEPAUW, K. P. The (In)Visibility of Disability: Cultural contexts and "sporting bodies. *Quest*, v. 49, n. 4, 1997. p. 416-430.

DEPAUW, K; GRAVON, S. *Disability Sport*. Champaign: Human Kinectics, 2005.

DESCHAMPS, J. C.; MOLINER, P. *A Identidade em Psicologia Social: dos processos identitários às representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2009.

DEVENNEY, M. J. V. *The Social Representations of Disability: Fears, fantasies and facts*. 2005. 447f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Clare College, Cambridge University, Cambridge, 2005.

DINES, A. *O Papel do Jornal*. Rio de Janeiro, 1974.

- DINIZ, D. *O que é Deficiência*. São Paulo: Editora Braziliense, 2007.
- DONALDSON, J. The Visibility and Image of Handicapped People on Television. *Exceptional Children*, v.47, n. 6, 1981. p. 413-416.
- DOUGLAS, M. *Natural Symbolics: Explorations in cosmology*. London: Routledge, 1996.
- DUCKITT, J. Psychology and Prejudice. A Historical Analysis and Integrative Framework. *American Psychologist*, v. 47, n. 10, 1992. p. 1182-1193.
- DUNCAN, M. C.; SAYAOVONG, A. Photographic Images and gender in Sports Illustrated for Kids. *Play and Culture*, v. 3, 1990, p. 91-116.
- DURKHEIM, E. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- DYER, R. Don't Look Now: the male pin-up. *Screen*, v. 23, n. 3/4, 1982.
- EASTMAN S. T.; BILLINGS, A. C. Sportscasting and Sports Reporting: The Power of Gender Bias. *Journal of Sports and Social Issues*, v. 24, n. 2, Maio/2000. p. 192-213.
- ELLIS, K. Beyond the Aww Factor: Human interest profiles of Paralympians and the media navigation of physical difference and social stigma. *Asia Pacific Media Educator*, 19, p. 23-36, 2009.
- FARIA, M. D.; CARVALHO, J. L. F. Uma Análise Semiótica do Potencial Mercadológico da Imagem de Atletas Paraolímpicos. *Gestão e Sociedade*, v.4, n. 9, set/dez 2010. p. 658-687.
- FARNALL, O. Invisible no More: Advertising and People with Disabilities. In: BRAITHWAITE, D. O.; THOMPSON, T. L. (Eds.). *Handbook of Communication and People with Disabilities: Research and application*. Marwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2000. p. 307-318.
- FARNALL, O.; SMITH, K. A. Reaction to people with disabilities: Personal contact versus viewing of specific media portrayals. *J&MC Quarterly*, v. 76, n. 4, 1999. p. 659-672.
- FELIZOLA, A. C. Parceria em família. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05 Set. 2012. Caderno de Esportes, p. 07.
- FERRI, B; GREGG, N. Women with Disabilities: missing voices. *Women's Studies International Forum*, v. 21, n. 4, 1998. p. 429-439.
- FIALHO, K. L. L. *Estereótipos sobre Atletas Portadores de Deficiência Física*. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2004.
- FIGUEIREDO, T. H. *Os Atletas Paraolímpicos na Imprensa: Análise comparativa da cobertura noticiosa da mídia no Brasil e em Portugal de 1996-2008*. 2010. 122f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Faculdade de Letras e Engenharia, Universidade do Porto, Porto. 2010.

FIGUEIREDO, T. H. Gênero e Deficiência: Uma análise da cobertura fotográfica dos Jogos Paralímpicos de 2012. *Estudos de Jornalismo e Mídia*, v.11, n. 2, jul/dez 2014. p. 484-497.

FIGUEIREDO, T.; NOVAIS, R. A Antiguidade ainda é um posto? Os momentos de vitória nos Paraolímpicos de Pequim. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, São Paulo. *Anais...*, São Paulo, 2009.

FLAURE, O. O Olhar dos Médicos. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Eds.). *História do Corpo: Da Revolução à Grande Guerra*. Tradução de João Batista Kreuch e Jaime Clasen. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p.13-55.

FLUSSER, V. *Filosofia da Caixa Preta: Ensaio para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

FONG, A; KATZ, S. USA vs. Canada: An analysis of media coverage of Paralympic athletes. In: SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (Eds.). *Heroes or Zeroes? The media's perceptions of Paralympic sport*. Illinois: Common Ground Publishing LLC, 2012. p. 113-120.

FONSECA JÚNIOR, W. C. Análise de Conteúdo. In DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2006. p. 280-315.

FONTES, M. Uma Leitura do Culto Contemporâneo ao Corpo. *Contemporânea*, v. 4, n. 1, p. 117-136, 2006.

FOUCAULT, M. *Os Anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fonte, 2001.

_____. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *Isso não é um Cachimbo*. Tradução de Jorge Coli. 5. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

FRENCH, S.; SWAIN, J. Whose Tragedy? Towards a personal non-tragedy view of disability. In: SWAIN, J.; FRENCH, S.; BARNES, C.; THOMAS, C. (Eds.). *Disabling Barriers: Enabling Environments*, 2. ed. Londres: Sage, 2004. p.34-40.

GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: a constructionist approach. *American Journal of Sociology*, v. 95, p. 1-37, 1989.

GARLAND-THOMSON, R. Integrating Disability, Transforming Feminist Theory. In: SMITH, B. G.; HUTCHINSON, B. (Eds.). *Gendering Disability*. New Jersey and London: Rutgers University Press, 2004. p.73-103.

- GARLAND-THOMSON, R. Introduction: From Wonder to Error: A genealogy of Freak discourse in modernity. In: GARLAND-THOMSON, R. (Ed.) *Freakery: Cultural Spectacles of the Extraordinary Body*. New York e London: New York University Press, 1996. p. 1-13.
- GASKELL, G. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. 9 ed. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 64-89.
- GEEN, R. G. Evaluation apprehension and response withholding in solution of anagrams. *Personality and Individual Differences*, 6, 1985. p. 293-298.
- GIL, José. *Monstros*. Lisboa: Quetzal Editores, 1994.
- GILMAN, S. *Difference and Pathology: Stereotypes of Sexuality, Race and Madness*. Londres: Cornell University Press, 1985.
- GIROUX, H., A. Por uma Pedagogia e Política da Branquidade. *Cader. Pesqui. São Paulo*, n. 107, Julho/1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741999000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 Dez. 2014.
- GLAT, R. A integração dos excepcionais. *Impulso*, v. 5, n. 10, 1991. p. 7-22.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rev. téc.: Gilberto Velho. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988.
- GOGGIN, G; NEWELL, C. *Disability in Australia: Exposing a Social Apartheid*. Sydney: University of New South Wales Press, 2005.
- GOLD, J. R.; GOLD, M. M. Access for all: The rise of the Paralympic Games. *The Journal of the Royal Society for the Promotion of Health*, v. 127, n. 3, 2007. p. 133-141.
- GOLDEN, A. V. An Analysis of the Dissimilar Coverage of the 2002 Olympics and Paralympics: Frenzied Pack Journalism versus the Empty Press Room. *Disability Studies Quarterly*, v. 23, n. 3/4, 2003. p. 1-16.
- GOMES, Paula Botelho. Mulher e desporto: qual a agenda pedagógica do século XX. In: FÓRUM DE DEBATE SOBRE MULHER & ESPORTE: Mitos e Verdades, 3., 2004, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2004. p. 17- 28.
- GONÇALVES, G. C.; ALBINO, B. S.; VAZ, A. F. O Herói Esportivo Deficiente: aspectos do discurso em mídia impressa sobre o Parapan-Americano 2007. In: PIRES, G. L. (Org.). *Observando o Pan RIO/2007 na mídia*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2009. p 149-167.
- GRENIER, M. Inclusion in Physical Education: From the Medical Model to Social Constructionism. *Qest*, 59, 2007. p. 298-310.
- GURIN, P.; EPPS, E., G. *Black Consciousness, Identity and Achievement: A study of students in historically black colleges*. New York: Wiley Press, 1975.

HARGREAVES, J. The body, sport and power relations. *The Sociological Review*, 33, 1985. p. 139-159.

HALL, S. Quem Precisa da Identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 103-133.

_____. The spectacle of the “Other”. In: HALL, S. (Ed.) *Representation: cultural representations and signifying practices*. Londres: Sage/Open University, 1997. p.223-290.

HALLER, B. If They Limp, They Lead? News representations and the hierarchy of disability images. In: BRAITHWAITE, D. O.; THOMPSON, T. L. (Eds.). *Handbook of Communication and People with Disabilities: Research and application*. Marwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2000. p. 289-305.

HALLER, B. The Social Construction of Disability: News coverage of the Americans with Disabilities Act. *International Communication Association Annual Meeting*, Albuquerque, NM. 1995.

HALLER, B.; DORRIS, B.; RAHN, J. Media labeling versus the US disability community identity: a study of shifting cultural language. *Disability & Society*, v. 21, n. 1, 2006. p. 61-75.

HARDIN, B.; HARDIN, M. Conformity and conflict: Wheelchair athletes discuss sport media. *Adapted Physical Activity Quarterly*, v. 20, n. 3, 2003. p. 246-259.

HARDIN, M.; HARDIN, B. Elite Wheelchair Athletes Relate to Sport Media. In: GILBERT, K. G.; SCHANTZ, O. J. (Eds.). *The Paralympic Games – Empowerment or side show?* Maidenhead, England: Meyer & Meyer, 2008. p. 25-33.

HARDIN, M.; HARDIN, B. The Supercrip in sport media: Wheelchairs athletes discuss hegemony's disabled hero. *Sosol*, 7. 2004. Disponível em: <<http://physed.otago.ac.nz/sosol/v7il/v7il.html>>. Acesso em: 15 Mar. 2008.

HARDIN, M.; LYNN, S.; WALSDORF, K.; HARDIN, B. The Framing of Sexual Difference in Sports Illustrated for Kids Editorial Photos. *Mass Communication and Society*, 5, p. 341-360, 2002.

HARGREAVES, J. A. The body, sport and power relations. *The Sociological Review*, v. 33, n. 1, maio 1958. p. 139-159.

HARGREAVES, J. A. *Heroines of Sport: The politics of difference and identity*. London: Routledge, 2000.

HARTNETT, A. Escaping the ‘Evil Avenger’ and the ‘Supercrip’: Images of disability in popular television. *The Irish Communication Review*, 8, p. 21-29, 2000.

HELAL, R. Mídia, Construção da Derrota e o Mito do Herói. *Motus Corporis* (UGF), v. 5, n. 2, 1998. p. 141-155.

HELAL, R.; CABO, A.; MARQUES, R. G. Idolatria nos Jogos Pan-Americanos de 2007: uma análise do jornalismo esportivo. *Revista Contemporânea* (UERJ online), 13, p. 33-43, 2009.

HIAS, F. M. S. *Representações sociais de conhecimento sobre a AIDS: A restituição de mensagens preventivas escritas por parte de adolescentes*. 2003. 64p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

HILGEMBERG, T.; PEDRETTI, A. Brazil. In: HORKY, T; NIELAND, J.U. *International Sports Press Survey 2011*. Nordersted: BoD, 2013. p. 178-186.

HORKY, T; NIELAND, J.U. *International Sports Press Survey 2011*. Nordersted: BoD, 2013.

HOWE, D. The Imperfect Body. *Routledge Online Studies on the Olympic and Paralympic Games: Book Chapters*, v. 1, n. 4, 2012. p. 100-152.

HUANG, C. J. *Discourses of Disability Sport: Experiences of elite male and female athletes in Brittain and Taiwan*. 2005. Tese (Doutorado em Filosofia) – Department of Life Science, Brunel University, London, 2005.

HUGHES, B. The constitution of impairment: modernity and the aesthetic of oppression. *Disability & Society*, v. 14, n. 2, p. 155-172, 1999.

_____. Medicine and the Aesthetic Invalidation of Disabled People. *Disability & Society*, v. 15, n. 4, p. 555-568, 2000.

HUGHES, B.; PATERSON, K. The Social Model of Disability and the Disappearing Body: Towards a sociology of impairment. *Disability & Society*, v. 12, n. 3, p. 325-340, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. *Explanatory Guide to Paralympic Classification*. Paralympic Summer Sports. Germany, 2015.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. *IPC Classification Code and International Standards*. Germany, 2007. Disponível em : <http://www.paralympic.org/sites/default/files/document/120201084329386_2008_2_classification_code6.pdf>. Acesso em: 05 Mar. 2015.

JONES, C.; WILSON, C. Defining advantage and athletic performance: the case of Oscar Pistorius. *European Journal of Sport Science*, v. 9, n. 2, março/2009. p. 125-131.

KAFER, A. *Mulheres Deficientes e a Comunidade de Devotees*. Palestra apresentada durante a Conferência de Estudos sobre a Deficiência. Tradução de Lia Crespo. Chicago, Jun. 2000.

KAMA, A. Supercrip versus the pitiful handicapped: reception of disabling images by disabled audience members. *Communications*, 29, 2004. p. 447-466.

KANE, M. J. The Post Title IX Female Athlete in the Media. *Journal of Physical Education, Recreation and Dance*, 60, 1989. p. 52-62.

KATZ, D.; BRALY, K. W. Racial stereotypes of one hundred college students. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 28, 1933. p. 280-290.

KENNEDY, E; HILLS, L. *Sport, Media and Society*. Oxford: Berg, 2009.

KIENTZ, A. *Comunicação de Massa: Análise de conteúdo*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

KITTAY, E. *Love's Labor: essays on women, equality, and dependency*. Nova York: Routledge, 1999.

KNIJNIK, J. D. Rosa versus azul: estigmas de gênero no mundo esportivo. In: FÓRUM DE DEBATE SOBRE MULHER & ESPORTE: Mitos e Verdades, 3., 2004, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2004. p. 63-67.

KNOPLOCH, C. Brasil dá adeus a Londres com Tito e Ozivam. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 Set. 2012a. Caderno de Esportes, p. 05.

KNOPLOCH, C. Daniel Dias confirma favoritismo, fica com ouro e recorde mundial. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 Ago. 2012b. Caderno de Esportes, p. 04.

KNOPLOCH, C. Esporte e Superação sob Nova Luz. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 Ago. 2012c. Caderno de Esportes, p. 06.

KNOPLOCH, C. Gigantes das Quadras e Peixes Fora D'Água no Vôlei Sentado. *O Globo*, Rio de Janeiro, 02 Set. 2012d. Caderno de Esportes, p. 07.

KNOPLOCH, C. Jovane Guissone conquista ouro inédito na esgrima. *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 Set. 2012e. Caderno de Esportes, p. 05.

KNOPLOCH, C. Ouro, recorde mundial e lágrimas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 01 Set. 2012f. Caderno de Esportes, p. 05.

KNOPLOCH, C. Pela final, cara a cara com a Argentina. *O Globo*, Rio de Janeiro, 05 Set. 2012g. Caderno de Esportes, p. 05.

KNOPLOCH, C. Pistorius se redime: 'era o momento de Alan'. *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 Set. 2012h. Caderno de Esportes, p. 05.

KNOPLOCH, C. Público torce por Pistorius e aplaude Alan. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 Set. 2012i. Caderno de Esportes, p. 06.

KOIVULA, N. Gender Stereotyping in Televised Media Sport Coverage. *Sex Roles*, v. 41, n. 7/8, p. 589-604, 1999.

LACERDA, T. O. Uma aproximação estética ao corpo esportivo. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, v. 7, n. 2, 2007. p. 393-398.

LACHAL, R. C. La Représentation des Personnes Handicapées dans les Média: De l'objet au sujet. *Revue Prévenir*, 39, 2000. p. 97-105.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LEBERSONG, J; DINOLD, M. The Austrian Press: Media coverage during the 2008 Beijing Paralympic Games. In: SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (Eds.). *Heroes or Zeroes? The media's perceptions of Paralympic sport*. Illinois: Common Ground Publishing LLC, 2012. p. 77-84.

LEE, M. J. *Images of Athletes with Disabilities: An analysis of photographs from the 2012 paralympic games*. 2013. Tese (Doutorado em Filosofia) – Department of Kinesiology, University of Alabama, Alabama. 2013.

LEGG, D; STEADWARD, R. The Paralympic Games and 60 years of change (1948-2008): Unification and restructuring from a disability and medical model to sport-based competition. *Sport in Society: Cultures, Commerce, Media, Politics*, v.14, n. 9. p. 1099-1115-2011.

LENSKYJ, H. "Inside Sport" or "On the Margins"? Australian Women and the Sport Media. *International Review for the Sociology of Sport*, v.33, n.1, 1998. p.19-32.

LEONARD, B. D. *Impaired View: Television portrayals of handicapped people*. 1978. 350p. Tese de Doutorado não publicada. Universidade de Boston, Boston, 1978 apud NELSON.; J. A. (Ed.). *The Disabled, the media, and the information age*. Westport, CN: Greenwood Press, 1994.

LÉSÉLEUC, E. A Way Forward: Researching international perspectives on media and the Paralympics. In: SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (Eds.). *Heroes or Zeroes? The media's perceptions of Paralympic sport*. Illinois: Common Ground Publishing LLC, 2012. p. 121-134.

LIMA, F. J. Breve Revisão no Campo de Pesquisa sobre a Capacidade de a Pessoa com Deficiência Visual Reconhecer Desenhos Hapticamente. *Revista Brasileira Tradução Visual*, v. 6, n. 6, 2011.

LINTON, S. *Claiming Disability: Knowledge and identity*. New York: New York University Press, 1998.

LIPPMANN, W. *Public Opinion*. New York: Macmillan, 1922.

LOCK, M. Cultivating the Body: Anthropology and epistemologies of bodily practice and knowledge. *Annual Review of Anthropology*, 22, 1993. p. 133-155.

LONGMORE, P. K. Screening Stereotypes: Images of Disabled People. *Social Policy*, v. 16, n. 1. 1985. p.31-37.

LOWES, M. D. Sports Page: A case study in the manufacture of sports news for the daily press. In: ROWE, D. (Ed.). *Critical Readings: Sport, Culture and the media*. England: Open University Press, 2004. Capítulo 7.

MACIEL, M. R. C. Portadores de Deficiência: a questão da inclusão social. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 2, 2000. p. 51-56. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008&Ing=es&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2007.

MAIKA, M.; DANYLCHUK, K. Representing Paralympians: The ‘Other’ Athletes in Canadian Print Media Coverage of London 2012. *The International Journal of the History of Sport*, v.33, n. 4, 2016. p. 401-417.

MARCELLINI, A. French Perspectives on the Media and Paralympics. In: SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (Eds.). *Heroes or Zeroes? The media’s perceptions of Paralympic sport*. Illinois: Common Ground Publishing LLC, 2012. p. 95-104.

MARKS, D. *Disability: Controversial debates and psychosocial perspectives*. London and New York: Routledge: 1999.

MARIANI, B. Nome Próprio e Constituição do Sujeito. *Letras*, v. 24, n. 48, 2014. p. 131-141.

MARQUES, C. A. A construção do anormal: uma estratégia de poder. In ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 24., 2001, Caxambu. *Anais...* Caxambu: 2001a.

_____. *A imagem da alteridade na mídia*. 2001. 248p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2001b.

MARQUES, J. Após bater Pistorius, brasileiro vira ‘Superstar’ na mídia inglesa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 set. 2012c. Caderno de Esporte, p. 01.

_____. Astro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 Set. 2012d. Caderno de Esporte, p. 01.

_____. Brasil e França fazem hoje final no futebol de cego. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 set. 2012e. Caderno de Esporte, p. 01.

_____. Brasil vence tchecos e é bicampeão na bocha. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 set. 2012f. Caderno de Esporte, p. 03.

_____. Daniel Dias garante 1 ouro na Paralimpíada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 Ago. 2012g. Caderno de Esporte, p. 03.

_____. Inglês bate brasileiro e Pistorius nos 100 m. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 set. 2012h. Caderno de Esporte, p. 03.

_____. Para-atleta desfruta de fama e dinheiro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 Ago. 2012i. Caderno de Esportes, p. 04.

MARQUES, J. Quinto ouro põe Daniel Dias na história. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 set. 2012j. Caderno de Esporte, p. 01.

MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, M. A. B.; NUNOMURA, M.; MENEZES, R. P. A Abordagem Midiática sobre o Esporte Paralímpico: O ponto de vista de atletas brasileiros. *Movimento*, v. 20, n. 3, jul/set 2014. p. 989-1015.

MARQUES, R. F. R.; MARIVOET, S.; ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L.; MENEZES, R. P.; NUNOMURA, M. A abordagem mediática sobre o desporto paralímpico: perspectivas de atletas portugueses. *Motricidade*, v. 11, n. 3, 2015. p. 123-147.

MATTOS, P. L. C. L. A Entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. *Revista Administração Pública*, v. 4, n. 39, jul-ago, 2005. p. 823-847.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1984.

McKAY, J.; HUBER, D. Anchoring Media Images of Technology and Sport. *Women's Studies International Forum*, v. 15, n. 2, 1992. p. 205-218.

MERLEAU-PONTY, M. *Phenomenology of Perception*. London: Routledge, 1962

MERVIS, C. B.; ROSCH, E. Categorization of natural objects. *Annual Review of Psychology*, v. 32, n. 1, 1981. p. 89-115.

MEZZAROBA, C.; PIRES, G. L. Discursive Strategies in the Agenda-Setting of the Sport in the Media: The Brazilian masculine volleyball in Athens 2004. *FIEP Bulletin*, 76, Special Edition, 2006.

MITCHELL, S. Women's Participation in the Olympic Games 1900-1926. *Journal of Sport History*, 4, 1977. p. 208-228.

MORAES, M. C. B. Sobre o Nome da Pessoa Humana. *Revista da EMERJ*, v. 3, n. 12, 2000. p. 48-74.

MORRIS, J. *Pride Against Prejudice: Transforming attitudes towards disability*. London: The Women's Press, 1991.

MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: investigações em psicologia*. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

MOULIN, A. M. O Corpo diante da Medicina. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.J.; VIGARELLO, G. (Eds.). *História do Corpo: As mutações do Olhar: O Século XX*. Tradução de João Batista Kreuch e Jaime Clasen. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 15-82.

MOURA, L. C. M. *A deficiência nossa de cada dia: de coitadinho a super-herói*. São Paulo: Iglu, 1993.

MYERS, G. Análise da Conversação e da Fala. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.) *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. 9. ed. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 271-292.

NADADORES buscam hoje o terceiro ouro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 Set. 2012. Caderno de Esporte, p. 01.

NELSON, J. A. Broken Images: Portrayals of those with disabilities in American media. In: NELSON, J. A. (Ed.). *The Disabled, the media, and the information age*. Westport, CN: Greenwood Press, 1994. P. 1-24.

NETTLETON, S. The Sociology of the Body. In: COCKERHAM, W. C. (Ed.). *The Blackwell Companion to Medical Sociology*. Massachusetts: Blackwell Publishers, 2001. p.43-63.

NEWLANDS, M. Debunking Disability: Media discourse and the Paralympic Games. In: SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (Eds.). *Heroes or Zeroes? The media's perceptions of Paralympic sport*. Illinois: Common Ground Publishing LLC, 2012. p. 209-224.

NIXON, H. L. Handicapism and sport: New directions for sport sociology research. In: THEBERGE, N.; DONNELLY, P. (Eds.). *Sport and the Sociological Imagination*. For Worth: Texas Christian University Press, 1984.

NORDEN, M. F. *The Cinema of Isolation: A history of physical disability in the movies*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1994.

NOVAES, V. S. *O Híbrido Paraolímpico: Ressignificando o corpo do atleta com deficiência a partir de práticas tecnologicamente potencializadas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2006.

OLIVER, M. If I had a Hammer: The social model I action. In: SWAIN, J.; FRENCH, S.; BARNES, C.; THOMAS, C. (Eds.). *Disabling Barriers: Enabling Environments*, 2.ed., Londres: Sage, 2004. p. 7-12.

_____. *The Politics of Disablement*. London: MacMillian, 1990.

_____. *Understanding Disability: From theory to practice*. New York: MacMillian press, 1996.

OMOTE, S. Perspectivas para conceituação de deficiências. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 4, 1996. p. 127-135. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista4numero1pdf/r4_art11.pdf>. Acesso em: 29 de Dez. 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (Secretariado Nacional de Reabilitação). *Programa mundial da acção relativos às pessoas deficientes*. Lisboa, 1981.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (Ministério do emprego e da Segurança Social. Secretariado Nacional de Reabilitação). *Classificação Internacional das deficiências, incapacidades e desvantagens: um manual de classificação das consequências das doenças*. Lisboa, 1989.

OSÓRIO, T. Espada de Ouro. *Zero Hora*, Porto Alegre, 06 Set. 2012. Caderno de Esporte, p. 60.

PAPPOUS, A.; CRUZ, F.; LÉSÉLEUC, E.; GARCÍA, M. P.; MUNOZ, A.; SCHMIDT, J.; MARCELLINI, A. La Visibilidad de la Deportista Paralímpica en la Prensa Espanola. *Revista de Ciencias del Ejercicio Físico*, 2007. p.12-32.

PAPPOUS, A.; MARCELLINI, A.; LÉSÉLEUC, E. From Sydney to Beijing: the evolution of the photographic coverage of Paralympic Games in five European countries. *Sport in Society: Cultures, Commerce, Media, Politics*, v. 14, n. 03, p. 345-354, 2011..

PATTERSON, K. Disability Studies and Phenomenology: Finding a space for both the carnal and the political. In: ANNUAL BRITISH SOCIOLOGICAL ASSOCIATION CONFERENCE, 1998, Edinburgh. *Annals...* Edinburgh:1998.

PEDERSEN, P. M. Examining Equity in Newspaper Photographs – a content analysis of the print media photographic coverage of interscholastic athletics. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 37, n. 3/4, p. 303-318, 2002.

PEERS, D. (Dis)empowering Paralympic histories: absent athletes and disabling discourses. *Disability & Society*, v. 24, n. 5, 2009. p. 653-665.

PEREIRA, E. G. B.; PONTES, V. S.; RIBEIRO, C. H. V. Jogos Olímpicos de Londres 2012: Brasileiros e brasileiras em foco. *Revista de Educação Física/UEM*, v. 25, n. 2, 2. Trim. 2014. p. 257-271.

PEREIRA, O. *Representações Sociais dos Atletas Paralímpicos nos Media Impressos Portugueses*: estudo efectuado em dois Jornais Diários Generalistas e dois Jornais Diários Desportivos. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências do Desporto) – Universidade do Porto, Porto, 2008.

PEREIRA, R. *Anatomia da diferença: uma investigação teórico-descritiva da deficiência à luz do cotidiano*. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2006.

PFEIFFER, D. The Philosophical Foundations of Disability Studies. *Disability Studies Quarterly*, v. 22, n. 2, p. 3-23, 2002.

PISTORIUS se desculpa. *Zero Hora*. Porto Alegre, 04 Set. 2012. Caderno de Esporte, p. 43.

PONTES, B.; NAUJORKS, M. I.; SHERER, A. Mídia Impressa, Discurso e Representação Social: A Constituição do sujeito deficiente. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO, 2001, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande/MS: 2001. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/2001/np11/NP11PONTES.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2007.

PORTER, R; VIGARELLO, G. Corpo, Saúde e Doenças. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.J. e VIGARELLO, G. (Eds.). *História do Corpo: Da Renascença às Luzes*. Tradução Lúcia M. E. Orth. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 441-486.

PUPPIN, A. B. Da Atualidade de Goffman para a Análise de Casos de Interação Social: deficientes, educação e estigma. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 80, n. 195, ma/ago 1999. p. 244-261.

QUINN, N. *The representation of Disability by the Canadian Broadcasting Corporation (BBC) during the 2004 Summer Paralympic Games*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências) – University of Toronto, Toronto. 2007.

RAAB, N.; JANDA, S. Coverage of the Beijing Paralympic Games on German Television. In: SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (Eds.) *Heroes or Zeroes? The media's perceptions of Paralympic sport*. Illinois: Common Ground Publishing LLC, 2012. p. 85-94.

REICHART, F; MYAZHIOM, A. C. L. Media Coverage of the Paralympic Games from 1960 to 2004 by the Sport Newspaper 'L'Equipe': Change in event an participation representation. In: SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (Eds.) *Heroes or Zeroes? The media's perceptions of Paralympic sport*. Illinois: Common Ground Publishing LLC, 2012. p. 25-36.

RILEY, C. A. *Disability & the Media: Prescriptions for Change*. Hanover and London: University Press of New England, 2005.

ROESE, G. S.; HATJE, M. Jogos Olímpicos de Sydney/2000: Um estudo da cobertura esportiva. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO, 2001, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande/MS: 2001.

ROMERO, E. A hierarquia de gênero no jornalismo esportivo. In: FÓRUM DE DEBATE SOBRE MULHER & ESPORTE: Mitos e Verdades, 3., 2004, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2004, p. 103-108.

ROSS, K. *Disability and Broadcasting: A view from the margins*. Cheltenham: Cheltenham and Gloucester College of Higher Education, 1997.

RUBIO, K. *O Atleta e o Mito do Herói: O imaginário esportivo contemporâneo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

_____. O Imaginário da Derrota no Esporte Contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*, v. 18, n. 1, jan/abr. 2006. p. 86-91.

SANT'ANNA, D. B. As Infinitas Descobertas do Corpo. *Cadernos Pagu*, 14, 2000. p. 235-249.

SANTOS, W. R. Pessoas com Deficiência: nossa maior minoria. *Revista de Saúde Coletiva*, v. 18, n. 3, 2008. p. 501-519. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v18n3/v18n3a08.pdf>>. Acesso em: 28 Dez. de 2009.

SASSAKI, R. K. Como chamar as pessoas que têm deficiência?. In SASSAKI, R. K. *Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos*. São Paulo: RNR, 2003. p. 12-16.

_____. Nomenclatura na área da surdez. 2002a. Disponível em: <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/saude/deficiencia/0007/Nomenclatura_na_area_da_surdez.pdf> Acesso em: 01 de Fev. 2010.

_____. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. *Revista Nacional de Reabilitação*, 24, jan/fev. 2002b. p. 6-9. Disponível em: <<http://www.fiemg.com.br/ead/pne/Terminologias.pdf>>. Acesso em: 01 de Fev. 2010.

SCHALK, S. Reevaluating the Supercrip. *Journal of Literary & Cultural Disabilities Studies*, v. 10, n. 1, 2016. p. 71-86.

SCHANTZ, O.; GILBERT, K. An Ideal Misconstrued: Newspaper coverage of the Atlanta Paralympic Games in France and Germany. *Sociology of Sport Journal*, 18, p. 69-94, 2001.

_____. The Media, Sport and Disabilities Debate. In: SCHANTZ, O. J.; GILBERT, K. *Heroes or Zeros? The media's perceptions of Paralympic sport*. Illinois: Common Ground Publishing LLC, 2012. p. 1-22.

SCHNEIDER, D. Alunos excepcionais: um estudo de caso de desvio. In: VELHO, G. (Org.). *Desvio e Divergência: uma Crítica da Patologia Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 1985. p. 52-81.

SEPARAVICH, M. A.; CANESQUI, A. M. Girando a Lente Socioantropológica sobre o Corpo: Uma breve reflexão. *Saúde Soc. São Paulo*, v. 19, n. 2, 2010. p. 249-259.

SEYMOUR, W. *Remaking the Body*. London: Sage, 1998.

SHAKESPEARE, T. Disability, Identity and Difference. In: BARNES, C; MERCER, G. (Eds.). *Exploring the Divide*. Leeds: The Disability Press, 1996. p. 94 – 113.

_____. The social model of disability. In: DAVIS, L. J. (Ed.). *The Disability Studies Reader*. New York: Routledge, 2006. p. 197-204.

SHAKESPEARE, T.; GILLESPIE-SELLS, K; DAVIES, D. *The Sexual Politics of Disability*. London: Cassel, 1996.

SHAKESPEARE, T.; WATSON, N. The social model of disability: an outdated ideology? *Research in Social Science and Disability*, 2002. p. 9-28.

SHAPIRO, J. P. *No Pity: People with disabilities forging a new civil rights movement*. New York: Times Books, 1994.

SHELL, L.; DUNCAN, M. A Content Analysis of CBS's Coverage of the 1996 Paralympic Games. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 16, 1999. p. 27-47.

SHILLING, C. *The Body and Social Theory*. London: Sage, 1993.

- SIKORSKI, C. V.; SCHIERL, T. Effects of News Frames on Recipients' Information Processing in Disability Sports Communications. *Journal of Media Psychology*, v. 24, n. 3, p. 113-123, 2012.
- SILVA, C. R. A pessoa (não) é para o que Nasce: A produção discursiva na cobertura fotojornalística do Parapan/2007. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 6., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2008.
- SILVA, T. T. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, T. T. (Org.), *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 73-102.
- SIMPSON, G. E.; YINGER, J. M. Racial and Cultural Minorities: An analysis of prejudice and discrimination. *Journal of Social Issues*, 42, p. 129-150, 1985.
- SINASON, V. *Mental Handicap and the Human Condition*. London: Free Association Books, 1992.
- SIQUEIRA, E. D.; SIQUEIRA, D. C. O. O corpo como imaginário da cidade. *Revista Famecos* v. 18, n. 3, 2011. p. 657-673.
- SMITH, A.; THOMAS, N. The 'inclusion' of elite athletes with disabilities in the 2002 Manchester Commonwealth Games: An exploratory analysis of British newspaper coverage. *Sport, Education and Society*, v. 10, n. 1, 2005. p. 49-67.
- SMITH, S.; JORDAN, A. *What the Papers Say and Don't Say about Disability*. London: Spastics Society, 1991.
- SÖDER, M. Tensions, Perspectives and Themes in Disability Studies. *Scandinavian Journal of Disability Research*, v. 11, n. 2, 2009. p. 67-81.
- SOUSA, J. P. *Teorias da Notícia e do Jornalismo*. Chapecó: Argos/Letras Contemporâneas, 2002.
- SOUZA, J. S. S.; KNIJNIK, J. D. A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diário do Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 21, n. 1, Jan./Mar. 2007. p.35-48.
- SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B. Produção de Sentidos no Cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. P. (Org.) *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 2004.
- STADLER, J. Media and Disability. In: WATERMEYWE, B.; SWARTZ, L.; LORENZO, T.; SCHNEIDER, M.; PRIESTLEY, M. (Eds.). *Disability and Social Change: A South African agenda*. Cape Town: HSRC Press, 2006. p. 373-386.

- STANGOR, C.; LANGE, J. Mental representations of social groups: advances in understanding stereotypes and stereotyping. In: ZANNA, M. P. (Ed.). *Advances in experimental social psychology*, v. 26, p. 356-416, 1994.
- STEADWARD, R. D.; PETERSON, C. J. *Paralympics: Where heroes come*. Edmonton: One Shot Holdings, 1997.
- STEELE, C. M.; ARONSON, J. Stereotype threat and the intellectual test performance of African Americans. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, p. 791-811, 1995.
- STIKER, H. J. Nova Percepção do Corpo Enfermo. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.J.; VIGARELLO, G. (Eds.). *História do Corpo: Da Revolução à Grande Guerra*. Tradução de João Batista Kreuch e Jaime Clasen. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 347-392.
- SWAIN, J.; FRENCH, S. Towards an affirmation model of disability. *Disability and Society*, 15, p. 569-582, 2000.
- TADEU, T. Nós, ciborgues: o corpo elétrico e a dissolução do humano. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. *Antropologia do Ciborgue: As vertigens do pós-humano*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 7-16.
- TAJFEL, H. La catégorisation sociale. In: MOSCOVICI S. (Org.). *Introduction à la psychologie sociale*. Paris: Larousse, 1972. p. 272-302.
- TALEPOROS, G.; MCCABE, M. P. Body Image and physical disability: personal perspectives. *Social Science & Medicine*, 54, p. 971-980, 2002.
- THOMAS, C. How is disability understood? An examination of sociological approaches. *Disability & Society*, v. 19, n. 6, 2004. p. 569-583.
- THOMAS, N., SMITH, A. *Disability, Sport and Society: An Introduction*. New York: Routledge, 2009.
- THOMAS, N.; SMITH, A. Preoccupied with able-bodiedness? An analysis of British Media Coverage of the 2000 Paralympic Games. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 20, p. 166-181, 2003.
- TRAQUINA, N. *O Estudo do Jornalismo no Século XX*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.
- TONINI, H.; LOPES, M. J. M. Pessoas com deficiência no rural da metade sul do RS: uma análise do censo de 2010. *Redes (St. Cruz)*, v. 21, n. 3, set/dez. 2016. p. 180-195.
- TRINGO, J. L. The Hierarchy of Preference Toward Disability Groups. *The Journal of Special Education*, v. 4, n. 3, 1970. p.295-306.
- TURNER, B. S. *The Body & Society: Explorations in Social Theory*. 3. ed. Sage, 2008.
- _____. *Regulating Bodies: Essays in Medical Sociology*. London: Routledge, 1992.

TYNEDAL, J.; WOLBRING, G. Paralympics and its Athletes Through the Lens of the New York Times. *Sports*, 1, p. 13-36, 2013.

UPIAS, *Fundamental Principles of Disability*. Londres: Union of the Physically Impaired Against Segregation. England, 1976.

VALA, J. A análise de conteúdo. In: SILVA, A. S.; PINTO, J. M. (Eds.). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Apontamento, 1986. p. 101-128.

VALENTINE, J. Disabled Discourse: Hearing accounts of deafness constructed through Japanese television and film. *Disability and Society*, 16, p. 707-721, 2001.

VAYER, P.; RONCIN, C. A. *A Integração da Criança na Classe*. São Paulo: Manole, 1989.

VIMIEIRO, A. C. S. C. *Cultura Pública e Aprendizado Social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

VIVARTA, V. *Mídia e deficiência*. Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância e Fundação Banco do Brasil, 2003.

WALDSCHMIDT, A. Who is Normal? Who is Deviant?. In: TREMAIN, S. (Ed.) *Foucault and the Government of Disability*. Michigan: The University of Michigan Press, 2005. p. 191-207.

WALL, S. L. Newspaper Coverage of People with Disabilities. A New Zealand Perspective. Dissertação (Mestrado em Social Sciences) – Psychology Faculty, University of Waikato. New Zealand, 2007.

WATERMEYER, B. Disability and Psychoanalysis. In: WATERMEYER, B.; SWARTZ, L.; LORENZO, T.; SCHNEIDER, M.; PRIESTLEY, M. (Eds.). *Disability and Social Change: A South African agenda*. Cape Town: HSRC Press, 2006. p. 31-44.

WEINBERG, N.; SANTANA, R. Comic Books: Champions of the disabled stereotype. *Rehabil Lit*, v. 39, n. 11-12, p. 327-331, 1978.

WOLFSON, K.; NORDEN, M. F. Film Images of People with Disabilities. In: BRAITHWAITE, D. O.; THOMPSON, T. L. (Eds.). *Handbook of Communication and People with Disabilities: Research and application*. Marwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2000. p. 238-251.

WOODILL, G. The social semiotics of disability. In: RIOUX, M. H.; BACH M. (Eds.). *Disability is not measles*. New research paradigms in disability. North York, ON: Roehrer, 1994. p. . 201-226.

ANEXO A – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO - UERJ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Atleta de Papel x Atleta Real
A representação midiática do atleta paralímpico e a visão do atleta sobre essa representação

Pesquisador: Tatiane Hilgemberg Figueiredo

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 49483215.4.0000.5282

Instituição Proponente: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.254.094

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto desenvolvido no PPGCom (Programa de Pós-Graduação em Comunicação) da UERJ. Corresponde à tese de Doutorado a ser desenvolvida pela proponente, sob a forma de pesquisa qualitativa via entrevistas e questionários.

Objetivo da Pesquisa:

Este estudo visa analisar a construção da figura do atleta paralímpico na mídia, especificamente na imprensa, representada pelos jornais: Folha de S. Paulo, O Globo, Estado de Minas e Zero Hora e sua recepção pelos atletas representados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há riscos aos participantes da pesquisa, apenas algum desconforto ao compartilhar informações pessoais ou confidenciais, ou sentir incômodo com alguns tópicos ou perguntas.

Os benefícios são indiretos, ao levantar informações sobre a cobertura midiática dos Jogos Paralímpicos, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa ampliar as discussões sobre construção da imagem do atleta paralímpico pela imprensa brasileira.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está muito bem escrito e bem fundamentado, apoiado em ampla bibliografia. Serão 10

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ªand. SI 3018
 Bairro: Maracanã CEP: 20.559-900
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)2334-2180 Fax: (21)2334-2180 E-mail: etica@uerj.br

ANEXO B – Roteiro para as entrevistas semiestruturadas

BLOCO I – Dados Pessoais

Nome: _____

Data de nascimento: ___/___/_____

Sexo:

Estado Civil:

Grau de escolaridade:

Se Superior:

Curso: _____

Instituição: _____

Qual a deficiência? _____ Classe funcional: _____

Congênita ou Adquirida? _____ Se adquirida há quanto anos? ____

Local de treinamento: _____

BLOCO II – Deficiência e Esporte

- Como o esporte entrou na sua vida?
- O que lhe motivou a começar a praticar esporte?
- E o esporte paralímpico como entrou na sua história?
- Como você se sente com relação a sua deficiência?
- Já sofreu ou sofre algum preconceito?
- Como atleta paralímpico se tivesse que escolher um momento da sua carreira como o de maior sucesso, qual seria?
- Como se sentiu nesses momentos?
- E o momento, ou momentos, mais difíceis?
- Como se sentiu nesses momentos?
- O que lhe motiva a continuar no esporte de alto rendimento?
- Como é viver do esporte paralímpico no Brasil?
- Quais são seus planos para o futuro?
- Quem é seu ídolo no esporte.

BLOCO III – Consumo de mídia

- Você é consumidor de mídia?
- De que tipo?
- Com que frequência?
- O que mais gosta de ler/ver/ouvir?
- Tem contato com os meios durante as competições? Por quê?
- Conhece alguma publicação esportiva voltada para as pessoas com deficiência?

BLOCO IV – Mídia

- Como você classificaria a atenção dada pela mídia ao esporte paralímpico?
- O que você mais gosta na cobertura da mídia?
- O que menos gosta?
- Como você se vê na mídia?
- Qual a relação dos atletas paralímpicos com os jornalistas?
- Como você gostaria que fosse a cobertura midiática de você como atleta e dos jogos em geral?
- Se você tivesse em mãos duas matérias sobre você uma retratando-o como atleta e a outra como símbolo de superação, e você tivesse o poder de escolher qual das duas seria publicada, qual escolheria? Por que?

Última pergunta:

Como você se resumiria, qual sua essência?